

EDUARDO JESUS
ENEUS TRINDADE
JEDER JANOTTI JR.
E MARCO ROXO
(ORG.)

REINVENÇÃO COMUNICACIONAL DA POLÍTICA

modos de habitar e desabitare o século XXI

compós



REINVENÇÃO COMUNICACIONAL DA POLÍTICA

modos de habitar e desabitar o século XXI

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR *João Carlos Salles Pires da Silva*

VICE-REITOR *Paulo Cesar Miguez de Oliveira*

ASSESSOR DO REITOR *Paulo Costa Lima*



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA *Flávia Goulart Mota Garcia Rosa*

CONSELHO EDITORIAL

alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

COMPÓS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

PRESIDENTE *Edson Fernando Dalmonte*

VICE-PRESIDENTE *Cristiane Freitas Gutfreind*

SECRETÁRIO-GERAL *Rogério Ferraraz*

EDUARDO JESUS
ENEUS TRINDADE
JEDER JANOTTI JR.
E MARCOS ROXO
(ORG.)

REINVENÇÃO COMUNICACIONAL DA POLÍTICA

modos de habitar e desabitar o século XXI

SALVADOR / BRASÍLIA
EDUFBA / COMPÓS
2016

compós



2015, autores.
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto Gráfico
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Editoração e capa
Gabriel Cayres

Foto da capa
bcayres

Revisão e Normalização
Leticia Rodrigues e Ricardo Boxus

Ficha Catalográfica: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

R379 Reinvenção comunicacional da política : modos de habitar e desabitar o século XXI /
Eduardo Jesus ... [et al.], Organizadores. – Salvador : EDUFBA ; Brasília : Compós,
2016.
292 p.

Livro Compós 2016.
ISBN 978-85-232-1483-8

1. Política. 2. Comunicação. I. Jesus, Eduardo. II. Título: Modos de habitar e
desabitar o século XXI.

CDU: 32:659.3

Editora filiada a



EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

Apresentação | 9

Parte I - Cenários políticos e métodos de abordagem na comunicação

Comunicação e reinvenção acontecimental da política | 15

José Luiz Aidar Prado – PUC/SP

Eram iconoclastas nossos ativistas? A representação na berlinda e as práticas comunicacionais como formas (políticas) de presença | 31

Rose de Melo Rocha – ESPM

Confronto político e mídia digital: investigando o “nós” da ação coletiva | 47

Rousiley C. M. Maia, Patrícia G. da C. Rossini, Vanessa V. de Oliveira, Alicianne G. de Oliveira – UFMG

A pólis que se faz em processos midiáticos: proposições sobre a política na perspectiva da midiaticização | 65

Jairo Ferreira – UNISINOS

Parte II - Conformações midiáticas na política contemporânea

Lady gaga em Cuba | 85

Thiago Soares – UFPE

“Chega de fiu fiu”: feminismo, emoções e mobilização política por meio de práticas de compartilhamento de si | 97

Tatiane Leal – ECO-UFRJ

Cair na real: “boas práticas” publicitárias sob a ótica do realismo capitalista e do aceleracionismo | 113

Marcio Telles – UFRGS

Mídia Ninja e juventude: corpos e afetos na disputa política e nas narrativas audiovisuais | 129

Thiago Ferreira – UFBA

Parte III - Redes e Políticas

Das massas às redes: comunicação e mobilização política | 149

Julio Cesar Lemes de Castro – ECO-UFRJ

As redes e os protestos sociais: a difusão da mensagem dissidente | 167

Jacques A. Wainberg – PUC/RS

Champanhe em zona de conflito: redes sociais e controvérsia no Caso Estelita | 193

Carolina Dantas de Figueiredo – UFPE

Parte IV - Circuitos, críticas e reverberações políticas

O papel da mídia e dos mediadores nos protestos de junho de 2013 no Brasil | 213

Rose M. Santini – ECO/UFRJ

A Primavera Árabe e o enquadramento do outro: a captação da alteridade na narrativa jornalística | 233

Mayra Rodrigues Gomes – USP e José Augusto Mendes Lobato FMU - USP

Vigilância, participação e resistência em imagens de manifestações de rua | 251

Felipe da Silva Polydoro – USP

Reconfigurações políticas do religioso no ambiente digital: da crença particular à opinião pública | 267

Luís Mauro Sá Martino Cásper Libero e Angela Cristina Salgueiro Marques – UFMG

Sobre os organizadores | 285

Sobre os autores | 287

APRESENTAÇÃO

Marchas, jornadas e ocupações

Eduardo Jesus

Eneus Trindade

Jeder Janotti Jr.

Marco Roxo

Esse título lembra uma convocação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas no contexto contemporâneo de ampla visibilidade mediada (e de certa forma controlada) por instituições e sujeitos na indústria midiática global e nas tramas das redes sociais, a política vem assumindo outras configurações. A Primavera Árabe, as Jornadas de junho de 2013, os movimentos Não vai ter Copa, Fora Dilma, Ocupa Estelita (Recife), Praia da Estação (Belo Horizonte), Marcha das Vadias, entre muitos outros parecem corroborar para o fim dos conceitos tradicionais das relações entre política e comunicação.

Cada vez torna-se mais difícil compreender a política. De um lado, as esgotadas formas tradicionais com seus verticais jogos de poder e, de outra, a complexidade da multidão típica dos movimentos atuais, muitas vezes com forte conotação identitária e subjetiva que agenciam linhas que fazem confluír mudanças, reações aos modelos mais ortodoxos de ações políticas e reivindicações contra alguns avanços dos grupos minoritários que, frequentemente, são excluídos e afastados da cena política.

Nesse contexto social, tenso e dinâmico, minado pela incidência cada vez maior dos processos de mediatização, o livro da Compós de 2016 tenta mostrar os modos pelos quais a cena política vem sendo reinventada em sua dimensão comunicacional. Construimos um panorama de reflexões entre os quase 50 textos enviados atendendo à convocatória proposta. Cada um dos textos sinaliza, com distintas intensidades, como a comunicação percebe, observa, analisa e responde às novas matrizes da política na contemporaneidade. Entre as tensões do local – cada vez mais denso graças à enorme quantidade de informações e interações em circulação – e as efusivas formas mediadas e mediatizadas do global, a política se reinventa em suas relações, dando à comunicação cada vez mais centralidade em sua configuração atual. Do enfadonho e quase jocoso horário político eleitoral gratuito (com seus minutos extremamente disputados em alianças e conchavos

escusos), ao frenesi quase disforme das redes sociais, a política toma a comunicação para se reinventar e alcançar novas formas de interação.

Dividido em quatro grandes seções, o livro tenta delinear algumas formas de habitar e desabitatar essa experiência constituinte do humano, denominada política em suas manifestações midiaticizadas. A primeira seção, *Cenários políticos e métodos de abordagem na comunicação*, traz textos que desenham novas formas de abordagem comunicacional dos fenômenos políticos, colocando em jogo tanto as questões metodológicas quanto o modo como os cenários políticos se desenham hoje em dia. Assumindo os novos modos de operação da comunicação na contemporaneidade com as passagens entre os sistemas massivos mais tradicionais e os mais recentes típicos da comunicação pessoal em rede, os textos refletem sobre esses novos arranjos revelando como a política tornou-se pouco a pouco um fenômeno fortemente ligado ao campo comunicacional.

Abrimos a seção com as reflexões de José Luiz Aidar Prado abordando as questões ontológicas da política e seus tensionamentos contemporâneos. Partindo da questão aparentemente muito simples – como pensar hoje a política? – Aidar desenvolve uma reflexão que nos mostra os desafios comunicacionais de abordar a política hoje, trazendo para o debate autores como Oliver Marchard, Maurizio Lazzarato e Ernesto Laclau, entre outros. Seguimos com o ensaio “Eram iconoclastas nossos ativistas? A representação na berlinda e as práticas comunicacionais como formas (políticas) de presença”, de Rose de Melo Rocha, em torno dos jovens ativistas brasileiros e as formas contemporâneas de engajamento juvenil em relação ao complexo comunicação, política e visibilidade, ressaltando e colocando em jogo certa vocação iconoclasta dos movimentos políticos contemporâneos. Abordando e questionando a “constituição do nós” nas ações políticas atuais que tomam a internet e as redes sociais, Rousiley Maia, Patrícia Gonçalves, Vanessa Veiga e Alicianne Gonçalves desenvolvem uma reflexão que nos mostra os modos de operação das novas lógicas da ação coletiva. Fechamos a primeira seção com o texto de Jairo Ferreira que coloca os processos de midiaticização como chave, especialmente aqueles desenvolvidos em rede, para compreender a cidade. Para o autor, “os dispositivos midiáticos integram-se como reguladores dos processos de constituição de normas e valores em discursos sociais em tensão com as normas de Estado”.

Conformações midiáticas na política contemporânea é a segunda seção do livro que traz reflexões voltadas para os aspectos ligados à subjetividade, identidade e questões de gênero pensadas no âmbito das relações entre comunicação e política. Trazendo uma extrema complexidade, típica dos processos de globalização, em relação aos vínculos sociais, culturais, políticos e de visibilidade, Thiago Soares abre a

segunda seção do livro. Seu ensaio trata sobre a singular relação de jovens cubanos com a cantora estadunidense Lady Gaga para refletir sobre as mutações políticas de Cuba no cenário global tendo a internet, as redes sociais e as questões identitárias e de gênero como pano de fundo. Na mesma direção, em relação às questões de gênero e às formas da política, Tatiane Leal reflete sobre o movimento Chega de fiu-fiu e as práticas do feminismo contemporâneo em suas relações comunicacionais com a internet, revelando outras possibilidades de ação. Trazendo conceitos ainda pouco conhecidos no Brasil como o aceleracionismo (*accelarionism*) e o realismo capitalista, as reflexões de Marcio Telles dão prosseguimento à seção em uma crítica à publicidade contemporânea que pretende se colocar de forma mais positiva, com o texto “Cair na real: ‘boas práticas’ publicitárias sob a ótica do realismo capitalista e do aceleracionismo”. O Mídia Ninja e as novas formas de relação entre comunicação e política no âmbito das redes sociais e das manifestações são a matéria do texto de Thiago Ferreira que aborda os modos de operação do grupo no contexto midiático contemporâneo.

As diversas redes comunicacionais que experimentamos nas muitas esferas da vida social impulsionaram novos modelos de comunicação para além do massivo. No campo da política, as redes fomentaram novos contextos de encontro e visualidade, formas de debate, acirramento de polaridades e inéditas formas de difusão e circulação de ideias e fatos. Com as redes, os processos de midiaticização, característicos da contemporaneidade, parecem ter acentuado e, mais que isso, reconfigurado o domínio do massivo que agora se integra a rede com seus próprios canais. Esse cenário reorganiza os lugares do poder, bem como seus atores no jogo político. Esses temas atravessam os textos da terceira seção, *Redes e políticas*. Júlio Cesar Lemes de Castro, em “Das massas às redes: comunicação e mobilização política”, traça uma reflexão histórica vinda da modernidade para refletir sobre movimentos políticos recentes e suas formas de organização possibilitadas pela rede, bem como seus desafios. Assumindo a dissidência como eixo central de seu texto, Jacques A. Wainberg traça, em “As redes e os protestos sociais: a difusão da mensagem dissidente”, uma instigante aproximação entre grupos dissidentes e a comunicação, tomando as manifestações de protesto contra o governo em março de 2015. As manifestações em torno do Caso José Estelita, no Recife, para a contenção do gigantesco empreendimento imobiliário chamado Novo Recife, ativaram um intenso movimento político. Tomando as controvérsias e as redes, Carolina Dantas de Figueiredo nos mostra, em “Champagne em zona de conflito: redes sociais e controvérsia no Caso Estelita”, as tensões típicas das atuais polaridades na vida social brasileira, fruto de complexos agenciamentos históricos.

Para fechar o livro, a quarta e última seção, *Circuitos, críticas e reverberações políticas*, se detem nas formas da crítica reconsiderando o papel dos sujeitos, as alteridades e as aproximações entre público e privado. Rose Santini nos traz uma elaborada construção teórica e empírica sobre as lógicas sociais de contágio de opinião e de ação coletiva através do uso das tecnologias de comunicação e informação em “O papel da mídia e dos mediadores nos protestos de junho de 2013 no Brasil”. Mayra Rodrigues Gomes e José Augusto Mendes Lobato propõem mapear em matérias de quatro veículos de comunicação brasileiros estratégias discursivas relacionadas à conversão do outro no mesmo em “A Primavera Árabe e o enquadramento do outro: a captação da alteridade na narrativa jornalística”. As forças estéticas, políticas e conceituais das imagens das manifestações de rua configuram o tema de Felipe da Silva Polydoro, em “Vigilância, participação e resistência em imagens de manifestações de rua”. Para fechar o livro, Angela Cristina Salgueiro Marques e Luís Mauro Sá Martino desenvolvem uma sofisticada reflexão em torno das fronteiras e passagens entre a política e a religião em “Reconfigurações políticas do religioso no ambiente digital: da crença particular à opinião pública”.

As quatro seções desta publicação reafirmam a convicção que orientou a proposição desta obra, isto é, apresentar e discutir eixos distintos pelos quais passam a complexidade das questões sobre comunicação e política na atualidade, indo além das considerações sobre estratégias de comunicação política e das discussões acerca de comunicação e ideologias. Escapando ainda de visões teóricas da ciência política que não explicam as diversidades dos fenômenos situados entre a comunicação e a política frente às amplas possibilidades de institucionalização das mediações comunicativas das culturas na tessitura da vida social contemporânea.

PARTE I
**Cenários políticos e métodos
de abordagem na comunicação**

Comunicação e reinvenção acontecimental da política

José Luiz Aidar Prado

Introdução

Como pensar hoje a política? E a comunicação, em sua conjunção com a política? O pensamento crítico tem assumido uma postura pós-fundacionalista, a partir do enfrentamento de figuras metafísicas como totalidade, universalidade, essência e fundamento, debilitando seus estatutos ontológicos (MARCHARD, 2009, p. 15) e diferenciando “a política” de “o político”. Essa diferença – a partir da qual passa a se estruturar o pensamento político crítico do século XXI – se deu a partir de “uma paralisia da teoria política e social convencional” (MARCHARD, 2009, p. 18), que conduziu a uma re colocação da teoria política a partir do paradigma pós-fundacionalista: “A diferença conceitual entre a política e o político como diferença assume o papel de um indicador ou sintoma do fundamento ausente da sociedade”. (MARCHARD, 2009, p. 19) A rigor, trata-se da vinda da diferença ontológica para a política:

Essa impossibilidade de fundamento adquire um papel que deveríamos chamar (quase) transcendental em relação aos intentos particulares de fundar a sociedade. A noção de fundamento se cinde, por um lado, em um fundamento puramente negativo (a impossibilidade de um substrato final) e, por outro, na possibilidade de ‘fundamentos contingentes’, para usar uma expressão cunhada por Judith Butler, isto é, uma pluralidade de movimentos hegemônicos que tratam de fundar a sociedade sem ser inteiramente capazes de fazê-lo. Toda fundação será, em consequência, uma fundação parcial dentro de um campo de tentativas fundacionais contrapostas. (MARCHARD, 2009, p. 21)

Não se trata, como explica Marchard, de recusar toda fundamentação, mas de supor/postular a impossibilidade de um fundamento último. A consequência disso é que aumenta a consciência da contingência e do político como um “fundar parcial”. (MARCHARD, 2009, p. 15) Em termos lacanianos, a simbolização é sempre falha, pois o simbólico não é todo, há nele um buraco, que corresponde

ao objeto *a* não simbolizável.¹ Ou, posto em outros termos, para Laclau e Mouffe (2015), a sociedade, como um sistema fechado, não existe, pois é um conjunto aberto de antagonismos que jamais suturam o campo político, estando sempre em agitação flutuante.² Aqui, a figura do acontecimento, que aparece em tantas teorias de diferentes fornadas, entra em campo como parte da “topologia pós-fundacional da infundabilidade”. (MARCHARD, 2009, p. 15) O acontecimento é o que rompe com a continuidade da lei e da ordem, da situação, não podendo ser colocado sob a lógica do fundamento. Nesse momento de ruptura em que as ordens e as leis caem, o acontecimento não tem fundamento senão dado na contingência, pelos próprios sujeitos que se filiam a ele e iniciam um processo de verdade, como diria Badiou (1996). Como diz Marchard (2009, p. 15):

A liberdade e a historicidade se hão de fundar agora, justamente, sob a premissa da ausência de um fundamento último. O jogo interminável entre o fundamento e o abismo sugere também aceitar a necessidade de decisão (baseada na indecidibilidade ontológica) e ser conscientes da divisão, da discórdia e do antagonismo, pois cada decisão – dado que não pode sustentar-se em um fundamento estável nem tampouco ser tomada no solitário vazio da completa infundabilidade – sempre se verá confrontada com demandas e forças contrapostas.

Isso se constrói de variadas formas em cada um dos autores do pensamento crítico das últimas décadas (Badiou, Žižek, Laclau, Butler, Rancière, entre outros). Partiremos da ideia de Badiou de que não mais podemos falar de dialética expressiva para dar conta dos movimentos sociais ou revolucionários do século XXI. No antigo aporte teórico da esquerda revolucionária, as lutas políticas eram momentos que expressavam as contradições sociais. Segundo Badiou, a insurreição era ao mesmo tempo singular – o momento puro – e universal – de expressão das contradições. Para Badiou, “para ir do momento de criatividade das massas até a consideração das contradições das classes temos de nos situar sob o poder dos nomes próprios: leninismo, trotskismo, estalinismo, maoísmo”. (BADIOU, 2012, p. 62)

1 O objeto *a* é, na teoria lacaniana, o objeto perdido, como no caso do peito de mãe que, após a mamada, se transforma em peito destacado do corpo, memória de satisfação pulsional que atende não mais ao apelo da fome, mas ao prazer de boca. Ele se liga à pulsão – que gira ao redor desses atratores.

2 O fato de não haver A sociedade, como um todo sistêmico fechado, dá um caráter antagonista à política, “que opera em um espaço saturado de representações, construções, fantasias, significações postas, trajetos de afetos corporais”. (SAFATLE, 2015, p. 135) Para Safatle: “não há política democrática sem um excesso de antagonismo em relação às possibilidades previamente decididas pela estrutura institucional, e é isso que a experiência populista nos mostra”. (SAFATLE, 2015, p. 118)

Separação e acontecimento

Ora, esse tempo terminou. Doravante, a proposta de Badiou é que pensemos em uma dialética não expressiva, em que não se dá mais a passagem da ação das massas ao nome próprio. O processo político não pode ser pensado mais a partir da expressão das contradições, mas somente como separação, em que o momento de máxima intensidade do acontecimento (contingente) rompe com modos de ser, de sentir, de viver o cotidiano, de se dedicar às ideias. Com o acontecimento começa um processo de verdade em que sujeitos se tornam fiéis a tal processo. O acontecimento se liga a uma situação, mas não em seu conjunto (BADIOU, 1996), já que ele se liga a um múltiplo da situação, mas não a todos; ele emerge como algo imprevisível na situação e surge por acaso. Diz Hallward (2003, p. 114): “um acontecimento é um resultado imprevisível do acaso e só do acaso”. Enquanto a “estrutura” de uma situação “nunca nos dá algo além da repetição, todo acontecimento é sem precedentes e inesperado”.

Badiou pensa o acontecimento a partir da teoria dos conjuntos. A forma de representação atua sobre a apresentação dos elementos em conjuntos. Suponhamos, com Badiou (2012, p. 65), um conjunto com maçãs, peras, morangos, lama dura, sapos secos e cabelos de várias cores. A demanda por ordem leva a uma separação entre conjuntos inseridos em conjuntos maiores: as frutas de um lado, o resto de outro. O conjunto das frutas podem ser facilmente operados e descritos. Sua representação é fácil, mas a do outro conjunto não é, pois lá temos elementos diversos. É como se faltasse um predicado claro para esse estranho conjunto.

O liberalismo é uma ordenação em que os elementos protegidos são aqueles ligados ao poder e à riqueza, dominados por certos regimes de visibilidade, ligados ao eu autoempreendedor em busca do sucesso. De outro lado, ele se opõe a uma política revolucionária ligada a um desejo coletivo de um mundo mais justo. O homem atual do neoliberalismo é pensado a partir de um modo de construção dos corpos, a partir da instauração – no sistema de *marketing*, midiático e publicitário – de um circuito dos afetos centrado no eu cheio de predicados ligados ao sucesso e no corpo bombado, estufado de brilho, possante como um carro “diferenciado”. Trata-se de um indivíduo determinado, que foge à indeterminação, que teme o acidente e o desamparo, um indivíduo para quem o desejo está aquém da lei que rege a situação. Em termos de dialética não expressiva, Badiou propõe pensar uma verdade política para além da lei e do desejo. As partes predicativas, bem descritas e nomeadas, tem seu lugar no mundo ordenado do liberalismo e

de suas leis. Por outro lado, as multiplicidades estranhas são separadas, postas na parede e enjauladas: essas partes não têm nome definido.

A questão política no atual mundo hegemônico da comunicação que aí se coloca é: como pensar um novo corpo em que o desamparo não é, como diz Safatle, o que cria a abertura ao outro em demandas de amparo, mas aquilo que “cria vínculos por despossessão e por absorção de contingências. Estar desamparado é deixar-se abrir a um afeto que me despossei dos predicados que me identificam” (SAFATLE, 2015, p. 26), ou seja, estar aberto ao acontecimento. Forma de dizer que uma política do acontecimento teria de lidar com conjuntos não descritos e nomeados a partir da lógica que pensa o estatuto atual do homem que se rege pelos regimes de visibilidade e sucesso comandados pelos biopoderes, que estabelecem o que é a vida saudável, a vida boa ligada ao mundo do consumo.

Uma lei é a prescrição de uma ordem para essa situação das multiplicidades, é a decisão de aceitar como existentes somente algumas das partes do coletivo (em geral as que capitalizam os agentes a partir da lógica utilitária do mundo do consumo). O modo mais simples de proceder é aceitar apenas os subconjuntos com nome claro: frutas, morangos, peras, machos, fêmeas, proibindo as partes sem nome, como a mistura de sapos secos e pelos. A lei, na medida em que determina o que é permitido ou proibido, é decisão sobre a existência. A questão da lei não é, portanto, somente jurídica, mas também ontológica, ligando as palavras às coisas, o discurso como dispositivo aos modos de circulação das multiplicidades. O capital só se interessa pelas circulações que produzem capitalizações, ou seja, mais riqueza, acúmulo.

Sujeição e servidão

Numa linha de pensamento deleuziana/guattariana, Lazzarato propõe que a produção de riqueza opera “na intersecção de dois dispositivos de poder heterogêneos: sujeição social e servidão maquínica”. (LAZZARATO, 2014, p. 27) A sujeição social é justamente o processo pelo qual são distribuídos papéis e lugares para a vida social, inclusive o trabalho. Para esse autor, “a sujeição social produz um sujeito individuado cuja forma paradigmática no neoliberalismo tem sido a do capital humano e do empresário de si” (LAZZARATO, 2014, p. 27), como dissemos acima.³

3 Já debatemos esse tema em Prado (2011, 2013); ver também Freire Filho; Coelho, (2011).

As funções de usuário, trabalhador e consumidor, e as divisões homem/mulher, pais/filhos, professor/estudante, entre outras, são investidas por conhecimento, práticas e normas – sejam elas sociológicas, psicológicas, de gerenciamento ou de polícia – que solicitam, encorajam e predispõem a produção de indivíduos alienados no interior da divisão do trabalho social e de gênero. (LAZZARATO, 2014, p. 28)

O outro processo, de servidão maquínica, mobiliza semióticas não representativas, produzindo dessubjetivação. Aqui não se constitui um sujeito do dispositivo, no sentido de Agamben (2009), mas uma parte componente de algum agenciamento: empresa, sistema financeiro, mídia, Estado de bem-estar etc. É como se ele fosse aqui parte de um servomecanismo inserido num grande sistema: “a servidão é o modo de controle e regulação de uma máquina social ou técnica, como uma fábrica, empresa ou um sistema de comunicações”. (LAZZARATO, 2014, p. 29)

Lazzarato considera que Badiou tematiza somente a sujeição social, sem levar em conta a servidão maquínica:

se considerarmos o capitalismo apenas do ponto de vista da sujeição ou da partilha do sensível, perdemos a especificidade das formas de dessubjetivação maquínica e seu funcionamento diagramático. Sem levar em conta as servidões, corremos o risco de confundir, como fazem Rancière e Badiou, a democracia grega com o capitalismo, o trabalho de artesãos e escravos com o trabalho maquínico dos operários, Marx com Platão. (LAZZARATO, 2014, p. 37)

Com o avanço da propaganda nos anos 1920 e, posteriormente, com o advento da televisão, uma máquina cada vez mais bem organizada se desenvolveu, da qual o Google e o Facebook podem ser considerados o coroamento: imensos bancos de dados que funcionam como dispositivos de *marketing*. De um lado há a cultura terapêutica, a individualização a partir das convocações dos enunciadores múltiplos chamando rumo à construção de identificações na direção do sucesso neoliberal, de outro, os indivíduos deleuzianos, gerenciados por fluxos e redes. A sujeição atua pela convocação, pela identificação, pela ideologia, enquanto a servidão pela modelização. A servidão

assume o controle dos seres humanos ‘por dentro’, no nível pré-pessoal (no nível pré-cognitivo e pré-verbal), e ‘por fora’, no nível suprapessoal, ao atribuir a eles certos modos de percepção e sensibilidade e fabricar um inconsciente. A formatação exercida pela servidão

maquinária intervêm no funcionamento básico do comportamento perceptivo, sensitivo, afetivo, cognitivo e linguístico. (LAZZARATO, 2014, p. 38)

A servidão aparece bem quando examinamos uma rede, por exemplo, em que humanos e dispositivos não humanos estão conjugados para a realização de tarefas e objetivos gerais da rede/sistema. Para Lazzarato (2014, p. 39), a ação política deve trabalhar contra a sujeição e contra a servidão,

recusando a injunção que esta promove para que ocupemos certos lugares e papéis na distribuição social do trabalho, ao mesmo tempo em que constrói, problematiza e reconfigura o agenciamento maquínico, ou, em outras palavras, cria um mundo e suas possibilidades.

O problema do argumento de Lazzarato é o dualismo que separa de um lado uma máquina discursiva que produz sujeitos, de outro, a rede técnica de-subjetiva. A rigor, os próprios meios de comunicação produzem essa polarização. Os meios de comunicação são para a teoria sistêmica o amor, o dinheiro, a influência, o poder. Aqui o conceito “meio” vem de Parsons: trata-se de um modo funcional de abreviar a comunicação no nível sistêmico, de modo a reduzir complexidade. Nesse caso, dizia Habermas (2012), a linguagem fica reduzida apenas a aspectos de controle. Ao circular, esses meios produzem sujeitos, mas ao mesmo tempo, dessubjetivam. De um lado, produzem sujeitos que respondem aos discursos da economia (no caso do dinheiro) ou do poder (no caso do mundo regulamentado dos partidos, por exemplo), de outro, dessubjetivam ao reduzir a comunicação aos aspectos de controle, funcionais. Sem dúvida, sempre algo fica fora da simbolização, como dissemos, e este é o conceito lacaniano de real, mas isso não significa que nem tudo passa pelo discurso. Se o discurso é conjunto de relações diferenciais, tudo passa pelo discurso, exceto o que não simboliza, o real, que faz o discurso deslocar-se.

Por outro lado, o movimento de um sujeito formado também é duplo, para lembrar Butler, na medida em que o poder nos forma, pois nele e com ele aprendemos a responder às suas condições e restrições. Porém, o que esse modelo não explica, diz Butler, é o fato de que “o nós que aceita essas condições depende de maneira essencial delas para ‘nossa’ existência”. (BUTLER, 2011, p. 12) Os dois polos de Lazzarato evitam o enredamento da linguagem, colocando para fora dela aquilo que nela também caminha, a saber, o outro lado de um sujeito ao mesmo

tempo formado e desubjetivado pelo poder. Nesse sentido, o real é interno e externo à linguagem, ele é um buraco para a simbolização. Diz Butler (2011, p. 12):

A sujeição consiste precisamente nesta dependência fundamental ante um discurso que não escolhemos, mas que paradoxalmente, inicia e sustenta nossa potência. A sujeição é o processo de devir subordinado ao poder, assim como o processo de devir sujeito. Seja através da interpelação, no sentido de Althusser, ou através da produtividade discursiva, no sentido de Foucault, o sujeito se inicia mediante uma submissão primária ao poder.

Quando entramos em um processo em rede, do tipo que Lazzarato chama de servidão, vivemos um processo sistêmico de comunicação, mas nem por isso deixamos de ser sujeitos, cambiantes e a cada momento respondendo a uma interpelação, a um discurso, e sendo dessubjetivados ao entrar nessas redes como puros actantes ao lado e junto com dispositivos maquínicos. Esses dispositivos são, por assim dizer, discursos naturalizados, incorporados em estruturas, instituições, fazendo com que a comunicação circule automaticamente,⁴ como no caso do dinheiro ou da influência sistêmicos. Habermas também cai no dualismo ao contrapor aos meios de controle ao agir orientado ao entendimento, como se esse segundo tipo idealizado nos salvasse do primeiro:

Contrapondo-me a esse modo de ver, eu gostaria de provar que somente os domínios funcionais da reprodução material podem ser diferenciados por meio de mecanismos de controle. Já as estruturas simbólicas do mundo da vida são reproduzidas mediante o agir orientado pelo entendimento, que constitui o meio fundamental; pois os sistemas da ação, por dependerem da reprodução cultural, da integração social e da socialização, permanecem ligados às estruturas do mundo da vida e do agir comunicativo. (HABERMAS, 2012, p. 476)

Escrita e comunicação

Ora, a própria linguagem é uma espécie de máquina. Derrida (1991, p. 11), em sua crítica à teoria dos atos de fala, faz uma inversão: ao invés de considerar

⁴ Basta lembrar como no caso do dinheiro não precisamos a cada momento negociar com nossos interlocutores para saber quantas vacas equivalem a potes de manteiga. Nenhum dispositivo existe isolado, despregado de discursos que os colocam em rede, em marcha, para fazer circular desejos, pulsões, discursos.

a comunicação como presença metafísica e a escrita como uma comunicação à distância, propõe pensar a escrita como atividade maquínica primordial e a comunicação como um efeito da escrita. Comunicação é o efeito que faz com que nos entendamos acerca das situações concretas do mundo, mas o entendimento não é o *telos* da linguagem. O que circula é a informação, o dado, a marca, e a comunicação é um efeito da escrita, da inscrição, do discurso.

O que temos de criticar é a teoria do reconhecimento limitada a uma figura do sujeito como possessão de si, como empreendedor de si rumo a uma positividade autoidêntica. O que há é um jogo alternado de subjetivação e de dessubjetivação, entre sujeição e servidão. É em Butler, como vimos, que esse conflito, essa alternância (que não é dualismo) está melhor tematizada. Como diz Safatle sobre a teoria de reconhecimento em Butler:

Pelas suas mãos, uma teoria do sujeito fortemente marcada por aportes da psicanálise e por uma certa leitura da tradição hegeliana servia de fundamento para pensarmos problemas de reconhecimento para além da afirmação normativa do indivíduo moderno com suas exigências de possessão de si, seu ‘individualismo possessivo’, sua auto-identidade e sua redução egológica da experiência. (SAFATLE apud BUTLER, 2015, p. 173)

O sujeito, por assim dizer, é limitado por um regime de verdade que está fora dele, e a ele chega através de discursos, normas e regulamentos incorporados em instituições que tem um funcionamento comunicativo maquínico, sistêmico. Para Butler:

Embora esse regime decida de antemão qual forma o reconhecimento possa assumir, ele não a restringe. Na verdade, ‘decidir’ talvez seja uma palavra muito forte, pois o regime de verdade fornece um quadro para a cena de reconhecimento, delineando quem será classificado como sujeito de reconhecimento e oferecendo normas disponíveis para o ato de reconhecimento. Para Foucault, sempre haverá uma relação com esse regime, um modo de engendramento de si que acontece no contexto das normas em questão e, especificamente, elabora uma resposta para a pergunta sobre quem será o ‘eu’ em relação a essas normas. Nesse cenário, nossas decisões não são determinadas pelas normas, embora as normas apresentem o quadro e o ponto de referência para quaisquer decisões que venhamos a tomar. Isso não significa que dado regime de verdade estabeleça um quadro invariável para o reconhecimento; significa apenas que é em relação a esse quadro que o reconhecimento acontece, ou que as normas que governam o reconhecimento são contestadas e transformadas. (BUTLER, 2015, p. 34)

Em outras palavras, os discursos e as posições estão sempre em enfrentamento a partir de antagonismos. Há sempre o quadro do regime de verdade e visibilidade em que se dá da cena de reconhecimento, a partir do qual poderá emergir uma posição de sujeito concreta. Os sujeitos se formam dentro desses enfrentamentos. As diferenças entre posições como, por exemplo, as várias demandas democráticas de grupos sociais, se confrontam e, eventualmente, podem se reunir contra um inimigo comum. É o caso de movimentos sociais que enfrentam o governo e se unem em torno de uma pauta comum. Daí a lógica das diferenças cede lugar a uma lógica das equivalências e o campo político se fende em dois. (LACLAU, 2013, p. 189) Se nesses confrontos em torno de buscas sociais um discurso consegue hegemonizar o campo discursivo, ele se institucionalizará e, com o tempo, se naturalizará ao redor de uma rede ou dispositivo, no sentido de Agamben (2009). Há uma dinâmica aí constituída, que caracteriza a política.

Antagonismo e a partilha do social

Há ainda na modernidade, mesmo na atual hipermodernidade, uma insistência num investimento religioso do poder, que se materializa no “clamor latente da representação primordial do Um, da crença na união pré-política dos homens como efeito da partilha comum do sentido”. (SAFATLE, 2015, p. 81) A união é um ponto nodal que totaliza uma unidade que tampona a ausência de plenitude da sociedade, tampona a divisão e o conflito, para lembrar Laclau e Mouffe (2015). Que clamor é esse?

Clamor contra o desamparo das coisas ontologicamente sem lugar determinado e sem lugar natural. Coisas que trazem escritas em sua frente a irreduzibilidade de sua situação contingente. O poder pastoral é chamado para fazer face à divisão estrutural do social e à dissolução da segurança ontológica da identidade entre as coisas e seus lugares. (SAFATLE, 2015, p. 81)

Ora, a tarefa atual da política é, como estamos vendo, partir do antagonismo, desta divisão primordial que o poder pastoral tenta tamponar, da contingência que da qual emerge o acontecimento. Todos os filósofos do pensamento crítico atual definem a política, em sua diferença da gestão, como forma de inaugurar novos modos de produção de “individualidades” que não passem pelo poder pastoral ancorado em figuras de autoridade (pai, pastor, confessor, tecnólogos de discurso, entre os quais, psicólogos, jornalistas etc.), mas partam do antagonismo,

da insegurança da divisão, do desamparo, que Safatle (2015) traz como afeto primordial na teoria freudiana. A política não é a gestão condominial econômica e social da sociedade, mas a construção de uma nova economia libidinal, longe da eficácia do poder pastoral e dos tecnólogos de discurso. Sem uma mudança radical no circuito político dos afetos, retirando a potência de afetos como medo e melancolia provocados pelo poder, não é possível haver sujeitos abertos, vinculados ao acontecimento. Nesta era de convocações neoliberais ao eu do sucesso e do apelo ao gozo pleno, a política está no investimento em afetos como o desamparo:

Trata-se aqui de seguir outra via e compreender o desamparo como condição para o desenvolvimento de certa forma de coragem afirmativa diante da violência provocada pela natureza despossessiva das relações intersubjetivas e pela irreducibilidade da contingência como forma fundamental do acontecimento. (SAFATLE, 2015, p. 74)

Outra forma de compreender essa necessidade de não partir dos afetos tradicionalmente inflados na vida social, pensando a política a partir do antagonismo, do desamparo, é dada na formulação de Rancière (1996, p. 71): a política “existe ali onde a contagem das parcelas e das partes da sociedade é perturbada pela inscrição de uma parcela dos sem-parcela” (RANCIÈRE, 1996, p. 123), ou seja, aqueles que nada são “colocam seu coletivo como idêntico ao todo da comunidade”.

Safatle pensa a política justamente nessa força que leva à mutação do circuito dos afetos: “Nossa sujeição é afetivamente construída, ela é afetivamente perpetuada e só poderá ser superada afetivamente, a partir da produção de uma outra *aisthesis*”. (SAFATLE, 2015, p. 74) Nessa direção, comunicar não é transmitir algo entre um enunciador e um enunciatário através de um contrato de maneira neutra, nas redes midiáticas que buscam capturar a atenção de espectadores, ouvintes ou participantes interativos, produzindo consensos, mas simbolizar dentro de um campo tensivo, buscando dar conta do real, que mina a comunicação a cada passo. Assim, o âmago da cena de comunicação é o ato falho, não a situação normal de fala, a transparência, a expressabilidade completa.

O antagonismo se diferencia da oposição real e da contradição lógica. Segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 199), a primeira coloca em relação dois termos A e B, objetos reais, em que cada um tem a sua própria positividade, independente de sua relação com o outro. A contradição lógica envolve a relação entre A e não A, ou seja, “a relação de um termo com o outro esgota a realidade de ambos”. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 199) A contradição ocorre no nível das proposições, ou seja,

num nível conceitual. Dessa forma, não é possível confundir antagonismo com contradição. “Não há nada de antagonístico numa colisão entre dois veículos: ela é um fato material que obedece a leis físicas positivas”. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 199) Por outro lado, “a contradição [...] não necessariamente implica numa relação antagonística”. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 200) No caso da oposição real e da contradição lógica, o que torna a relação entre dois objetos inteligível “é algo que os objetos *já são*”. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 201) Dessa forma,

no caso da contradição, é porque A é totalmente A que ser não-A é uma contradição – e, portanto, uma impossibilidade. No caso da oposição real, também é porque A é plenamente A que sua relação com B produz um efeito objetivamente determinável. Entretanto, no caso do antagonismo, deparamos com uma situação diferente: a presença do ‘Outro’ me impede de ser plenamente eu mesmo. A relação advém não de totalidades plenas, mas da impossibilidade de sua constituição. A presença do Outro não é uma impossibilidade lógica: ela existe; logo, não é uma contradição. Tampouco aquele é subsumida como um momento diferencial positivo numa cadeia causal, pois neste caso a relação seria dada pelo que cada força é, e não haveria negação deste ente. (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 201-202)

A comunicação é campo tenso provocado pelas marcas antagonistas que circulam. As máquinas de expressão midiáticas e publicitárias estão nesse campo buscando domesticar os acontecimentos, reduzindo seu poder disruptivo, de modo a capitalizá-los, a partir do monolinguismo. De outro lado, se dá a emergência do plurilinguismo acontecimental, que pode ser pensado como uma abertura do circuito dos afetos de que fala Safatle. A tarefa política da comunicação deve ser mapear essas lutas por reconhecimento do plurilinguismo, a partir dos antagonismos que sustentam tais lutas. Nesse sentido, a teoria do acontecimento aqui proposta difere das versões pragmatista e deleuziana. Na versão pragmatista há, por assim dizer, um espalhamento acontecimental a partir das mídias e da recepção acontecimental nos grupos sociais, reduzindo-se a dimensão política disruptiva a uma dimensão culturalista. Na versão deleuziana, cai-se num solipsismo estésico que dificulta a compreensão descritiva da estesia descoberta em cada caso estudado, com a conseqüente despolitização. Por tais razões, é importante pensar a comunicação a partir dessa visão acima apresentada da política, ligada ao pensamento crítico. É preciso pensar a política hoje contra os processos autoritários hegemônicos que buscam construir a sociedade como um condomínio seguro:

Por ter que lidar com uma sociedade enrijecida, a constituição moderna do indivíduo é potencialmente autoritária, pois ela é narcísica, com tendência a projetar para fora o que parece impedir a constituição de uma identidade autárquica e unitária, além de continuamente aberta à identificação com fantasias arcaicas de amparo e segurança. (SAFATLE, 2015, p. 109)

Uma política emancipatória, portanto, tem de ser pensada a partir do sujeito que não tem voz, pois o regime de programação (LANDOWSKI, 2014, p. 21) do eu de sucesso é justamente o modo hegemônico de socialização que circula pelas máquinas de expressão comunicacionais. Ao mesmo tempo, as demandas democráticas também circulam, buscando disputar formas políticas de dar voz a quem não tem. Nessa direção, o povo se constitui no próprio movimento de buscar a unidade do grupo de agentes sociais. A menor unidade desse movimento está nas demandas sociais. Vejamos o exemplo que nos dá Laclau (2013, p. 123, grifo do autor):

Imagine uma grande massa de migrantes agrários que vão morar nas periferias de uma cidade industrial em desenvolvimento. Surgem problemas habitacionais, e as pessoas por eles afetadas solicitam algum tipo de solução às autoridades locais. Aqui temos uma demanda que inicialmente talvez seja apenas uma *solicitação*. Se ela for atendida, o problema termina aí. Caso contrário, as pessoas podem começar a perceber que seus vizinhos têm outras demandas que também não foram atendidas: problemas com a água, a saúde, a escola etc. Caso a situação permaneça imutável durante algum tempo, ocorrerá um acúmulo de demandas não atendidas e uma crescente inabilidade do sistema institucional em absorvê-las de modo *diferenciado* (cada uma delas isolada das outras). Estabelece-se entre elas uma relação de equivalência. O resultado, caso a situação não seja contornada por fatores externos, poderia ser um abismo cada vez maior a separar o sistema institucional das pessoas.

Com isso, as demandas que antes eram diferentes vão se unindo em torno de equivalências e rachando o espectro político, pois uma fronteira divide sempre esses movimentos em busca de institucionalização e voz, do mundo constituído e institucionalizado. A circulação das marcas vai constituindo discursos nos quais as demandas se ordenam. A comunicação é justamente esse efeito de linguagem em que certo grau de compreensão se constitui entre imaginário, simbólico e real, sempre atravessado pelo antagonismo entre as posições cá e além da fronteira.

As solicitações vão se transformando em exigências. Uma demanda que, satisfeita ou não, permanece isolada, será denominada por nós uma *demanda democrática*. Uma pluralidade de demandas que, através de sua articulação de equivalência, constitui uma subjetividade social mais ampla, serão denominadas *demandas populares*. (LACLAU, 2013, p. 124, grifo do autor)

Tensividade

Do ponto de vista da semiótica tensiva de Claude Zilberberg, o acontecimento é portador do impacto e nele o sujeito trocou “o universo da medida pelo da desmedida”. (ZILBERBERG, 2011, p. 163) No acontecimento surge o inesperado, a surpresa, a ruptura de um estado de coisas, como vimos em Badiou. Há, portanto, uma intensidade repentina que se eleva com e no acontecimento, que abala o espaço tensivo. Que espaço é esse? É o espaço de construção de sentidos que capta o aspecto sensível do sentido,⁵ pois nele o sujeito do acontecimento sofre com as diferentes consequências das variações das intensidades das grandezas semióticas e age a partir de sua percepção do acontecimento. Nesse primeiro momento da intensidade, o impacto faz romper as leis que regem a situação, a forma de sentir e entender o mundo. O sujeito só agirá num segundo momento, quando, a partir do impacto inicial, ele elaborar uma primeira recepção do acontecimento. No auge do acontecimento domina a afetividade e, num segundo tempo, surge a extensividade “como algo a ser lido, decifrado”. Diz Zilberberg (2011, p. 168-169, grifo do autor):

No ‘calor do acontecimento’— o calor é uma metáfora que remete ao ápice, ou seja, ao paroxismo de intensidade –, a afetividade está em seu auge e a legibilidade é nula. Porém, logo em seguida, conforme evolui o amortecimento das valências afetantes, o acontecimento enquanto tal cessa de obnubiliar, de obsedar, de monopolizar, de saturar o campo de presença e, em virtude da modulação diminutiva das valências, o sujeito consegue progressivamente, por si próprio ou com auxílio, reconfigurar o conteúdo semântico do acontecimento em estado, isto é, resolver os sincretismos intensivo e extensivo que o discurso projeta. [...] Dito de modo familiar: *quando a coisa acontece já é tarde demais!* O acontecimento não pode ser *apreendido* senão como alfo afetante, perturbador, que suspende momentaneamente o curso do tempo.

5 Isso se dá na semiótica tensiva nas dimensões de tonicidade, andamento, temporalidade e espacialidade.

O acontecimento rompe com as leis da situação e oferece a oportunidade de uma nova configuração desde que haja sujeitos que se filiem ao acontecimento e a esse processo de verdade inaugurado por ele, para lembrar Badiou (1996). É nessa intensidade do acontecimento que se pode dar a aposta de uma mudança no circuito dos afetos e na configuração na ordem do tempo. Se não houver sujeitos que se tornem fiéis ao acontecimento, a extensividade trará velhos discursos, inclusive através das máquinas de expressão midiáticas, que se apropriarão dele através de velhas leituras. Ao invés de transformação, teríamos retrocesso e paralisia. (SAFATLE, 2015, p. 119) Para que a partir do acontecimento possa surgir um novo processo de verdade, é preciso haver investimento libidinal de novos sujeitos abertos a uma nova temporalidade em que a construção do sujeito não se dá mais a partir dos ditames da lógica narcisista do eu inflado de sucesso, abrindo uma ambiguidade do que parecia até antes do acontecimento o mundo familiar. (SAFATLE, 2015, p. 131) Como diz Safatle: “a crítica é construção do estranhamento no interior do que até então fora familiar e bem conhecido, ela opera ao desintrinchar o Real no interior do Imaginário”. (SAFATLE, 2015, p. 131) A crítica é aqui não um movimento mental de alguém que vê o mundo de cima, mas de quem está dentro da intensidade do acontecimento, afetivamente investido, e decide ser fiel ao acontecimento transformador. A política é aqui “uma aposta do que só existe como traço”. (SAFATLE, 2015, p. 133)

Um acontecimento não é uma simples mudança ou um fato. Ele tem de ser uma singularidade. Aqui é Badiou quem nos explica: a mudança não traz transformação real, enquanto o fato traz transformação, mas a sua potência de existência não é máxima como na singularidade. A singularidade é forte, o fato é fraco. Ela é forte por ter como consequência, no mundo, “fazer existir nele ao existente do objeto-sítio”. (BADIOU, 2008, p. 417) O tempo do acontecimento tem de quebrar com o tempo linear de que falava Benjamin nas teses da filosofia da história (LÖWY, 2005, p. 33), tempo baseado no medo (como em Hobbes) e na esperança, inaugurando um devir sem tempo: “a temporalidade concreta dos acontecimentos é imprevisível pois sem referencia com o horizonte de expectativas da consciência histórica”. (SAFATLE, 2015, p. 152)

A intensidade no campo tensivo é máxima na singularidade. Entretanto, no momento após o acontecimento, surgirão não apenas os sujeitos fiéis ao acontecimento, mas aqueles que se opõem a ele, os reativos, como os escravos que não aderiram a Spartacus. Para Badiou, o reativo não é pura negação acontecimental, pois ele se propõe a produzir algo; esse presente do sujeito reativo é um presente extinto, medido, negativo, “um presente pouco menos pior que o passado”. (BADIOU, 2008, p. 72)

Há uma terceira posição de sujeito frente ao acontecimento, a do sujeito obscuro: a do patricio da antiga Roma. Ele não nega a potência criadora do acontecimento, ele quer a abolição do novo presente, considerado “maléfico e, portanto, inexistente”. O obscuro quer simplesmente a “conservação da ordem anterior”. (BADIOU, 2008, p. 77)

No estado de pavor em que o colocam Spartacus e suas tropas, o patricio, como o bispo da Revolução Francesa e o fascista dos anos 1930, recorrem sistematicamente à invocação de um Corpo transcendente, pleno e puro, um corpo ahistórico ou antiacontecimental (Cidade, Deus, Raça) e daí provém que neguem a pegada, o traço (aquí a tarefa do sujeito reativo é útil ao sujeito obscuro) e, em consequência, que suprimam igualmente o corpo real, o corpo dividido.

A tarefa da comunicação na política, portanto, é a de pensar, nos campos tensivos concretos em que se dá a política como atividade antagonista, como as intensidades desconectam os contratos usuais de comunicação e abrem o campo para novas intensidades e, a partir delas, como se dão novos devires, com suas respectivas durações e amplitudes. O que se inscreveu no mundo a partir do acontecimento e que devires esse acontecimento abre, que perspectivas comunicacionais, que circuitos afetivos, na direção ascendente de uma intensificação da vida?

Referências

- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- BADIOU, A. *Philosophy for militants*. London: Verso, 2012.
- BADIOU, A. *Lógicas de los mundos*. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- BADIOU, A. *O ser e o evento*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: Zahar, 1996.
- BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BUTLER, J. *Mecanismos psíquicos del poder*. 3. ed. Madrid: Cátedra, 2011.
- DERRIDA, J. *Limited Inc*. Campinas: Papyrus, 1991.
- FREIRE FILHO, J.; COELHO, M. G. P. *A promoção do capital humano*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012. v. 2.
- HALLWARD, P. *Badiou: a subject to truth*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista*. São Paulo: Intermeios, 2015.
- LACLAU, E. *A razão populista*. São Paulo: Três estrelas, 2013.

- LANDOWSKI, E. *Interações arriscadas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014.
- LAZZARATO, M. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Sesc: N-1, 2014.
- LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.
- LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- MARCHARD, O. *El pensamiento político posfundacional*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- PRADO, J. L. A. *Habermas com Lacan*. São Paulo: EDUC, 2014.
- PRADO, J. L. A. *Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2013.
- PRADO, J. L. A. (Org). *Regimes de visibilidade em revistas*. DVD em hipermídia. São Paulo: EDUC/CNPq, 2011.
- RANCIÈRE, J. *O descentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- ZILBERBERG, C. *Elementos de semiótica tensiva*. São Paulo: Ateliê, 2011.

Eram iconoclastas nossos ativistas? A representação na berlinda e as práticas comunicacionais como formas (políticas) de presença

Rose de Melo Rocha

“Politicidade”: perspectivas de aplicação do conceito

[...] o ‘bom menino’ é sempre a tentação do professor: aquele aluno que faz tudo que o professor quer, do jeito que o professor quer. No fundo, fantoche. [...] Hoje, impera o instrucionismo em nosso meio, um atentado diário à politicidade: não se forma gente capaz de história própria, mas lacaios de um sistema perverso e que precisa de imbecilizados para se manter. (DEMO, 2002, 165)

Quando, no ano de 2009, apresentei no 8º Congresso Lusocom o *paper* “Políticas de visibilidade, juventude e culturas do consumo: um caso (de imagem) nacional”, a recepção ao trabalho foi, no mínimo, curiosa. De um lado, colegas exaltados me interpelavam nos corredores para dizer que, se fossem seguir à risca a abordagem proposta em minha apresentação, “tudo seria política ou político” e isto, para aduaneiros da institucionalidade, soava como uma blasfêmia irreverente e irresponsável. Outros, ao contrário, apressavam-se a me cumprimentar, de modo proporcionalmente efusivo. Para estes, meu enunciado correspondia ao que eles entendiam ser o mais profundo (e possível) exercício político em tempos de crise das instituições. O caminho escolhido era simples: na junção entre três chaves de leitura (urbanidades; visualidades; politicidades), propusera-me a analisar recentes episódios de visibilização juvenil brasileiros, que compartilhavam de relevância qualitativa e estavam articulados a exercícios de construção de si – individuais e coletivos – com caráter narrativo, midiaticizado, estético e contestador.

O conceito central que ordenara meu argumento é o de “politicidade”, formulação preciosa que me fora apresentada por colegas colombianos, mexicanos e italianos, todos muito experientes tanto no estudo da política quanto das juventudes, e a natureza desta última área de pesquisa talvez tenha sido a grande razão de o terem adotado. Anos depois, descobriria que um dos primeiros a ter utilizado

o mesmo conceito fora um ilustre conterrâneo, ninguém menos que Paulo Freire. O conceito de politicidade em Paulo Freire é pensado a partir da articulação entre conhecimento e emancipação, ou seja, relaciona-se a processos de consciência social de sujeitos implicados na construção de autonomia e na criação de alternativas próprias de ser e estar no mundo.

Recentemente, ao preparar este capítulo, retornei a um livro de Pedro Demo (2002) no qual o autor analisa longamente esta proposta de Freire, e ali podemos constatar que ter cunhado essa noção – politicidade – rendera ao educador e ao filósofo alguns desgostos. Como eu mesma percebera no incômodo de meus colegas, mencionado no início desta escrita, pesara sobre a noção de Freire a suspeita de alguns de seus pares de que ela suscitaria um perigoso relativismo. Além disso, o próprio autor desconfiara da adoção prática que dela vinha sendo feita. Segundo observa Demo (2002, p. 151-152), desagradava a Freire o temor de que alguns de seus “discípulos” estivessem mais preocupados em “fazer política” do que em cuidar de sua própria formação e do aprendizado de seus alunos. Também estava determinado a esclarecer o fato de que falar em politicidade – exercício de consciência crítica, de autonomia reflexiva e de mergulho no cotidiano político, social, cultural, habilidade humana de “saber pensar” e intervir criticamente – não significava o barateamento do regime democrático, mas antes, implicava em um profundo combate de sua burocratização.

A ideia de politicidade, com todos os riscos que uma noção flexível coloca, tem se mostrado o conceito mais afinado, talvez justamente por seu caráter plástico, ao próprio modo através do qual marceiros e ativistas narram a si próprios, tanto quando abordados por instrumentos mais convencionais de pesquisa (entrevistas, questionários, histórias de vida), quanto na cartografia de bordas fluídas, mas de qualidades plenamente objetiváveis, que identificamos na memória audiovisual que produzem sobre si e suas atuações.¹ Assim, não encontro melhor definição a me servir de radar de observação de movimentos juvenis da atualidade, alguns com braços intergeracionais e interclasses claros, que mesclam ação política, linguagens estéticas e uma forte base tecnológica e comunicacional.

A politicidade abrange ainda outra ordem de implicação que nos é especialmente cara a nós, pesquisadoras e pesquisadores da comunicação. Na direção apontada, entre outros, por Cerbino (2005), ela é um “quê-fazer” que provém da vida cotidiana, das práticas estratégicas de vinculação e participação. Nessa direção,

1 O resultado destas cartografias narrativas, estruturadas a partir de entrevistas, pesquisa de campo e análise de memória audiovisual poderá ser conferido em livro da autora, agora em preparação.

mobiliza sujeitos sociais ativos, tendo o corpo como “elemento mediador e lugar de enunciação de uma nova politicidade, de um modo de ocupar e dar sentido ao espaço público e de construir uma cidadania cultural mais além da de direito”. (CERBINO, 2005, p. 118, tradução nossa)

Perea (1998), analisando a relação de jovens colombianos com a política tradicional, propõe que, juntamente ao descrédito em relação às institucionalidades, nota-se o aparecimento de novas formas de se construir identidades coletivas, vinculadas ao plano das expressividades. (PEREA, 1998, p. 129-150, tradução nossa) Talvez, nesse caso, se possa operar um primeiro discernimento, nomeando ou, antes, localizando nessas construções identitárias uma categoria de atuação juvenil que se poderia associar a uma “expressividade política”.

Regressando às proposições de Cerbino, o caráter comunicacional destas que, em sentido complementar, denominaremos “politicidades expressivas”, ficaria mais evidente:

Nos usos dos estilos e das modas, em grande medida veiculadas pelas indústrias culturais, se observa a colocação em cena de processos de constituição de um complexo conjunto de significações e representações simbólicas, de tal forma que é possível afirmar que alguns grupos juvenis souberam criar sabiamente um “jogo de aparências”. (CERBINO, 2005, p. 118, tradução nossa)

Estevão (2009), leitor de Paulo Freire, utiliza o termo de modo ampliado, como “cosmopoliticidade”. Para o autor, este teria por vantagem:

valorizar **múltiplas cidadanias** e [...] desocultar a fragilidade do ser humano, com ênfase particular não apenas na crueldade humana, mas também na solidariedade com os outros e na oposição activa a todas as formas de injustiça.

Este tipo de cosmopolitismo [...] aponta para uma desnacionalização da democracia e da cidadania, no sentido de as tornar mais abertas aos desafios da globalização, refundando-as num conjunto de valores supra-nacionais.

Do lado da sociedade, esta forma de cosmopolitismo assume a possibilidade de se construir uma sociedade civil global, coerente com a ideia de que a consciência global se expande, como é visível, por exemplo: na criação de um novo sentido de pertença e sensibilidade cuja expressão são os movimentos sociais transnacionais [...]. Este cosmopolitismo democrático tem por detrás a ideia de que a pertença a um Estado ou comunidade não condiciona o compromisso com outras associações e outras lealdades a outros ideais que ultrapassam o

Estado-nação. Como afirmam Held & McGrew: *a globalização dos processos culturais e das comunicações podem estimular novas imagens de comunidade, novas avenidas de participação política e novos discursos de identidade. A globalização está contribuindo para criar novos padrões de comunicação e de informação e uma densa rede de relações que vinculam os grupos e as culturas políticas entre si, transformando a dinâmica das relações políticas por cima, por baixo e ao lado do Estado.* (ESTEVÃO, 2009, p. 109, grifo nosso)

Contemplando tais ressalvas, retomo neste artigo a mesma proposta que vem me permitindo auscultar os sinais produzidos por jovens ativistas brasileiros na última década, com ênfase para as manifestações que, tendo emergido durante e ao redor dos Fóruns Sociais Mundiais, desde 2001, seguiram se desdobrando em iniciativas ainda mais descentralizadas, horizontais e plurais, como aquelas capitaneadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), em sua origem, pelas Marchas (da Liberdade, da Maconha, das Vadias, dentre as que mais se destacaram no Brasil), e pelos “ocupas”, do qual Occupy Wall Street, em 2011, seria epicentro e epifênomeno (HARVEY et al., 2012) e que, na cidade de São Paulo, resultaria no Acampa Sampa, posteriormente Ocupa Sampa, como esclarece Oliveira (2014).

Partindo desse macrocenário sociocultural, estabelecemos como problema específico de pesquisa mapear e interpretar recorrências formais e temáticas provenientes da memória audiovisual gerada pelas marchas juvenis brasileiras. A coleta desse material considera sua presença na cena urbana e midiática, incluindo dados advindos de observações regulares de seu acontecimento em redes sociais como o Facebook e nas ruas da capital paulistana. Em função dos limites e dos objetivos deste artigo, irei aqui me restringir à apresentação dos nortes conceituais que fundamentam a investigação, contemplando os principais resultados analíticos a que chegamos, e reservarei para outros momentos a partilha mais detalhada de dados atinentes às pesquisas documental e etnográfica. Ainda que minha observação empírica seja composta pelo acompanhamento de mobilizações sediadas na cidade de São Paulo, é notório que várias delas já se dão na fronteira de territórios, e isto efetivamente porque o espaço público que ocupam é tanto a cidade quanto as autôpistas digitais.

Ações anticanônicas e de fronteira

Formas contemporâneas de engajamento juvenil que se constituem em zonas de cruzamento (trafegando entre o consumo de materialidades e de visualidades, entre a cultura massiva e a midiática, entre a urbanidade e a virtualidade),

as mobilizações juvenis denominadas “marchas” caracterizam-se como ações (e políticas) comunicacionais e mobilizam práticas de consumo (midiático, cultural, tecnológico) de fronteira. Algumas delas possuem dimensão local (como a Marcha dos Bons Drink, tributo à transexual Luisa Marilac), outras, nacional (como a Marcha da Liberdade e a Marcha do Skate), e há as que possuem caráter mundial (como a Marcha da Maconha e a Marcha das Vadias). Tal objeto permite uma varredura analítica das conformações políticas complexas e paradoxais inseridas em uma cultura do consumo eminentemente comunicacional e em um capitalismo estetizado e discursivo, no qual as imagens e a visibilidade corporal ganham centralidade, constituindo campo nuclear de assujeitamentos, mas também de negociação constante de imaginários sociais, de políticas de subjetividade e de processos (políticos) de subjetivação.

O uso do corpo como mídia e da cultura midiática como instrumento político são nucleares à compreensão dessas ações que atravessam limites territoriais, unindo o suicídio por imolação de Mohammed Bouazizi, na Tunísia, em 2010, protestando contra a recorrente apreensão das frutas que vendia, às coreografias dos secundaristas chilenos, em 2011, que protestavam em massa por reforma e qualidade educacional dançando ao som de *Thriller*, sucesso do astro pop Michael Jackson. Para tomar o exemplo dos “ocupas” iniciados em meados de 2010, observa-se que, de fato,

[h]ouve uma sincronia cosmopolita febril e viral de uma sequência de rebeliões quase espontâneas [...] [com] uma mesma forma de ação: ocupações de praças, uso de redes de comunicação alternativas e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional. (CARNEIRO, 2012, p. 8)

Esses movimentos partilham, e este é um aspecto crucial, de uma denúncia ao caráter arbitrário inerente à institucionalização da política, e muito possivelmente esteja aqui se unindo uma vocação iconoclasta a traços anarquistas. Ante a crise das instituições, recentes ações de engajamento ativista tanto nos alertam para a necessidade de repensar o institucional quanto evocam, em suas utopias presentes, a urgência de torná-lo novamente pensável. No caso brasileiro, com especial visibilidade em algumas das manifestações de 2013, sobre as quais por razões de escopo analítico não irei agora me deter, a crítica à representação política como um todo e à representatividade de atores e partidos, em específico, convive com o enfrentamento, compartilhado com ativistas anteriores, da mídia hegemônica de massa e de seus principais arautos.

Isso significa dizer que a ênfase iconoclasta que vemos ser articulada, de modo sinérgico, por diferentes ativismos contemporâneos, inclui uma dinâmica pendular. Nela convivem a crítica ferrenha à representação política e à representação comunicacional da mídia massiva e, ao mesmo tempo, a agência da representação, como instância política de visibilidade, que é ferramenta de luta. Desenvolvendo essa ordem de argumento, Araluce (2011), em uma análise tocante das iniciativas de enfrentamento aos feminicídios brutais e sistemáticos ocorridos desde 1995 em Ciudad Juarez, no México, ali identifica a conformação de instâncias e redes do que a autora denomina um ativismo social transnacional. Em sua interpretação, há relevância ímpar, em situações de insegurança e fragilidade do Estado, local e nacional, de se constituírem redes transnacionais de defesa, com atores políticos com competência de atuação em tais fóruns de visibilidade. Ou seja, em situações de invisibilidade forçada, o enfrentamento político e o ativismo forçosamente ocupam e se ocupam de equipamentos de representação e, também nesse caso, é evidente a relevância do universo digital.

Mas vejamos: problematizo essas ações e narrativas políticas não apenas como estratégias comunicacionais e identitárias em si, mas questiono os impactos e contextos de seu aparecimento e recepção. Afinal, percebo-as como paradigmáticas da visibilização de sujeitos sociais que elaboram uma crítica ao capitalismo, ao consumismo e às grandes corporações e, concomitantemente, segundo minha hipótese, desenvolvem táticas ativas de inserção crítica em algumas destas dinâmicas, como no caso da cultura midiática e das redes digitais.

As marchas juvenis, que desde 2011 são objeto de minha investigação,² sinalizam, nesta primeira década dos anos 2000, para a emergência desse modo de ativismo que ataca crenças estabelecidas, instituições e tradições políticas e cuja dimensão anticanônica contempla um fazer político estético e cotidiano, sensível a fluxos globais e marcado por contingências locais. Deixam claro que uma nova agenda de preocupações mobilizava jovens – protagonistas de ações que podem confluir em protestos intergeracionais – em toda a América Latina, mas também nos Estados Unidos, na Europa e nos países árabes.

Munidos de seus próprios corpos e de sua competência em mobilizar ferramentas performativas, tecnicidades e a presença em espaços digitais e na cena urbana, estas juventudes enunciam um modo de agir que joga com a mobilidade – o marchar – e com a permanência – o ocupar –, plano este que agora compõe

2 Como parte do projeto de pesquisa “Você marcha para quê? Sentidos do ativismo juvenil nas culturas comunicacional e do consumo” (Bolsa Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/2013-2015).

nosso novo interesse de investigação:³ os sentidos estéticos e políticos de se ocupar a cidade, ocupar o próprio corpo, ocupar e habitar os locais públicos e midiáticos, ocupar para enfrentar a imobilidade e a invisibilidade forçadas, ocupar para tomar posse do que é “seu”, ocupar para questionar o imperativo consumista do “possuir”, ocupar para construir o que Michel Serres identifica como o último rincão humanista, o campo do “todos”. Ocupar para dar visibilidade a causas, projetos, comportamentos. Ocupar para ressignificar encarceramentos simbólicos, para forçar as grades da linguagem, para tomar para si o narrar a si mesmo em um mais além do espelho de narciso. Ocupar como luta por representação – política, estética, midiática. Ocupar como guerrilha narrativa.

Possibilidades semelhantes foram percebidas por García (2013) quando, ao analisar a revolução egípcia iniciada em 2011, identifica inscrições juvenis e grafites de rua que revelam a capacidade de adaptar “uma gramática global a semânticas locais” (GARCÍA, 2011, p. 165), bem como se inserem em uma movida mais ampla, uma “contracultura do rechaço” na qual se mesclam “atuações musicais, obras teatrais e até casamentos”, mostrando como “protestos festivos se converteram em uma mostra do que os egípcios haviam construído durante décadas apesar da repressão governamental”. (GARCÍA, 2011, p. 166)

Corpos jovens ocuparam Wall Street em Nova Iorque, insubordinando o canônico berço das instituições financeiras estadunidenses e transnacionais, recusando os desdobramentos da nova ordem de um capital globalizado, excludente e rigidamente hierárquico. Sobre o Occupy Wall Street, Zizek (2012) argumentava que “não devemos ficar aterrorizados pela eterna questão: ‘Mas o que eles querem?’”. Ao contrário, essa indagação patriarcal deve ser eliminada do horizonte.

No sentido psicanalítico, os protestos são efetivamente um ato histórico, provocando o mestre, minando sua autoridade, e a questão “O que você quer?” procura exatamente impedir a resposta verdadeira. Seu ponto é: “Fale nos meus termos ou se cale!”. (ZIZEK, 2012, p. 23)

Corpos intergeracionais ocupam desde meados de 2015 um prédio deteriorado na Praça da Luz, região central da cidade de São Paulo, próximo à famigerada “Cracolândia”, como parte de um projeto de justiça social assentado na posse e na exibição pública de todas as mais variadas sexualidades. As recusas aqui dizem respeito às ingerências do capital no bastião das subjetividades e, indiretamente, ao impor uma nova geografia e um novo uso àquele espaço urbano, provocam as fúrias da especulação imobiliária e das políticas e libidos higienistas. Parafraseando

3 Como parte do novo projeto de pesquisa submetido ao CNPq (Bolsa Produtividade em Pesquisa/2016-2018).

Zizek, “não falamos nos seus termos e não vamos nos calar” parece ser uma irreverente palavra de ordem a ecoar do Projeto SSEX BBOX (“sexualidade fora da caixa”) cujas atividades haviam se iniciado em 2011, com a produção de uma série de webdocumentários.

Autonomia, autoria e competência enunciativa são constitutivas desse lugar político de bordas dilatadas e fronteiras expandidas, que emerge do cotidiano e a ele retorna. Para usar expressão recorrente em inúmeras das narrativas autobiográficas que vimos coletando ao longo de décadas de estudos com jovens urbanos, experiências dessa natureza funcionam como efetivo “empoderamento” dos sujeitos implicados em tais acontecimentos e vivências. Pontuamos, contudo, a necessária problematização da gênese mesma de tal expressão, posto que, obviamente, existem nela traços inequívocos do discurso do empreendedorismo e da lógica da autogestão do sucesso, em sua vertente neoindividualista e neoliberal.

Marchas: negociando com a cultura massiva e produzindo visibilidade autoral

As marchas juvenis, expressivas de maneiras contemporâneas de ativismo, são fenômenos comunicacionais que mobilizam e produzem materialidades comunicativas abundantes. Entendemos ainda que, em termos mundiais, ativismos dessa natureza são lócus de materialização de representações sobre os jovens e as juventudes que ressignificam, inúmeras vezes, “sistemas especialistas” (GIDDENS, 1991) oriundos da cultura midiática massiva.

Um episódio recente, já mencionado no artigo, é exemplar desse tipo de articulação. Quando, em meados de julho de 2011, o movimento estudantil chileno, denominado por alguns estudiosos os novos “pinguinos”, como se pode ver em Aguilera (2014), trouxe para as ruas de Santiago coreografias inspiradas em ícones do pop norte-americano, debates acalorados tomaram de assalto tanto grupos de jovens ativistas, reunidos em fóruns digitais, quanto, por exemplo, envolveram pesquisadores de importantes redes internacionais como a Associação Internacional para o Estudo da Música Popular (IASPM).

Em algumas de suas postagens, na lista de discussão organizada pela sessão latinoamericana da IASPM (IASPM-AL), investigadores problematizavam os sentidos da intensa associação entre formas políticas e formas do entretenimento. Um dos participantes afirmava que

Donde se baila Michael Jackson me parece que está muy cercano a los flashmobs o moBidas como se les comienza a llamar en Madrid. Se trata de convocatorias que se hacen por medio de las redes sociales para ocupar un espacio público (a veces privado) para cantar, bailar y aun tocar músicas (y videos) bien conocidas y con diferentes motivos: protestas contra el gobierno o alguna empresa (denuncia de explotación laboral), peticiones al gobierno u otra autoridad (arreglar calles, protesta contra desahucios), comunicación con la estrella homenajeada (¿cuando vienes a Toulouse Lady Gaga!!!???) o simplemente divertirse... muchas veces es sólo diversión. Bueno en todos los casos hay un componente de diversión y ocio irrenunciable.

[...] El contrafactum de Grease es una versión muy sofisticada del lipdub (playback casero).

En mi opinión se trata de prácticas de diversión ampliamente difundidas en sectores de la juventud que pueden ser reutilizadas para algún objetivo social o político concreto. Let's fun! Toda generación construye su mundo con las herramientas a su alcance y los estudiantes chilenos lo están haciendo muy bien!!

Outros participantes não eram tão otimistas quanto a associações entre o divertir-se e o se engajar, como se nota no seguinte argumento:

En cuanto a lo inocuo, lo señalé no porque creo que lo sean realmente, sino porque lo parecen, pues es la imagen que se tiene de estas danzas y coreografías “light”. Sobre todo considerando que, al igual que en México, abundan en la tele chilena los shows que apuntan a alimentar el sueño de la fama y del reconocimiento del talento individual u organizacional, pero no político, entre un público familiar y especialmente juvenil. En fin, a lo que voy es que parecer inocuo y light (y pop) es bastante útil para captar adeptos y mantener la represión a raya, pues existe el riesgo de padecer no sólo la censura, sino también la violencia corporal.

Sobre las redes sociales, en todo caso, crecen las sospechas de control y me consta que algo de eso hay. Por ejemplo, quise postear en fcbk una foto de la última marcha y el sistema no me lo permitió porque la foto había sido denunciada de “abusiva”. Hice una contradenuncia, pero hasta ahora no me llega ninguna respuesta y sigo sin poder linkear la foto, así es que la descargué y luego la publiqué directamente.

Os depoimentos acima apenas confirmam o caráter dinâmico e complexo dessas ações protagonizadas por jovens que, em sua prática cotidiana, produzem narrativas sobre si e sobre os outros, negociando e subvertendo sentidos engendrados pela cultura massiva e por práticas de consumo das quais eles próprios são atores. Estudar ações juvenis articuladas à constituição de cenas políticas mediadas pela cultura, em suas mais amplas e díspares expressões – das materialidades do consumo à comunicação midiática, da produção de vídeos radicalmente contestadores à ocupação transgressora de ruas e equipamentos urbanos – evoca certo *revival* hipermoderno da lógica *do it yourself* punkeira, agora marcado pela apropriação de

meios digitais e pela busca de visibilidade sociocultural. Essa produção de visibilidade autoral e de subjetivações iconoclastas, midiaticizadas e moleculares parece-me fundamental para nos perguntarmos se, e como, de fato, a política está se tornando novamente pensável.⁴

Essas novas formas de engajamento juvenil são ainda estratégicas para respondermos, atualmente, a alguns problemas de pesquisa: o que jovens ativistas concebem por consumo, por comunicação e por política? Como se relacionam com o consumo midiático e tecnológico? Quais são, efetivamente, os produtos materiais e simbólicos por eles consumidos? Como constroem sua visibilidade social, apropriando-se e negociando com formatos comunicacionais hegemônicos e contra-hegemônicos? Como avaliam as interfaces comunicação e política, distinguidas a ambiência massiva dos fóruns digitais?

Ao analisar tais narrativas, a via estética é a que nos permite aferir o caráter cultural e as mutações do sensível atinentes às formas discursivas estudadas. O conceito de narrativas, aqui, dilata-se. Narrativas são relatos que trazem em sua materialidade as marcas do vivido, a entonação existencial dos sujeitos que relatam, evitando-se, em sua leitura, “uma busca de verdade ou de reconstrução dos fatos, acontecimentos ou eventos sociológicos, mas sim [são compreendidas] como versões a partir do presente”. (AMAYA, 2004, p. 44)

Modos de dizer e lugares enunciativos, as narrativas são também uma forma plástica que abriga um corpo que narra, um corpo – ou vários – que narra seu tempo, ao mesmo tempo em que, na materialidade da narrativa produzida, funciona como barômetro do tempo vivido; narrando-se, os jovens constroem seus “palimpsestos de identidade” (MARTÍN-BARBERO, 1998), mas, igualmente, fazem-se metáfora do espírito de seu tempo.

E que tempo é este? Este é um tempo de corpos-mídia e cidades-mídia, com a reconfiguração das noções de espaço público, de cidadania e de política. O que reconheço é também uma leitura das narrativas ativistas que, ao nelas identificar a inegável penetração de midiaticizações e discursos midiáticos, não irá a essa característica associar, aprioristicamente, a alcunha do comodismo, do desencanto e da pauperização do sensível.

Marcial (2006), uma década atrás, constata que a apropriação de referentes simbólicos por jovens de Guadalajara, no México, participava de uma “construção identitária a partir do consumo”. (MARCIAL, 2006, p. 33) Investigando diferentes

4 Como propõe Laclau (2008, p. 12), retomar a iniciativa política significa, a partir de um ponto de vista teórico, “fazer a política novamente pensável”.

expressões juvenis (punks, *skinheads*, neohippies, *hackers*, dentre outros), Marcial, em sua abordagem do consumo cultural, não se centrará “naqueles elementos que falam de processos de segregação social, cuja origem é o status e o prestígio”. As juventudes em resistência que interessam ao autor o levam, ao contrário, a compreender que é no consumo que diversas ideologias juvenis

[...] buscam diferenciar-se do resto da sociedade enquanto identidades sociais, mas também resultam importantes os processos de comunicação e integração que estas culturas juvenis estabelecem com o propósito de criar laços de solidariedade e identificação cultural entre os que comungam as variadas formas de ser jovem. (MARCIAL, 2006, p. 33-34)

Marchas: atividades combinatórias, identidades coletivas

Mais do que mera afirmação de existência, nem propriamente uma subversão de sentidos, o que se dá a ver a no Brasil a partir dos anos 2000 é uma expressividade juvenil que denomino convergente, através da qual efetivamente se refazem e reforçam vínculos. As audiovisualidades gregárias e ambivalentes produzidas no contexto marcheiro são expressões de si e convites a atividades combinatórias, como se a imagem de cada jovem fosse, na linha que conecta ciberespaço, rua e quarto, uma base imaginária sobre a qual outros jovens podem, não só se espelhar, mas muito concretamente se construir. Relembremos Guattari (1993), para quem a produção maquínica de subjetividade deve ser julgada a depender de como se der sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação, implicando em um novo paradigma estético. Ele é “processual”, “trabalha os paradigmas científicos e éticos e é por eles trabalhado”. Além disso, “tem implicações ético-políticas porque quem fala em criação, fala em responsabilidade da instância criadora em relação à coisa criada”. (GUATTARI, 1993, p. 136)

Uma cidadania exercida desde esta cena talvez deva estar implicada na construção de regimes de significação capazes de gerar e gerir políticas cidadãs de sensibilidade e de visibilidade. Nesses termos, a experiência das marchas confirma que politicidades não emergem exclusivamente da cena política clássica, reque-rendo, justamente, um olhar que se desloca para o cotidiano e, inextricavelmente, para a análise e reapropriação feita dos sistemas interpretativos demarcados por símbolos, valores e fragmentos de sentido oriundos de práticas e hábitos de consumo midiático, tanto material quanto simbólico. Em seus estudos sobre “consumo

de mídia e identidades juvenis”, a brasileira Veneza Ronsini (2007, p. 56-57) chega a uma interessante formulação:

O alargamento ou encolhimento da experiência simbólica – inspirada no imaginário da mídia – dos sujeitos que consomem e produzem os estilos juvenis depende da mediação [...] [das] redes locais de sociabilidade.

O interesse pela cultura globalizada não significa somente a subordinação à cultura da mídia que os leva a consumir produtos, programas e a reproduzir o repertório da música internacional, mas pode indicar o anseio por novos padrões de vida, isto é, novas possibilidades materiais e simbólicas, diante da inconformidade dos jovens quanto às características de funcionamento das relações no entorno social.

Afinando-me a esse recorte, entendo que as marchas são ações estratégicas a partir das quais setores juvenis constroem a visibilidade de suas causas e valores, consolidando uma agenda própria, que enfrenta a pauta midiática de base massiva, negociando não apenas conteúdos, mas formas e modos de dizer e tratar temas de relevância. Assim, não é estranha a esse tipo de ativismo a mobilização de canais próprios de divulgação e mobilização que atravessam a cena urbana e massiva pela via das redes sociais. O mapa de visibilidade destes e destas jovens efetiva-se pela presença constante no Facebook e no YouTube, tendo significado igualmente uma vasta geração de vídeos ao vivo, produzidos de próprio punho, muitas vezes com a utilização de celulares.⁵

Uma verdadeira rede alternativa de produção e consumo estético-cultural vem ganhando força, associada nesse caso a segmentos culturais-comportamentais específicos, de movimentos políticos consolidados a movimentações mais fragmentadas ou demarcadas temporalmente. Essas cenas político-comunicacionais juvenis reafirmam a plurivocalidade como perspectiva gregária e evocam a complexidade como perspectiva de interpretação. Transitando por mundos possíveis e por comunidades de partilha do sensível, em involuntária inspiração no proposto por Jacques Rancière e Ernesto Laclau, o ativismo marcheiro, em tempos de cólera e paz teletransmitidos e reverberados, constrói, em presença comunicada, seus princípios identitários coletivos, estruturando vínculos políticos, sensíveis e colaborativos.

5 A discussão sobre o significado da utilização de mídias móveis merece uma argumentação a parte, que será contemplada no relatório final desta investigação.

Nessa direção, a ação política juvenil, retomando a ideia de Sarlo (1997), torna-se partícipe de uma estética da vida cotidiana, sendo elemento decisivo na construção de uma cena cultural marcada pela sinestesia entre aspectos sensíveis, políticos e corporais. Adotar este conceito, o de cenas juvenis, significa ainda perceber como alguns cenários comunicacionais articulados e “povoados” por jovens constituem paradigmas relevantes, alimentando e reiterando – a contrapelo – imaginários sociais hegemônicos, mas inúmeras outras vezes, produzindo e colocando em circulação representações e narrativas claramente contra-hegemônicas, desbancando estereótipos ou reconfigurando estigmatizações correntes.

Investigando as políticas da visibilidade e as lutas pela representação capitaneadas por setores juvenis chilenos, Aguilera (2008, p. 342, grifo nosso) sugere que:

A informação e a comunicação se transformam em um novo lugar de conflito constituinte de ações coletivas, ao passar por estes ditos processos/espacos as possibilidades de disputar e mudar os códigos de leitura do social assim como insumos fundamentais para a construção de projetos políticos coletivos [...]. [Em um] contexto de alta densidade informacional emergem as vinculações com as novas tecnologias, com buscar informação e difundir-la através da Internet, as páginas de contra-informação assim como a possibilidade de entender que *a própria prática comunicacional se transforme em um novo modo de grupalidade*.

Talvez, nesse caso, o esforço seja, exatamente, vislumbrando as possibilidades da rede, fazer dela instrumento e não um objeto em si. Escapando a apelos tautológicos, redes serão, de fato, sociais se efetivamente nos permitirem o salto pós-individualista. Pela via do entretenimento, do debate político, do compartilhamento de sons, ideias e imagens, não importa. Na tão alentada cultura da convergência, convergir e atuar em torno de um projeto comum (que não o próprio “deus tecnológico”) é um grande desafio.

Marchas: principais núcleos de significação

A se tomar por referência o texto polissêmico construído a partir de diferentes marchas juvenis, os principais núcleos de significação estruturam-se desde uma agenda tripartite: politicidade/corporalidade/tecnicidades e materialidades comunicativas. Uma concepção ampla de liberdade articula-se a essa agenda, incluindo de modo incisivo a liberdade em relação aos usos dos próprios corpos, a liberdade de circulação pelas cidades, a liberdade de produção e disseminação dos próprios

conteúdos e formas comunicativas. Escapando ao grande *appeal* narcíseo-maquínico, a produção das narrativas sobre si, sobre o coletivo e sobre o outro que mobiliza número significativo de marheiros brasileiros e os vincula a outros transnacionais é da ordem do projeto. Ou seja, em tais expressividades juvenis, jovens em particular ou segmentos juvenis como um todo se assumem como autores e atores de fala, de suas próprias falas, sobre si e sobre o mundo, problematizando imaginários sociais e representações hegemônicas sobre a juventude midiaticamente disseminadas. Como já pontuara Feixa (1999, p. 41), presencia-se “a irrupção da juventude já não como sujeito passivo mas sim como ator protagonista na cena pública”.

Auscultar as narrativas dos jovens marheiros corrobora a hipótese de que a comunicação não pode se restringir ao estudo dos meios, nem os meios, hoje, significam exclusivamente meios massivos. O trânsito entre o urbano e o digital dá-se no seio de cidades que cada vez mais se estruturam em termos de processos comunicacionais. Imagens e imaginários, estilos e modos de vida se espelham e se espalham através de veículos, formas e conteúdos midiáticos. Há ainda uma simbiose profunda entre o lugar midiático e os territórios e, nesse caso, não devemos nos limitar às experiências metropolitanas, especialmente em um país em que uma das grandes questões políticas de âmbito internacional – refiro-me ao que se passa no território da Floresta Amazônica brasileira – envolve incontestes processos de invisibilização de tensões e conflitos sociais, ambientais, culturais e políticos.

Vivemos uma era de paradoxos. Ou, para ser mais exata, vivemos a era dos paradoxos. E nossas e nossos jovens constituem uma das mais paradigmáticas expressões desse cenário. A juventude, mito fundador da modernidade, é o lugar por excelência da ruptura, mas o é, igualmente, o ponto desde o qual se pode sonhar e projetar permanências.

Filhos da urgência, esses herdeiros da modernidade vem propondo uma nova gramática de expressão de demandas coletivas, uma nova forma de gerir o espaço público, inclusive o tecnologicamente mediado e, de modo cabal, impuseram uma revisão a contrapelo do próprio pilar que sustentara a moderna tradição política brasileira – ordem (para quem?) e progresso (de que tipo e a que custo?) –, esta já anacrônica reinvenção da tríade da modernidade em sua feição desenvolvimentista: ordem, beleza, pureza.

Defensores de utopias presentes, práticas e possíveis, os jovens marheiros de todo o planeta – sim, eles possuem expressão global, embora suas agendas sejam, muitas vezes, fortemente locais – são iconoclastas contumazes. Juntamente aos temidos manifestantes anômicos e anônimos (os Black Blocks na linha de frente), trazem às ruas da cidade e aos autopistas digitais a aposta de uma guerrilha contra

a representação, aí incluída a representação midiática e a democracia representativa, em algumas de suas expressões mais radicais.

Não me interessa, com esse argumento, reforçar as já clássicas dicotomizações que, historicamente, em especial desde os anos 1960, vêm construindo as representações e os imaginários sociais sobre “a” juventude. Nossos jovens militantes mais longevos e nossos ativistas a tempo parcial não se encaixam – e isso aterra os veículos da imprensa massiva, em sua fúria categorizante – nos estereótipos corriqueiros dos anjos e dos demônios.

Não são necessariamente vândalos, nem exatamente bons moços, não são propriamente “de esquerda”, tampouco exatamente “de direita”. Alguns deles são fortes, plurais, potentes, mas outros podem se converter em máquinas de guerra tomadas de frenesi combativo, e isto assusta aqueles que se acostumaram a vê-los ultrapassando fronteiras apenas na ritualística das “baladas”. São filhos da democracia, e seus críticos. Contudo, algo há que se reconhecer: esses e essas jovens são sedentos de agregação, de expressão pública e de ação coletiva. E sabem como fazê-la.

Referências

AGUILERA, O. *Movidas, movilizaciones y movimientos: cultura política y políticas de las culturas juveniles en el Chile de hoy*. 2008. Tese (Doutorado) - Departament d'Antropologia Social i Prehistòria, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2008.

AGUILERA, O. *Generaciones: movimientos juveniles, políticas de la identidad y disputas por la visibilidad en el Chile neoliberal*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

AMAYA, J. F. S. *Menos querer más de la vida: concepciones de vida y muerte en jóvenes urbanos*. Bogotá: Departamento de Investigaciones Universidad Central; Siglo del Hombre Editores. 2004.

ARALUCE, O. *Activismo social transnacional: un análisis en torno a los feminicidios en Ciudad Juárez*. Guadalajara: ITESO, 2011.

CARNEIRO, H. S. Apresentação: rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. p. 7-14.

CERBINO, M. Movimientos y máquinas de guerra juveniles. *Nómadas*, Bogotá, n. 23, p. 112-121, oct. 2005.

DEMO, P. *Politicidade: razão humana*. Campinas: Papyrus, 2002.

ESTEVÃO, C. V. Educação, globalizações e cosmopolitismos: novos direitos, novas desigualdades. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, PT, v. 22, n. 2, p. 35-52, 2009.

FEIXA, C. *De jóvenes, bandas y tribus*. Barcelona: Ariel, 1999.

- FEIXA, C.; NOFRE, J. (Orgs.). *#GeneraciónIndignada: topías y utopías del 15M*. Lleida, ESP: Milenio, 2013.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- HARVEY, D. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.
- LACLAU, E. *Debates y combates: por um nuevo horizonte de la política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- MARCIAL, R. *Andamos como andamos porque somos como somos: culturas juveniles en Guadalajara*. Zapopan, Mex.: El Colegio de Jalisco, 2006.
- MARTÍN-BARBERO, J. Jóvenes: des-orden cultural y palimpsestos de identidad. In: CUBIDES, H. J. et al. (Orgs.). *“Viviendo a toda”*: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Bogotá: Departamento de Investigaciones Universidad Central; Siglo del Hombre Editores, 1998.
- OLIVEIRA, R. Cibercultura, apropriação do espaço público e os usos da cultura digital: o caso do Ocupa Sampa, os Indignados de São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu, MG. *Anais...* São Paulo: ANPOCS, 2014.
- PEREA, C. Somos expresión, no subversión. In: CUBIDES, H. J. et al. (Orgs.). *“Viviendo a toda”*: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Bogotá: Departamento de Investigaciones Universidad Central; Siglo del Hombre Editores, 1998.
- RANCIÈRE, J. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. Lisboa: Ed. 34, 2009.
- RANCIÈRE, J. *The politics of aesthetics*. Londres: Continuum, 2004.
- REGUILLO, R. *Emergencia de culturas juveniles: estrategias del desencanto*. Buenos Aires: Editorial Norma, 2000.
- RONSINI, V. M. *Mercadores de sentido: consumo de mídia e identidades juvenis*. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- SARLO, B. *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- ŽIŽEK, S. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, D. et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012. p. 15-25.

Confronto político e mídia digital: investigando o “nós” da ação coletiva

Rousiley C. M. Maia

Patrícia G. da C. Rossini

Vanessa V. de Oliveira

Alicianne G. de Oliveira

Introdução

A internet e os Sites de Redes Sociais (SRSs) estão no centro da ação, da mobilização e do protesto em rede na contemporaneidade. O uso de plataformas digitais para organização, mobilização e ativismo digital é objeto de interesse de pesquisadores de diversos países, que buscam compreender as interfaces entre o uso das tecnologias e os movimentos sociais e protestos de larga-escala. (ADAY et al., 2010; ALLAGUI; KUEBLER, 2011; BENNETT; SEGERBERG, 2012a, 2012b; COSTANZA-CHOCK, 2012; DAHLGREN, 2013; EARL; KIMPORT, 2011; ELNAWAWY; KHAMIS, 2012; LANGMAN, 2013; CAMMAERTS, MATTONI; MCCURDY, 2013; TEJERINA et al., 2013, TRERE, 2012) Não obstante, alguns pesquisadores (CHRISTENSEN, 2011; DAHLBERG, 2007) são céticos sobre a possibilidade de fazer generalizações sobre as formas de associação e de ação que acontecem nesses ambientes, devido à diversidade da natureza e de propósitos do ativismo. Neste artigo, argumentamos que é possível construir inferências mais amplas se fizermos as distinções corretas. Endossamos a necessidade de diferenciar entre a lógica organizacional presente nas ações de movimentos sociais e a lógica que estrutura as redes de protestos em larga escala. (BENNETT; SEGERBERG, 2012a, 2012b; BIMBER; FLANAGIN; STOHL, 2012; EARL; KIMPORT, 2011) Propomos, contudo, uma distinção adicional, a respeito da noção de identidade coletiva como uma “semântica compartilhada”. Aplicamos essa noção a movimentos sociais tradicionais e às ações de grupos de contestação envolvidos em mobilizações de larga escala, como a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, entre outros. (DELLA PORTA; DIANI, 2006; HONNETH, 1996; MELUCCI, 1989, 1996; TOURAINE, 1981)

Argumentamos que a avaliação do uso das tecnologias digitais para a ação coletiva exige uma melhor compreensão das diferentes concepções de “nós” que estão no núcleo dessas ações. A tecnologia digital abre possibilidades práticas semelhantes tanto para os movimentos sociais tradicionais quanto para as redes de mobilização criadas digitalmente. A questão-chave é, portanto, diferenciar conceitualmente as identificações coletivas e a maneira através da qual os ativistas respondem às condições sociais, aos eventos e às oportunidades, especificamente através da internet e Sites de Redes Sociais. Este artigo busca, assim, contribuir para elucidar a noção de semântica coletiva – ou a constituição do “nós” – em diferentes tipos de ações conectadas em redes digitais.

Apresentamos nossos argumentos em três etapas. Primeiro, delineamos uma visão geral das possibilidades inovadoras para ativismo digital trazidas pelas tecnologias Web 2.0. Em seguida, esboçamos as distinções feitas por alguns estudiosos entre a lógica organizacional presente nas ações de movimentos sociais e nas redes de ação em larga escala sustentadas digitalmente. Introduzimos uma descrição complementar sobre a identidade coletiva como um problema de “semântica compartilhada”. Na terceira parte, defendemos o argumento de que é preciso atentar para a concepção de “nós” no cerne das ações coletivas, a fim de analisar o uso da tecnologia digital para a mobilização e o ativismo. A conclusão do artigo resume as principais contribuições deste estudo para compreender as manifestações contemporâneas de ativismo digital, além de sugerir questões a serem exploradas por pesquisas futuras para aprofundar o entendimento deste fenômeno.

Internet e ativismo

A recente proliferação de tecnologias Web 2.0 acrescentou novas complexidades à ação coletiva e ao ativismo. A fim de observar os papéis distintos que os SRSs podem exercer em movimentos coletivos de vários tipos, propomos três formas específicas, mas interligadas, de apropriação tecnológica: a) organização interna da ação coletiva e mobilização; b) produção de visibilidade e fornecimento de informações; e c) ressignificação de conteúdos. (ROSSINI, 2014) Adotamos uma visão social das tecnologias, baseada na premissa de que os efeitos da tecnologia surgem da combinação de *affordances* – isto é, oportunidades para ação – e das maneiras contingentes e inovadoras que as pessoas se apropriam desses recursos. (BAYM, 2010, p. 44) Assumimos que a coexistência e a coevolução das tecnologias reformulam as práticas de mobilização. Integrantes de movimentos sociais, ativistas

e cidadãos comuns interagem com ampla variedade de *media* tradicionais e mídias digitais, em um ambiente de mídia híbrido e interligado. (CHADWICK, 2013; MAIA, 2014; MAIA; REZENDE, 2016; MATTONI, 2013; MCCURDY, 2013; PADOVANI, 2010; PAPACHARISSI, 2011; TRERÉ, 2012) Sob essa perspectiva, as tecnologias digitais fornecem recursos semelhantes que podem ser utilizados para movimentos sociais tradicionais e mobilizações menos estruturadas, sustentadas digitalmente.

Organização interna e mobilização

A literatura sobre ativismo digital tem extensivamente documentado o modo pelo qual a internet e os SRSs oferecem meios de comunicação econômicos e flexíveis para a construção de comunidades e de laços entre ativistas, para além das fronteiras nacionais. (HAGUE; LOADER, 1999; HILL; HUGHES, 1998; JURIS, 2005; RHEINGOLD, 1993; SHIRKY, 2010; SMITH; KOLLOCK, 1999; STEPANOVA, 2011) Independentemente da organização ser formal, *ad hoc* ou de natureza temporária, a internet e os SRSs provêm importantes recursos para mobilização social, promoção de “advocacy”, criação de campanhas transnacionais, petições, boicotes e protestos. Se pesquisadores e observadores restringem seus focos apenas às práticas relacionadas aos *media* – sejam *websites*, listas de e-mail, boletins eletrônicos, *blogs*, Twitter e SRSs, como o Facebook – a conclusão fica restrita à percepção que esses dispositivos e recursos são utilizados para organizar tanto mobilizações discretas quanto protestos de larga escala. Por exemplo, enquanto o Facebook apresenta ferramentas únicas que facilitam o processo de mobilização e organização de um evento, o Twitter é amplamente usado para publicizar e informar em tempo real, devido ao uso das *hashtags* (#) que funcionam como um índice para um tópico. Esse diagnóstico é certamente correto, mas deixa de explicar as especificidades das ações de protesto em relação ao contexto social mais amplo.

Fornecimento de informação e visibilidade

Os *media* digitais oferecem uma poderosa infraestrutura de comunicação a fim de ajudar atores coletivos a difundir informação de modo autônomo, a ganhar visibilidade e a atingir as esferas civil e política. Esse tópico também tem sido explorado por mais de 15 anos. (HILL; HUGHES, 1998; TSAGAROUSIANOU; TAMBINI; BRYAN, 1998) Com o surgimento da Web 2.0 e os dispositivos para promover mobilização, os sujeitos podem agora produzir e compartilhar informação,

fotos e vídeos por meio de SRSs e de plataformas de compartilhamento, como YouTube, Vimeo e Flickr.

Por meio de plataformas móveis e de *smartphones*, as pessoas têm a oportunidade de compartilhar conteúdo em tempo real, de modo que esse material passa a circular imediatamente na rede. Na medida em que uma informação ganha visibilidade através de um ambiente de mídia *on-line* interconectada, essa dinâmica reduz a dependência dos organizadores de ações coletivas dos *media* de massa. Além de produzir visibilidade, os meios digitais podem, ainda, contribuir para inserir questões de ativistas nas agendas dos *media* convencionais. (ADAY et al., 2010; ALLAGUI; KUEBLER, 2011; HOFHEINZ, 2011; STEPANOVA, 2011) O uso dos SRSs permite que os ativistas ampliem a influência sobre a sociedade em geral, como também sobre os representantes políticos, os quais, de outra maneira, poderiam ignorar as suas demandas. Em alguns casos, ciclos de protestos e de mobilizações contestatórias produzem a replicação viral de informação. (DESRUES, 2013; MERAZ; PAPACHARISSI, 2013; MOGHADAM, 2013) Novamente, mecanismos digitais para circulação de informação são encontrados em movimentos que procuram exercer impacto sobre um limitado número de pessoas assim como em movimentos que tentam mobilizar uma massa de participantes.

Ressignificação de conteúdo

A integração de SRSs com outros *sites* e plataformas colaborativas – como YouTube, Instagram, Tumblr, *blogs* e *sites* de notícias – permitem a reapropriação e resignificação de conteúdo pelos sujeitos. Esse processo geralmente ocorre em diferentes níveis de comunicação – linguístico, discursivo e visual – no ambiente *on-line*, e pode se espalhar através de interações variadas entre ativistas e pessoas externas ao movimento. Um número crescente de estudiosos mostra que membros de organizações de movimentos sociais, participantes de protestos e cidadãos compartilham, de modo parecido, *links* para notícias e vídeos e, ainda, comentários que tentam reenquadrar o conteúdo para a interpretação coletiva. (MERAZ; PAPACHARISSI, 2013) Alguns pesquisadores sugerem que uma nova espécie de “ativismo lúdico” vem sendo criado, “através de uma inovadora apresentação de humor [...], tendo o prazer, a brincadeira e a criatividade em sua essência”.¹ (TEJERINA et al., 2013, p. 385)

¹ “a groundbreaking display of humor, irony, and parody [...] with pleasure, play, and creativity at its core”.

Através de processos de ressignificação, o material dos *media* de massa, assim como o de mídia alternativa, diretamente conectados a grupos específicos, vêm sendo misturados e reconfigurados. Um bom exemplo dessa prática coletiva de interpretação são os *memes* – produções pessoais que criam e editam imagens para apresentar fatos com humor, sarcasmo ou criticismo. (SHIFMAN, 2011; SHIRKY, 2010, CHAGAS et al., 2015) Para reiterar, tais processos são vistos tanto em mobilizações centralizadas, com administração profissionalizada e recursos abundantes, como em movimentos dispersos, informais e descentralizados. Eles podem ser encontrados em “estágios latentes”, assim como em “estágios efervescentes” de ação coletiva, para utilizar os termos de Melucci (1996).

Se a tecnologia digital oferece recursos similares para os movimentos sociais tradicionais e para as redes de mobilização sustentadas pelo uso das tecnologias digitais, precisamos explorar a semântica compartilhada do “nós” por trás de diferentes tipos de ação coletiva. Se analisarmos apenas as especificidades das plataformas mediáticas, as ferramentas, os recursos e as habilidades dos usuários – ainda que esses elementos sejam fundamentais para a compreender a estrutura da ação coletiva – acabamos por eliminar o problema do “nós” das mobilizações. Na seção seguinte, tratamos da conceitualização do “nós”, como uma semântica coletiva em mobilizações de distintas naturezas, tendo vista a lógica (ou a cultura) do uso das tecnologias.

O terreno complexo da ação coletiva

A literatura atual sobre ativismo *on-line* vem mostrando a diversidade de atores que utilizam a internet e os SRSs para ações coletivas contestatórias. O ativismo *on-line* pode ser realizado por indivíduos que não participam de associações, coletivos informais, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), grupos que lutam em prol de certas causas (*advocacy*), grupos de interesse, redes formais e redes *ad hoc*. Esses atores podem ter diferentes formas organizacionais – distintas conexões sociais; níveis diferenciados de recursos e poder; orientações políticas ou objetivos diversos; linhas mais ou menos hierárquicas de liderança ou distribuição horizontal de tomada de decisão; e, ainda, vários graus de profissionalização concernentes às práticas comunicativas. O campo da sociedade civil em redes é complexo e plural, mas não teoricamente indeterminado. Há boas razões para a existência de pluralidade. Assim, diferenciar entre esses atores ajuda a discernir como a ação coletiva é organizada através da internet e dos SRSs.

Dessa forma, a tipologia de Lance Bennett e Alexandra Segerberg (2012a; 2012b) fornece um ponto de partida para se distinguir entre três dinâmicas de organização, referente: a) aos movimentos sociais tradicionais; b) às organizações híbridas, tais como grupos de *advocacy* e ONGs; e c) às ações contestatórias sustentadas digitalmente. Para desenvolver nosso argumento acerca da construção do “nós” na ação coletiva, recorreremos a dois tipos de engajamento propostos por esses autores: “a lógica familiar de ação coletiva associada a altos níveis de recursos organizacionais e à formação de identidades coletivas” e a “lógica menos familiar de ação conectiva baseada no compartilhamento de conteúdo personalizado através de redes digitais”.² (BENNETT; SEGERBERG, 2012b, p. 739) Não tratamos de associações com caráter híbrido. Apesar de interessante e útil para orientar investigações empíricas, essa categoria não modifica a natureza de nosso argumento.

Bennett e Segerberg fazem a ressalva que essa tipologia não estabelece esquemas fixos de categorização. (BENNETT; SEGERBERG, 2012b; 2012a) O argumento central sustentado por esses autores é o de que a introdução da mídia digital não altera a dinâmica do núcleo de ações dos movimentos sociais ainda que mude a “forma” dessas práticas. Cada inovação tecnológica tende a ser apropriada pelos organizadores dos movimentos sociais para realizar diversas tarefas de forma inovadora, mas isso não altera substancialmente os objetivos dessas organizações. (BIMBER; FLANAGIN; STOHL, 2012; EARL; KIMPORT, 2011) Em contraste, as chamadas “redes sustentadas digitalmente” (LIVINGSTON; ASMOLOV, 2010) ou “redes de ação digital” (BENNETT; SEGERBERG, 2012a, 2012b) têm uma estrutura organizacional fundada na internet e SRSs, ainda que sejam estimuladas por movimentos sociais pré-existentes ou por algum grupo de ativistas. (DAHLGREN, 2013; LANGMAN, 2013; TEJERINA et al., 2013)

No entanto, o que se configura como “identidade coletiva” ou “semântica compartilhada” não está claro nesse debate. Assim, torna-se importante esclarecer o problema da construção de uma identidade coletiva concebida como semântica partilhada – isto é, o problema da constituição e do reconhecimento do “nós” nessas dinâmicas. A ligação entre identidade e ação coletiva é central nas pesquisas sobre movimentos sociais. (MELUCCI, 1989, 1996; TOURAINÉ, 1981) Na verdade, a questão da definição de “quem somos” é um relevante componente do discurso interno dos grupos.

2 “the familiar logic of collective action associated with high levels of organizational resources and the formation of collective identities, and the less familiar logic of connective action based on personalized content sharing across media networks”.

Em desafio à orientação racionalista e funcional presente nos primeiros estudos sobre movimentos sociais, autores que se filiam a uma perspectiva construcionista, como Alberto Melucci (1989; 1996) e William Gamson (1992), sustentam que os movimentos não são “entidades” prontas, com interesses “fixos”. Ao invés disso, eles constroem e negociam, de maneira dinâmica, o significado de “nós” ao longo do tempo. Os indivíduos ou atores coletivos definem significados sobre si mesmos através da interação com outros atores sociais. Esse processo pressupõe a auto-identificação com valores e orientações comuns e a articulação de relações que se estabelecem, geralmente, em oposição a um “eles”, pessoas e grupos que possuem crenças, valores e interesses distintos. Esse processo exige a articulação de posicionamentos no campo social, com referências a “protagonistas”, a “antagonistas” e, ainda, a pessoas ou grupos com posição neutra, frequentemente considerados como “audiências”. (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 95)

Donatella della Porta e Mario Diani definem movimentos sociais como “(a) redes informais principalmente de interação, com base em (b) crenças compartilhadas e solidariedade, mobilizadas em torno de (c) temas controversos através do (d) uso frequente de várias formas de protesto”.³ (DELLA PORTA; DIANI apud DELLA PORTA; MANTONI, 2015) Esses autores sustentam que os sentimentos de identificação e solidariedade são criados quando as pessoas atribuem algum significado comum para suas experiências, necessidades ou aspirações. Della Porta e Diani destacam, ainda, que somente quando a identificação mútua se dá de modo contínuo ela poderá assumir a forma de lutas específicas ao longo do tempo e do espaço. A sustentação da identificação é, assim, fundamental para que os indivíduos desenvolvam consciência de seus próprios interesses, em relação aos demais agentes, num contexto mais amplo de interações.

Seguindo a tradição da teoria crítica, Axel Honneth (1996) contribui para explicar “uma gramática moral” do conflito e as origens do descontentamento social. Ele defende que a subjetividade, a autonomia e a agência individual são construídas em e através de relações de reconhecimento recíproco com outros indivíduos em diferentes esferas de interação. A teoria de Honneth funda-se na ideia de que sentimentos de injustiça surgem quando os indivíduos não são reconhecidos como seres com necessidades específicas na esfera das relações primárias; como cidadãos com respeito e autonomia comparáveis aos outros na esfera das relações jurídicas; ou como indivíduos com importantes contribuições na esfera do

3 “Social movements are (a) mostly informal networks of interaction, based on (b) shared beliefs and solidarity, mobilized around (c) contentious themes through (d) the frequent use of various forms of protest”

trabalho e das relações sociais. De acordo com Honneth, uma experiência negativa só pode se tornar uma base motivacional para a resistência coletiva se uma “semântica compartilhada” é construída, ou seja, quando “os sujeitos são capazes de articulá-los [os sentimentos de injustiça] dentro de uma estrutura intersubjetiva de interpretação que pode ser compreendida como comum a grupo”.⁴ (HONNETH, 1996, p. 163)

No contexto deste artigo, argumentamos que a obra de Honneth fornece critérios multidimensionais para avaliar a estrutura interpretativa do “nós”. A noção de “semântica compartilhada” refere-se à constituição relacional da autocompreensão que os indivíduos fazem de si; esse processo incorpora dimensões cognitivas e emocionais que alimentam a motivação para resistência coletiva e para ações transformadoras. Essa proposição ajuda a fazer avançar a crítica feita pelos teóricos da abordagem construcionista dos movimentos sociais, qual seja, as identificações mútuas não podem ser tratadas como estáticas, similares, sólidas ou unidimensionais, tal como a noção de “identidade coletiva” parece sugerir. (DELLA PORTA; DIANI, 2006; DELLA PORTA, 2012; GAMSON, 1992; MELUCCI, 1989, 1996) Ademais, as formulações de Honneth podem oferecer uma relevante ferramenta analítica para capturar a autodefinição de atores coletivos envolvidos em vários tipos de conflito social, a partir das relações na esfera íntima ou privada, na esfera jurídica e, ainda, na esfera do trabalho e de cooperações sociais. (MAIA, 2014) Por essa razão, entendemos que a noção de semântica compartilhada pode ser aplicada em análises de movimentos sociais tradicionais, bem como em mobilizações *ad hoc* e dispersas, como protestos de grande escala. Nas seções seguintes, indagamos como podemos entender a constituição da “semântica compartilhada” nas inter-relações entre tecnologias e as práticas de ativismo promovidas por movimentos sociais e por redes de ação sustentadas digitalmente.

Ações digitais pelos movimentos sociais tradicionais

Reivindicamos anteriormente que os movimentos sociais almejam construir um “nós” baseado em alguma noção de unidade, mesmo se fundados em distintas culturas de organização, hierarquia, linhas de liderança ou controle da tomada de decisão, profissionalização de competências, recursos, e formas de participação. (RUCHT et al., 2004; KAVADA, 2013; WARREN, 2001) A semântica

4 “subjects are able to articulate them within an intersubjective framework of interpretation that they can show to be typical for an entire group”.

coletiva, nesse caso, diz respeito a uma comunidade de algum modo particularizada e interessada em afirmar certos modos de vida ou em defender valores específicos, classe de direitos ou bens sociais. É preciso ter em mente que muito antes da existência da internet, dos SRSs e de *microbloggings*, os movimentos sociais se empenhavam para disseminar autonomamente material comunicativo, por meios de inúmeras formas e mídias chamadas alternativa, radical, independente etc. (ATKINSON, 2010; DELLA PORTA; DIANI, 2006; DOWNING, 2001) Movimentos sociais foram influentes para coordenar ações, engajar públicos, sustentar campanhas e promover mobilizações em diferentes situações em contextos nacionais e transnacionais. (KECK; SIKKINK, 1998; WARREN, 2001)

O uso de tecnologias digitais dentro de um movimento social está intimamente relacionado à necessidade comunicativa de elaborar uma semântica de sentidos compartilhados, a fim de sustentar enquadramentos comuns em torno da definição dos problemas, posicionamentos no campo de conflitos e de forjar ações que buscam soluções numa direção almejada. Como os indivíduos possuem múltiplos valores, interesses e experiências distintas – os quais estão em constante transformação – os participantes de movimentos sociais geralmente precisam negociar suas interpretações em relação a semelhanças e diferenças, além de definir objetivos e estratégias para atingir as mudanças sociais pretendidas. Para tanto, eles precisam desenvolver distintas habilidades políticas e comunicativas e, ainda, sustentar a solidariedade, para que a ação coletiva resista ao longo do tempo.

O uso de tecnologias para a comunicação externa ao movimento social busca tipicamente criar estratégias e mensagens competentes, tendo em vista os objetivos e as oportunidades da organização. Para serem politicamente efetivos, os membros de um movimento social precisam interagir seletivamente com um conjunto de outros atores. Estudos nesse campo têm demonstrado que a comunicação externa desses atores é, geralmente, um processo altamente reflexivo. A partir do conjunto de possibilidades oferecidas pelos “velhos” e pelos “novos” *media* (MATTONI, 2013; MCCURDY, 2013), os movimentos sociais buscam a melhor maneira de posicionar estrategicamente seus recursos e suas forças para maximizar suas chances de sucesso e o próprio poder. (RYAN et al., 2013) Uma vez que o fluxo de informações e a troca de ideias dentro e fora do ambiente do movimento social objetivam transformar padrões de reconhecimento e comportamentos sociais, instituições, normas e políticas, os ativistas estão usualmente envolvidos em processos de educação e socialização em longo prazo. Assim, eles estão constantemente preocupados com os problemas da ação coletiva.

Protestos e redes de ação sustentadas digitalmente

As ações controversas em protestos de larga escala – tais como a Primavera Árabe, os protestos na Grécia, os Indignados na Espanha, o Occupy Wall Street e os protestos de Junho de 2013 no Brasil – atraíram a participação e o engajamento de um grande número de pessoas, independente das distinções demográficas e socioeconômicas, e foram irrefutavelmente sustentadas por diversos tipos de tecnologias digitais. (COSTANZA-CHOCK, 2012; DAHLGREN, 2013; LANGMAN, 2013; TEJERINA et al., 2013; SILVA, 2014) Diferentemente de protestos políticos mais convencionais, o chamado *networking* tecnológico (LIVINGSTON; ASMOLOV, 2010) ou “ação digital em rede” (BENNET; SEGERBERG, 2012a, 2012b) se espalha sem organização centralizada, mesmo quando são desencadeadas por movimentos sociais ou grupos ativistas pré-existentes. (DAHLGREN, 2013; LANGMAN, 2013; TEJERINA et al., 2013) A ação conectiva, nesse caso, se forma através de mensagens pessoais, as quais são transmitidas horizontalmente em redes de contatos. Os participantes não precisam ser parte de um grupo ou compartilhar valores ou posicionamentos políticos para atuar como organizadores de protestos. Ademais, a copresença não é mais necessária para a emergência de um protesto. Além de demonstrações massivas em praças e espaços públicos desses protestos, outras formas de ação coordenada ocorrem nos e através dos meios digitais.

As pessoas se engajam em processos colaborativos de produção e distribuição de materiais políticos e mensagens personalizadas, através de *posts*, *tweets* e vídeos que são replicados e disseminados em diferentes plataformas e mídias sociais. Nesses casos, parece acurado afirmar que não há esforço de criar uma identidade coletiva, um “nós”, que se relaciona a alguma comunidade particular, preocupada em afirmar um determinado modo de vida ou em defender direitos específicos e particulares, como ocorre nos movimentos sociais tradicionais. Como compreender a semântica coletiva nesses casos? Peter Dahlgren, ao examinar a variedade de demandas e articulações presentes no movimento Occupy Wall Street, argumenta que os participantes, a despeito da heterogeneidade genuína entre eles, foram capazes de prover uma “identidade política razoavelmente coerente de uma maioria moralmente indignada, economicamente vitimizada e politicamente desprivilegiada”.⁵ (DAHLGREN, 2013, p. 79) Benjamin Tejerina e colegas também argumentam que os participantes do Occupy se definiram e foram retratados da forma mais genérica

5 “reasonably coherent political identity of the morally enraged, economically victimized, and politically disenfranchised majority”.

possível, através de termos como “os 99%”, “as pessoas”, “os ativistas” e “os militantes”. (TEJERINA et al., 2013, p. 385)

Esses protestos parecem assinalar uma profunda crise de legitimidade das instituições, ao invés de apresentar reivindicações particulares ligadas a grupos específicos. A demanda coletiva diz respeito à criação ou à reformulação de instituições para que permitam aos indivíduos buscar livremente projetos distintos de realização pessoal. Confrontando níveis crescentes de desigualdades sociais e econômicas, aliado à negligência das elites políticas, os manifestantes de movimentos como os Occupy protestam por dignidade, melhores oportunidades, estabilidade econômica e mobilidade social. (DAHLGREN, 2013; LANGMAN, 2013; TEJERINA et al., 2013) Diante de ditaduras impostas e de restrições às condições para a democratização, os participantes dos movimentos que constituíram a Primavera Árabe demandavam a criação de condições genuínas para a democracia, além da eliminação de outras desigualdades socioeconômicas (DESRUES, 2013) e de gênero. (MOGHADAM, 2013) De forma semelhante, as grandes mobilizações de Junho de 2013, em diversas cidades brasileiras, foram motivadas por um sentimento coletivo de revolta em relação aos representantes políticos eleitos. Corrupção política e impunidade, serviços públicos precários, violência policial e os elevados gastos com a Copa do Mundo de 2014 foram alguns dos temas na agenda dos protestos em todo o país. (MALINE; ANTOUN, 2013; SILVA, 2014)

Se compreendermos essas lutas como demandas para a fundação ou a reforma de instituições, é razoável argumentar que a “semântica compartilhada”, nesse caso, inclui todas as razões pessoais para contestação e demanda por mudanças. Nesse contexto, a constelação de emoções – tais como ansiedade, raiva, indignação, humilhação e esperança – dificilmente se traduz como vocalização de causas particulares. Reivindica-se, em última instância, condições fundamentais para a liberdade individual e condições sociais para o desenvolvimento de projetos pessoais e coletivos específicos.

A partir dessa perspectiva, a ideia de “nós” em protestos de larga escala transcende as particularidades de grupos e possibilita que um amplo “público de públicos” se forme. Não é de se estranhar, portanto, que os participantes desses protestos não se sintam motivados a superar as diferenças entre si com vistas a construir uma agenda política unificada, para além da demanda por direitos fundamentais ou por benefícios básicos. Na formação de ações conectadas em larga-escala, coordenadores ou ativistas convidam as pessoas para interagir e protestar. O processo é diferente dos movimentos sociais tradicionais, que requerem a definição de objetivos comuns que atendam a interesses específicos ou a valores conectados a grupos

e, ainda, a construção de solidariedades relativamente duradouras, a fim de intervir construtivamente nos processos de decisão política.

Em ações coletivas sustentadas digitalmente, a indicação de líderes ou de porta-vozes é frequentemente evitada. Mesmo quando há um centro de organização claro, com reuniões presenciais para planejar ações ou para promover demonstrações nas ruas, os ativistas dificilmente almejam persuadir as pessoas a compartilhar uma identidade coletiva, como nos movimentos sociais. (BENNETT; SEGERBERG, 2012b; DAHLGREN, 2013; LANGMAN, 2013; TEJERINA et al., 2013; ALLAGUI E KUEBLER, 2011) Diferentemente de organizadores de movimentos sociais, que seletivamente interagem com atores externos por meio de ações específicas de mídia, os indivíduos que participam dos protestos sustentados digitalmente expressam suas próprias opiniões e demandas por meio de mensagens personalizadas que são compartilhadas nos ambientes de rede. (BENNETT; SEGERBERG, 2012a, 2012b)

Não estamos sugerindo que as redes de ação sustentadas digitalmente, dada a variedade de mensagens apresentadas por seus participantes e a ausência de coordenação centralizada, sejam ineficazes para a transformação política. Essa é sempre uma questão contingente e complexa, que depende das interações dos ativistas com os demais atores sociais e as instituições, dentro de contextos históricos específicos. (DAHLGREN, 2013; SEFERIADES; JOHNSON, 2012; TARROW, 2011) Na Primavera Árabe, o uso das mídias sociais – em especial, Facebook e Twitter – possibilitou que os protestos transpusessem as fronteiras territoriais para chamar a atenção mundial para as práticas do regime antidemocrático. Mesmo com o desligamento da internet no Egito e na Síria, serviços como Twitter e Facebook possibilitaram que os cidadãos continuassem presentes *on-line* ao disponibilizar números de telefone para o envio de atualizações por SMS, superando tanto o desligamento da rede quanto o bloqueio da imprensa internacional. (HOFHEINZ, 2011; STEPANOVA, 2011) Os protestos brasileiros de 2013 utilizaram múltiplas *hashtags* para obter visibilidade na rede e nos *media*, como #VemPraRua, #OGiganteAcordou, #NãoVaiTerCopa. (MALINI; ANTOUN, 2013; SILVA, 2014) De forma similar, os protestos da Primavera Árabe usaram *hashtags* para dar mais visibilidade aos eventos, como #ArabSpring, #Egypt, #Lybia, #Jan25 (referência ao dia 25 de janeiro de 2011, data do protesto que desencadeou o movimento). (EL-NAWAWI; KHAMIS, 2012; HERMIDA et al., 2014; HOFHEINS, 2011; RUSSELL, 2011) Questionar as condições em que as mobilizações organizadas digitalmente são eficazes, se elas podem se tornar estáveis ou se podem ajudar movimentos sociais convencionais a promover mudanças

transformadoras, é um desafio para os futuros estudos nesse campo. Contudo, compreender como os participantes constroem a noção de “nós” é fundamental em tal empreitada.

Conclusão

Neste trabalho, argumentamos que o terreno de *networking* da sociedade civil é altamente plural e que para compreender o uso das ferramentas digitais concernentes ao ativismo é preciso investigar os relacionamentos entre atores, as práticas contestatórias e as tecnologias. A partir da tipologia de Bennet e Segerberg (2012a, 2012b) de lógicas distintas da ação coletiva em movimentos sociais e em protestos digitais em larga escala, examinamos o conceito da semântica coletiva como um problema do reconhecimento do “nós”. Argumentamos que o questionamento das semânticas coletivas é promissor para examinar as especificidades do ativismo digital.

Defendemos o argumento que a evolução das tecnologias descortina uma série de possibilidades para remodelar o ativismo, no que tange à organização interna da coletividade e as práticas de mobilização, o provimento de informações e a ressignificação de conteúdos. Ressaltamos que o fascínio com as inovações tecnológicas não pode obscurecer a avaliação crítica das práticas de contestação imersas no conjunto de relações inerentes à sociedade. Nesse sentido, buscamos problematizar o quadro interpretativo que constitui o “nós” e dá sentido para a ação coletiva.

Sustentamos que a aplicação da noção de “semânticas coletivas”, nos moldes da teoria de Honneth, é útil, primeiro, para capturar as dimensões cognitivas e simbólicas do “nós”, tanto em movimentos sociais tradicionais quanto em protestos sustentados pelo uso de ferramentas digitais. Em segundo lugar, examinar a percepção do “nós” na ação coletiva pode expor as nuances dos conflitos ancorados nas esferas íntimas, jurídicas e sociais. Finalmente, o conceito em questão pode ser valioso para desenvolver pesquisas comparativas. Interpretar e explicar a construção de semânticas coletivas em diferentes contextos possibilita uma abordagem mais sofisticada do uso das ferramentas de comunicação, de maneira articulada com as motivações, as expectativas e os objetivos dos agentes em cada situação. Obter um entendimento sistemático das relações entre atores e suas práticas é fundamental para compreender adequadamente a inovação constante dos usos das tecnologias digitais para a mobilização e o ativismo.

Referências

- ADAY, S. et al. *Blogs and Bullets: new media in contentious politics*. Washington, DC: United States Institute of Peace, 2010. Disponível em: <<http://www.usip.org/files/resources/pw65.pdf>>. Acesso: 21 out. 2014.
- ALLAGUI, I.; KUEBLER, J. The Arab Spring and the role of ICTs: editorial introduction. *International Journal of Communication*, California, v. 5, p. 1435-1442, 2011.
- ATKINSON, J. D. *Alternative media and politics of resistance*. New York, NY: Peter Lang, 2010.
- BAYM, N. *Personal connections in the Digital Age*. Cambridge, UK: Polity Press, 2010.
- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. Digital media and the personalization of collective action. In: LOADER, B. D.; MERCEA, D. M. (Eds.). *Social media and democracy: innovations in participatory politics*. New York, NY: Routledge, 2012a. p. 13-38.
- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, London, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012b.
- BIMBER, B., FLANAGIN, A. J.; C. STOHL, C. *Collective Action in Organizations: interaction and engagement in an era of technological change*. New York, NY: Cambridge University Press, 2012.
- CHADWICK, A. *The Hybrid Media System: politics and power*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013.
- CHAGAS, V. et al. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo sobre memes dos debates nas Eleições 2014. In: CONGRESSO DA COMPOLÍTICA, 6., 2015, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015.
- CHRISTENSEN, H. S. Political activities on the Internet: slacktivism or political participation by other means? *First Monday*, Chicago, Ill., v. 16, n. 2, fev. 2011.
- COSTANZA-CHOCK, S. Mic check! Media cultures and the Occupy Movement. *Social Movement Studies*, Cambridge, Mass., v. 11, n. 3-4, p. 375-385, aug. 2012.
- DAHLBERG, L. Rethinking the fragmentation of the cyberpublic: from consensus to contestation. *New Media Society*, Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, v. 9, n. 5, p. 827-847, 2007.
- DAHLGREN, P. Occupy Wall Street: Discursive strategies and fields. In: DAHLGREN, P. *The political Web: media, participation and alternative democracy*. New York, NY: Palgrave MacMillan, 2013. p. 67-87.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social movements: an introduction*. Padstow, UK: Wiley-Blackwell, 2006.
- DELLA PORTA, D. Communication in movement: social movements as agents of participatory democracy. In: LOADER, B. D.; MERCEA, D. M. (Eds.). *Social media and democracy: innovations in participatory politics*. New York, NY: Routledge, 2012. p. 39-54.

- DELLA PORTA, D.; MATTONI, A. Social movements. In: MAZZOLEN, G. et al. (Eds) *The international encyclopedia of political communication*. Padstow, UK: Wiley-Blackwell, 2015.
- DESRUES, T. Mobilizations in a hybrid regime: the 20th February Movement and the Moroccan regime. *Current Sociology*, London, v. 61, n. 4, p. 409–423, 2013.
- DOWNING, J. *Radical media: rebellious communication and social movements*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001.
- EARL, J.; KIMPORT, K. *Digitally enabled social change: activism in the internet age*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2011.
- EL-NAWAWY, M.; KHAMIS, S. Cyberactivists paving the way for the Arab Spring: voices from Egypt, Tunisia and Libya. *CyberOrient*, Prague, v. 6, n. 2, 2012.
- HERMIDA, A.; LEWIS, S.; ZAMITH, R. Sourcing the Arab Spring: a case study of Andy Carvin's sources on twitter during the Tunisian and Egyptian Revolutions. *Journal of Computer-Mediated Communication*, Los Angeles, Calif., v. 19, n. 3, p. 479-499, 2014.
- GAMSON, W. A. *Talking Politics*. Cambridge, MA: University Press, 1992.
- HAGUE, B. N.; LOADER, B. D. *Digital democracy: discourse and decision making in the information age*. New York, NY: Routledge, 1999.
- HILL, K.; HUGHES, J. Web sites, interest groups and politics. In: HILL, K.; HUGHES, J. (Eds.). *Cyberpolitics: citizen activism in the age of the internet*. New York, NY: Rowman & Littlefield Publishers, 1998. p. 133-178.
- HOFHEINZ, A. Nextopia? Beyond Revolution 2.0. *International Journal of Communication*, Los Angeles, Calif., v. 5, p. 1417-1434, 2011.
- HONNETH, A. *The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1996.
- JURIS, J. S. The new digital media and activist networking within anti-corporate globalization movements. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, v. 597, n. 1, p. 189-208. jan. 2005
- KAVADA, A. Internet cultures and protest movements: the cultural links between strategy, organizing and online communication. In: CAMMAERTS, B.; MCCURDY, P.; MATTONI, A. (Eds.). *Mediation and social movements*. Chicago, IL: Intellect Ltd, 2013. p. 75-94.
- KECK, M. E.; SIKKINK, K. *Activists beyond Borders*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.
- LANGMAN, L. Occupy: a new social movement. *Current Sociology*, London, v. 61, n. 4, p. 510-524, 2013.
- LIVINGSTON, S.; ASMOLOV, G. Networks and the future of foreign affairs reporting. *Journalism Studies*, London, v. 11, n. 5, p. 745-760, 2010.
- MAIA, R. C. M. *Recognition and the Media*. London: Palgrave MacMillan, 2014.

- MAIA, R. C. M.; REZENDE, T. A. Respect and disrespect in deliberation across the networked media environment: examining multiple paths of political talk. *Journal of Computer Mediated Communication*, Los Angeles, Calif., v. 21, n. 2, p. 129-139, mar. 2016.
- MALINI, F.; ANTOUN, H. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MATTONI, A. Repertoires of communication in social movement processes. In: CAMMAERTS, B.; MATTONI, A.; MCCURDY, P. (Eds.). *Mediation and protest movements*. Chicago, IL: Intellect Ltd., 2013. p. 39-56.
- MCCURDY, P. Mediation, practice and lay theories of news media. In: CAMMAERTS, B. MATTONI, A.; MCCURDY, P. (Eds.). *Mediation and protest movements*. Chicago, IL: Intellect Ltd., 2013. p. 57-74.
- MELUCCI, A. *Nomads of the Present*. London, UK: Hutchinson Radius, 1989.
- MELUCCI, A. *Challenging Codes*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1996.
- MERAZ, S.; PAPACHARISSI, Z. Networked gatekeeping and networked framing on #Egypt. *International Journal of Press/Politics*, Thousand Oaks, CA, v. 18, n. 2, p. 138-166, jan. 2013.
- MOGHADAM, V. M. What is democracy? Promises and perils of the Arab Spring. *Current Sociology*, London, v. 61, n. 4, p. 393-408, apr. 2013.
- PADOVANI, C. Citizens' Communication and the 2009 G8 Summit in L'Aquila, Italy. *International Journal of Communication*, Los Angeles, Calif., v. 4, p. 416-439, 2010.
- PAPACHARISSI, Z. (Ed.). *A networked self: identity, community, and culture on social network sites*. New York, NY: Routledge, 2011.
- RHEINGOLD, H. *The virtual community: homesteading on the electronic frontier*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1993.
- ROSSINI, P. G. C. Das redes para as ruas: mídias sociais como novas armas na luta por reconhecimento? *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, SP, v. 36, p. 301-325, jul./dez. 2014.
- RUCHT, D. et al. *CyberProtest*. London, UK: Routledge, 2004.
- RUSSELL, A. Extra-national information flows, social media, and the 2011 Egyptian uprising. *International Journal of Communication*, Los Angeles, Calif., v. 5, 2011.
- RYAN, C. et al. Walk, talk, fax or tweet: reconstructing media-movement interactions through group history telling. In: CAMMAERTS, B.; MATTONI, A.; MCCURDY, P. (Eds.). *Mediation and protest movements*. Chicago, IL: Intellect Ltd., 2013. p. 133-158.
- SEFERIADES, S.; JOHNSTON, H. *Violent protest, contentious politics, and the neoliberal state*. London, UK: Ashgate, 2012.
- SHIFMAN, L. An anatomy of a YouTube meme. *New Media & Society*, Thousand Oaks, Calif., v. 14, n. 2, p. 187-203. oct. 2011

- SHIRKY, C. *Cognitive Surplus: creativity and generosity in a connected age*. New York, NY: Penguin Books, 2010.
- SILVA, R. H. A. (Ed.). *Redes e ruas: dinâmicas dos protestos br*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- SMITH, A.; KOLLOCK, P. (Eds.). *Communities in cyberspace*. London, UK: Routledge, 1999.
- STEPANOVA, E. The role of information communication technologies in the “Arab Spring”. *PONARS Eurasia Policy Memo*, Washington, D.C., n. 159, may 2011.
- TARROW, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. New York, NY: Cambridge University Press, 2011.
- TEJERINA, B. et al. From indignation to occupation: a new wave of global mobilization. *Current Sociology*, London, v. 61, n. 4, p. 377-392, apr. 2013.
- TOURAINÉ, A. *The voice and the eye: an analysis of social movements*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1981.
- TRERÉ, T. Social movement as information ecologies: exploring the coevolution of multiple internet technologies for activism. *International Journal of Communication*, Los Angeles, Calif., v. 6, p. 2359-2377, 2012.
- TSAGAROUSIANOU, D., TAMBINI, D.; BRYAN, C. *Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks*. London, UK: Routledge University Press, 1998.
- WARREN, M. *Democracy and association*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001.

A pólis que se faz em processos midiáticos: proposições sobre a política na perspectiva da mediatização

Jairo Ferreira

Introdução

A proposição deste artigo é de que a nova forma de “gestão” da pólis tem a sua inteligibilidade melhor evidenciada a partir do conceito de mediatização. Essa é compreendida aqui como as relações entre três lógicas – a dos dispositivos, a dos processos midiáticos com foco na circulação e dos processos sociais. Mais especificamente, nos: a) usos e apropriação (tentativas) dos meios, os quais podem constituir dispositivos midiáticos reconhecidos, como ponto de contato, de vínculo social, de ações temporais especificamente distribuídas; b) dos processos de circulação que emergem articulados por esses usos e apropriações tentativas, nos quais as defasagens (BOUTAUD; VERÓN, 2007; FAUSTO NETO, 2010) acionam disputas, tensões e demandam negociações sociais permanentes para a constituição de práticas e “lógicas” compartilhadas; c) finalmente, das transformações das relações sociais pertinentes com as transformações sobre os objetos sociais das interações.

Essas proposições consideram especialmente os processos midiáticos em redes digitais. Nem todo o meio digital é acionado como processo midiático. Só está inserido no midiático aquele que se transforma em dispositivo social, ou seja, em que os usos e apropriações tentativas dos meios os fazem poder (simbólico) no espaço público, mesmo que de forma episódica.

A proposição central desenvolvida é de que os meios, quando construídos socialmente como dispositivos midiáticos, integram-se como reguladores dos processos de constituição de normas e valores em discursos sociais em tensão com as normas de Estado. Por essa via, a “gestão” mediatizada da pólis, através das interações, incide sobre a gestão das economias diversas que constituem o social (a política, a cultura, a economia *stricto sensu*, a sexualidade, a estética etc.), com derivadas inclusive sobre as dimensões das economias que são privadas (num processo cada vez mais forte, na transição que se observa da sociedade dos meios para sociedades mediatizadas. (BOUTAUD; VERÓN, 2007; FAUSTO NETO, 2010)

Essas referências conceituais estão incorporadas a investigações de casos de pesquisa ainda em curso, que referenciamos neste artigo. O percurso de constituição dos casos de investigação é, na perspectiva da mediação: (a) das relações identificadas entre usos e apropriações de meios já constituídos como dispositivos; (b) que, em processos de interação, reconhecimento e produção, configuram uma transformação de um campo discursivo, tensionado pela semiose que se instala – signos, linguagens e discursos – de forma disruptiva; (c) e, finalmente, se observa em que medida há transformações das relações sociais sobre objetos sociais em disputa, na forma de *habitus* adaptado, inadaptado ou denegado em um novo contexto discursivo.

Nesse percurso teórico-metodológico, sugerimos que os dilemas normativos da pólis estão atualizados e transformados pelos processos midiáticos. A epistemologia da mediação, nesse sentido, rompe com a proposta representacional, na medida em que entende que os dilemas deixam de se constituir em reprodução de dilemas pré-existentes nas relações sociais. Entende-se que são instalados novos dilemas em um novo espaço de sentidos, que implica não somente em outra escala, mas também em outra problemática – aquela definida pelos novos territórios desenhados pela semiose emergente na circulação midiática. Como já dito, essa nova problemática afeta a gestão de todas as economias (entendendo economia como trânsito entre o público e o privado em diversas esferas da vida – da sexualidade ao econômico *stricto sensu*).

O método das pesquisas referenciadas neste artigo foi desenvolvido na perspectiva que valoriza a construção do caso. O caso é um *design* de pesquisa que articula conceitos referenciais e concorrentes com as relações entre inferências pontuais configuradas a partir de indícios e materiais. (FERREIRA, 2012) Nem todo o caso de investigação sobre a mediação é, imediato, válido para a reflexão sobre como os processos midiáticos concorrem à formulação sobre as normas, valores e discursos da pólis. Há processos de mediação que fogem a essa proposição. Por isso, escolhemos alguns casos de pesquisa sobre casos midiáticos pertinentes ao escopo deste artigo.

Micropoder de transformação da pólis: dos usos dos meios por atores e instituições aos usos dos atores e instituições pelos dispositivos midiáticos constituídos

Compreendemos os meios como conceito abstrato, simples, pertencente ao senso comum, de instrumento a serviço de uma ação, e dispositivos como

o conceito concreto, que questiona as relações complexas entre usos e práticas comunicacionais consolidadas, que indicam modalidades de interações diferenciais nas tentativas de apropriações sociais dos meios (a montante e a jusante). Essa opção é epistemológica. Situa nossa formulação na herança da teoria crítica, de Marx à Escola de Frankfurt, chegando a Foucault como ponto de deslocamento epistemológico das Ciências Sociais para a problemática da comunicação. É dessa linhagem que emergem novas formulações sobre discurso, ideologia, indústria, indústria cultural, aparelho, intelectual orgânico, modo de produção, formação social, campo – espaço reflexivo em que o conceito de dispositivos se insere como um novo epistemológico. Entendemos, ao contrário, o meio como um operador que nasceu nas investigações que valorizam o uso dos meios para fins estratégicos (consenso perante espaços de conflitos).¹ Faz-se necessário, em outro espaço, analisar como McLuhan qualificou o conceito de meio.

A diferenciação entre usos e práticas parte de Lahire (2002). É dele o corte entre as práticas (esquemas de longo prazo identificáveis nas condutas) e os usos (onde são visíveis os esquemas de curto prazo), na análise das interações. Já tínhamos formulado a partir da perspectiva de Lahire (2002) para pensarmos as práticas sociais incorporadas na formação social midiaticizada no Brasil. Mas nessa primeira tentativa ficamos restritos à questão socioantropológica. Neste artigo, atualizamos a formulação. Os casos de “desvio e desajustamento” (LAHIRE, 2002) do mundo social são inerentes à inovação dos meios, objeto de transformações incessantes na esfera técnica e tecnológica, com incidências sobre os signos, as linguagens e discursos potencialmente disponibilizados cujos usos vêm oferecendo uma gama também diferenciada de ambientes, circuitos e circulação possíveis nas interações.

Permanece, nessa formulação, a proposta de que nesta sociedade, singular, as perspectivas que analisam as práticas perdem valor perante aquelas que acentuam as mediações, as interações, ou, na perspectiva aqui formulada, a circulação. Essas situações acentuam a importância do presente sobre o passado, das interações relativamente aos contextos, dos usos em relação às práticas. Configura-se aí uma base no real (ontológica), que fortalece ângulos interacionistas na análise dos processos de comunicação. Porém, ao mesmo tempo, há um processo social codificado, incorporado, sobre os meios (das tecnologias às técnicas ao signos, língua,

1 “A invasão alemã da Polônia em setembro de 1939 – depois da assinatura em agosto de 1939 do pacto de não agressão entre russos e alemães – conturba a agenda do seminário. Teme-se o envolvimento mundial no conflito e uma eventual implicação direta dos Estados Unidos nessa guerra. A questão torna-se prioritária: ‘Como o governo americano poderá utilizar-se dos meios de comunicação para lidar com a nova conjuntura geopolítica e o eventual ingresso dos Estados Unidos numa guerra mundial?’.” (PROULX, 2014, p. 59)

linguagens e discursos) que nos permitem concluir que há dispositivos nos processos de comunicação, em especial os midiáticos.

Os usos dos meios é um processo que implica em relações complexas, na medida em que os meios são tecnologias, técnicas, signos, linguagens e discursos, ou seja, um conjunto de instrumentos internos ao dispositivo tentativo, mas também são os meios sociais onde são acionados. Muitos desses meios já estão constituídos em dispositivos, isto é, já estão histórica e socialmente apropriados e, reversamente, constituídos como *habitus*. Assim, muitos signos, a língua, a linguagem e muitos discursos já pertencem à ordem social. O mesmo vale para a técnica e a tecnologia. O uso de tecnologias como meio de comunicação já está incorporado socialmente – independente da tecnologia especificada. Mais ainda quando se fala em meios de comunicação simbólicos (o amor, o desejo, a guerra, o totem, o tabu etc.).

Entretanto, há conjunto de inovações de meios, inclusive derivados de novas tecnologias e técnicas, que remetem a usos nem sempre consolidados. São inúmeros os exemplos. Um dos exemplos é a plataforma Second Life. O seu uso não se consolidou em termos específicos. Mas um dos esquemas que propõe – avatar, segunda vida – permanece em outros meios (tipo *game* Haboo). Aqui, a tensão é a que emerge entre usos possíveis, em curso, de novos meios disponibilizados por processos de inovação, afetando, inclusive, as possibilidades de deslocamentos de circuitos sociais de interação.

Essa diferenciação é pertinente não só com a reflexão que diferencia “sociedade dos meios” (sociedade onde os usos dos meios ainda estão subordinados a determinações e contextos sociais) e “sociedade midiaticizada” (onde há práticas sociais hegemônicas de uso e apropriações dos meios constituídas em *habitus*, o que permite falar em dispositivos midiáticos).

Nesse sentido, a midiaticização é um processo de ruptura com os usos e interações informados pelas conjunturas contextuais. Esses passam a ser regulados por *habitus* próprio, esquemas de sensibilidade, percepção e operações constituídos e incorporados socialmente sobre como usá-los. Quando isso ocorre, pode-se afirmar que os meios são socialmente incorporados, sendo isso manifesto em práticas (*habitus*). Essa tensão está relacionada à proposição de que usos e apropriação dos meios – por atores, instituições midiaticizadas e instituições midiáticas –, quando constituídos em dispositivos midiáticos reconhecidos, como ponto de contato, de vínculo social, passam a acionar processos de interações sociais, como argumentamos a seguir.

Ao mesmo tempo, ao usarem os meios, atores e instituições são usados, pois que inscritos em dispositivos midiáticos constituídos enquanto apropriação social instituída. Os dispositivos se fortalecem ao constituir-se em novo território para os dilemas da cultura que estavam territorializados e regulados por outros dispositivos de comunicação (o que significa, regulados por relações de poder socialmente instituídas em outros territórios). O deslocamento para esse novo território instala rupturas com os *habitus* (sistemas de inteligibilidade) desenvolvidos nesses territórios anteriores.

A fragmentação da pólis na perspectiva da mediação

Se, na esfera da produção, os meios são inovados abstratamente, na esfera do consumo, do uso, práticas e apropriações, a inovação é psico-sócio-antropológico e comunicacional. Nas investigações empíricas sobre processos mediados, um dos focos tem sido de como os processos sociais de conflito alimentam energética e emocionalmente formatos agonísticos, em que os usos de meios estão subordinados a lógicas de dispositivos (a língua, muitos signos, a recorrência ao social e ao tecnológico) e outros são tentativos (novos signos, novas técnicas e tecnologias, e acesso a meios simbólicos antes desconhecidos como espaço de interações). Entre esses dois polos – produção e usos sociais – há inclusive formas de usos que se instalam conforme processos de circulação, conjunturais, que desaparecem, mas deixam os seus rastros, traços e marcas na pólis.

A proposição geral aqui é que a constituição social do dispositivo tentativo se alimenta dos desequilíbrios psico-sócio-antropológicos instalados na pólis, que convocam protagonistas e antagonistas a uma agonística social na qual buscam resolver perante a disrupção semiótica. Alimenta-se, portanto, da semióse, como processo em que as energias e emoções se digladiam para a constituição de redefinições de objetos da cultura, em sinergias diversas, delineando posicionamento dos atores e instituições midiática e mediadas.

O uso dos meios propicia o contato de pólis situadas em tempos e espaços diferidos, formas de compartilhamentos e agenciamentos, que atualizam as conversações presenciais. O contato, entretanto, expõe os processos de defasagens já investigados pela semiótica e pela análise do discurso em processos midiáticos analisados na perspectiva da mediação. Expomos esses dois processos para, depois, abordar de como os processos midiáticos constroem, pela interlocução, novos ambientes e circuitos, que redefinem a circulação enquanto fenômeno e demanda novos processos de análise.

A defasagem sígnica

A defasagem de sentido nos processos de comunicação é, antes de tudo, decorrente das formas diversas como o signo é acionado nos processos de comunicação. Essa é a proposição dos modelos de comunicação e semiótica desenvolvidos a partir de Peirce e colaboradores (1958). Argumentamos isso para pensar a circulação na perspectiva semiótica-midiática. Partimos dos esquemas de Elizabeth Walter Bensen (2000), que também aborda o signo a partir de Peirce (relações entre meio, objeto e interpretante). O meio corresponde ao ícone; o objeto, ao índice; interpretante, ao símbolo. O meio (e o ícone) é o primeiro; o objeto (o índice) é o segundo; o interpretante (o símbolo) é o terceiro. Essa formulação já está suficientemente divulgada. O ícone é, nesse sentido, o meio dos meios materiais (técnica e tecnologias) e imateriais (símbolos sociais).

Conforme Bensen (2000), toda a interação comunicacional é uma relação entre dois repertórios de signo, dos emissores e de receptores e/ou de interlocutores, como preferimos referir quando abordamos as relações em redes digitais. Esse repertório não é homogêneo. Na interação, há uma zona compartilhada de repertórios, a partir da qual se estabelece uma zona comum, que é tensionada pela zona de diferenças.

O problema colocado por Bensen é bem situado para nossa reflexão. Os repertórios não contêm signos homogêneos. Ela não fala de conteúdos. Fala de operações. São heterogêneos em termos de operações específicas:

a) geração de um signo, definida como sucessão de relações: meio → objeto → interpretante. Este é o signo ascendente: o primeiro, o segundo e o terceiro; o ícone, o índice e o símbolo; abdução, dedução e indução; b) ao signo degenerado: interpretante → objeto → meio. Confunde-se com o argumento abduutivo, se considerarmos a formulação de Peirce; c) ao signo tético:² interpretante (o terceiro) → meio (o primeiro) → os indícios (o segundo). Esse, assim designado por Bensen, é o argumento dedutivo, se tomarmos como referência às formulações de Peirce.

Trata de afirmar que os repertórios são operações semióticas que os interlocutores, nas posições de emissores, receptores ou de receptores produtivos, acionam quando em jogo determinado objeto (nessa perspectiva, não existe objeto em si, e

2 Tético 1: (grego *thetikós*, -ê, -on, próprio para ser colocado, relativo a tese, discutível, positivo) adjetivo. 1. [Filosofia] Relativo a tese, a uma afirmação teórica (ex.: termos téticos). 2. [Filosofia] Que concebe algo como existente (ex.: caráter tético de um evento).= EXISTENCIAL 3. [Música] Que começa no tempo forte de um compasso. Confrontar: tético. Palavras relacionadas: tético, antitético. “tético”. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2013. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/t/%C3%A9tico>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

sim existe, primeiro, o ícone que o constitui como objeto). As interações, portanto, são tensionadas pelas operações. A heterogeneidade cognitiva aciona incertezas e indeterminações, com múltiplos posicionamentos diferenciais conforme as diversas operações possíveis em jogo.

Nesse esquema, o mais abstrato, a circulação demanda o estudo artesanal, de análise das operações (de signo) mobilizadas pelos interlocutores. Bensen, entretanto, apresenta (três) esquemas possíveis que localizam o lugar do interpretante nas interlocuções, analisadas enquanto constituição simbólica nas interações entre um emissor (E) e um receptor (R): um interpretante (que, em nossa formulação, pode consolidar posições de uma instituição ou ator, individual ou coletivo) aciona uma representação icônica; um interpretante (instituição ou ator, individual ou coletivo) aciona uma representação indexical; um interpretante (instituição ou ator, individual ou coletivo) aciona uma representação simbólica. São três operações semióticas nas interações midiáticas. Os esquemas indicam processos. Nem sempre haverá consolidação simbólica, pois os repertórios dos interagentes são diferenciados, ou seja, o contexto semiótico dos interlocutores, em situação de emissor, receptores ou interagentes, é diferenciado, o que propiciará diversos graus de inferências sobre as operações realizadas pelos produtores ou interagentes.

A defasagem significa: a semiose enfrenta-se, quando dos usos e tentativas de apropriação dos meios, com uma parafernália de objetos (tecnologias, técnicas, língua, linguagem, discursos, pessoas, interações etc.). Ou seja, uma das características dos novos meios é a proliferação de meios e objetos desconhecidos, o que favorece o acionamento de uma semiose num processo disruptivo, em processos não lineares.

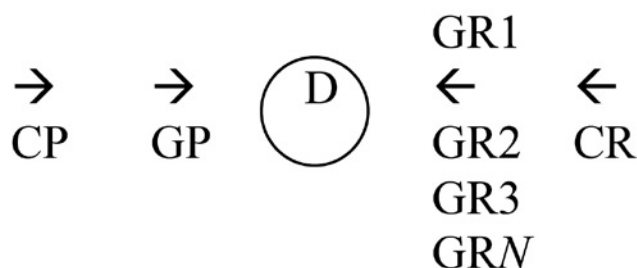
A semiose, nessa perspectiva, é um processo disruptivo que coloca em xeque as interações discursivas histórica e socialmente estabilizadas enquanto práticas (*habitus*). Isso já ocorria antes, nas relações discursivas marcadas pelos meios e dispositivos em que os polos emissores são reconhecidos como instituições, conforme as pesquisas de recepção e de circulação (desenvolvidas por Verón).

Porém, nas redes digitais, esse reconhecimento está borrado pela entrada dos atores individuais na cena, que assim passam a se inscrever em circuitos nos quais protagonizam e antagonizam, acionando novos ambientes e processos de circulação. A desinsitucionalização, derivada da ruptura semiótica, pode ser assim situada como outro grande processo de transformação da pólis. Os pós-modernos situaram isso com uma problemática da cultura. Nós, convergindo com Verón, situamos como inerentes aos processos de mediatização. Discordamos, entretanto, que a fragmentação decorrente da ruptura é o único processo possível.

Da defasagem do signo a defasagem discursiva

Em seus esquemas sobre a circulação, a questão da defasagem foi situada por Verón como relações entre gramáticas de produção e gramáticas de reconhecimento. Articula o discursivo com o processo comunicacional midiático. Os dois níveis – produção e recepção – são analisados na perspectiva das defasagens, considerando-se espaços específicos de interação delimitados por técnicas e tecnologias transformadas em meios. O esquema que sintetiza a hipótese da defasagem está apresentado em vários de seus escritos. Citamos formulação mais recente:

Figura 1: A circulação discursivo-midiática



Fonte: Boutaud e Verón (2007, p. 3).

O esquema é assim formulado por Boutaud e Verón (2007, p. 3):

Se partimos, no curso de uma investigação, de um conjunto de discursos tomado como ‘corpus’ (D), este pode ser encarado como uma configuração de superfícies discursivas constituídas por operações que reenviam a uma gramática de produção (GP), a qual se explica, por sua vez, por um conjunto de condições de produção (CP). Se a reconstituição de uma GP pode ser considerada com um trabalho descritivo, de identificação de invariantes operatórias identificadas no conjunto D de superfícies discursivas, a GP, uma vez caracterizada, permite definir a D como uma classe de discurso: este é o caso de uma GP como um contrato de leitura de um meio de imprensa, por exemplo. O que nos interessa é sublinhar o fato de que se a análise nos permite articular a classe D de discurso a uma gramática de produção dada, as propriedades de D assim descritas não nos autorizam a inferir os “efeitos” desta classe de discursos em recepção: a classe D de discursos está submetida, em recepção, a uma pluralidade de

'leituras' ou de interpretações, que designamos como gramáticas de reconhecimento (GR) de D, e que nos reenviam a sua vez a condições de reconhecimento (CR) determinadas. Temos aí uma prova capital sobre a não linearidade da comunicação, que resulta do estudo empírica da circulação discursiva.³

Empiricamente, há duas principais investigações (que chama de estudos de caso) onde começou a operacionalizar essa perspectiva. (VERÓN; FOUQUIER, 1985; VERÓN; LEVASSEUR, 1989) Em artigo mais recente (VERÓN, 2007), destaca desses dois estudos como referências nos estudos empíricos sobre a circulação.⁴

Mas o que é gramática de produção? Um quadro que compare as duas investigações indica uma heterogeneidade metodológica. Se em *Les spectacles scientifiques télévisés* (1985), as gramáticas de produção (“documentário clássico”; “informe periodístico” e “apresentador em estúdio”) parecem se referir a esquemas sobre técnicas de produção, em *Ethnographie de l'exposition l'espace, le corps et le sens* (1989) a produção é descrita, mas não inferida em diagramas, figuras, ícones.

Já as gramáticas de reconhecimento, em *Les spectacles scientifiques télévisés* (1985), se referem às figuras que o pesquisador infere sobre as interações mediadas (pelo “dispositivo de contato”) entre o conhecimento científico como objeto do discurso e a recepção (“beneficiário”; “beneficiário perturbado”; “excluído”; “espectador retraído” e “beneficiário retraído”), numa aproximação aos estudos de apropriação/recepção. Em *Ethnographie de l'exposition l'espace, le corps et le sens* (1989),

3 “Si partimos, en el curso de una investigación, de un conjunto de discursos tomado como 'corpus' (D), éste puede ser encarado como una configuración de superficies discursivas constituidas por operaciones que reenvían a una gramática de producción (GP), la cual se explica a su vez por un conjunto de condiciones de producción (CP). Si la reconstitución de una GP puede ser considerada como un trabajo descriptivo, de identificación de invariantes operatorias identificadas en el conjunto D de superficies discursivas, la GP, una vez caracterizada, permite definir a D como una clase de discurso: es el caso de una GP como contrato de lectura de un medio de prensa, por ejemplo. Lo que nos interesa aquí es subrayar el hecho de que si el análisis nos permite articular la clase D de discurso a una gramática de producción dada, las propiedades de D así descritas no nos autorizan a inferir los 'efectos' de esta clase de discurso en recepción: la clase D de discurso está sometida, en recepción, a una pluralidad de 'lecturas' o de interpretaciones, que designamos como gramáticas de reconocimiento (GR) de D, y que reenvían a su vez a condiciones de reconocimiento (CR) determinadas. Tenemos allí una prueba capital sobre la no-linealidad de la comunicación, que resulta del estudio empírico de la circulación discursiva”.

4 Os estudos posteriores de Verón focam no conceito de contrato de leitura, criado após debates sobre os primeiros estudos de circulação, conforme relata: “una primera presentación del concepto del contrato de lectura, fue una reacción en estos términos: ‘¿El estudio de los efectos es o no parte del campo de la semiología? No nos sorprenderemos si mi respuesta es resultadamente positiva. Si la duda era posible en el marco de la primera semiología, ya no lo es más para la semiología de tercera generación. Para esta última [...] el verdadero objeto no es el mensaje mismo [...] sino la producción-reconocimiento del sentido, sentido cuyo mensaje es sólo el punto de pasaje’. Se trataba, claramente, de no ‘dejar la cuestión de los efectos a los otros (psicólogos, sociólogos, psicoanalistas, etc.’” (BOUTAUD; VERÓN, 2007, p. 9)

as gramáticas de reconhecimento se referem mais aos usos do que apropriações simbólico-discursivas (dos usuários de uma exposição, representados com figuras inferidas – visitas a exposição, acontecimento episódico, em percursos tipo formiga, borboleta, peixes e gafanhotos).

O que é transversal nos dois estudos? O uso de figuras, diagramas e ícones na construção dos objetos de investigação e, depois, nas inferências sobre os processos analisados. Nesse sentido, nos dois artigos pode-se observar a construção icônica dos objetos. Mesmo que assim não seja nominado e conceituado, Verón, nos sucessivos esquemas de análise dos processos midiáticos que estuda enquanto casos, utiliza metáforas como referência central do que chama de gramáticas de produção e reconhecimento.

Isso é coerente com uma formulação no primeiro dos dois estudos. No primeiro desses estudos (VERÓN; FOUQUIER, 1985), o conceito de figuras (Barthes) é o que direciona metodologicamente a análise dos processos de produção. Cita:

As figuras se destacam conforme possam reconhecer, no discurso que passa, algo que tenha sido lido, ouvido, vivenciado. A figura é delimitada (como um signo) e memorável (com uma imagem ou um conto) Uma figura é fundada se pelo menos alguém puder dizer: ‘Como isso é verdade!’. ‘Reconheço essa cena de linguagem’. Para certas operações de arte, os linguistas se servem de uma coisa vaga: o sentimento linguístico. Para constituir figuras, não é preciso mais nada menos que este guia: o sentimento amoroso. (BARTHES, 1981, p. 2)

No segundo estudo, a análise ganha uma configuração peirceana (em que símbolo, ícone e índice são categorias metodológicas). Sem dúvida, um período de transição a ser estudado, seu trânsito da semiologia de Barthes à semiótica de Peirce. Essa é uma questão identificada na esfera conceitual-metodológica. Porém, nossa formulação é de concordância com Verón: a defasagem é uma categoria central para a análise da circulação. Ela é sónica, em suas origens, mas se manifesta na esfera discursiva.

Por outro lado, o problema também se situa na ruptura, nas redes digitais, dos modelos de comunicação linear em que um polo definido como condições de produção/gramáticas de produção resultava em discurso usado e apropriado por diversas “condições de produção/gramáticas de reconhecimento”. Utilizando nossa terminologia, as lógicas (FERREIRA; ROSA, 2015) de reconhecimento vêm se transformando em lógicas de produção e vice-versa. São constituídos novos ambientes, multilineares, multipolares, em que diversos atores e instituições se

colocam mutuamente na posição de produtores e receptores, alimentados pela disrupção semiótica, de um lado, e fortalecendo usos e práticos dos meios diversificados, ou seja, constituindo dispositivos que se constituem, também, em novos territórios – tempos e espaços de interações e conversação social.

Novos ambientes, circuitos e circulação: regulação, disrupção e adaptação

No âmbito das pesquisas sobre a midiatização, priorizamos a análise de constituição social de espaços agonísticos, de disputas entre diversos protagonistas e antagonistas, o que vem permitindo a compreensão da circulação em redes digitais de forma específica. Trata-se, funcionalmente, de um ambiente no qual vários interlocutores são emissores e receptores, de forma simultânea (o que está dito por vários autores). A análise desses circuitos-ambientes indica que os modelos lineares de interação e circulação discursiva são precários. Por quê? Tais circuitos potencializam a problemática da defasagem, na medida em que a não linearidade entre lógicas de produção e de recepção identificada nos circuitos ambientes “canônicos” (conforme esquema de Verón, acima apresentado), se multiplica em uma matriz complexa em que diversos produtores e receptores são simultânea e sucessivamente situados como tentativas de lógicas nas interações (ou, mais preciso, de interpretação, de percepção e leituras).

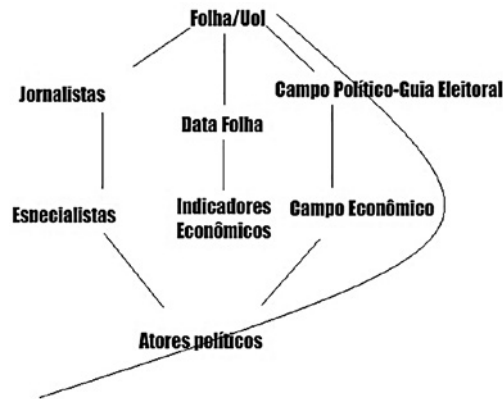
Esses novos ambientes-circuitos requerem novos diagramas para elucidação dos campos “de luta” decorrente de diferenças que são neles constituídas e os constituem, que emergem da proliferação de defasagens (semióticas, de língua, linguagem, usos de técnicas e tecnologias), entre as quais as relativas aos meios de comunicação sociais – o amor, o ódio, a luta pelo conhecimento, pelo reconhecimento em torno de desejos, necessidades, individuais e grupais etc. Eventualmente são constituídos espaços de negociações, de contratos entre os diferentes. O primeiro contrato ocorre na esfera dos usos aos dispositivos tentativos, até os consolidados, que definem tempos e espaços de interação.

Esses circuitos não pré-existem. Os diagramas sobre esses ambientes e circuitos enquanto espaços midiáticos de circulação podem ter variadas formas, ao contrário de um modelo abstrato sobre os processos midiáticos, como o apresentado na Figura 1, acima, ou aquele que define relações possíveis, quase concreto-abstratas, entre atores, instituições midiáticas e midiatizadas abstratas. Aqui, as relações quase concreto-abstratas dos esquemas gerais são alimentadas pelas abstrações-concretas

das nomeações, visíveis num campo de observação, e que permitem – viagem inversa – observar novas relações gerais a partir do conceito de circulação/mediatização. Apresentamos ilustrações e descrições a partir de pesquisas que orientamos. Esses diagramas são configurados acentuando diversos níveis de configuração dessas matrizes.

No nível mais simples, o diagrama identifica os atores, as instituições midiáticas e midiaticizadas que podem ser integradas a um ambiente-circuito construído como caso de investigação:

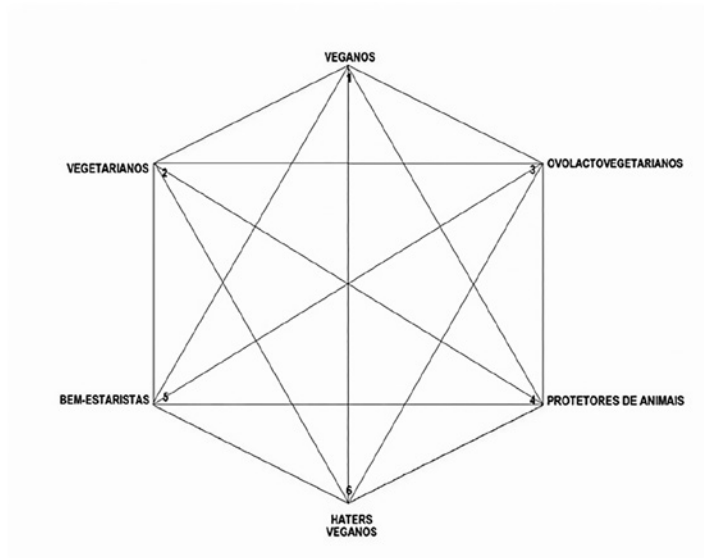
Figura 2: Circuito-ambiente construído para análise das interações acionadas por atores, instituições midiaticizadas e midiáticas em torno da pesquisa eleitoral



Fonte: Vernieri (2015).

Outro movimento é o de identificação de diferenciações e distinções simbólicas, construídas em interações em processos midiáticos, em que diversos meios simbólicos sociais são reconstruídos e disputam objetos compartilhados. Esse movimento acentua, portanto, as interações entre os diferentes, as distinções, construídas socialmente, em processos midiáticos. Uma ilustração pertinente para esse movimento analítico são as figuras desenhadas por Fassini (2015), sobre os espaços de interações em que se situam os veganos:

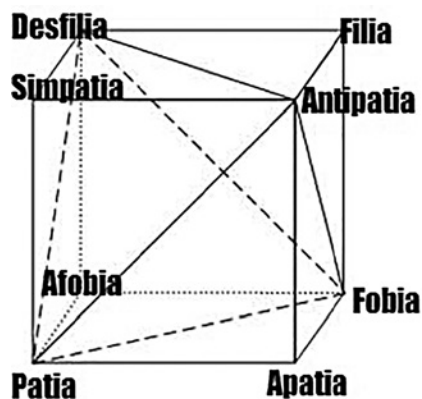
Figura 3: Interações observadas nas redes entre diversos protagonistas vinculados a diversas filosofias alimentares



Fonte: Fassini (2015).

Um terceiro movimento tem como campo de observação, os indícios, inferências e relações que integram os diferentes e distintos meios simbólicos de comunicação em uma determinada matriz semio-discursiva. Essa matriz não é zona compartilhada, como sugerem várias teorias da linguagem, do discurso e da comunicação. É uma matriz de percursos erráticos. Um faneron social. Espaço de transicionalidade e circulações diversas, com trajetos imprevisíveis. Citamos aqui, como ilustração, diagrama que construímos sobre as narrativas de pacientes com câncer de mama de próstata, em interação com instituições midiaticizadas (do campo da saúde) e midiáticas:

Figura 4: Mapa narrativo construído em observações sobre interações em rede entre pacientes com câncer de mama e de próstata



Fonte: Ferreira (2015).

Os circuitos-ambientes são desenhados conforme rastro de interlocuções em torno de um determinado objeto que é tentado como símbolo de comunicação. Ou seja, cada circuito-ambiente é desenhado conforme o objeto de investigação. É evidente que nessas relações, o modelo linear de emissor-receptor fica mais complexo ainda, na medida em que cada lógica e contexto de produção produzem uma diversidade de lógicas de usos e apropriações em posições de recepção, que retornam enquanto produção, num infundável ciclo de interações. Várias perguntas podem ser feitas sobre as interações em curso nesses ambientes. Essas são perguntas de pesquisa.

Outros ambientes têm sido produtivo para pensar esses processos. Numa pesquisa sobre o caso do goleiro Aranha e a torcedora Patrícia Moreira, capturamos interlocuções entre instituições midiaticizadas (Grêmio, Santos, *sites* de órgãos da justiça e do campo econômico), instituições midiáticas (*ESPN*, *Zero Hora*, e outros jornais), atores individuais (em *faces* e *blogs*) e coletivos emergentes perante o acontecimento. (KAEFER, 2015) Sobre os *games* Bernardo (2015), a interlocução ocorre entre *streamer*, os jogadores de *games* e *youtubers*. Numa pesquisa sobre o caso Bruxa de Guarujá, o ambiente é desenhado pelas interações observadas a partir do *site* “noticioso” *Guarujá Alerta*, pela *Folha de São Paulo*, blogueiros e atores no Facebook. (BEHS, 2015)

Transformações das relações sociais pertinentes com o objeto social em constituição

As proposições acima nos subsidiam para compreender os processos midiáticos contemporâneos, nos quais o processo de circulação se deslocou. Por analogia ao pensamento marxista, pode se observar que:

a) A produtor de discurso aparece como um usuário-consumidor qualquer;
b) Ele converte em discurso o que usa e tenta se apropriar como um interagente qualquer;

c) Retorna, ao mercado, como produtor de discurso, isto é, objetiva a apropriação produtiva do que consumiu, tentando se constituir como um dispositivo.

Esse ciclo de acumulação de discurso se transforma quando os dispositivos estão em redes digitais. O produtor então ingressa em dois “departamentos” da produção social de discurso:

a) Uso e apropriações direcionadas a produção (diferenciados, conforme os meios e dispositivos tentativos), o trânsito para economias públicas, onde busca incidir, num processo disruptivo, nas configurações de normas, discursos e valores sociais;

b) Usos e apropriações direcionadas ao consumo individual de outros produtores de discurso ou consumidores subjetivos de discursos produzidos, onde organiza o trânsito para suas economias privadas.

A articulação entre os níveis “a” e “b” acima caracteriza a “economia” os processos midiáticos contemporâneos. A sociedade está midiaticizada quando esse sistema de trocas entre produtores que são receptores e receptores que são produtores, mesmo que tentativos, passa a ocupar a cena dos mercados discursivos, num trânsito entre economias (do público ao privado, e vice-versa).

Cada um dos casos em investigação remete a questões e inferências específicas. Quando se fala em normas, valores e discursos sociais não se está propondo aqui uma resolução às questões da modernidade. Os ambientes, circuitos e processos de circulação pode resultar em morte (caso da “Bruxa do Guarujá”), na transformação dos circuitos de afetos (definidos pelo ambiente dos *games*), a suspensão de um sintagma (a palavra “macaco” integrada a relações específicas com outras enunciadas, no caso de Aranha e Patrícia Moreira), a interação entre diferentes (no caso dos paradigmas alimentares) ou na decisão de não continuar indeciso, mas imerso no *fanerón* da indecisão (quando se refere a um diagnóstico). Acentuamos, entre esses, processos nos quais se observam novas interlocuções, realinhamento de forças, de alianças, de reconhecimentos.

A proposição central dessa perspectiva, enfim, é de que a pólis já não é superestrutura definida pelas condições socioantropológicas, materiais e imateriais, de territórios definidos conforme as ciências sociais clássicas. A proposta é de que há uma pólis que emerge dos ambientes, circuitos e circulação midiática. A área da comunicação deve pensar essa pólis, contribuindo assim para retirar muitas das questões e tensões sociais de sistemas interpretativos que debitam e credita toda e qualquer ação a outros sistemas que co-habitam esses territórios (já visitados pela Sociologia, Economia, Ciência Política, Psicologia etc.).

Referências

- AGUIAR, B. *A midiaticização do jogar*. Porto Alegre: PPGCC-UNISINOS, 2015. (Projeto de pesquisa – Doutorado).
- ALENCAR, R. *O jogo das estratégias: o discurso político entre o marketing e o jornalismo*. Tese (Doutorado) – PPGCC; Universidade Vale do Rio dos Sinos, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, 2014-. Orientador: Jairo Ferreira.
- BARTHES, R. *Fragments de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- BEHS, M. *Tensões entre o boato e a notícia: do caos às tentativas de reestabelecer a “ordem” em processos midiáticos*. Porto Alegre: PPGCC-UNISINOS, 2015. (Projeto de pesquisa – Doutorado). Orientador: Jairo Ferreira.
- BOUTAUD, J.; VERÓN, E. Du sujet aux acteurs: la sémiotique ouverte aux interfaces. In: BOUTAUD, J.; VERÓN, E. *Sémiotique ouverte: itinéraires sémiotiques en communication*. Paris: Lavoisier, Hermès Science, 2007. Cap. 8.
- BRAGA, J. L. Nem rara, nem ausente - tentativa. *Matrizes*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 65-81, jul./dez. 2010.
- BRAGA, J. L. Dispositivos Interacionais. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 20., 2011, Porto Alegre. *Anais...* Brasília: Compós, 2011. v. 1. p. 1-15.
- FASSINI, M. *Os discursos sobre veganismo no contexto do facebook*. Porto Alegre: PPGCC-UNISINOS, 2015. (Projeto de pesquisa – Graduação). Orientador: Jairo Ferreira.
- FAUSTO NETO, A. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, A.; VALDETTARO, S. (Orgs.). *Mediatización, sociedad y sentido*. 1. ed. Rosário, ARG.: Departamento de Ciencias de la Comunicación, 2010. v. 1. p. 2-17.
- FERREIRA, J. Da apatia às filiações: adaptações, deslocamentos e reprodução do saber sobre os corpos em interações midiaticizadas em redes digitais? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DEL CIM, 2015, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: CIM, 2015.
- FERREIRA, J. O caso como referência do método: possibilidade de integração dialética do silogismo para pensar a pesquisa empírica em comunicação. *Intexto*, Porto Alegre, v. 27, p. 161-172, dez. 2012.

- FERREIRA, J.; ROSA, A. P. *Esquemas sobre a circulação*. Texto para discussão. São Leopoldo, RS: PPGCC-Unisinos, 2015.
- FOUQUIER, E.; VERON, E. *Les spectacles scientifiques télévisés*. Paris: Ministère de la culture, 1985.
- GOMES, P. G. Da sociedade dos mídias à midiática da sociedade. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, Porto Alegre, v. 11, n. 357, p. 22-24, abr. 2011.
- KAEFER, C. *A comunicação institucional em crise a partir de novos movimentos da cultura midiática: estudo do caso de racismo envolvendo o Goleiro Aranha e o Grêmio*. Porto Alegre: PPGCC-UNISINOS, 2015. (Projeto de pesquisa – Mestrado).
- LAHIRE, B. *O homem plural: os determinantes da ação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 2.
- PEIRCE, C. S. et al. *Collected papers of Charles Sanders Peirce*. Cambridge: Harvard University Press, 1958.
- PROULX, S. As pesquisas norte-americanas sobre a comunicação: a institucionalização de um campo de estudo. *Questões Transversais: Revista de Epistemologias da Comunicação*, São Leopoldo, RS, v. 2, n. 4, jul./dez. 2014.
- PUREZA, G. *O filme no contexto da circulação midiática: o caso do filme*. Porto Alegre: PPGCC-UNISINOS, 2015. (Projeto de pesquisa – Iniciação científica).
- VERÓN, E.; LEVASSEUR, M. *Ethnographie de l'exposition: l'espace, le corps et le sens*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1989.
- WALTER-BENSE, E. *A teoria geral dos signos*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

PARTE II
**Cenários políticos e métodos
de abordagem na comunicação**

Lady Gaga em Cuba

Thiago Soares

Introdução

A cantora Lady Gaga nunca esteve na ilha de Cuba. Em contrapartida, fãs cubanos ostentam a imagem da estrela, sobretudo em camisas – evidenciando uma clara tomada de posição diante de uma história revolucionária do país e de acirramento com a cultura norte-americana. Ser fã de Lady Gaga em Cuba significa aderir à cultura anglófila, de alguma forma, negar o clichê do “cubano revolucionário”, mas assumir um posicionamento frente a questões de gênero: através da corporificação da cantora pop, fãs se colocam contra políticas de Estado que cerceiam direitos, sobretudo, a travestis e transexuais. Lady Gaga é, portanto, o vetor de um viver político que ressignifica o cotidiano e aponta rotas de fuga e colisão de parte da juventude cubana.

*

Amanhece no Malecón, a mureta de pedra que cerca a parte litorânea de Havana, capital de Cuba. Encostada numa espécie de destacado que serve de mesa para garrafas de rum e refrigerante Tropicola (a versão cubana da Coca-Cola), Marty, olhos mareados de tomar cuba libre (parece clichê – e é), me conta sobre como seria ver um show de Lady Gaga, ali mesmo, em Havana. Imagine a Plaza de La Revolución, no imenso descampado, cimento no chão, em frente ao Memorial José Martí – imaginou? O palco ficaria de frente para a imagem de Che Guevara, aquela que tem o “Hasta la victoria, siempre”. O castelo da Lady Gaga, da turnê *Born this way* (ela fala inglês com sotaque castelhano), imenso, ao fundo. O apagar das luzes. Show gratuito, à noite, porque, segundo ela, cubanos não teriam como pagar a “fortuna” que seria um espetáculo de Lady Gaga. Mas o show teria que vir completo: cenário, figurinos, maquiagem, a moto em que Lady Gaga monta, até o cavalo da performance da canção *Governament hooker*, a cantora montada nele, um luxo.

Mais um gole de cuba libre.

Tem uma cena em que Lady Gaga canta *Born this way* saindo de uma espécie de vagina cenográfica, um parto ao vivo, você viu isso, Marty? “*Me encanta esta parte*”, mãos no coração, tremulância encenada. Vi no YouTube todo o show, me diz. Detalhe: acesso à internet, em Cuba, é cerceado pelo governo,¹ apenas 3,4% dos lares cubanos possuíam acesso à rede em 2013 e a tarifa paga por uma hora de internet em pontos da estatal de telecomunicações cubana Etecsa era o equivalente a US\$ 2 – num país em que a média salarial é de US\$ 20, uma hora de internet equivale a 10% do salário de um profissional cubano. Como Marty acessa o YouTube?, me pergunto. A resposta vem num certo tom de segredo: um amigo tem um “super” roteador, ela me conta, importado dos Estados Unidos, que capta a internet Wi-Fi (sem fio) de um hotel de luxo próximo à casa dele. Ali, esse tal amigo baixa programas de TV coreanos (os doramas, ou dramas coreanos, famosíssimos na ilha), filmes americanos (também cerceados pelas políticas de exibição do governo cubano), álbuns de artistas internacionais (o álbum *Born this way*, de Lady Gaga, que Marty ouve em casa é de um CD baixado por esse amigo), videocliques e, claro, novelas brasileiras (que antecipam o que vai acontecer nas tramas em exibição no canal de TV Cubavisión, por exemplo). Marty não tem DVD em casa (apenas reproduzidor de CD) e por isso assistiu ao show *Born this way*, de Lady Gaga, *on-line*, no YouTube.

Outro gole de cuba libre.

E o roteador, como chega importado dos Estados Unidos? Na mala de algum cubano residente em Miami que vem rever a família,² Marty me diz. E pode? Poder não pode, mas dá-se um jeito. Tem-se um amigo na Aduana, dá-se um “agrado” (algum dinheiro), faz-se “vista grossa”. Em Cuba, o desejo de sair da ilha por tempo determinado ou definitivo é uma demanda reprimida desde a década de 1960. Pouco mais de meio século de política restritiva para viajar ou migrar separou

1 “Em Cuba o acesso à internet é muito limitado e as conexões privadas estão estritamente reguladas pelo Estado. Apenas 3,4% dos lares tinham acesso à rede mundial de computadores em 2013, uma das coberturas mais baixas do mundo, segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT)”, de acordo com reportagem do portal G1 reproduzindo a agência de notícias France Presse. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/06/cuba-abrira-35-zonas-wifi-e-reduzira-tarifa-de-acesso-a-internet.html>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

2 A impossibilidade para alguns cubanos saírem do país, como artistas, intelectuais, jornalistas, militantes, cidadãos comuns, foi durante décadas causa de sofrimentos e lutas políticas no país. A falta de liberdade de expressão esteve entre os principais motivos do desejo de migrar. Médicos e esportistas, consideradas categorias estratégicas para o país, foram também proibidos de viajar até mesmo para aprender com outros profissionais. Cuba tem elevados índices sociais de educação e saúde e viveu, por um bom tempo, o fenômeno chamado “roubo de cérebros”, que consistia na oferta feita pelo governo dos Estados Unidos, que concedia aos cubanos o direito de migrarem para trabalhar sem necessidade de visto. Principalmente por essa política, os EUA se tornaram o lugar escolhido pelos cubanos para emigrar. Essa política surgiu no contexto da Guerra Fria, quando os americanos viam em Cuba uma ameaça socialista na América Latina. Pela proximidade, Miami, na Flórida, acaba sendo uma espécie de centro agregador de cubanos nos EUA.

os cubanos da possibilidade de ir a qualquer outro lugar do mundo. Em tempos de globalização, enquanto países buscam estabelecer novas regras para atrair ou para limitar imigrantes, Cuba tenta estender os limites ao direito de ir e vir de sua população desde 2013 quando, em 14 de janeiro daquele ano, a nova política de migração entrou em vigor. Ainda assim, é improvável que um cubano, recebendo um salário de US\$ 20, consiga comprar uma passagem aérea, pagar taxas e emigrar. Ou simplesmente viajar. Os moradores da ilha vivem o que o escritor Pedro Juan Gutiérrez, em sua *Trilogia suja de Havana*, chama de uma “síndrome de espera”: por alguém que chegue, por alguém que saia, por alguma nova medida estatal. Uma utopia?

Prometemos ser o último gole de cuba libre.

Marty é travesti e espera que “um dia” consiga ver o show de Lady Gaga na ilha. Parece uma utopia. Um devir. Tento fugir do clichê que é aquela travesti diante de mim, o sol nascendo, as ondas batendo no Malecón, os primeiros carros modelo Ford 1956 circulando ao longe, emocionada, à espera de Lady Gaga. “Se Lady Gaga soubesse o enorme número de fãs que ela tem aqui em Cuba, acho que ela viria... Mas não sei se o governo autorizaria um show dela”, diz Marty. Eu a conheci numa boate gay chamada Cabaret Las Vegas, no bairro de Vedado, ali nas proximidades do Malecón. Conversamos, fiquei de dar um perfume para ela, trocamos informações sobre Lady Gaga. Contei que tinha visto a turnê *Born this way*, em São Paulo, ao vivo. Ela não sabia que Lady Gaga chama seus fãs de *little monsters* (“monstrinhos”). Marty tem 26 anos.

Cultura pop e questões geracionais

Marty nasceu Simón Sanchez em 1989, em Piñar del Rio, a cerca de duas horas de Havana. O final da década de 1980 pode ser apontado como epicentro do início da crise econômica cubana, após a queda do bloco soviético, base de relações políticas e econômicas da ilha depois de 1959. (HAVRANEK, 1998; HEREDIA, 2000) Marty não viveu o “apogeu revolucionário” da ilha (BOBES, 2001; GOTT, 2006), os ideais de Che Guevara, os longos discursos de Fidel Castro pareciam distantes de seu cotidiano. A família encarou a crise alimentar em 1995, quando bens alimentícios faltavam às mesas. Viu crescer a prostituição como “complemento de renda” – para mulheres, homens, travestis e transexuais. O cotidiano parecia afastar Marty das linhas mestras do socialismo cubano, apontando dissidências sobre certo “projeto comum” para os viventes da ilha.

Os postulados de Che Guevara eram aprendidos na escola, em livros, em dias de solenidades cívicas, mas nas brechas do cotidiano, o garoto Simón

vislumbrava querências femininas, desejos de se maquiar, dançar, cantar, beijar outros garotos. A masculinidade excessiva do projeto revolucionário cubano, o militarismo, a glorificação da farda, o verde, o quepe, o rosto em riste pareciam rasuras no projeto afetivo de país para Simón. Algo distanciava Simón de Cuba. Algo aproximava Simón de Marty. Vieram os amigos gays adolescentes, as festas, o compartilhamento dos gostos comuns, a adesão à cultura pop, sobretudo através da música. O Simón que se distanciava de Cuba também parecia negar as formas culturais “tradicionais”: a rumba, a salsa, o merengue soavam ser o engendramento de um país revolucionário que glorificava seu passado – e sua tradição. Contra aquilo que fosse a síntese da relação entre Cuba e seu passado, Simón começou a se interessar pelas cantoras de língua inglesa. Ouvir músicas em castelhano parecia ser o estorvo da conexão com o presente.

Um amigo mostrou as Spice Girls, um videoclipe em que aparecia a bandeira da Inglaterra, músicas como *Wannabe* e *2 Become 1*. Marty lembra que gravava fitas cassete das rádios de Key West, na Flórida, que, de alguma forma, podiam ser ouvidas em Cuba através da captação por antenas. Da parabólica clandestina, outro amigo gravava fitas VHS com clipes e performances ao vivo das Spice Girls, de Britney Spears e Christina Aguilera. Era num vídeo cassete que Simón assistia a todos os vídeos. Estar em Havana, capital de Cuba, mas não negociar com as formas culturais que demarcam o “ser cubano” parecia nortear a vivência do Simón que, aos poucos, se tornava Marty. Divagar, querer ir além. Cuba parece ser a metáfora do isolamento: uma ilha, um governo *sui generis*, um lugar – como alardeiam as campanhas turísticas – “parado no tempo”.

A geração de Marty, em seus 20 e poucos anos, estava longe de um certo ideal revolucionário. De um projeto unificador. Da grande narrativa sobre Cuba. Nas brechas do cotidiano, Marty falava inglês e dava entrevistas imaginárias para programas de celebridades. Seu grupo de amigos e amigas até gostavam de Che Guevara, de Fidel (“a gente sabe que ele não é homofóbico”) e, de alguma forma, compreendiam a perseguição aos homossexuais pelo Estado cubano na década de 1960 (“Se o mundo não aceitava, aqui também não”). A grande “ídola” para Marty e seus amigos era Mariela Castro, a sexóloga e filha do presidente Raúl Castro, uma das figuras emblemáticas da luta contra a homofobia em Cuba.

Pensar estas brechas do consumo, o diálogo com a cultura pop, uma certa negação do “projeto Cuba” por uma parcela da juventude parece corroborar com algumas premissas do sociólogo Karl Mannheim (1982), dentro de plataformas amplas de uma Sociologia do Conhecimento e da Juventude. Ao debater o conceito de “geração”, o autor destaca que a posição comum daqueles nascidos em um

mesmo tempo cronológico não parece dada pela possibilidade de presenciarem ou experienciarem os mesmos acontecimentos, mas, sobretudo, por processarem esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante. A questão que sublinho aqui diz respeito à noção de experiência comum, de partilha de questões e formas de ser afetado. Na premissa de Mannheim (1982), presenciar e viver acontecimentos não são pressupostos de acionamento de questões geracionais. Processá-los de forma comum, sim. A semelhança de processos de experiências parece gerar uma força que une – um agregar em torno de pertencimentos que são contextuais, naturalmente, mas apontam para singularidades. A noção de geração como pensada por Karl Mannheim é aqui resgatada – não em sua totalidade, mas na potência que ainda lhe resta – para estabelecer conexões, sobretudo com outras disposições sociológicas como gênero, classe social, raça/etnia, entre outras.

Ao invés de associar as gerações a um conceito de tempo externalizado e mecanicista, pautado por um princípio de linearidade, o autor se esforça em buscar no problema geracional uma proposta diante da linearidade do fluxo temporal da história: pertencer a uma determinada geração se torna, dessa forma, um problema de existência de um tempo interior não mensurável e que só pode ser apreendido qualitativamente, ou seja, esse tempo interior só pode ser apreendido subjetivamente. (MANNHEIM, 1982) Estamos diante do que o autor vai chamar de vínculo geracional, ou seja, indivíduos que crescem como contemporâneos, experienciam o comum e estão circunscritos numa certa cultura construindo um homogêneo que desponta como força. A contemporaneidade, sob o preceito geracional, significa uma similaridade de influências existentes, domínio de afetos, temporalidade interior compreendida.

A noção de vínculo geracional como fruto das experiências vividas na contemporaneidade pode ser elaborada de forma ainda mais radical quando Mannheim recorre à expressão “não contemporaneidade dos contemporâneos” ou “não simultaneidade do simultâneo”, chamando atenção para o fato de que diferentes grupos etários vivenciam tempos interiores diferentes em um mesmo período cronológico. Negociando com partituras marxistas, Karl Mannheim (1982, p. 528) observa que

a situação de classe e a situação geracional (o pertencimento mútuo a anos de nascimento próximos) têm em comum – como consequência de uma posição específica ocupada pelos indivíduos por ela atingidos no espaço de vida sócio-histórico –, a limitação desses indivíduos a um determinado campo de ação e de acontecimentos possíveis, produzindo, dessa forma, uma forma específica de viver e de pensar, uma forma específica de intervenção no processo histórico.

Debater a emergência da cultura pop como prática comum transnacional nos aciona pensar o atravessamento dos sujeitos contemporâneos em seus fazeres cotidianos. Aspectos geracionais emergem. A cultura pop é resultado de uma circulação de produtos midiáticos que data do pós-Segunda Guerra, capitaneada por instituições das indústrias culturais e dentro de padrões de vida e consumo marcadamente anglófilos. Nesse sentido, a ideia de pertencimento a um suposto mundo global, cosmopolita e hegemônico adentra como máxima na constituição de um imaginário sobre o pop. Portanto, geração parece ser uma chave importante de compreensão de formas particulares de valores e valências que emergem em contextos específicos.

Gênero e cantoras pop

Depois da cuba libre (“da coragem”, imagino o Gonzaguinha de *Começaria tudo outra vez*), bate a fome. Convido Marty para comer algo e ela é direta: “você sabe que aqui em Cuba se você convida, você paga. E eu escolho o que vou comer – e vai ser o mais caro”, me diz, altiva e impositiva, com um “traquejo” que – reconheço ser – irônico. Talvez nessa forma de Marty se dirigir a mim deliberadamente aberta e direta esteja a fabulação da relação dos cubanos com os estrangeiros-turistas. O convite, que poderia ser visto como algo “pro-forma”, uma retórica de “educação” e “bons costumes”, assume a sua factualidade a partir de diferenças: 1. Quem tem dinheiro e quem não tem; 2. Quem tem o poder de “convidar”; 3. Quem domina a retórica do encontro; 4. Quem protagonizará o desfecho. O lanche-café-da-manhã pós-balada parecia ser uma metáfora dos acordos tácitos entre estrangeiros e locais; voltando um pouco mais no tempo, entre espanhóis e cubanos; desbravadores e descobertos; metropolitanos e colonos. (TAYLOR, 2013)

No caminho entre o Malecón e o Piropo (uma lanchonete popular cuja especialidade é hambúrguer e pizza, indicação da própria Marty), percebo uma estranha relação entre Marty e os policiais que habitam a noite/madrugada de Havana. “Eles estão sempre nos olhando de ‘cara feia’³”, balbucia. Seguimos caminhando por La Rampa, falando de Lady Gaga, pergunto que lugares será que Gaga amaria conhecer em Havana (Marty diz imaginar Lady Gaga gravando um clipe no Parque

3 Marty usa a expressão “cara rota”, que literalmente significa “cara quebrada”. Acho a expressão particularmente metafórica porque “quebrado” não significa necessariamente “feio” como traduzi, portanto, reconheço que a fala de Marty é bem mais aberta e interessante que a minha tradução.

Coppelia,⁴ fazendo coreografias em meio a sorvetes coloridos) e vou notando que, sempre que passa por um policial, Marty encena alguma expressão – muitas vezes de desdém, algumas vezes de frisson – encenado a própria contradição em torno das movências entre homens em situação de feminilidade e homens em situação de masculinidade. Medo de detração, “curra” e inspeção podem estar atreladas a fantasias (sexuais, sobretudo), de dominação, controle, poder – de ambos sobre seus corpos e sobre os corpos dos outros. Diante de um policial negro e másculo parado numa esquina da Calle 23, Marty me cutuca – e eu sorrio endossando – traçando o que seria um comentário dela sobre aquela beleza masculina.

Vou percebendo que há muito mais contradições nesta relação de Marty com o militarismo, com a masculinidade revolucionária cubana, que eu tendia a achar. Não se trata de uma recusa por completo, mas uma negociação desejan-te, uma tática de existência, de recusa e adesão estratégicas a partir de contextos específicos. Quando falava em amar Lady Gaga e tudo que aquilo trazia de “mulher” e “cultura norte-americana” a uma superfície de sua fala, Marty se colocava em oposição, possivelmente, a uma ideia de tradição de cantora cubana que reencenava tradições ligadas a gêneros musicais (a rumba, a salsa) que corroboravam com o imaginário de adesão às premissas revolucionárias – e aqui uma certa visão de “mulher subjugada” pelo regime ditatorial masculino emergia. Ali, aberta e claramente, Marty parecia evocar uma tomada de posição de recusa a um tipo de tradição de-e-sobre Cuba. No entanto, num outro contexto, de jogos de flertes e sexo, Marty parecia se colocar no lugar de desejar alguma negociação com essa tradição, com esse corpo militarizado, masculino, cubano-revolucionário (na figura, em certa medida, fetichizada, dos policiais das ruas de Havana), agora na chave da movência desejan-te, do deslize em torno das utopias do querer: haveria a possibilidade de reencenação de jogos de poder entre ela – Marty, travesti – e ele – policial, homem – num certo lugar imaginado, um possível quarto em que a equação – e a “dívida” de opressão – seria custeada com outra performance: o sexo.

“I was born this way”

A Lady Gaga que nunca foi a Cuba, mas habita a travesti Marty, fazendo-a reconhecer lugares de existência, de luta e resistência diante do governo e

⁴ Coppelia é uma das sorveterias mais importantes de Havana, retratada no filme *Morango e chocolate* (1998), de Tomáz Gutierrez Alea, e ponto de encontro de famílias que vão, sobretudo aos domingos, levar as crianças para brincar no parque e finalizar o passeio saboreando um sorvete com biscoito ou com bolo.

das instituições nos parece uma forma oportuna de pensar a cultura pop como uma tentativa de compreensão das particularidades sonoras e imagéticas em produtos e performances que encenam modos de viver, habitar, afetar e estar no mundo. A cultura pop estabeleceria formas de fruição e consumo que permeiam certo senso de comunidade, pertencimento ou compartilhamento de afetos e afinidades que situam indivíduos dentro de um sentido transnacional e globalizante. (SHUKER, 1994; BENNET, 2000; REGEV, 2013)

Pensamos o transnacional mais do que uma mera sofisticação do antigo imperialismo, mas uma fase do capitalismo que, como afirma Martin-Barbero, “o campo da comunicação passa a desempenhar um papel decisivo”. Debater como os produtos da cultura pop se fazem presentes nos sujeitos seria da ordem menos de reconhecer a luta contra a imposição de um modelo econômico-estético, e mais, a discussão sobre a internacionalização de um modelo político. O que nos obrigaria a abandonarmos a concepção que tínhamos de luta contra a “dependência” quando claramente se tinha um “opositor” e a forma difusa com que enfrentamos o problema das identidades nacionais na contemporaneidade. Pensar Cuba, pelo raciocínio latino-americano de Martin-Barbero, seria da ordem de debates em torno de suas crises: a crise de uma certa cultura política com o novo sentido das políticas culturais.

Trata-se de uma nova compreensão do problema de identidade desses países e do subcontinente [América Latina] – por mais ambíguo e perigoso que pareça o termo identidade nos dias de hoje – porque a identidade não se choca apenas com a aberta homogeneização trazida pelo transnacional, mas também com aquela, disfarçada, do nacional, com a negação, a deformação e a desativação da pluralidade cultural constitutiva desses países. (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 295)

Pensar Lady Gaga em Cuba (na travesti Marty e nos inúmeros fãs da artista que vivem na ilha caribenha), mas também em inúmeros outros artefatos da cultura pop, dos filmes-livros *Crepúsculo*, *Harry Potter*, *Cinquenta tons de cinza*, passando pelo cinema de Hollywood, pelo rock inglês dos Beatles, do Queen ou por toda tradição anglófila que existe na música pop, nas histórias em quadrinhos, nos seriados televisivos: a cultura cubana é a relação de toda a tradição, erguida pelas políticas de Estado, pelas lógicas de uma “cubanidade” atrelada a ideais de tradição, de negritude e de resistência, com os produtos do popular-midiático, da cultura pop, baixados sorrrateiramente através de internet “pirateada”. Viver em Cuba, ser jovem

em Havana, Santiago de Cuba, Santa Clara, Varadero, significa buscar formas de adquirir os últimos lançamentos da cultura pop, escondê-los ou ostentá-los. As questões geracionais são, portanto, fundamentais para se pensar o distanciamento/aproximação que uma ideia de Nação cubana pós-Fidel Castro.

Aqui pontuo uma questão proposta por Nelson Lechner que talvez endosse esta problemática: “como pensar a prática política à margem dos laços de coesão coletiva e pertencimento afetivo, que desenvolvemos a cada dia?”. (LECHNER, 1981, p. 21) Como pensar a política na singularidade dos sujeitos, nos espaços privados, nas formas de pertencer por sobreposição: pertencer e pertencer. Duplamente. Sobrepondo. Ser cubano para certa ideia de Cuba-Nação e ser cubano para o seu grupo. São performances distintas, que não se anulam, pelo contrário, evidenciam as complexidades da existência. Para Martin-Barbero (2003), “desmascarar o substancialismo racionalista que embasava a concepção que se tinha dos atores sociais é denunciar também a visão fatalista de história sustentada pela concepção instrumental da política”. Dessa forma, o autor endossa Lechner, para quem, na impossibilidade de lutar “contra” o capitalismo, propõe enxergar constante lugares de acionamentos de resistências.

Não existe uma ‘solução objetiva’ para as contradições da sociedade capitalista. Em consequência, trata-se de elaborar as alternativas possíveis e o desenvolvimento não é orientado para soluções objetivas. É preciso, portanto, elaborar e decidir continuamente os objetivos da sociedade. Isto é fazer política. (LECHNER, 1981, p. 25)

Ao pensar a política nessa profunda relação com a cultura, observa-se que “o cultural pode assinalar a percepção de dimensões inéditas do conflito social, a formação de novos sujeitos – regionais, religiosos, sexuais, geracionais – e formas de rebeldia e resistência”. (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 297) Estamos alinhados aqui às abordagens dos Estudos Culturais, que consideram os fruidores/consumidores da cultura pop não só como agentes produtores de cultura, mas também como intérpretes desta. Os sujeitos dentro do contexto da cultura pop interpretam, negociam, se apropriam de artefatos e textos culturais, ressignificando suas experiências, descortinando possibilidades de estar no mundo, de entrar e sair de uma certa ideia de modernidade, conectando-se a premissas mais amplas ligadas a devires cosmopolitas, a pertencimentos e agenciamentos que se fazem entre ser local e ser global não como instâncias opostas – e binárias, portanto – mas naquilo que se faz por adição, concomitância, simultaneidade.

Descortina-se a questão de que produtos/performances/artistas da cultura pop ajudam a articular normas de diferenciação dentro dos contextos contemporâneos, a partir de aportes como raça, gênero, faixa etária, classe social, entre outros, e acabam sendo forjados em função das premissas do capitalismo. (WEISBARD, 2004; KLOSTERMAN, 2004) Nesse sentido, as estéticas do entretenimento, conectadas às ideias de lazer, diversão, frivolidade e superficialidade, quando acionadas pelas experiências dos sujeitos, trariam à tona formas de habitar o mundo em que o prazer seria peça fundamental nas formas de agir politicamente. “Revelar-se superficial não é necessariamente sinônimo de banalidade, de vulgaridade, mas reintroduzir a ludicidade na relação social. Sempre na lembrança a voz da musa Grace Jones em ‘Private Life’ como lema e desafio: ‘eu sou muito artificial/odeio tudo que é oficial’”. (LOPES, 2002, p. 73-74) Estamos tratando da revalorização do prazer, na aposta das possibilidades políticas, éticas e epistemológicas da deriva e da superfície entre os pensadores da diferença. Lutar contra as múltiplas institucionalizações.

Num ponto entre Stefani/Gaga e Simón/Marty

Já perto de nos despedirmos, Marty me diz: “Se Stefani se transformou em Lady Gaga, Simón pode ser Marty”. E, logo, me vem o debate sobre cidadania em torno do nome social de travestis. Nesse sentido, Marty parecia fabular sobre Lady Gaga e eu, na condição de espectador, estou diante dos debates de gênero das travestis. “[Elas] vivem e personificam um jogo do gênero – seja verbal, corporal ou das relações – que é artificial e manipulado, criado e reinventado”. (BENEDETTI, 2002, p. 149) Por isso a ideia de inconstância, de não ontologia, por isso, a ideia de perigo e sedução, o desconhecido e o ficcional em torno das travestis. Em algum ponto entre o feminino e masculino reside, móvel, em constante deslizar, aquilo que sustenta o gênero, que o reitera e o reaciona.

Como combinado, eu pago a conta de Marty, ela me pede produtos de higiene pessoal, passo no hotel, dou hidratante, xampu, desodorante, perfume. Quando vê um hidratante da marca Victoria’s Secret, coloca a mão no peito, simula tremulância. “Você está realizando meu sonho”. Mas logo, sorrateira, me interpela: “não, meu sonho, é ter um perfume da Lady Gaga, aquele com líquido preto”. Sorrimos. Dou um abraço em Marty. Pareço estar num final de filme, em que amigos se separam, nunca mais se verão, é agora, é tarde, adeus. E talvez seja.

Referências

- BENEDETTI, M. R. A Calçada das máscaras. In: GOLIN, C.; WEILER, L. G. *Homossexualidade, Cultura e Política*. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 140-152.
- BENNETT, A. *Popular music and youth culture: music, identity and place*. Londres: Macmillan, 2000.
- BOBES, V. C. Las mujeres cubanas ante el período especial: ajustes y cambios. *Debate Feminista*, Ciudad de México, v.12, n. 23, p. 67-96, 2001.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.
- BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. São Paulo: Autêntica, 2015b.
- CUBA abrirá 35 zonas wifi e reduzirá tarifa de acesso à internet. *GI: tecnologia e games*, S.l., 18jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/06/cuba-abrira-35-zonas-wifi-e-reduzira-tarifa-de-acesso-a-internet.html>>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- GOTT, R. *Cuba, uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- GUTIERREZ, P. J. *Trilogia suja de Havana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HAVRANEK, A. Cuba na atualidade: o impasse e o silêncio. In COGGIOLA, O. (Org.). *Revolução cubana: histórias e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 155-167.
- HEREDIA, F. M. *Sociedad, transición y socialismo en Cuba*. La Habana: Heliog, 2000.
- KLOSTERMAN, C. Sincerity and Pop greatness. In: WEISBARD, E. *This is Pop*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2004. p. 257-265.
- LECHNER, N. *Estado y política em América Latina*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1981.
- LOPES, D. *O homem que amava rapazes*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. (Org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.
- MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- REGEV, M. *Pop-Rock Music: aesthetic cosmopolitanism in late modernity*. Cambridge: Polity, 2013.
- SHUKER, R. *Understanding popular music*. New York: Routledge, 1994.
- SHUKER, R. *Vocabulário de música Pop*. São Paulo: Hedra, 1999.
- TAYLOR, D. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
- WEISBARD, E. *This is Pop*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2004.

“Chega de fiu fiu”: feminismo, emoções e mobilização política por meio de práticas de compartilhamento de si¹

Tatiane Leal²

Introdução

“Mulher não é um objeto, mas não deveria se apresentar como tal”.³ Essa foi a sentença de Gerald Thomas sobre o episódio ocorrido, em abril de 2013, durante uma entrevista à Nicole Bahls, para o *Pânico*, programa televisivo humorístico exibido pela Band: diante das câmeras, o diretor teatral havia colocado a mão debaixo do vestido da apresentadora.⁴

O episódio impactou fortemente a jornalista Juliana de Faria, nascida em São Paulo. Sua indignação vinha, principalmente, do fato de que a maior parte das pessoas, em suas redes sociais, demonstrava apoio a Gerald Thomas. Para eles, a *panicat* havia provocado o ataque, a partir de sua atitude sensual e de sua vestimenta. Como *freelancer* em revistas femininas, a jornalista resolveu utilizar o episódio como gancho para sugerir uma pauta sobre assédio sexual. A resposta foi negativa. Sua editora alegou que a ideia parecia uma tentativa de “patrulhamento do politicamente correto”.

Juliana de Faria relata que sua primeira reação diante da recusa do espaço nos veículos em que trabalhava foi chorar. Depois, ela vislumbrou uma alternativa: “Ainda bem que essa é a era da internet e a gente pode criar um conteúdo próprio sem muito custo”.⁵ Assim, em 2013, nasceu a campanha “Chega de fiu fiu”,⁶ pro-

1 Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no GP Cibercultura do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Doutoranda e mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). E-mail: tatianeclc@gmail.com.

3 Disponível em: <<https://geraldthomasblog.wordpress.com/2013/04/12/panico-much-ado-about-nothing-all-in-good-faith/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

4 Disponível em: <<http://ego.globo.com/noite/noticia/2013/04/escritor-enfia-mao-dentro-do-vestido-de-nicole-bahls.html>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

5 Juliana de Faria relata o episódio em sua palestra no TEDx de São Paulo, realizada em 28 de maio de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BpRyQ_yFjy8>. Acesso em: 13 jul. 2015.

6 Disponível em: <<http://chegadefiuflu.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

movida pelo *blog* Think Olga,⁷ criado por Juliana, com o objetivo de lutar contra o assédio sexual em locais públicos. Dois anos depois de sua criação, a iniciativa teve como frutos a concepção de um mapa colaborativo para denúncias de situações de violência de gênero e a idealização de um documentário, que está em fase de produção⁸, além de ter colocado o assédio na pauta tanto da mídia tradicional quanto das redes sociais e dos grupos na internet.

No processo de elaboração da campanha, Juliana de Faria preparou um questionário *on-line* com o objetivo de entender a percepção das mulheres sobre a prática das cantadas, divulgando-o em seu *blog* e em suas redes sociais. Ela relatou que esperava mobilizar somente suas amigas e seus respectivos contatos mais próximos. Mas, em menos de duas semanas, 7.762 mulheres haviam respondido a pesquisa. Das participantes, 99,6% afirmaram que já haviam sido assediadas, sendo que 83% declararam que não gostam de receber cantadas, 81% já deixaram de fazer algo por medo do assédio, 90% já trocaram de roupa antes de sair de casa temendo as investidas masculinas e 85% já foram tocadas sem consentimento enquanto transitavam pela rua ou utilizavam o transporte público.⁹

Se o Think Olga foi o espaço de gestação da campanha, ela não se limitou a ele. Rapidamente, diversos *blogs* feministas se empenharam não só na divulgação da iniciativa, mas também na produção de suas próprias visões sobre o assédio em locais públicos como, por exemplo, o Blogueiras feministas,¹⁰ o Escreva Lola escreva¹¹ e o Lugar de mulher.¹²

O tema das cantadas também se tornou pauta de discussão na grande mídia. O jornal *O Globo* evidenciou a diferença entre a opinião dos homens e das mulheres: “Pesquisa on-line coloca em evidência irritação da ala feminina com o que

7 Disponível em: <<http://thinkolga.com/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

8 Disponível em: <<https://www.catarse.me/pt/videochegadefiufiu>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

9 Disponível em: <<http://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

10 Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/09/assedio-verbal-e-a-pesquisa-chega-de-fiu-fiu/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

11 Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2013/09/entrevista-sobre-assedio-nas-ruas.html>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

12 O *blog* Lugar de mulher já publicou diversos textos sobre o assédio em locais públicos, dialogando com a campanha “Chega de fiu fiu”. Alguns exemplos estão disponíveis em: <<http://lugardemulher.com.br/mas-nem-se-ela-for-feia/>>; <<http://lugardemulher.com.br/amor-e-sexo-morri-e-fui-pro-inferno/>>; <<http://lugardemulher.com.br/a-mulher-que-passa-e-responde/>>, este último sendo um relato de uma das administradoras do *blog*, a escritora Clara Averbuck, sobre sua participação na edição do programa televisivo *Na moral*, da Rede Globo, centrada em um debate sobre a cultura das cantadas. Acesso em: 13 jul. 2015.

os machos veem como um esporte nacional”.¹³ A revista *Época* cobrou uma posição dos governantes: “Uma pesquisa mostra que as mulheres têm medo de andar sozinhas por causa das agressões verbais – e físicas – que recebem dos homens. Quando haverá uma campanha oficial contra isso?”¹⁴ Para a revista *Claudia*, a campanha “mostrou o outro lado da cantada” e “abriu um novo debate sobre o assédio em lugares públicos no Brasil”.¹⁵

É importante ressaltar que a campanha do Think Olga surge em meio a uma onda de efervescência do feminismo. Tanto espaços da mídia tradicional, como revistas, jornais, programas televisivos e *best-sellers*, quanto novos meios de produção de conteúdo, como *blogs* e redes sociais, tornam-se locais de elaboração de uma série de discursos identificados como feministas. Se o feminismo emergiu, no passado, dos movimentos sociais e da academia, hoje não se pode ignorar a mídia como um de seus cenários de formação, discussão e reflexão (LEAL, 2015), especialmente as novas mídias, que se desenvolvem no ambiente *on-line*. O espaço público de manifestação dos movimentos sociais não é mais somente a rua, passando a ser mediado pelas redes.

Apesar do extenso uso da internet como forma de promoção do consumo, muitos grupos de mulheres e ativistas feministas têm utilizado a internet como uma plataforma internacional para criar redes de suporte, denunciar problemas como o assédio sexual, discutir política feminista, criar espaços de expressão de si e da sexualidade e lutar contra injustiças sociais. Nesse sentido, há a criação de uma comunidade virtual, formada em torno de um compromisso com a mudança social e da resistência à cooptação pelos atores de mercado. (DOORN; ZOONEN, 2009)

Portanto, para compreender as reflexões e práticas do feminismo contemporâneo, é fundamental pensar as dinâmicas da internet como parte desse processo. Neste artigo, analiso os processos de mobilização e os impactos sociais em torno da campanha “Chega de fiiu fiiu”. Busco entender as especificidades e as possibilidades trazidas pelas novas tecnologias e problematizar as possibilidades de ação política feminista em um contexto social marcado pela internet e pelas redes sociais. A partir da teoria de Harvey (2012), sobre o direito à cidade, e das considerações de Castells (2013), sobre o papel das emoções nas mobilizações políticas, analiso, neste artigo,

13 Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/cantada-na-rua-um-fiu-fiu-que-divide-homens-mulheres-10012008>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

14 Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2013/09/cantadas-bofendemb.html>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

15 Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/bem-estar/reportagem/viver-bem/blogueira-cria-campanha-assedio-mulheres-espacos-publicos-791532.shtml>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

como a campanha “Chega de fiu fiu” pode mobilizar indivíduos e grupos de mulheres a agir no nível micropolítico, transitando entre os ambientes *on-line* e *off-line*.

Internet e mobilizações políticas

Vivemos em uma sociedade em rede. Para Castells (2009), as redes são estruturas comunicativas capazes de processar fluxos, ou seja, correntes de comunicação entre nós interconectados. Para entender as relações de poder que constituem essa sociedade em rede, é fundamental compreender de que forma os processos comunicativos que atuam na produção de consensos – e também no fomento das resistências e das rupturas – se estruturam a partir das materialidades e processos dessa rede, profundamente marcada pela tecnologia da internet.

Para o sociólogo espanhol, a sociedade é constituída por relações de poder. Esse poder é exercido, principalmente, de duas formas: a coerção, ou seja, o controle do Estado e a violência, e pela construção de significados na mente das pessoas. Aqui, Castells parte da ideia gramsciana de consenso. Poucos sistemas institucionais sobrevivem apenas de coerção; o controle mais efetivo acontece quando as ideias dos indivíduos se conformam aos valores promovidos pelas instituições. A principal fonte dessa produção de significado é a comunicação socializada, que vai desde a relação interpessoal até a comunicação mediada pelos meios de massa. A atuação da mídia é fundamental já que, “embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação”. (CASTELLS, 2013, p. 201) Assim, as redes de comunicação são decisivas para a construção do poder.

Houve uma mudança fundamental no ambiente da comunicação com a chegada da internet. Ela representa, ao mesmo tempo, uma comunicação de massa e uma autocomunicação, ou seja, traz a possibilidade de uma produção decidida autonomamente pelo remetente, de uma recepção direcionada e da autosseleção de leitura das mensagens que chegam. Emergem, assim, novas possibilidades de resistência, já que “a autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade”. (CASTELLS, 2013, p. 216) Há, de fato, a construção de um ambiente de interação entre os atores que não necessita de instituições como a família, a escola, a igreja, a mídia tradicional e o governo para aglutinar intenções e emoções em torno de um fim comum.

No caso da “Chega de fiu fiu”, a negativa da mídia tradicional em conceder espaço para a discussão sobre o assédio não impediu a ação dos atores, que encontraram na internet um ambiente livre para o debate. Bennett e Toft (2009) afirmam que as campanhas são caracterizadas por se dirigirem a grandes audiências, provendo informação detalhada sobre porque elas poderiam querer se juntar ao protesto. Graças ao processo de autocomunicação de massa, o *blog* Think Olga pôde atingir seu objetivo, mobilizando outros *blogs*, redes sociais e também a grande mídia. A internet oferece, assim, um ambiente para a discussão de questões que, até então, não encontravam lugar nos espaços tradicionais de mídia, devido ao atravessamento de poderes e de interesses comerciais.

Os movimentos sociais, compreendidos aqui como caixas de ressonância das esferas sociais, são capazes de trazer para a esfera pública questões que até então estavam silenciadas. A internet oferece o espaço para que estas questões sejam tematizadas, articuladas e publicizadas, tornando assim possível a inclusão daqueles que até então encontravam-se “inexistentes” através da produção e distribuição de informações sobre aqueles que estão excluídos. (PEREIRA, 2008, p. 198)

Há um movimento de retroalimentação entre a internet e a mídia tradicional. Ao mesmo tempo em que os feminismos apontam as contradições e os silêncios das representações veiculadas na mídia, a explosão de determinadas questões nos meios virtuais passam a pautar os grandes veículos, que enxergam nesses novos ativismos tendências sociais para a construção de discursos, seja no jornalismo, seja na formação de mercados publicitários, seja no mercado editorial ou nas narrativas televisivas.

Assim, ainda segundo Pereira (2008), a internet contribui para a formação da esfera pública contemporânea. Entende-se esfera pública como um espaço de disputa, negociação, definição e redefinição de significados entre atores sociais. As tecnologias modificaram e continuam a modificar as maneiras pelas quais as pessoas interagem. A internet oferece um espaço de ação para os indivíduos que não se sentem contemplados pelas formas tradicionais de participação política, como a eleitoral, e que nunca haviam sido militantes em movimentos sociais. Ela permite a associação por meio de laços fracos, demandando menos comprometimento institucional e despedimento de gastos financeiros e, especialmente, promovendo uma aglutinação de pessoas em torno de interesses comuns.

Pensar a centralidade da internet para o desenvolvimento da campanha “Chega de fiu fiu” não significa adotar uma perspectiva de determinismo

tecnológico. Howard (2006) propõe tratar a inovação tecnológica como evolucionária e contextual, não revolucionária e casual. Ou seja, os processos comunicativos na rede devem ser analisados dentro do contexto social em que emergem. Isso não significa desconsiderar as novas possibilidades trazidas pelas tecnologias, mas sim estabelecer um distanciamento crítico que permite analisá-las inseridas dentro de uma lógica social, e não como determinantes isolados de uma pretensa revolução nos modos de ser. Deve-se olhar a tecnologia a partir da perspectiva de observar as continuidades e descontinuidades dos modos de subjetivação e das práticas sociais entre os antigos ambientes de sociabilidade e os novos espaços virtuais.

Portanto, não se trata somente de avaliar os efeitos da comunicação política no ambiente virtual, mas em uma abordagem cultural, entender as novas práticas de interação como condições para e sinais de uma mudança estrutural de como conduzimos nossa política, de como a opinião pública se forma.

É preciso pensar a tecnologia como um espaço de coconstrução com a realidade: ao mesmo tempo um produto da sociedade e produtora da mesma. As tecnologias não possuem forças externas a sociedade, não são anunciadoras de mudanças objetivas e inevitáveis. Por outro lado, também não são ferramentas neutras, que não apresentam nenhuma especificidade, sendo irrelevantes na análise de um quadro social. (PEREIRA, 2008) Para entender as relações entre os movimentos sociais contemporâneos e as novas tecnologias, é preciso pensá-las enquanto actantes: elas interferem no fluxo da ação, na medida em que os usuários podem, de certa forma, alterar o próprio conceito dos produtos criados, de acordo com o ambiente social em que estão inseridos.

De acordo com a perspectiva da Teoria Ator-Rede, podemos ver as ferramentas tecnológicas da internet como actantes. Latour (2012), em sua Sociologia de Associações, propõe uma concepção ampla dos atores, incluindo os objetos como participantes da ação. Eles não a determinam, mas têm a capacidade de facilitar ou impedir seu fluxo. Assim, Latour torna simétricos atores e actantes (humanos e não humanos), perturbando a dicotomia entre agente e estrutura.

Na campanha “Chega de fiu fiu”, a internet é um actante, no sentido em que não determina sua existência, mas facilita sua estruturação e amplia suas possibilidades de alcance e de disseminação. Sem os *blogs*, redes sociais, e-mails e ferramentas de construção de *sites*, outras formas tradicionais de protesto contra o assédio em locais públicos poderiam ter sido empreendidas, como as manifestações de rua. Entretanto, desde a experiência do zapatismo, no México (FIGUEIREDO, 2007), os movimentos sociais têm experimentado uma relação cada vez mais intrínseca com as tecnologias. Levantes como o Occupy Wall Street (GITLIN, 2012),

os Indignados espanhóis (CASTELLS, 2013) e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil (CASTAÑEDA, 2014) tiveram seus rumos profundamente afetados pelo uso dos celulares e dos computadores, globalizando suas demandas e ampliando as possibilidades de compartilhamento e de construções em comum.

Com a rapidez e a fluidez dos processos comunicativos na rede, bem como através das ferramentas tecnológicas disponíveis, duas iniciativas ligadas à campanha tornaram-se possíveis. Em primeiro lugar, houve o lançamento da proposta de um documentário sobre a cultura do assédio de rua no Brasil.¹⁶ Juliana de Faria relata que, após tentar várias formas de apoio, sem sucesso, optou por lançar o projeto no Catarse,¹⁷ uma plataforma *on-line* de financiamento coletivo. Em menos de 24 horas, as doações atingiram a meta estipulada, que era de 20 mil reais.¹⁸ O documentário *Chega de fiu fiu* bateu recordes no Catarse: foi o mais rápido a conseguir seu objetivo dentre os projetos de cinema.¹⁹ Em segundo lugar, as ferramentas tecnológicas possibilitaram a criação do mapa colaborativo, que será discutido a seguir.

Compartilhamento de si, emoções e direito à cidade

Uma das iniciativas mais importantes da campanha “Chega de fiu fiu” foi a criação de um mapa colaborativo, em que as mulheres podem registrar o tipo de assédio que sofreram e o local do ocorrido, em qualquer região do Brasil. Também é permitido que qualquer pessoa faça uma denúncia (anônima ou não) de uma situação presenciada. A interface simples e intuitiva permite um amplo acesso à ferramenta (FIG 1). Textos explicativos organizados em um menu lateral guiam a usuária (ou o usuário) pela plataforma:

Você foi assediada? Sofreu ou testemunhou algum tipo de violência? Sua contribuição é muito importante - para você e todas as mulheres. Neste site, você pode se sentir segura. Há a possibilidade de enviar informações anonimamente. Seus dados pessoais, como e-mail e IP, não serão revelados.²⁰

16 Disponível em: <<http://thinkolga.com/documentario/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

17 Disponível em: <<https://www.catarse.me/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

18 Foram arrecadados, no total, R\$ 64.448,00. Disponível em: <<https://www.catarse.me/pt/videochegadefiu-fiu>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

19 Considerando todos os projetos do Catarse, o documentário *Chega de fiu fiu* ficou em quarto lugar na rapidez com que atingiu a meta de financiamento. Juliana de Faria apresenta essa informação em sua palestra no TEDx de São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BpRyQ_yFjy8>. Acesso em: 13 jul. 2015.

20 Texto da aba “Foi assediada?”, disponível em: <<http://chegadefiu.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

Figura 1: Mapa colaborativo “Chega de fii fii”.



Fonte: <<http://chegadefiufiu.com.br/>>

Um aspecto central dessa ferramenta é que ela permite a construção de um movimento social a partir do compartilhamento de histórias pessoais. No contexto pós-moderno, marcado pela erosão das identidades fixas e por uma interpelação do sujeito a centrar-se na construção individual do eu (GIDDENS, 2002; TAYLOR, 2011), o compartilhamento de narrativas de si e, especialmente, das emoções experimentadas pelos sujeitos, constituem passos importantes para transportá-los para além do âmbito individual e para estruturar uma mobilização coletiva.

Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. [...] Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história –, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais. (CASTELLS, 2013, p. 147)

Para Bennett e Toft (2009), as histórias pessoais cumprem um papel central na formação dos laços que constituem as redes. O desenvolvimento de narrativas sobre as razões da ação contribui para as concepções de si dos participantes e localizam os atores em relação à ação, respondendo a questões como “quem eu sou? O que eu penso sobre esse protesto? O que eu faço? Com quem estou? Eu pertencço ao grupo deles? Quem são eles? Como eles agem? Por quê?”.²¹ (BENNETT; TOFT, 2009, p. 250, tradução nossa) Castells ressalta que a condição para que essas emoções individuais se encadeiem e formem um movimento é a existência de um processo comunicativo que propague as experiências de vida e os sentimentos a eles associadas. Assim, “quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propellido pelo entusiasmo e motivado pela esperança”. (CASTELLS, 2013, p. 329)

Na campanha “Chega de fiu fiu”, houve uma explosão de compartilhamentos de histórias de vida. Juliana afirma ter recebido, através do *blog*, dezenas de e-mails com vivências de assédio em locais públicos. Muitas mulheres declaravam estar relatando essas experiências pela primeira vez, rompendo as barreiras do medo e da vergonha para se abrirem no ambiente da internet, protegidas pela distância espacial e pelo anonimato.

Ao lançar o olhar sobre algumas histórias, é possível perceber que algumas são recontadas na forma de memória. Esse processo pode ser visto no relato a seguir, sobre uma experiência ocorrida no centro do Rio de Janeiro e classificada pela usuária como um caso de assédio físico:

O itinerário dos ônibus haviam (sic) mudado novamente, tive que saltar alguns pontos antes do de costume para andar para o estágio. Não eram nem 11am. Andava com pressa, estava atrasada, e notei que na minha direção vinha um grupo de rapazes, deviam ter minha idade (*tinha 22 na época*). Como de costume, já olhei em volta para ver se estava só, e constatei que sim, éramos só eu e eles na rua. Não desacelerei o passo, mas me aproximei da parede para que eles passassem pelo lado de fora da calçada e antes que pudesse entender, um deles passou e simplesmente apertou minha bunda. Até demorei pra perceber o que havia acontecido. Andava com pressa, já devia ter andado uns 2 metros quando percebi. Olhei pra trás rapidamente, ele me olhou e riu. Acelerei o passo e entrei em outra rua. Me senti nua, invadida, suava

21 “Who I am? What do I think about this protest? What do I do? Who am I with? Do I belong to their group? Who are they? What do they do? Howthey do it? Why?”.

frio, entrei no modo automático e quando vi já estava no escritório.²²
(grifo nosso)

Quando a autora afirma que tinha 22 anos na época em que o episódio aconteceu, fica claro que a postagem remete a um evento passado. Mesmo que anos tenham decorrido, a autora atualiza emoções no ato do compartilhamento. O relato dos sentimentos experimentados gravita em torno de emoções como a raiva, o desespero, o medo, a vergonha e a esperança de que a publicação dessas histórias gere alguma forma de conscientização social ou de mobilização coletiva, que possa romper atos contínuos de assédio, como o narrado na experiência a seguir:

Há quatro anos saio do metrô Alto do Ipiranga e ando pela Dr. Gentil de Moura no horário do almoço (por volta de 12:20). Nesse trajeto os funcionários de uma funilaria ficam sentados na calçada mexendo com todas as mulheres que passam na frente deles. Fazem sons, piadinhas, tentam chamar atenção. O desconforto ao passar na frente desse bando de homens é imenso. Por quatro anos me fingi de surda, mas hoje não aguentei. Começaram a fazer sons e falar coisas. Não olhei para trás, estiquei o braço, mostrei o dedo do meio e segui andando. Só ouvi as reclamações. Acordo antes das seis da manhã, gasto cerca de uma hora e meia para ir e voltar num metrô lotado. Só quero voltar para casa em paz.²³

A possibilidade de reunir os relatos no ambiente virtual possibilita uma vivência coletiva da indignação, formando teias de apoio para que cada indivíduo, como um nó interconectado dessa rede, possa vencer o medo e se engajar em um movimento social pela mudança. Cada compartilhamento de uma vivência pessoal de assédio pode ser pensado como uma atitude micropolítica, que sai do plano individual para unir-se a uma vontade coletiva de transformação de uma cultura que oprime as mulheres e trata seus corpos como objeto e como propriedade pública. Mulheres de diferentes realidades socioeconômicas e culturais se unem, a partir de

22 A postagem foi classificada pela autora como “assédio físico” e inserida no mapa no endereço rua da Constituição, 52, Centro, Rio de Janeiro (RJ), no dia 20 set. 2014. As postagens destacadas neste artigo foram escolhidas de forma aleatória, entre as maiores capitais do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Disponível em: <<http://chegadefiufiu.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2015

23 A postagem foi classificada pela autora como “assédio verbal” e inserida no mapa no endereço av. Doutor Gentil de Moura, 417, Ipiranga, São Paulo (SP), no dia 21 ago. 2014. Disponível em: <<http://chegadefiufiu.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2015

seus relatos de vida, no que Hardt e Negri (2014) denominam multidão, um conjunto de singularidades que agem em comum.

Juliana de Faria afirma que seu intuito em mapear os locais mais críticos não é fazer com que as mulheres evitem transitar por eles. Pelo contrário, a intenção é pensar coletivamente formas de ação que possam devolver à mulher a liberdade de andar pela cidade. Se historicamente a presença da mulher no espaço público foi desencorajada e criminalizada,²⁴ sendo o ambiente privado o seu local legítimo (PERROT, 1998; WOOLF, 1985), a campanha “Chega de fiu fiu” marca o desenvolvimento de uma ação política feminista que se enquadra na demanda que Harvey (2012; 2013) denominou como “direito à cidade”.

O direito à cidade, como comecei a dizer, não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito (HARVEY, 2013, p. 584)

Apesar de a teoria de Harvey se referir aos processos de urbanização desenfreada e excludente, comandada pelos interesses do capitalismo neoliberal, é possível pensar a campanha “Chega de fiu fiu” como uma ação coletiva que luta pela construção de uma outra cidade, mais inclusiva e menos hostil para as mulheres, fundada no direito de transitar livremente por locais públicos sem medo de sofrer constrangimentos e violências por causa de seu gênero.

Esse aspecto da campanha dialoga com os caminhos que o movimento feminista vem trilhando. Uma de suas expressões contemporâneas, a Marcha das Vadias, tem como argumento central o direito da mulher de escolher como se vestir e se portar no espaço público, sem correr o risco de sofrer violência e, ainda, de ser considerada culpada por ela.²⁵ (BERALDO, 2014) Outra campanha brasileira que obteve ampla visibilidade na mídia e nas redes, “Eu não mereço ser estuprada”, criada pela jornalista Nana Queiroz, em 2014, também se estrutura a partir do

24 Mulher pública era um sinônimo para prostituta. (PERROT, 1998)

25 A Marcha das Vadias (Slutwalk, em inglês) surge no Canadá, em 2011, como protesto à palestra de um policial na Universidade de Toronto, onde haviam ocorrido diversos casos de violência sexual, que afirmou que as mulheres deveriam parar de se vestir como vadias se não quisessem ser estupradas. (BERALDO, 2014)

mesmo argumento.²⁶ Por fim, a preocupação com a proliferação da pornografia de vingança²⁷ também vem sendo discutida pelos coletivos feministas, que tentam fazer uma pedagogia social para desconstruir as práticas de culpabilização das mulheres expostas, vistas não como vítimas de um crime, mas como passíveis de julgamento (*slutshaming*) por terem se desviado das expectativas sociais em relação a um comportamento sexual feminino ideal.

Portanto, pensando a campanha “Chega de fiu fiu” a partir de uma relação dialética entre as potencialidades trazidas pelas inovações tecnológicas e as dinâmicas do contexto social, percebe-se que as possibilidades de autocomunicação oferecidas pela internet vão ao encontro de transformações culturais que trouxeram a necessidade de desconstrução das práticas naturalizadas de culpabilização da vítima e de objetificação do corpo feminino. “Chega de fiu fiu” representa, assim, uma expressão de um movimento social feminista profundamente marcado pelos processos de comunicação em rede, que coloca questões como o estupro e o assédio no centro do debate sobre os direitos das mulheres no espaço público.

Considerações finais

A campanha “Chega de fiu fiu” pode ser considerada um exemplo de como o debate político feminista contemporâneo vem se estabelecendo. Entendendo as ferramentas da internet como actantes, é possível perceber como a mobilização política na sociedade em rede apresenta particularidades e potenciais criativos para a construção de ações em comum. A partir da rapidez dos fluxos comunicativos em rede, a campanha foi bem-sucedida em fomentar a discussão sobre o assédio sofrido por mulheres em ambientes públicos, tanto em *blogs* e redes sociais quanto na mídia tradicional.

26 A motivação para a criação da campanha foi a divulgação de uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (Ipea), que revelou números alarmantes sobre a opinião dos brasileiros acerca do estupro e da violência doméstica. Inicialmente, foi divulgado que 65% dos brasileiros concordavam com a afirmação “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Posteriormente, o instituto revelou que houve uma troca entre duas perguntas: esse percentual referia-se, na verdade, à questão “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”, enquanto a estatística relativa à opinião sobre o estupro era de 26%. Outro dado relevante da pesquisa foi a concordância de 58,5% dos entrevistados com a ideia de que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971>. Acesso em: 13 jul. 2015. A campanha “Eu não mereço ser estuprada” consistia no compartilhamento de fotos de protesto acompanhadas da *hashtag* #eunãomereçoserestuprada. Para um estudo de caso sobre a campanha e as expressões de ódio que suscitou nas redes sociais, conferir Amaral e Coimbra (2015).

27 Prática de compartilhamento de fotos e vídeos de mulheres nuas ou tendo relações sexuais, divulgadas, muitas vezes, pelos ex-parceiros.

Questionada sobre se sua campanha havia dado certo, Juliana de Faria pondera que, infelizmente, as mulheres continuam sendo assediadas nas ruas, mas que, pelo menos, agora se podia falar sobre o assunto. Não se trata apenas de transformar discursos excludentes e opressores, mas de conquistar um lugar de fala. Como afirma Foucault (2011, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Os processos de autocomunicação (CASTELLS, 2009) e de coprodução (PEREIRA, 2008) possibilitados pela internet permitiram a entrada de novos atores nos locais de produção de discursos.

Por fim, o compartilhamento de histórias de vida dialoga diretamente tanto com o contexto social contemporâneo quanto com suas ferramentas tecnológicas. Há uma relação dialética entre uma sociedade individualizada, que interpela os sujeitos a construírem sua própria identidade produzindo narrativas de si, e a emergência de ferramentas tecnológicas que permitem o compartilhamento abundante dessas histórias, unindo indivíduos distantes espacialmente em torno de uma comunidade virtual formada por emoções e por experiências que lhes são comuns.

A experiência coletiva das emoções de indignação frente às situações de assédio interpela as mulheres que têm acesso ao discurso da campanha, seja pelo próprio *blog* Think Olga, seja por sua reverberação na internet e na mídia tradicional, promovendo possibilidades de ações micropolíticas no cotidiano. Uma das bandeiras feministas contemporâneas se estrutura em torno do direito à cidade, entendido como a liberdade de transitar pelos espaços públicos sem sofrer qualquer tipo de violência. Desse modo, a ação política feminista da campanha, fomentada nos ambientes *on-line* e facilitada pelas tecnologias, extrapola as fronteiras do virtual e se expande pelos espaços multissígnicos e plurais da cidade.

Referências

AMARAL, A.; COIMBRA, M. Expressões de ódio nos sites de redes sociais: o universo dos *haters* no caso #eunãomereçorestuprada. *Contemporânea*, Salvador, v. 13, n. 1, p. 294-310, maio/ago. 2015.

BERALDO, B. *Por saias e causas justas: feminismo, comunicação e consumo na Marcha das Vadias*. 2014. 84 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2014.

BENNETT, L. W.; TOFT, A. Identity, technology and narratives: transnational activism and social networks. In: CHADWICK, A.; HOWARD, P. N. (Orgs.). *Routledge handbook of internet politics*. New York: Routledge, 2009. p. 246-260.

Blog Lugar de Mulher. Disponível em: <<http://lugardemulher.com.br/mas-nem-se-ela-for-feia/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

Blog Think Olga. Disponível em: <<http://thinkolga.com/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

CASTAÑEDA, M. As manifestações de 2013: imbricamentos sociotécnicos e perspectivas. In: CAVA, B.; COCCO, G. *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014. p. 107-117.

CASTELLS, M. *Communication Power*. New York: Oxford University Press, 2009.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. (E-book).

CHEGA de Fiu Fiu: resultado de pesquisa. *Blog Think Olga*, 9 set. 2013. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

CONTE, M. Assédio em lugares públicos: a jornalista que mostrou o outro lado da cantada. *Claudia*, S. l., 29 out. 2014. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/bem-estar/reportagem/viver-bem/blogueira-cria-champanha-assedio-mulheres-espacos-publicos-791532.shtml>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

DOORN, N.; ZOONEN, L. Theorizing gender and the internet: past, present and future. In: CHADWICK, A.; HOWARD, P. N. (Orgs.). *Routledge handbook of internet politics*. New York: Routledge, 2009. p. 261-274.

ENTREVISTA sobre assédio nas ruas. *Blog Escreva Lola Escreva*, 13 set. 2013. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2013/09/entrevista-sobre-assedio-nas-ruas.html>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

FARIA, J. *Chega de Fiu Fiu! Cantada não é elogio*. TEDx São Paulo. Vídeo, 15:54 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BpRyQ_yFjy8>. Acesso em: 13 jul. 2015.

FIGUEIREDO, G. G. Vamos ao baile: gingas da comunicação e da participação no zapatismo. *Lua nova*, São Paulo, v. 72, p. 47-82, 2007.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2011.

GERALD Thomas enfia a mão dentro do vestido de Nicole Bahls. *Ego*, Rio de Janeiro, 10 abr. 2013. Disponível em: <<http://ego.globo.com/noite/noticia/2013/04/escritor-enfia-mao-dentro-do-vestido-de-nicole-bahls.html>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GITLIN, T. *Occupy Nation: the roots, the spirit and the promise of Occupy Wall Street*. New York: It books, 2012.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

- HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: HARVEY, D. et al. (Orgs.). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 472-620. (E-book).
- HARVEY, D. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. Londres; Nova York: Verso Books, 2012.
- HOWARD, P. N. *New media campaigns and the managed citizen*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 2006.
- HUECK, K. As cantadas ofendem. *Época*, S. 1., 16 set. 2013. Seção Ideias. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2013/09/cantadas-bofendemb.html>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- LATOURE, B. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede*. Salvador: EDUFBA; Bauru, SP: EDUSC, 2012.
- LEAL, T. *A mulher poderosa: construções da vida bem-sucedida feminina no jornalismo brasileiro*. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- MARCOLINI, B.; BARROS, L. Cantada na rua: um ‘fiu-fiu’ que divide homens e mulheres. *O Globo*, S.1., 18 set. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/cantada-na-rua-um-fiu-fiu-que-divide-homens-mulheres-10012008>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- OSORIO, R. G.; FONTOURA, N. Errata da pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”. *IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, S.1., abr. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2197>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- PAIVA, I. *Assédio verbal e a pesquisa “Chega de fiu-fiu”*. Blog Blogueiras Feministas, 17 set. 2013. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/09/assedio-verbal-e-a-pesquisa-chega-de-fiu-fiu/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- PEREIRA, M. A. G. *Cyberativismo e democracia: movimentos sociais e novos repertórios de ação*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2008.
- PERROT, M. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- Portal da campanha “Chega de Fiu Fiu”. Disponível em: <<http://chegadefiufiu.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- TAYLOR, C. *A ética da autenticidade*. São Paulo: Realizações, 2011.
- THOMAS, G. “PANICO” – much ado about nothing – all a joke amongst artists: 50 thousand visits every 4 hours! Gerald Thomas Blog, 12 abr. 2013. Disponível em: <<https://geraldthomasblog.wordpress.com/2013/04/12/panico-much-ado-about-nothing-all-in-good-faith/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.
- WOOLF, V. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Cair na real: “boas práticas” publicitárias sob a ótica do realismo capitalista e do aceleracionismo

Marcio Telles

Introdução

Nos últimos anos, nos países de língua inglesa, a crítica cultural anticapitalista revigorou-se através de um movimento que, à primeira vista, parece assumir a impossibilidade de vitória: é ressoando Margaret Thatcher e seu *slogan* “there is no alternative” (não há alternativa, em tradução livre) que Mark Fisher (2009) afirma a existência do realismo capitalista (*capitalism realism*), estética que emoldura a produção artístico-cultural sob égide do capitalismo avançado. A partir daí, Alex Williams e Nick Srnicek (2013) defendem a aceleração (*acceleracionism*) do domínio do capital sob todo o horizonte futuro do ser humano, até que os destroços do mundo deem à luz um novo ser, pós-humano. Política da lógica da pira: quanto pior, melhor.

O objeto deste artigo é pensar esses dois avanços (se é que assim os podemos chamar) dentro do campo da comunicação. Este trabalho advém de uma necessidade prática: na iminência de lecionar sobre os dois temas para uma turma de graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, deparei-me com a inexistência de material sobre realismo capitalista e a escassez de artigos sobre aceleracionismo em nossa língua (ainda que tanto o Manifesto¹ quanto comentários críticos ao mesmo estejam disponíveis em português²). O interesse pelo tema, todavia, vem se expandido: o grupo de pesquisa interdisciplinar informal MaterialismoS, que reúne-se mensalmente na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, dedicou o segundo semestre de 2015 ao estudo do *#accelerate*. Além disso, o antropólogo Viveiros de Castro tem sido um ativo crítico do aceleracionismo no meio intelectual brasileiro, ainda que escassos sejam os adeptos conscientes desta posição teórica que se apresentam enquanto interlocutores. (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014)

1 WILLIAMS, A.; SRNICK, N. #ACELERAR MANIFESTO: por uma política aceleracionista. Tradução Bruno Stehling. *Uninômade Brasil*, 9 jun. 2013. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/manifesto-aceleracionista/>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

2 Por exemplo, o artigo de Steven Shaviro (2013).

Dentro da comunicação em específico, este trabalho visa à crítica direta: a ideia de que ainda seria possível, apesar de tudo, advogar em favor de boas práticas na publicidade, isto é, práticas cidadãs, “autoconscientes” e “politicamente engajadas”, que retratem o mundo “como ele é”. Como argumentarei, essa lógica está inserida dentro dos pressupostos ético-estéticos do realismo capitalista e contribui para a aceleração do modo de produção que pensa (se é que pensa) combater.

Se o realismo capitalista é o diagnóstico ao qual o aceleracionismo propõe o fármaco – nesse caso, certamente, tanto um veneno quanto um remédio – pretendo conjurar outro autor, Mark Dery, para apresentar a metodologia pela qual é possível acelerar o domínio do capital: o *culture jamming*, a criação deliberada de uma balbúrdia comercial (*the jam*) com vistas a emperrar o sistema capitalista (*to jam*): acelerar para destruir. Com esse aporte teórico, que se reconhece entre o fascínio e a repulsa em relação a esses dois pontos de vista, quero relatar o que penso ser o papel do pesquisador engajado da área no início do século XXI.

Cair na real

Lançado em 2009, o ensaio do professor e crítico cultural Mark Fisher, “Capitalist Realism: is there no alternative?”, arvora-se sobre um *insight* bastante disperso nos círculos esquerdistas pós-Fim da História:³ é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. A partir daí, Fisher emprega o referencial teórico costumeiro da crítica anticapitalista anglófona – Frederic Jameson e Slavoj Žižek – para questionar como chegamos a tal ponto e como dele poderíamos sair (essa última parte, apenas breves páginas desesperadas no final do livro-panfleto).

Fisher define realismo capitalista como “[...] uma atmosfera permissiva, que condiciona não apenas a produção da cultura, mas também a regulação do trabalho e da educação, e age como uma espécie de barreira invisível que restringe o pensamento e a ação”.⁴ (FISHER, 2009, p. 16, tradução nossa) Ao delinear os contornos dessa atmosfera que se coloca como horizonte de todo o pensável, inclusive nos nossos sonhos (FISHER, 2009, p. 8), o autor desenha a estética que emoldura a produção

3 O termo, claro, é uma referência ao famigerado ensaio e livro de Francis Fukuyama, *O fim da História e o último homem* (Rio de Janeiro: Rocco, 1992), que proclama a vitória da democracia, do neoliberalismo e do capitalismo sobre os regimes comunistas após a Queda do Muro de Berlim, em 1989, advogando esse modelo como o último estágio de avanço da humanidade.

4 “Capitalist realism as I understand it cannot be confined to art or to the quasi-propagandistic way in which advertising functions. It is more like a pervasive atmosphere, conditioning not only the production of culture but also the regulation of work and education, and acting as a kind of invisible barrier constraining thought and action.”

artística-cultural deste início de século XXI. Ou seja, o realismo na expressão realismo capitalista não é mais do que um construto da realidade visto através das lentes das grandes corporações, das campanhas ubíquas de *marketing*, dos artistas pop e da fixação por *branding* que viceja em vários aspectos da vida no século XXI.

Vemos o melhor exemplo de como é esse construto do real⁵ na análise que Simon Reynolds (1996) faz do *hip-hop* e de sua vertente mais agressiva, o *gangsta rap*. Para o crítico musical britânico, o bordão incessantemente repetido “get real” do *hip-hop* significa, em primeiro nível, a música que não quer amainar sua mensagem para vender mais, quer dizer, para entrar na roda do mercado que tudo (supostamente) pasteuriza; a nível mais profundo, o realismo *gangsta* também significa a música que reflete certa realidade constituída pelo capitalismo avançado de a) instabilidade econômica; b) racismo institucionalizado; c) vigilância ampliada; e d) assédio da juventude negra pelas forças da ordem. O realismo apregoado pelo *gangsta rap*, subsumido na expressão *to get real* (algo como “cair na real”), pode ser resumido como um estado de natureza “onde cão come cão, onde você ou é um vencedor ou um perdedor, onde a maioria serão perdedores”.⁶ (REYNOLDS, 1996, tradução nossa) O realismo capitalista é um cenário neo-medieval:⁷

[...] pode-se comparar o downsizing [das empresas] à clausura, quando a aristocracia joga os camponeses para fora da terra e os reduz a uma subclasse de trabalhadores ambulantes. [...] Aí [no *gangsta rap* e no *Jungle*, estilo de música eletrônica] reflete-se um cenário de paranoia medieval de barões corruptos, corporações piratas, conspirações e operações dissimuladas.⁸ (REYNOLDS, 1996, tradução nossa)

5 Uso construto do real na falta de melhor termo, já que, como o compreendo, o real é inalcançável (FLUSSER, 2015) e, portanto, precisa ser sempre construído processualmente. A versão de real mais admitida enquanto tal é aquela sobre a qual se tem maior consenso: muito como a ideia de verdade em Gabriel Tarde. (SAINT CLAIR, 2012)

6 “To ‘get real’ is to confront a state of nature where dog eats dog, where you’re either a winner or a loser, and where most will be losers”.

7 Reynolds não é o único autor a apontar essa espécie de retorno de uma ordem pré-capitalista no capitalismo avançado. Bruce Sterling (2014), ao debater a “Internet das coisas”, chama a relação do consumidor (ex-internauta) com a rede de feudalismo digital (*digital-feudalism*). Comparando as pessoas na internet com peões e os donos do “Big Five” (Microsoft, Apple, Google, Amazon e Facebook) com lordes encastelados na Nuvem, Sterling (2014, p. 60-62) nota que “os peões nunca votam pelos lordes em seus Castelos nas Nuvens [*Cloud Castles*]. Mas eles os acham atraivos e glamurosos. Eles os respeitam. Eles se sentem verdadeiramente leais. Eles não podem viver sem seus lordes”. Sterling (2014) também traça paralelo entre a forma de competição entre as Big Five que pouco tem a ver com o produto e muito a ver com o feudo de cada uma: é nesse sentido que raramente existem guerras de preço entre elas, mas as tentativas de perturbar o negócio uma das outras é constante.

8 “‘Real’ is a neoMedieval scenario: you could compare downsizing to enclosure, where the aristocracy threw the peasants off the land and reduced them to a vagabond underclass. Like *gangsta rap*, *Jungle* reflects a Medievalparanoiascape of robber barons, pirate corporations, conspiracies and covert operations”.

Logo, para Reynolds, o *gangsta rap* não reflete as condições sociais pré-existentes, como clamam seus artistas e defensores, nem causam tais condições, como apelam seus críticos; ao contrário, a hibridização entre o *hip-hop* e o capitalismo avançado é o melhor exemplo da transformação do realismo capitalista em uma espécie de “mito antimítico”. (FISHER, 2009, p. 10) O real, tanto no *hip-hop*, para Reynolds, quanto no realismo capitalista de Fisher, significa a “morte do social” (REYNOLDS, 1996): é o tom farsesco que serve para justificar as medidas austeras na política econômica e na supressão das liberdades individuais através do incremento das funções repressivas do Estado. Como observa Fisher a partir do filósofo francês Alain Badiou, é ideologicamente aparelhadas por tal realismo que as corporações “caem na real” e justificam seus processos de modernização: sob esse rótulo se realizam reformas cujo objetivo é fazer impossível do que antes era realizado (para a maioria) em favor de tornar rentável (para a oligarquia dominante) o que antes não era. (FISHER, 2009)

No exemplo de Reynolds há a passagem da crença à estética própria do realismo capitalista: capitalismo, ostensivamente predatório, é tudo o que resta quando as crenças sociais entram em curto ao nível da elaboração ritual e/ou simbólica, deixando desamparado o espectador/consumidor. Aqui a esquizofrenia mostra seus dois braços: o consumidor-espectador se percebe preso a uma malha ideológica do capital que o obriga a ganhar a vida através do trabalho árduo e da acumulação material; ao mesmo tempo, a ideologia diz que, afinal, dinheiro não é tudo: *enjoy life* (slogan da Coca-Cola). Reconhecer-se dentro dessa roda e dissimulá-la é passar da crença (é preciso sair dessa roda), entendida como necessária à ação política, à estética (é impossível sair, aproveite a vida). Tal passagem é, na verdade, uma das virtudes do realismo capitalista: ao nos liberar das abstrações das ideologias passadas, a atitude de distanciamento irônico necessária ao capitalismo pós-moderno supostamente nos protege do fanatismo e do mal-estar que nos projetaria à ação. (FISHER, 2009, p. 5) O estado emocional esperado para participar do capitalismo avançado é a permanente *hedonia* (FISHER, 2009, p. 21): ao contrário da depressão, que resulta numa inabilidade de conseguir prazer, tal estado mental é incapaz de fazer qualquer coisa se não buscá-lo. Há a sensação permanente de que algo está faltando, e que este algo só é capaz de ser acessado através do prazer, normalmente aliado ao consumo, inclusive em suas “novas” formas não monetarizadas (não é essa a lógica do *swag* em um aplicativo como o Tinder? Buscar sem jamais encontrar?). Não posso deixar de afirmar mais uma vez o caráter permanente dessa procura hedonista que se confunde em consumo. Como nota Cray (2014, p. 40) em um recente livro:

É claro que ninguém pode fazer compras, jogar games, trabalhar, escrever em seu blog, fazer downloads ou enviar mensagens de texto 24/7. No entanto, uma vez que não existe momento, lugar ou situação no qual *não* podemos fazer compras, consumir ou explorar recursos em rede, o não tempo de 24/7 se insinua incessantemente em todos os aspectos da vida social e pessoal.

Para Crary (2014), como as corporações encontram maneiras de “monetizar” qualquer aspecto da vida hodierna, até o sono estaria ameaçado no capitalismo atual. Ainda que não tenhamos chegado nessa fase, é verdade que há tempos grandes conglomerados midiáticos vêm lucrando com a estetização da oposição ao capitalismo: aí se reconhece, nos produtos culturais que “caem na real” (que “despertam”), a existência do capitalismo como um mau sistema que precisa ser derrubado. Para Žizek (2012), o marxismo hollywoodiano de filmes como *Wall-E* e *Titanic* faz da (auto)crítica tanto uma catarse coletiva (e lucrativa) quanto um método de controle social – ao exercê-la em nosso lugar, libera-nos dela. Que mais filmes hollywoodiano “anticapitalistas” tenham flertado com o fim do mundo nesta década (*Interstellar* e *Snowpiercer*, por exemplo) não é mero acaso.

O realismo capitalista só funciona como estética se sua ideologia não se governa por lei transcendente: ao contrário, desmancha tais códigos, reinstalando-os *ad hoc*. (FISHER, 2009, p. 6) Camisetas do Che Guevara, agasalhos da URSS, Madonna, a Virgem (Maria): as grandes narrativas transcendentais são colonizadas facilmente. O capitalismo traz consigo a dessacralização da cultura, pois seus limites jamais são fixos; ao contrário, são definidos e redefinidos pragmática e provisoriamente. (FISHER, 2009, p. 6) Não existe nada mais imanente que o capitalismo.⁹

O artefato cultural no qual se vê mais claro a dessacralização é nos relatórios dos *cool hunters* das firmas publicitárias, os ditos caçadores de tendência. Seguindo os adolescentes até a beira do penhasco, a premissa dos *trendsters* é que “não existe um credo verdadeiro e não existem rebeldes que não possam ser domesticados com uma campanha publicitária ou por um promotor de rua que realmente fale com eles”. (KLEIN, 2002, p. 218) Na ideologia capitalista, “sempre haverá uma propaganda capaz de penetrar a última linhagem de cinismo do consumidor”. (KLEIN, 2002, p. 218) E a conversão se dá através da estética do realismo capitalista.

Assim se, para Marx, “o capital é o trabalho morto que, como um vampiro, vive apenas sugando o trabalho vivo, e tanto mais viverá quanto mais trabalho sugar” (apud SHAVIRO, 2013), para Fisher (2009, p. 15, tradução e grifo nossos), “o [c]apital é um

9 Tal como debatido tanto por Deleuze e Guattari (2011) quanto por Hardt e Negri (2005).

parasita abstrato, um vampiro insaciável criador de zumbis [*zombie maker*]; mas a carne viva que converte em trabalho morto é a nossa, e o zumbi que produz somos nós”.¹⁰

Criticar

A questão que gostaria de chamar à atenção agora é que o *get real* do realismo capitalista é extremamente fluído, já que moldado sob uma ideologia *ad hoc* que constantemente revê e expande seus domínios. Não existindo mais fora do capitalismo, tudo o que está dentro é passível de ser colonizado pelo capital e rentabilizado, transformado em produto *ready-made* para o consumo – porém, mais do que isso, incorporado à estética realista. Em verdade, a lógica capitalista depende disso: como brinca Naomi Klein (2002, p. 219) em *Sem logo*, os publicitários “mastiga[m] o que quer que encontre[m] pelo caminho como se procurasse[m] pelo novo ‘moderninho’”. O ponto é que, dado tempo suficiente para as potencialidades do realismo capitalista se atualizarem, ele irá absorver quaisquer críticas que se coloquem como entrave ao (aumento do) consumo. E o fará reconhecendo que, ao realizá-las, está apenas “caindo na real”.

Aqui é que o caminho começa a ficar sombrio para os movimentos sociais, sobretudo aqueles que criticam o conteúdo e não o sistema como um todo. Tendo a cultura da publicidade já demonstrado sua “notável capacidade de absorver, acomodar e até lucrar com as críticas ao conteúdo” (KLEIN, 2002, p. 212), reações como “mulheres reclamando de sexismo, gays denunciando invisibilidade, minorias étnicas cansadas de caricaturas grosseiras” (KLEIN, 2002, p. 220) podem ser fúteis a longo prazo. Reconhecendo a incapacidade de escapar ao capitalismo, mas admitindo que ele pode ser melhorado e aperfeiçoado (uma postura reformista), os movimentos sociais agem sob a égide de livrar as minorias da ofensa pública incorporando-as (criando-as?) como público consumidor. Ou seja, eles partem já de uma derrota: a certeza de que não existe outro mundo possível, que outras formas de habitar que não seja através do consumo são inalcançáveis e, portanto, inimagináveis.

É por isso que assumo posição crítica à ideia de que seria possível realizar boas práticas no trato publicitário: a crença de que a representação correta das diferenças sociais (representadas como são na realidade) é benéfica para uma sociedade mais igualitária. O reconhecimento de que existem diferenças sociais,

10 “Capital is an abstract parasite, an insatiable vampire and zombiemaker; but the living flesh it converts into dead labor is ours, and the zombies it makes are us”.

minorias que desejam ser representadas pela publicidade e incluídas na roda do sistema, só contribui para aumentar as grades do realismo capitalista.

Uma campanha publicitária recente exemplifica bem a questão. Para o Dia dos Namorados de 2015, a marca de perfumaria O Boticário lançou uma campanha apresentando casais homossexuais. Mesmo sofrendo críticas do setor mais conservador da sociedade brasileira, o grupo obteve um aumento de 3% na comercialização de seus produtos, em um ano em que o comércio, no geral, teve queda de 5%. (SHEEP, 2015) Diferente de outros anos, em que a empresa concorrente Natura liderava o segmento de perfumes ao redor da data, a marca O Boticário voltou a ser observada, seguida, comentada: uma campanha no Facebook em favor da marca ganhou 190 mil adeptos. (SHEEP, 2015)

A crítica é batida, mas precisa ser repetida: O Boticário não apoiaria uma causa minoritária se não fosse reverter em lucro; a campanha toda é, evidentemente, planejada. Calculam-se os custos e esperam-se benefícios. “No caso de O Boticário, as redes sociais ajudaram a empresa a reduzir o primeiro e a aumentar o segundo” (SHEEP, 2015), diz Silvio Guedes Campo, diretor geral da SGC Conteúdo, contratado pela marca para averiguar a recepção da campanha nas redes sociais. O interessante, de fato, é o que ele fala em seguida: “A conquista de direitos por parte da população LGBT é uma *tendência* de longo prazo em sociedades ocidentais”. (SHEEP, 2015, grifo nosso) O uso da palavra “tendência”, cacoete próprio do *marketing*, demonstra que “a conquista de direitos” de uma parcela da população não é fruto da luta política, empreendida diariamente sob alto custo humano e biopolítico, mas sim uma inclinação de comportamento consumista passível de ser colonizada em uma campanha de *marketing*: a tendência de se atender aos direitos LGBT é igual à tendência deste inverno em vestir verde e na próxima primavera, amarelo. Mas, submerso ainda, talvez esteja uma “tendência” mais profunda: sendo o progresso social naturalizado como inexorável, tal como a ideia de progresso econômico confunde-se com a de desenvolvimento, o realismo capitalista, mesmo quando se abre para pautas progressistas como o casamento homossexual, ainda se embasa na concepção burguesa de tempo linear, homogêneo e processual que vigora, pelo menos, desde o século XIX. A ideia de sociedade como uma marcha inescapável em direção a um futuro mais “evoluído” (e tolerante) limita a imaginação de futuros alternativos.

É essa crença no “progresso” que faz com que a campanha atinja sucesso não apenas com a minoria que se vê representada, mas também com a maioria¹¹

11 Sigo Deleuze (2013, p. 218) na conceituação de maioria enquanto modelo ao qual é preciso se conformar, “por exemplo, o europeu médio adulto macho habitante das cidades...”, enquanto a minoria é devir, processo,

que reconhece o desafio LGBT como justo e acena à sua inclusão social (aqui, através do consumo). É que um dos traços do realismo capitalista é a terceirização das responsabilidades políticas e governamentais para a esfera privada do indivíduo.¹² Para Fisher (2009), o capitalismo avançado é incapaz de assumir quaisquer responsabilidades devido à sua estrutura impessoal altamente burocrática que, capaz de produzir uma gama variada de efeitos, não pode lidar com elas sistemicamente. Daí o apelo à ética individual (FISHER, 2009) e a responsabilização do indivíduo pelos problemas causados pelo modo de produção capitalista. Jamais esteve tão claro esta tendência à individualização da responsabilidade que a crise hídrica em São Paulo, em que os cidadãos eram convocados – para o bem de sua consciência – a pouparem água, enquanto a indústria (a verdadeira gastadora) prosseguia com suas atividades.¹³

O capitalismo avançado, em verdade, tanto terceiriza a responsabilidade pelos problemas sistêmicos (como a ecocatástrofe¹⁴) quanto lucra com eles. “A fantasia”, diz Fisher, “é que o consumismo ocidental, longe de estar intrinsecamente ligado às iniquidades globais, pode resolvê-las. Tudo que precisamos fazer é comprar os produtos certos”.¹⁵ (FISHER, 2009, p. 15, tradução nossa) É a mesma crítica que Zizek faz da cadeia norte-americana de cafeterias Starbucks em *The pervert's guide to ideology* (2012):

não possui modelo. Dessa forma, minoria e maioria independem do número: no mundo inteiro, as mulheres são mais numerosas que os homens; no Brasil, os negros e pardos mais que os brancos; ainda assim ambos se constituem enquanto minoria por escaparem do modelo normativo.

- 12 Para uma interessante reflexão sobre a dobra entre as esferas pública e privada no âmbito das sociedades de controle, cf. NEWMAN, S. Politics in the Age of Control. In: POSTER, M. SALVAT, D. (Eds.). *Deleuze on New Technology*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2009.
- 13 A campanha foi, de certa forma, um sucesso: com a quantidade de água distribuída despencando, a tarifa já foi aumentada três vezes pela Sabesp apenas em 2015, a fim de continuar gerindo lucros para a empresa de capital aberto cujo principal acionista é o governo do estado de São Paulo. Ou seja, os consumidores pagam por um serviço cada vez mais precário, enquanto as corporações continuam produzindo sob risco de colapso ambiental e a empresa que administra o serviço (e, via de regra, o bem público) busca exclusivamente o lucro. A crise hídrica de São Paulo talvez seja a que melhor revele os curto-circuitos na lógica do sistema.
- 14 É precisamente esta a crítica de Andreas Malm ao “antropoceno”, que chama de “mito”: sendo a energia fóssil coextensiva com o modelo capitalista de produção, a afirmação de que os humanos enquanto espécie são igualmente responsáveis pelo aquecimento global não passa de estratégia ideológica com forte apelo emocional que visa desviar as críticas aos verdadeiros culpados: as grandes empresas petrolíferas, os governos desenvolvimentistas, o imperialismo, a expansão das manufaturas da China através do capital estrangeiro. Para Malm, deveríamos falar em um “capitaloceno” (Cf. MALM, A. The Anthropocene Myth. Disponível em: <<https://www.jacobinmag.com/2015/03/anthropocene-capitalism-climate-change/>>. Acesso em: 23 set. 2015). Para maior debate sobre este assunto, cf. a obra já citada de Danowski e Viveiros de Castro (2014).
- 15 “The fantasy being that western consumerism, far from being intrinsically implicated in systemic global inequalities, could itself solve them. All we have to do is buy the right products”.

No passado do puro e simples consumismo você comprava um produto e depois ficava mal [...]. Então, a ideia era que você tinha que fazer algo para contrabalançar seu puro consumismo distraído. Por exemplo, eu não sei, você contribui para a caridade e por aí vai. O que a Starbucks te proporciona é ser um consumidor sem nenhum peso na consciência porque o preço de tomar uma atitude na luta contra o consumismo já está incluído no preço da mercadoria. Você paga um pouco a mais e você não é mais só um consumista, mas também faz a sua parte com relação ao meio-ambiente, às crianças pobres famintas da África etc. Isto é, eu acho, a forma mais perfeita de consumismo.

Dentro dessa lógica do *feel good with itself* através do consumo de marcas “politicamente corretas”, com produtos socialmente certos, que realizam as ditas boas práticas na publicidade, há uma reterceirização da responsabilidade: do sistema ao indivíduo, do indivíduo à marca, que faz parte do sistema. É assim que o “Mutirão para dar like no vídeo do O Boticário”,¹⁶ evento de Facebook, teve mais de 46 mil confirmações – um ganho de marca monstruoso para a empresa. Da mesma forma, não impressiona que outro evento menor – “Comprar presente de dia dos namorados n’O Boticário contra a homofobia”¹⁷ – tenha existido: aqui a ação de conscientização política, ainda apregoada no evento anterior, que reconhecia as “intenções comerciais envolvidas” – está já, de partida, colonizada pela lógica capitalista. Como diz Mark Fisher (2009, p. 44, tradução nossa): no capitalismo 2.0 (há quem já fale de 3.0), “tudo que é sólido desmancha em Relações Públicas”.¹⁸

É por isso que a inserção das minorias, nesse caso, do LGBT, na publicidade brasileira, contribui para o inchaço identitário que procura seu espaço nas representações sociais, ao mesmo tempo em que se volta à ideia de realidade (o movimento LGBT existe, é visível, tem cada vez mais voz e merece tê-lo), decalcando-o dentro de seus próprios limites ideológicos. O papel do pesquisador não deve ser, portanto, o de validar ou desvalidar a publicidade comercial, atuando como consciência da propaganda da classe dominante (existiriam as boas e as más práticas publicitárias); ao contrário, deverá ser sempre procurar aqueles momentos em que a publicidade torna visíveis aqueles que até então eram invisíveis em seu discurso, estetizando-os dentro do realismo capitalista e reforçando o núcleo duro dos valores ideológicos em uma revitalizada superfície. É aí que o realismo capitalista mostra o seu limite:

16 Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/886759674715484/>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

17 Comprar presente do dia dos namorados n’O Boticário. Evento organizado no facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1641914472720495/>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

18 “In capitalism, that is to say, all that is solid melts into PR”.

onde surgem as gagueiras de língua publicitária, televisiva etc. É ver, por exemplo, que as publicidades, como a recente campanha do Boticário, substituem o efeito de superfície e mantém intacto seu núcleo ideológico: um casal homossexual ainda é um casal monogâmico; ainda constitui família nos moldes heteronormativos; o casal ainda é branco; o amor romântico ainda é o valor dominante do mercado no Dia dos Namorados, independente da orientação de gênero; afinal, é preciso que existam relações estáveis para que se consuma na data.¹⁹

Acelerar

Como sair do impasse que faz de uma causa boa (a inserção minoritária no espaço público) a estética de mais opressão do capital (afinal, o espaço público é colonizado)? Parece-me que o ativismo que vê na inspeção se boas práticas são ou não observadas na publicidade (e em outras formas de representação midiáticas) pode surgir como benéfica se, e apenas se, realizadas com o mesmo cinismo e com a mesma ironia com as quais se consomem os produtos do capitalismo avançado. Aqui está o verdadeiro potencial político das boas práticas: não mais a reivindicação identitária facilmente convertida em paternalismo publicitário; mas a reivindicação por cada vez mais representações de cada vez mais minorias²⁰ (os de cabelo roxo, os polidáctilos, os torcedores do Ibirama etc.), até o ponto em que o sistema de tão inchado devém inerte. A isso se chama “aceleracionismo”: explodir o capitalismo clamando por mais capitalismo.

O termo “aceleracionism” foi cunhado, de forma crítica, pelo teórico norte-americano Benjamin Noys, em 2012: “se o capitalismo gera as próprias forças de sua dissolução, então é necessário radicalizar o próprio capitalismo: quanto pior, melhor”. (apud SHAVIRO, 2013) Como os marxistas do romance *Pop Apocalypse*, de Lee Konstantinou (2009), os aceleracionistas, de certa forma, se atribuem a missão de ajudar os mercados capitalistas a se espalharem em cada canto do mundo, a condição necessária para a verdadeira revolução socialista. (apud SHAVIRO, 2013)

19 Para uma crítica potente ao sistema heterocentrado da sexualidade em casais, condicionado pelas finalidades reprodutivas e econômicas do modo de produção capitalista (inclusive no caso de adoção), cf. Preciado (2014, p. 41 e seguintes).

20 A direita brasileira tem feito uma leitura enviesada do direito à identidade que toca neste ponto, acusando a proliferação de grupos autodeclarados indígenas desde o início do século como uma “invenção de etnias” com o objetivo exclusivamente político de ter acesso a terras. Viveiros de Castro tornou-se central nesse imbróglio quando a revista *Vêja* falsificou uma citação sua na matéria “A farra da antropologia oportunista”, creditando-o com ideias opostas às que defende. Para o antropólogo, “em vez de os índios se tornarem, aos poucos, brasileiros, são os brasileiros que estão virando índios”. (CARIELLO, 2014, p. 23)

No ano seguinte, Alex Williams e Nick Srnicek publicaram *#Accelerate*, o primeiro e até agora único manifesto político aceleracionista. (WILLIAMS; SRNICEK, 2015)

O posicionamento, evidente e propositalmente ingênuo, esconde nuances interessantes. Shaviro (2013) observa que “a intensificação das contradições do capitalismo não levou a uma explosão”, mas, ao contrário, “quanto pior as contradições internas possam chegar, mais o capitalismo se beneficia e é plenamente empoderado”. Já vimos como as crises do capitalismo são absorvidas esteticamente com ironia e cinismo no realismo capitalista: a crise ecológica, que pode levar efetivamente ao fim do mundo, é o mote tanto de *Wall-E* quanto de *Interstellar* – no primeiro a população retorna do espaço depois de um século de infertilidade terrestre para continuar sua exploração dos recursos do planeta; no segundo, exauridos os recursos, a humanidade parte em busca de novas paragens para parasitar. Os dois foram sucessos de bilheteria.

Logo, o capitalismo jamais é desfeito pela ação de suas contradições internas, mas, ao contrário, necessita delas para se regenerar e adaptar, e é incapaz de sobreviver sem elas. Uma vez superada a escassez, nada restará para impulsionar a competição, daí a necessidade constante do capitalismo gerá-la para sobreviver. O capital não é apenas um vampiro como é “ativamente autocanibal”. (SHAVIRO, 2013) O capitalismo não almeja um Novo Éden onde todos sejam ricos e livres para perseguirem seus próprios interesses recreativos; ao contrário, ele sempre precisa de mão de obra barata para explorar e mercados novos para colonizar. Assim, a economia geral no capitalismo avançado permanece acoplada à ficção do desejo infinito.²¹ E, como diz Zizek (2012), “[...] um desejo não é nunca simplesmente o desejo por uma certa coisa. É também o desejo pelo próprio desejo. Um desejo de continuar desejando. Talvez o pior horror para um desejo seja a sua completa realização, de modo que eu não mais deseje”.

Para Shaviro (2013) e os aceleracionistas, “[d]e maneira a sobreviver à monstruosidade do capital, a deixá-lo florescer por debaixo dela ou a despeito dela, precisamos mudar. Aqui é onde nós nos tornamos pós-humanos”. Assim, o aceleracionismo surge como um imperativo pós-humano e uma possibilidade para a falta de imaginação que Mark Fisher apregoa ao realismo capitalista. Sendo tanto o resultado quanto o inverso do outro, o aceleracionismo visa desmontar o

21 É bem conhecida a análise do desejo no capitalismo empreendida por Deleuze e Guattari (2011). Para ambos, o capitalismo é um processo de desterritorialização, no qual as identidades e instituições são desestabilizadas e integradas em circuitos globais de devir. Para toda desterritorialização, há uma reterritorialização: enquanto o capitalismo libera fluxos de desejo, em formas sociais e/ou econômicas, os codifica, procurando regulá-los e controlá-los.

capital levando-o até seus limites, recriando um novo humano nos seus escombros – provavelmente, na infertilidade de uma Terra exaurida de seus recursos naturais. O pós-humano acelerado não é um humano melhorado: quiçá nem se assemelhe com o que hoje entendemos como “humano”.²²

Emperrar

A questão que se desenha agora é de método: se o capitalismo avançado tudo engloba e acelerá-lo é a saída possível, é preciso saber como realizá-lo. É aqui que a ação política assume caracteres de guerrilha *hacker*;²³ é apenas dentro do aceleracionismo que se realiza todo o potencial de Saul Alinsky (apud KLEIN, 2002, p. 205) e sua noção de *jiu-jitsu* político de massa: “a utilização da potência de uma parte da estrutura de poder contra a outra parte [...]. A força superior dos Ricos torna-se sua própria ruína”. Retomo a ideia ensaiada no começo da seção anterior: se através da vigilância das boas práticas nos produtos midiáticos realiza-se um patrulhamento politicamente correto que objetiva a inserção realista (no sentido aqui trabalhado) das minorias, uma das formas de implodir este sistema é levar tal vigilância até suas últimas consequências.

Assumindo a sociedade como uma multiplicidade de diferenças infinitesimais (à ideia de Gabriel Tarde), em que o *socius* nada mais é do que um construto necessário para o trabalho político ou acadêmico – o que Deleuze chamaria de um bloqueio conceitual – e não uma realidade *per se* capaz de existir sem os indivíduos que o constitui (como para Durkheim), logo cada pessoa é uma minoria, e representá-las é, evidentemente, impossível. Mas é nesse umbral entre a impossibilidade de representação da totalidade fluida da multiplicidade infinitesimal que constitui uma sociedade e o desejo capitalista de fazê-lo (cada vez mais os

22 Cf. a entrevista de Eduardo Viveiros de Castro, “O pós-humanismo será menos que o humano, ou não será”. Disponível em: <<http://www.lis.uff.br/eduardo-viveiros-de-castro-o-pos-humanismo-sera-menos-que-o-humano-ou-nao-sera/>>. Acesso em: 8 out. 2015.

23 Há um interessante debate ocorrendo atualmente sobre a “gentrificação” da cultura *hacker*. Definindo a “ética hacker” como uma resposta natural do humano às superestruturas alienantes que podam a agência individual, e o *hacker* como uma figura de desvio que objetiva romper ou ao menos questionar limites vistos como estáticos ou concretos pela sociedade, Brett Scott acusa a cultura *hacker* de ter sido “gentrificada” na última década, através de um processo duplo de demonização pública (o *hacker* como transgressor nos anos 1990) e a pacificação do conteúdo subversivo, suavizado para atender ao gosto da maioria nos anos 2000. Isto se deveu tanto ao emprego de *hackers* por corporações e governos, como uma tática de guerra institucionalizada anti-hacker, quanto à transformação do *hacking* como ferramenta “on-the-fly problem-solving” empregada por empreendedores e donos de *startups* como maneira de burlar os limites impostos por sistemas informacionais. Ainda que eu discorde de todo comportamento “naturalizante”, a crítica é interessante. Cf. SCOTT, B. The hacker hacked. Disponível em: <<http://aeon.co/magazine/technology/how-yuppies-hacked-the-original-hacker-ethos/>>. Acesso em: 17 out. 2015.

produtos, sobretudo os midiáticos, se personalizam ao consumidor), que subsiste (um)a possibilidade de implosão.

Como espécie de Google Maps, uma representação que se quer expandir por sobre todo o representado, devemos afirmar que aquilo que ansiamos é tal totalidade efetiva: deve-se acelerar a máquina até chegar a um momento de irrepresentabilidade, uma espécie de *culture jamming* do realismo capitalista. Nós, os irrepresentáveis: toda vez que uma agenda minoritária for incorporada e colonizada pelo capital, da crença à estética real-capitalista, ela deve ser esvaziada em favor da próxima minoria, até que todo mundo tenha seu próprio *outdoor*, como prega o ativista anticorporação Jack Napier, do Billboard Liberation Front. (KLEIN, 2002) Óbvio, tal proposição é tanto utópica quanto um exercício de fé na lógica aceleracionista, o *jiu-jitsu* político de que algo é capaz de morrer devido às suas próprias contradições internas. Ainda assim, é possível que, dessa forma, a balbúrdia interna ao sistema se torne tão cacofônica e caótica que a ação seguinte se torne impraticável, levando ao emperro do sistema.

Uso o termo “emperro” não de forma impune: ele foi cunhado pelo ativista e crítico cultural Mark Dery, em 1992, no panfleto “Culture jamming: hacking, slashing and sniping in the empire of signs”. Naomi Klein conceitua o *culture jamming* como “a prática de parodiar peças publicitárias e usar os outdoors para alterar drasticamente suas mensagens” (KLEIN, 2002, p. 204), mas seu potencial é maior. É que, em Dery, o termo aparece tanto pela prática da balbúrdia cultural (*jam* como substantivo: geleia, aglomeração, em traduções livres), como na prática ludista de emperrar as máquinas (*to jam*, ou *jamming*, emperro) em fins do século XIX. Logo, o *culture jamming* não é apenas o *adbuster*, a prática de transformar as mensagens publicitárias a que Naomi Klein se refere e que, como demonstra, é facilmente assimilada pela ironia autoconsciente da indústria publicitária. Ao contrário, o *culture jamming*, assim como o *jiu-jitsu* político, só são atualizados plenamente dentro da grade teórica do aceleracionismo, pois dependem, ambos, que: a) não exista um fora, nenhuma utopia pré ou pós-capitalista a qual reverter ou avançar (como o *adbuster*, que pretende guiar as massas ora ao consumo consciente, ora à manufatura familiar, posições que Dery denuncia como paternalistas); b) que as ferramentas do sistema sejam empregadas com distanciamento irônico e não com distanciamento político: aqui o ativismo não é do indivíduo que deseja entrar no sistema para mudá-lo de dentro, ao contrário, o que se prega é que a lógica capitalista seja tão incorporada e ao mesmo tempo autoconsciente, tanto irônica quanto cínica, que o próprio ativista já não veja saída dela a não ser por mais capitalismo – em verdade, quanto menos ele perceber que está contribuindo para o fim do sistema que ajuda a erigir, melhor.

Estamos já muito próximos do teórico da cibercultura Nick Land²⁴ que, como diz Shaviro (2013), “desenvolve um tipo de síndrome de Estocolmo diante do capital”.

Isto leva tanto Klein quanto John Seabrook a depositarem suas esperanças de revolução nos *big sellouts* (SEABROOK, 1997), os *millenials* ou talvez uma geração posterior, já dotada desde o berço por uma espécie de marqueteiro interno: são artistas não preocupados com o velho dilema ético de “se vender” (como o *gangsta*), pois já se assumem como mercadorias ambulantes à espera do comprador que pague o preço justo. A internet os proliferou nas formas de blogueiros, vlogueiros, *instragrammers* que habilmente vendem-se (a seu corpo, sua personalidade, sua existência) enquanto marca.²⁵ Artistas do *branding*: “o auteur como homem de marketing, o artista como exemplo de si mesmo: a integração vertical definitiva”. (KLEIN, 2002, p. 214) A verticalização sistema-indivíduo é tão azeitada que a busca incessante de novas maneiras de vender sua marca/seu corpo, colonizar novos mercados e rentabilizar novos produtos pode levar ao *jammimg* que provocará o colapso do sistema inteiro. Biopolítica tornada bioaceleracionismo.

Considerações finais

A dificuldade de criticar uma campanha com possibilidades claras de inclusão social é que, ao fazê-lo, corre-se o risco de soar reacionário. Ainda assim, é preciso fazê-la, dado o risco, maior, do engajamento político (a crença) estetizar-se dentro do realismo capitalista. Ademais, um pensamento catastrófico como o aceleracionista, que almeja a derrocada do capitalismo através de uma forma mais brutal e dominante, é claramente ambivalente. Como diz Flusser (2011, p. 151-152), “desejamos as catástrofes que receamos... [mas] não há nada além da catástrofe, precisamente por ser o além imprevisível, inesperável, portanto não apresentável”.

Dentro desse panorama, aquele que busca por um engajamento crítico só possui dois caminhos a seguir: a) ou através da aceleração dos processos capitalistas a fim de levá-los ao expurgo do pós-humano sob os escombros deste planeta (que pode ou não existir lá), através das linhas apresentadas neste artigo, sobretudo pelo *culturejammimg*; b) ou alia-se a um “profundo contrarrevolucionarismo”

24 Os escritos de Nick Land, ainda nos anos 1990, são considerados como os articuladores da posição aceleracionista. Para uma seleção de seus escritos, cf. Mackay e Avanesian (2014). Seus textos foram compilados recentemente em *Fanged Noumena: collected writings 1987-2007* (editado por Robin Mackay & Ray Brassier, Falmouth, UK: Urbanomic, 2012).

25 Não por acaso, a revista *Forbes* publicou recentemente a primeira lista de “youtubers” mais ricos do mundo. Cf. The World’s Highest-Paid YouTube Stars 2015. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/maddieberg/2015/10/14/the-worlds-highest-paid-youtube-stars-2015/>>. Acesso em: 17 out. 2015.

(FLUSSER, 2011, p. 149), em que nos tornamos sabotadores a “jogar areia nas rodas do aparelho”:

Tudo, o terrorismo, a ‘técnica alternativa’, o movimento ecológico, o das mulheres e dos homossexuais, das escolas paralelas e das tendências artísticas, da antifilosofia e da anti-história, das antimemórias e das contraculturas, é reação ao progresso. E tudo que se comporta progressisticamente age em prol da aceleração do progresso, portanto em prol da realização do final do jogo. Toda ação inteligente é, atualmente, estratégia de retardamento face à estupidez do progresso. (FLUSSER, 2011, p. 150)

Isto faz com que as práticas como as da campanha d’O Boticário sejam duplamente progressistas, no sentido tanto utilizado pelas minorias que lhes interessa, quanto no sentido de acelerar o desenvolvimento capitalista, até a realização final de seu programa (a erosão do mundo que pode, ou não, tornar-se a “utópica distopia” aceleracionista). Nenhuma das duas soluções são fáceis ou simples. Por ora, na dificuldade de viver no cinismo e na autoironia necessária para acelerar, prefiro-me encontrar com Flusser (2011, p. 151): “Somos contra tudo. Nosso engajamento em liberdade é totalmente negativo”.

Referências

- CARIELLO, R. O antropólogo contra o Estado, perfil de Eduardo Viveiros de Castro. *Revista Piauí*, São Paulo, n. 88, p.16-23, jan. 2014.
- CASTRO, E. V. de. *O pós-humanismo será menos que o humano, ou não*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense; Laboratório de Imagem e Som, 5-6 ago. 2015. (Entrevista em vídeo, 34:22 min.).
- CRARY, J. *24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono*. Tradução Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- DANOWSKI, D.; CASTRO, E. V. de. *Há mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie; Instituto Socioambiental, 2014.
- DELEUZE, G. *Conversações (1972-1990)*. Tradução Peter PálPelbart. 3.ed. São Paulo: Ed. 34, 2013.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Tradução Luiz B. L. Orlandi. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- FISHER, M. *Capitalist Realism: is there no alternative?* Londres: Zero Books, 2009.
- FLUSSER, V. *Pós-História: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Annablume, 2011.

- FLUSSER, V. *Comunicologia: reflexões sobre o futuro*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- KLEIN, N. *Sem Logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- KONSTATINOU, L. *Pop Apocalypse*. Londres: Harper Collins, 2009.
- MACKAY, R.; AVANESSIAN, A. (Orgs.). *#ACCELERATE: the accelerationist Reader*. Falmouth, UK: Urbanomic, 2014.
- NOYS, B. *Malign Velocities: accelerationism and capitalism*. Londres: Zero Books, 2014.
- PERVERT'S Guide to Ideology, The. Direção: Sophie Fiennes. Produção: Sophie Fiennes, Katie Holly, Martin Rosenbaum, James Wilson. Roteiro: Slavoj Zizek. Apresentação: Slavoj Zizek. Reino Unido: P Guide Productions; Zeitgeist Films, 2012. 136 min.
- PRECIADO, B. *Manifesto contrassexual*. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 Edições, 2014.
- REYNOLDS, S. Simon Reynolds on the Hardcore Continuum #4: Hardstep, Jump Up, Techstep. *The Wire*. Londres, n. 300, fev. 1996. Disponível em: <http://www.thewire.co.uk/in-writing/essays/the-wire-300-simon-reynolds-on-the-hardcore-continuum_4_hardstep_jump-up_techstep_1996_>. Acesso em: 24 jun. 2015.
- SAINT CLAIR, E. *Gabriel Tarde e a comunicação: por um contágio da diferença*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.
- SEABROOK, J. The Big Sellout I-The New Suits, II-The New Artists, III-The Grids, IV-The Marketer Within. *The New Yorker*, New York, 20 oct. 1997. p. 182.
- SHAVIRO, S. Sobre o aceleracionismo. *Lugar comum*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 281-292, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/sobre-o-aceleracionismo/>>. Acesso em: 24 jun. 2015.
- SHEEP, N. O Boticário registra alta nas vendas após “boicote” de Silas Malafaia. *Superpride*, 22 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.superpride.com.br/2015/06/o-botuario-registra-alta-nas-vendas-apos-boicote-de-silas-malafaia.html>>. Acesso em: 24 jun. 2015.
- STERLING, B. *The epic struggle of the internet of things*. Moscou: Strelka Press, 2014.
- WILLIAMS, A.; SRNICK, N. #ACELERAR MANIFESTO: por uma política aceleracionista. Tradução Bruno Stehling. *Uninômade Brasil*, 9 jun. 2013. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/manifesto-aceleracionista/>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

Mídia Ninja e juventude: corpos e afetos na disputa política e nas narrativas audiovisuais

Thiago Ferreira

“Não vai ter Copa! Não vai ter Copa!”. Gritos como esses ecoaram nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, mas não apenas quem estava nas ruas os ouviram. Naquele mesmo período, emergiu a Mídia Ninja, produto colaborativo que se destacou na cobertura dos protestos daquele mês¹, apoiado e inspirado pelo coletivo Fora do Eixo², levando esses gritos por diversos computadores ao redor do mundo. Pretendemos aqui compreender como esse formato/rede tensiona e/ou se articula às formas expressivas da juventude e às maneiras contemporâneas de relação entre comunicação e política no Brasil.

Para isso, a analisaremos a partir das formulações de Grossberg (2010), autor dos estudos culturais – corrente teórica a qual nos afiliamos –, sobre política, e de Martín-Barbero (2009), em torno de sua proposta de um mapa noturno para a análise das mutações culturais. O primeiro nos faz problematizar a política, levando em consideração três pontos – Estado, corpos e vida cotidiana – e o segundo nos faz levar em consideração mediações que circundam a relação entre política, comunicação e cultura no contexto contemporâneo. Propomos uma articulação entre ambos, a fim de analisar a Mídia Ninja e as novas configurações políticas e culturais dos jovens brasileiros. Entretanto, antes de pormenorizarmos a articulação teórica-metodológica que fundamenta este capítulo, vamos citar a definição da Mídia Ninja, disponível no perfil deles no Oximity:³

- 1 Uma rápida busca no Google mostra 513 mil referências à Mídia Ninja, relacionando-a ao ano de 2013; críticas e reportagens em *sites* como o G1 e Observatório da Imprensa e em jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.
- 2 O Coletivo Fora do Eixo é uma rede de coletivos culturais surgida no final de 2005, denominada dessa maneira por ter sido criada por artistas e produtores culturais de estados brasileiros fora do eixo Rio-São Paulo. Defende outras formas de produção cultural, colaborativas, e fazem críticas à monetarização nessas relações. Foi alvo de críticas em 2013, acusado de utilizar recursos dos editais em benefício do que seria uma cúpula do coletivo.
- 3 O Oximity é “uma plataforma global de notícias que provê notícias relevantes e de alta qualidade diretamente de cidadãos, jornalistas independentes, organizações e redes independentes de notícias, levando notícias à milhões de leitores em todo o mundo com base nos interesses de cada leitor”. Segundo eles, a equipe da plataforma “inclui um grupo diverso de pessoas de diversas nacionalidades, origens idiomáticas, profissionais e pessoais e uma missão comum de transformar o mundo em um lugar melhor”. Disponível em: <<https://www.oximity.com/content/about/us>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

Somos a Mídia NINJA – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Uma rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando. Apostamos na lógica colaborativa de criação e compartilhamento de conteúdos, característica da sociedade em rede, para realizar reportagens, documentários e investigações no Brasil e no mundo. Nossa pauta está onde a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressa. A Internet mudou o jornalismo e nós fazemos parte dessa transformação. Vivemos uma cultura peertopeer (P2P),⁴ que permite a troca de informações diretas entre as pessoas, sem a presença dos velhos intermediários. Novas tecnologias e novas aplicações têm permitido o surgimento de novos espaços para trocas, nos quais as pessoas não só recebem mas também produzem informações. Neste novo tempo, de redes conectadas às ruas, emergem os cidadãosmultimídia, com capacidade de construir sua opinião e compartilhá-la no ambiente virtual. Articulados, esses novos narradores fazem a Mídia NINJA.⁵

A definição citada acima revela de qual maneira a Mídia Ninja se insere nesse novo contexto midiático, em que a internet possui um espaço cada vez mais relevante. Em primeiro lugar, os realizadores desse produto se definem enquanto rede, na qual circulam “narrativas independentes, jornalismo e ação”, numa relação com as redes e plataformas *on-line*. Além disso, convocam uma cultura colaborativa, *peer-to-peer*, argumentando que a sua forma de organização se estabelece com os participantes da rede sendo produtores e consumidores de conteúdo. Há ainda a crítica aos “velhos intermediários”, que não seriam condizentes com a “independência” da narrativa. Há uma aposta em se aproximar, portanto, com formas de organização, produção e consumo de conteúdo, características da maneira com que a internet tem sido desenvolvida no Brasil e em outros países ocidentais.

Analisaremos, a partir das convocações estabelecidas pela Mídia Ninja, quais mudanças e realidades econômicas, políticas e sociais da sociedade brasileira possibilitam que ela exista e seja organizada desta maneira. Mais especificamente, nos debruçaremos sobre sensibilidades da juventude, que é convocada por esse produto, além de observar as articulações com especificidades dos meios digital e televisivo. Exemplos disso são a cobertura ao vivo através de planos-sequência, com imagens suas sendo aproveitadas em telejornais como o *Jornal Nacional* e o *Jornal da Globo*. Como não têm edições, analisamos as coberturas salvas em arquivo e disponibilizadas nas diferentes

4 *Peer-to-peer* significa “ponto a ponto”. Nessa forma de organização da internet, há o compartilhamento entre dois pontos, onde cada um deles funciona tanto como cliente quanto como servidor.

5 Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/partner/ninja/about>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

redes sociais em que a Mídia Ninja tem perfil e outras veiculadas por usuários. Mais especificamente, três realizadas entre 2013 e 2015.⁶

Mídia Ninja, juventude e as formas mestiças de comunicação

A Mídia Ninja, como dissemos anteriormente, ganhou relevância durante as manifestações de junho de 2013 e continua em funcionamento até hoje. Desde aquele primeiro momento, passou a ser vista como uma ferramenta política e midiática importante em outra forma de cobertura de manifestações e eventos de reivindicação. Os três vídeos analisados aqui comprovam essa articulação, ao mostrar a perspectiva de um manifestante que estava sendo preso, apoiando a desmilitarização das polícias e denunciando condições precárias de trabalho de empregados temporários de uma empresa de limpeza urbana.⁷

Para fazer essa inserção política e midiática, esse produto recorre, na maioria de suas transmissões,⁸ a uma forma de filmagem codificada pelo gênero televisivo em coberturas continuadas – o plano-sequência⁹ – além de se aproximar de uma forma de narração em que o mediador recorre à primeira pessoa e à aproximação com o que está sendo narrado, relacionando-se a uma tendência do telejornalismo brasileiro.¹⁰ Todos os vídeos aqui analisados possuem essa característica.¹¹ Os modos de fazer e ver da TV e da internet são interligados, exemplificando o que

6 Foram analisados um vídeo da cobertura da manifestação do dia 18 de junho de 2013, em São Paulo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qCHEISpCyiM>>. Acesso em: 21 ago. 2015. Outro da cobertura de um debate sobre a desmilitarização da Polícia Militar, do dia 19 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/article/DEBATE-A-amea%C3%A7a-%C3%A0-ordem-soci-1>>. Acesso em: 21 ago. 2015. E, mais um, do dia 25 de março de 2015, em que a Mídia Ninja denuncia as condições de trabalho e preparação de garis temporários da Comlurb, empresa de limpeza urbana do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/article/M%C3%ADdia-NINJA-denuncia-ilegalidades-2>>. Acesso em: 21 ago. 2015. Todos os vídeos foram selecionados atendendo a critérios de relevância e repercussão dos temas e coberturas.

7 Ainda que essa pauta específica pudesse ser encontrada em outro meio de comunicação.

8 Dos três vídeos aqui analisados, apenas em um deles, o do dia 19 de agosto de 2014, esse recurso de filmagem não foi utilizado. Ainda que não tenhamos analisado pormenorizadamente outros vídeos, essa forma de filmar é uma constante na produção da Mídia Ninja.

9 O plano-sequência, entretanto, é uma forma de filmagem inaugurada na linguagem cinematográfica em que o filmador acompanha o acontecimento filmado, movimentando a câmera.

10 Vilas Bôas (2015), em uma análise do *A liga*, da TV Bandeirantes, afirma que repórteres desse programa legitimam as notícias, enfatizando suas vivências. O mesmo pode ser visto, de forma mais evidente, em outros programas como *Profissão repórter*, da TV Globo, e *O infiltrado*, do canal fechado History Channel.

11 A exceção voltou a ser o vídeo do dia 19 de agosto de 2014, em que a aproximação se dá pelo debate que é coberto – o da desmilitarização da Polícia Militar – evidenciando um endosso da Mídia Ninja a esse tema, já que todos os palestrantes que participaram eram favoráveis à desmilitarização.

Martín-Barbero (2009) chama de formas mestiças¹² de comunicação. Abaixo um exemplo, ocorrido após a destruição de um mobiliário urbano promocional da Coca-Cola para a Copa das Confederações, ocorrida na manifestação em São Paulo, no dia 18 de junho de 2013:

Figura 1: Manifestante agredido por PM



Fonte: Retirado do YouTube dia 21 ago. 2015.

Repórter: E a polícia tira todo mundo. No momento, uma agressão. Apenas uma pessoa, cinco policiais tentando imobilizá-lo. Um ato de covardia. (Pessoas gritam “solta”). Manifestante é levado enforcado pelos policiais. A Polícia Militar imobilizando com cassetete na garganta. [...] Pedem pra soltar o manifestante que, curiosamente, é negro. Gás de pimenta nas pessoas que chegam ao largo. [...] (Policial fala com o repórter algo inaudível). Tô na rua, tô na rua, irmão. Sou imprensa. Tô só registrando a atividade de vocês aqui. [...] A polícia mostra como é que ela lida com as manifestações de rua.

Policial: Negativo. Agrediu o policial e está preso.

Repórter: “Agrediu o policial e está preso”, é o que o outro militar aqui fala. Eu não vi nenhum tipo de agressão. Ele agora tá aqui contido com mais de 10 policiais em seu entorno.

12 “Ou seja, estamos ante uma interação que desestabiliza os discursos próprios de cada meio. Então estamos ante *formas mestiças* que começam a ser produzidas, formas incoerentes porque rompem a norma atuando transversalmente em todos os meios”. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 154, grifo nosso)

Podemos ver que o repórter, ao fazer a narrativa, expõe seu ponto de vista, classifica o que está vendo como covardia, ressalta o fato do manifestante que foi preso ser negro, usa a primeira pessoa, adota um tom coloquial, desmente a informação dada por um policial e afirma o seu lugar de imprensa. Dessa forma, convoca a autoridade que o campo jornalístico tem e que o autoriza a seguir os policiais durante a repressão aos manifestantes. Ao fazer isso, ele articula essa autoridade jornalística à que ele constrói discursivamente por se colocar ao lado dos manifestantes, tendo acompanhado a manifestação e rejeitado o que é dito pelo policial. Ou seja, os corpos dos repórteres se tornam dispositivos políticos e midiáticos dos manifestantes e das manifestações, ainda que eles não sejam enquadrados em tela.

Aproximamo-nos aqui das proposições de Martín-Barbero em torno de um novo mapa noturno, a fim de dar conta das mutações culturais que, segundo ele, configuram o nosso momento contemporâneo. Nesse mapa, Martín-Barbero (2009) afirma que tecnicidade, uma das mediações citada por ele no seu mapa das mediações,¹³ se aproxima de identidade. Com isso, ele quer marcar que as relações que construímos com os meios de comunicação permitem que adotemos novas identidades. Ele cita o exemplo de jovens que fazem perfis na internet, adotando novos gêneros sexuais. Ao convocarmos essa relação, o que afirmamos, a partir das análises, é que a Mídia Ninja recorre a certas especificidades identitárias de jovens – uma juventude circunscrita a certa perspectiva de esquerda, que dialoga com essa cultura *peer-to-peer* – e que está disposta a utilizar e consumir esse produto.

A relação apontada acima também se dá pelo fato dos repórteres também serem jovens, como a maioria das pessoas que estavam nas ruas naquele ano, fortalecendo a compreensão sobre a autoridade vir de uma aproximação identitária. É através também disso que a Mídia Ninja será referendada, a ponto de ter suas imagens utilizadas por telejornais como o *Jornal Nacional* e o *Jornal da Globo*. Importante nessa relação dos repórteres desse produto audiovisual e a juventude é o fato das Jornadas de Junho de 2013 terem sido iniciadas após o Movimento Passe Livre (MPL) se manifestar contra o ajuste da tarifa em São Paulo. O MPL é formado, em sua maioria, por jovens insatisfeitos com o transporte público do Brasil. Eles também defendem a tarifa zero no transporte e o reconhecimento de que este deveria ser um direito do cidadão. Ou seja, uma das motivações para

13 Com a mediação da tecnicidade, Martín-Barbero ressalta a capacidade de inovação dos formatos que as empresas de comunicação têm, ao convocarem novas percepções e discursividades. “Porque a tecnicidade é menos assunto de aparatos do que de operadores perceptivos e destrezas discursivas”. (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 18) Refere-se aos modos de ver e de fazer que podem ser modificados. Mais sobre o mapa das mediações, ver Martín-Barbero (2008).

aqueles protestos foi a insatisfação com a vida cotidiana das pessoas nas cidades e o reforço do número de manifestantes virá após a violenta repressão policial em São Paulo, que passa a ser mostrada na TV e nos vídeos da internet.

A Mídia Ninja só é possível porque se articula com o contexto citado acima. Destacamos que as transmissões ao vivo, realizadas por indivíduos, só podem ser feitas porque existem mudanças econômicas e tecnológicas do país, com ampliação da oferta e da qualidade das redes de internet e pela melhora das câmeras de celular, ainda que as imagens produzidas estejam aquém daquelas vistas majoritariamente na televisão.¹⁴ Entretanto, nada que invalide o uso delas pelos telejornais. Ademais, esses programas também utilizam imagens com qualidade técnica inferior: flagras de acontecimentos na rua enviadas por telespectadores, reportagens com câmeras escondidas, utilização de câmeras de segurança, constituindo o que Gutmann (2014) vai classificar de poética do registro amador.¹⁵

Prosseguindo nessa interpretação, é importante falar sobre a cultura *peer-to-peer* citado na abertura deste capítulo. A Mídia Ninja se insere nessa lógica de que não há um produtor específico e um consumidor estabilizado. Os polos se alternam, se comunicam e dispensam “a presença dos velhos intermediários”, como afirma o texto do perfil desse produto no Oximity. Com um aplicativo – o *TwitCasting* – uma câmera e uma rede de internet móvel – 3G – qualquer pessoa poderia transmitir. Importante destacar que esse também é um discurso político adotado pela Mídia Ninja; ela estabelece um espaço de disputa com os chamados meios de comunicação tradicionais – os “velhos intermediários” – ressaltando o seu lugar, de quebra de polos; e de possibilidade dos jovens – narradores e consumidores – a terem como um dispositivo comunicacional e político. Ainda que, para isso, articulem essas especificidades a códigos da linguagem televisiva, como a poética do registro amador.

Observamos também que há uma recorrente utilização do discurso institucional, apesar da Mídia Ninja não se caracterizar enquanto empresa. Isso é utilizado na disputa discursiva feita pela rede colaborativa, através dos seus repórteres, com as coberturas que estavam sendo realizadas pela imprensa tradicional, dizendo que fazem uma “cobertura independente”, se colocando ao lado dos manifestantes, afirmando que são formados por pessoas responsáveis por transmissões e

14 O vídeo do dia 25 de março de 2015 indica uma transformação na forma de edição do Mídia Ninja. Além do uso de imagens de melhor qualidade em comparação àquelas que o tornaram conhecidos, há também o uso de trilha sonora, narração em *off* e legendas.

15 Sobre a poética do registro amador: “A busca pela fidedignidade da reprodução da imagem e do áudio de algo que se poderia chamar de ‘real’ cede lugar aos efeitos de permanente vigilância e revelação provocados pelos dispositivos amadores de captura de imagem e som identificados pela baixa qualidade técnica dos seus registros”. (GUTMANN, 2014, p. 193)

“relatos pessoais”, destacando que fazem uma comunicação “por dentro”, sendo, conseqüentemente, também parte daquele momento político. Se, com o advento e fortalecimento dos meios de comunicação de massa, acompanhamos transformações na forma de performar de agentes políticos, podemos dizer que produtos como a Mídia Ninja apontam para mudanças nessa performance, relacionada a um novo momento político no Brasil.¹⁶ Momento este caracterizado por uma difusão de pautas e ações e questionamentos do que vem sendo configurada como forma tradicional de fazer política, com críticas aos partidos, à democracia, aos serviços públicos prestados.

Essa ideia de comunicação por dentro vai voltar a aparecer no vídeo do dia 25 de março de 2015, quando a Mídia Ninja faz a sua primeira narrativa resultante de uma denúncia – além das denúncias de agressões feitas durante as manifestações de 2013. Nesse vídeo, um repórter do coletivo se infiltra no processo seletivo de garis temporários pela Comlurb, empresa de limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro:

Figura 2: Vídeo com denúncias de agressões feitas durante as manifestações de 2013



Fonte: retirado do YouTube no dia 21 ago. 2015.

Repórter no off: A Mídia Ninja foi documentar esse processo e traz agora imagens de dentro do esquema montado.

No trecho acima, a Mídia Ninja recorre novamente ao espaço institucional – tanto pelo que é dito quanto pela imagem do repórter mexendo no celular,

¹⁶ Observamos que esse novo momento político, com pautas políticas difusas, aparece em outros países, mas esses outros fenômenos não são objeto desta análise, ainda que achemos que eles indicam, respeitadas diferenças contextuais e culturais, uma mudança mais ampla no momento contemporâneo.

o equipamento de trabalho de um “repórter ninja” – marcando que foi ela que foi documentar o processo, a fim de trazer imagens de “dentro” do “esquema” – a denúncia era que os garis temporários não recebiam o preparo necessário de segurança para trabalhar nas ruas. Nesse vídeo, vemos a Mídia Ninja recorrendo a outro recurso técnico utilizado constantemente pelos telejornais – o uso de imagens gravadas com câmera escondida –, reforçando o teor de denúncia daquilo que estava sendo reportado, com o seu repórter se inscrevendo no processo seletivo, articulando, mais uma vez, as especificidades da internet, citadas anteriormente, à linguagem televisiva. Articulando em seus corpos especificidades tecnológicas, culturais e políticas.

Dois mapas para analisar política, comunicação, cultura e as novas sensibilidades

Corpos, vida cotidiana; afetos, cultura, comunicação, tecnologia e política. Articulamos esses pontos nas análises acima a partir, como dissemos na introdução deste capítulo, das formulações de Grossberg (2010) sobre política e das discussões de Martín-Barbero (2009) em torno de um mapa noturno para analisar as mutações culturais que caracterizam o momento contemporâneo. Tanto para Grossberg quanto para Martín-Barbero, a política passa por transformações na relação com os meios de comunicação. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que Grossberg (2010) defende que “o poder é sempre multidimensional, contraditório”¹⁷ (GROSSBERG, 2010, p. 25, tradução nossa) e perpassado por formações que se associam à vida cotidiana e às estruturas sociais e políticas.

O político, portanto, é associado à cultura, que se configura e se expressa cotidianamente. O cultural deve ser compreendido, na contemporaneidade, como expressão discursiva e mediação afetiva, sendo a organização e distribuição de afetos dentro e através da formação social. “Cultura, embora construída, funciona, materialmente, como uma categoria e um domínio com consequências reais nas formas em que as pessoas vivem suas modernidades”.¹⁸ (GROSSBERG, 2010, p. 171, tradução nossa)

Dessa forma, para compreendermos de que maneira a Mídia Ninja se relaciona com os acontecimentos políticos de 2013 até o presente momento, observamos

17 “[...] power is always multidimensional, contradictory [...]”.

18 “Culture, albeit constructed, functions materially as category and a domain, with real consequences for the ways in which people live their modernity”.

como as pessoas, em especial os mais jovens, se relacionam com a vida moderna, de que maneira dispõem os seus afetos. “As formações afetivas determinam, de alguma forma, quais linguagens e lógicas de cálculo as pessoas usam para viver suas vidas”.¹⁹ (GROSSBERG, 2010, p. 195, tradução nossa) A Mídia Ninja evidencia que os jovens que a consomem e a produzem recorrem a determinadas linguagens para viver as suas vidas. Estão inseridas nessa nova forma de produção e de consumo, como o ponto a ponto, ainda que recorram a formas expressivas mais codificadas, como códigos da linguagem televisiva. Esses códigos são utilizados politicamente nas narrativas, a fim de disputar e dialogar com o dominante-hegemônico, tanto no que se refere à linguagem quanto na relação com as estruturas políticas institucionais.

Afirmar isso significa inserir as práticas midiáticas na vida cotidiana. “[...] práticas midiáticas aparecem, empiricamente, como elementos ou eventos dispersos na vida cotidiana, então não há uma fronteira clara entre a ‘mídia’ e a vida cotidiana. [...] sem fronteira clara entre o discursivo e o não discursivo”.²⁰ (GROSSBERG, 2010, p. 221, tradução nossa) A vida cotidiana será um dos pontos levados em consideração por Grossberg para que problematizemos a política. Há uma constatação aqui de que o popular é o espaço de luta para dispor os afetos e fazer a disputa política.

Inspirado por Foucault, Grossberg afirma que o poder deve ser formulado em três níveis: macropoder, micropolítica,²¹ estando essas duas categorizações relacionadas, e poder constitutivo, sendo esse último uma categoria ontológica. A fim de abranger essa complexidade, Grossberg (2010) sugere o seu diagrama formado por três vértices: Estados, corpos e vidas cotidianas. É em torno deles que o campo da política se organiza. Nenhum desses vértices determina a política em si; são produtos de intersecção de linhas que circunscrevem o diagrama. O espaço constituído entre esses espaços é o lugar transversal onde as realidades da política, conjunturalmente, são articuladas. “É o espaço, dentro do qual, o social como a produção de valor, o econômico como comensuração de valor, o cultural como efetização do valor, [...]

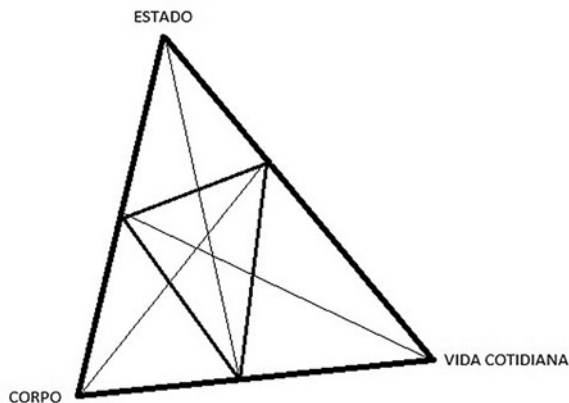
19 “[...] affective formations that determine in some way the languages and logics of calculation that people use to live their lives”.

20 “media practices appear, empirically, as dispersed elements or events in everyday life, so that there is no clear boundary between “media” and everyday life [...] no clear boundary between the discursive and the non discursive”.

21 Mais uma referência às discussões formuladas por Foucault. A micropolítica é um conceito formulado pelo filósofo na sua problematização do poder ter apenas um núcleo central como o Estado. Para Foucault, o poder se espalha em diferentes níveis sociais, com relações de poder sendo exercidas também no nível micro, nas relações que se estabelecem cotidianamente, como na relação entre pai e filho, professor e aluno etc.

atravessam, cortam e, através deles, determinam o político”.²² (GROSSBERG, 2010, p. 234, tradução nossa)

Figura 3: Versão nossa do diagrama elaborado por Grossberg.



Fonte: Grossberg (2010)

Na análise citada anteriormente e neste capítulo, nos debruçamos mais detidamente a dois desses pontos: vida cotidiana e corpos. Falaremos brevemente sobre como Grossberg (2010) formula a questão do Estado. A partir de outra aproximação com Foucault, Grossberg o problematiza: se na euro-modernidade²³ o Estado aparenta estar despartado da política, o esforço é reincorporá-lo, destacá-lo enquanto processo marcado por relações e disputas de poder. “O Estado é uma máquina territorializante que usa mecanismos codificantes para produzir ou apropriar e inscrever uma rede de autoidentificação, através de um território e uma população, sobre a qual ele (o Estado) reivindica poder”.²⁴ (GROSSBERG, 2010, p. 237, tradução nossa) A relação entre o Estado moderno e seus sujeitos; o aspecto simbólico organizado por ele, o constitui enquanto ponto do diagrama exposto aqui.

22 “It is the space within which the social as the production of value, the economic as the commensuration of value, the cultural as the actualization of value [...], traverse, cut into and through, and thus determine the political”.

23 Grossberg (2010) faz uma diferenciação entre a modernidade e a euro-modernidade por querer enfatizar uma distinção que, segundo ele, se faz necessária entre a modernidade que aconteceu na Europa e os outros processos de modernidade que se dão ou aconteceram em outros pontos do mundo.

24 “The state is a territorializing machine that uses coding machines to produce or appropriate and inscribe a grid of self-identification across a territory and a population over which it claims power”.

Corpo se refere à constituição e à organização da vida, que é ela mesma uma consequência de poder. Esse é o ponto do diagrama/mapa proposto por Grossberg que ele mais explicitamente se relaciona aos argumentos de Foucault. Ele recorre ao conceito de biopolítica formulado pelo filósofo para evidenciar que as tecnologias euro-modernas – a disciplina, a governabilidade – controlam a vida humana. Foucault (2008) caracteriza biopolítica como “a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...”. (FOUCAULT, 2008, p. 431-432)

Pareceu-me que não se podia dissociar esses problemas do âmbito de racionalidade política no interior do qual eles apareceram e adquiriram sua acuidade. A saber, o ‘liberalismo’, já que foi em relação a ele que adquiriram o aspecto de um verdadeiro desafio. Num sistema preocupado com o respeito dos sujeitos de direito e com a liberdade dos indivíduos, como é que o fenômeno ‘população’ com seus efeitos e seus problemas específicos pode ser levado em conta? Em nome do que e segundo que regras pode ele ser administrado?

É a fim de responder a essas perguntas que o conceito de biopolítica é formulado. É recuperado por Grossberg a fim de mostrar como, na análise das relações políticas contemporâneas, nós devemos levar em consideração os efeitos que decisões do Estado exercem sobre os corpos das pessoas. Ou seja, os corpos são espaços de disputas políticas e isso também elide na nossa relação com o outro. São nos corpos de seus repórteres, expondo os corpos de manifestantes e trabalhadores, que a Mídia Ninja estabelece suas disputas políticas, inserindo-se num novo contexto, em que as relações descentralizadas e as pautas difusas são valorizadas em contraponto às formas mais tradicionais do fazer político. “[...] as relações da biopolítica são rearticuladas como relações de alteridade, o viver e seu outro, o humano e seu outro. Este é o lócus da primeira articulação política do outro (ou diferença), uma articulação que é sempre dada pelo sinal da negatividade na euro-modernidade”.²⁵ (GROSSBERG, 2010, p. 240, tradução nossa)

Grossberg afirma ainda que a violência deve ser pensada como um aspecto da política, em contraponto à mentalidade euro-moderna de que ela é a falência do diálogo que caracteriza relações dessa natureza, devendo ser inserida no vértice

25 “[...] the relations of biopolitics are rearticulated as relations of othering, the living and its other, the human and its other. This is the locus of the first political articulation of the other (or difference), an articulation that is always given the sign of negativity in euro-modernity”.

dos corpos. Essa articulação nos permite compreender, por um lado, o contexto em que as pessoas foram às ruas durante as manifestações de 2013, pedindo mais ações de políticas de Estado que incidem sobre seus corpos, como foi o caso de reivindicação de melhores serviços públicos de saúde, educação e transporte. Por outro, permite entender a Mídia Ninja como uma utilização tecnológica e midiática destes corpos que se insurgiram contra o Estado (alguns, inclusive com violência, como os policiais militares e os Black Blocs), sendo um espaço para divulgação de algumas das narrativas que foram realizadas sobre e nos protestos. Além disso, parece ficar claro que essa discussão passa por levar em consideração o outro vértice proposto por Grossberg: vida cotidiana.²⁶ Vida cotidiana descreve uma “mobilidade estruturada”.²⁷ (GROSSBERG, 2010, p. 242-243, tradução nossa)

Vida cotidiana é um mapa de circulação de práticas e corpos, recursos e utilidades, valores e afetos, poder e política, através do espaço e do tempo, e os efeitos e restrições dessa circulação. Mede não somente os lugares e espaços, mas também, as distâncias e os acessos, as intensidades e as densidades.

[...] vida cotidiana envolve questões de tecnologias e modalidades de pertencimento, afiliação, e identificação que definem os lugares, onde as pessoas e práticas podem pertencer, e os lugares onde as pessoas podem encontrar um caminho.²⁸

Por isso, vida cotidiana deve ser vista como o lugar onde efetivamente as relações de poder se desenvolvem, onde o Estado incide sobre os corpos, mas também onde afetos, valores, afiliações e tensionamentos se estabelecem. Articulando os três vértices, como a Mídia Ninja convoca Estado, corpos e vida cotidiana para abordar as manifestações de 2013? De que forma aquelas narrativas feitas por esse programa, ao estabelecer relações entre a TV, a internet e os contextos político, econômico e social do Brasil, nos permitem problematizar a política sob o viés dos estudos culturais? Foram essas as perguntas que nortearam as nossas análises.

26 Há uma referência nesse conceito de vida cotidiana à formulação de Williams (1972) sobre cultura ser um modo inteiro de vida, numa relação entre o aspecto simbólico e práticas materiais. Dessa forma, podemos afirmar que vida cotidiana é o lugar em que Grossberg articula Estado e corpos à cultura, identificada através da circulação de práticas, valores e afetos.

27 “[...] a structured mobility”.

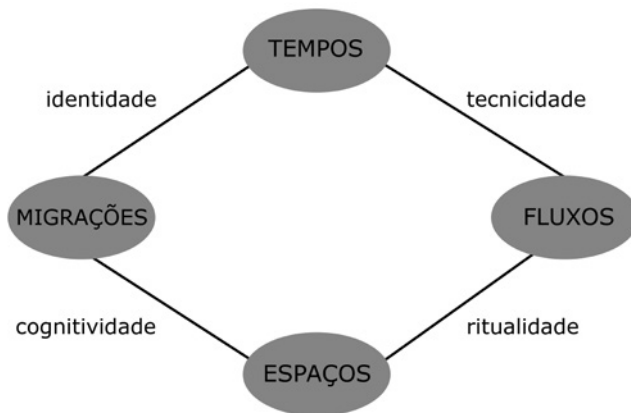
28 “Everyday life is a map of the circulation of practices and bodies, resources and utilities, values and affect, power and politics, through space and time, and of the effects and constraints of this circulation. It measures not only places and spaces but also distances and accesses, intensities and densities[...] everyday life involves questions of the technology and modalities of belonging, affiliation, and identification that define the places people and practices can belong to, and the places people can find their way to”.

Nessa discussão sobre a vida cotidiana, na contemporaneidade, devem ser inseridos os meios de comunicação, suas práticas, linguagens e produtos. Martín-Barbero (2009, p. 4) afirma que “[...] os meios não podiam ser pensados só em sua economia e ideologia, mas tinham que ser relacionados com a cultura cotidiana da maioria das pessoas – portanto, havia grandes mediações que vinham de formatos históricos, de matrizes culturais”. É para dar conta dessas grandes mediações e das mutações culturais que Martín-Barbero (2009, p. 9) formula um novo mapa noturno para investigá-las, levando a consideração entre política, cultura e comunicação.

Como assumir então a complexidade social e perceptiva que hoje reveste as tecnologias comunicacionais, seus modos transversais de presença na cotidianidade, desde o trabalho até o jogo, suas intrincadas formas de mediação tanto do conhecimento como da política, sem ceder ao realismo do inevitável produzido pela fascinação tecnológica, e sem deixar-se apanhar na cumplicidade discursiva da modernização neoliberal – racionalizadora do mercado como único princípio organizador da sociedade em seu conjunto – com o saber tecnológico, segundo o qual, esgotado o motor da luta de classes, a história teria encontrado seu substituto nos avatares da informação e comunicação? Esta é a mudança, para mim. E isto é o que nos situaria no presente.

O mapa noturno para investigar as mutações culturais, proposto por Martín-Barbero (2009), tem como objetivo responder a essa pergunta. Abaixo o mapa:

Figura 4: Mapa para investigar as mutações culturais



Fonte: Martín-Barbero (2009, p. 11)

Com esse novo mapa, Martín-Barbero (2009) propõe que as mediações passem a ser vistas como transformações do tempo e do espaço, a partir de dois grandes eixos: migrações populacionais e fluxos de imagens. “De um lado, grandes migrações de população como jamais visto – mal sabemos dos milhares de chineses que estão saindo da China para a Europa. De outro, os fluxos virtuais (de imagens e informação), e temos que pensá-los conjuntamente”. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 9) Além de pensar os fluxos – que, em nossa análise, assumem um lugar central, ao nos debruçarmos nas imagens produzidas e consumidas pela e na Mídia Ninja – e as migrações, Martín-Barbero recompõe duas mediações que já estavam presentes no seu mapa das mediações (2008) – identidade e técnica – a fim de dar conta da compressão do tempo e do espaço.

E chamar técnica me parece muito bom porque soa como ritualidade, como identidade. Saímos da visão instrumental da técnica, saímos da visão ideologista da tecnologia. A técnica está no mesmo nível de identidade, coletividade – e é muito importante a fonética. Ligo técnica ao que está se movendo na direção da identidade. Por exemplo, a quantidade de adolescentes que inventam uma personagem para si mesmos é impressionante. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 9)

Nesse mapa noturno, Martín-Barbero (2009) retira aquelas mediações que ele considera mais “tradicionais” – a institucionalidade e a sociabilidade – a fim de dar conta das transformações. Ele afirma que estamos assistindo, na contemporaneidade, à emergência de um entorno tecnocomunicativo.²⁹ “Assim como estou imerso na natureza e nas instituições, agora estou imerso nesse terceiro entorno. Eu não posso ligar o computador sem saber que sou visto”. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 10) Essa noção de entorno tecnocomunicativo aponta para algo que observamos nas nossas análises da Mídia Ninja: os jovens utilizam ferramentas comunicacionais para atuar politicamente, trazendo-as para suas vidas, expressando-as em seus corpos, borrando os limites existentes entre o discursivo e o não discursivo, como diz Grossberg (2010), ou entre técnica e identidade, como salientado por Martín-Barbero. Tecnologia, cultura e política são hibridizadas na e por essas práticas comunicacionais e culturais, implicando em mudanças afetivas.

29 Martín-Barbero (2009) distingue a noção do entorno tecnocomunicativo da ideia de panóptico. Ele diz não concordar com essa ideia de existir uma total visibilidade, uma absoluta vigilância, mas que se trata de um mundo “onde somos vistos e vemos”. “E vemos ativamente. Produzimos visibilidade. Construímos visibilidade para nós e outros”. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 10)

Compreender esse contexto e essa nova compreensão sobre as tecnicidades é importante para a análise da Mídia Ninja. Para além do que esse produto convoca no que se refere às linguagens, aos modos de fazer e ver, articulando internet e televisão, há uma relação, reiteramos, com os manifestantes. Essa relação se dá tanto pelo fato de que quem faz a cobertura neste produto o faz assumindo o ponto de vista dos que participaram das manifestações de junho de 2013, quanto por uma aproximação afetiva, corporal, com a ampla predominância de jovens à frente e atrás dos celulares, principal dispositivo utilizado nas transmissões da Mídia Ninja, filmando e sendo personagens daquelas narrativas. Acompanhamos Martín-Barbero (2009) quando ele afirma que estamos assistindo à mudança nas sensibilidades dos mais jovens:

[Estamos assistindo às] mudanças de sensibilidades das pessoas jovens, como está mudando a sensibilidade e como a sensibilidade é cada vez menos passiva, é mais ativa, mais criativa, mais misturada. Eu misturei filosofia, história, política. Meu filho já misturou muito mais do que eu: ele é matemático, filósofo, é poeta, desenha páginas na web, e dirigiu uma revista de resenhas de livros por meio da qual colocou seus amigos, biólogos, químicos e físicos, para lerem resenhas de novelas e as próprias novelas. (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 12)

Considerações finais

Com a análise da Mídia Ninja, problematizando, por um lado, a compreensão da política, a partir das considerações de Grossberg e, por outro lado, articulando-a à comunicação e à cultura, a partir do novo mapa noturno de Martín-Barbero para investigar as mutações culturais, observamos que o contexto atual no Brasil também é caracterizado pelas mudanças que eles apontam nas novas formas de expressar politicamente e afetivamente dos mais jovens. Compreender a política na relação entre Estado, vida cotidiana e corpos nos possibilitou entender que a Mídia Ninja se aproxima das manifestações e seus pleitos, da juventude que viu as taxas de miséria caírem nos últimos 12 anos,³⁰ sem ter acompanhado ações mais efetivas do Estado para a melhoria de setores importantes da cotidianidade como o transporte público, saúde e educação, evidenciando a relação entre esses três vértices.

30 Segundo o Banco Mundial, o número de pessoas que vive com até R\$ 7,5 por dia caiu para 4% entre 2001 e 2013. Dados disponíveis em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/23/politica/1429790575_591974.html>. Acesso em: 28 ago. 2015.

Colocar a violência e os afetos como lugares de análise da política explica o embate de manifestantes e repórteres contra a violência estatal representada pelos policiais militares. Os Black Blocs, ou aqueles que destruíram os mobiliários da Coca-Cola citados acima, também recorreram à violência como artifício político de contestação, ainda que tenham sido caracterizados como vândalos que atrapalhavam as manifestações. A Mídia Ninja, ao se colocar ao lado dos manifestantes, recorre às afiliações afetivas entre quem narrava e quem era objeto das narrativas, tanto pela idade próxima de repórteres e manifestantes, quanto por assumir fazer parte daqueles protestos, além de endossar a difusão de pautas e os questionamentos das formas políticas tradicionais.

Por fim, ter em mente as formas mestiças de comunicação nos permite afirmar que a relação entre a TV e a internet explica, em parte, o ambiente midiático hodierno, que possibilita a existência de produtos audiovisuais *on-line* como a Mídia Ninja. Se, por um lado, esse produto recorre aos planos-sequência, à narrativa em primeira pessoa e se insere na poética do registro amador, que tem ganhado destaque na linguagem televisiva brasileira; por outro, se relaciona diretamente com diversos elementos da internet – a transmissão do celular, a cultura *peer-to-peer*, o armazenamento das coberturas em vídeos de 15 a 30 minutos,³¹ o estabelecimento de perfis em diversas redes sociais.

Além disso, ressaltamos a compreensão de que tecnicidade deve ser tomada em consideração ao lado de identidade. É através dessa aproximação com certo tipo de juventude – que está conectada e interessada em participar das manifestações fazendo as narrativas e/ou sendo objeto delas, ser cidadãos-multimídia – que o produto analisado deste capítulo constrói a sua autoridade, que possibilita que ele dispute com os discursos que estavam sendo produzidos pelos veículos tradicionais. É dessa maneira que ele se configura enquanto um artefato cultural, político e midiático.

Referências

BRASIL lidera a redução da pobreza extrema, segundo o Banco Mundial. *El País*, São Paulo, 23 abr. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/23/politica/1429790575_591974.html>. Acesso em: 28 ago. 2015.

FOUCAULT, M. Método. In: FOUCAULT, M., *História da Sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Graal Ltda., 2010. p. 102-113.

31 As coberturas de alguns debates realizados em 2014 extrapolam essa duração, com alguns vídeos ultrapassando uma hora.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*: curso dado no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMES, I. M. M. Qual é a relação entre história e história televisiva? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESTUDOS DE TELEVISÃO BRASIL-FRANÇA, 1., 2013, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2013.

GOMES, I. M. M. Gênero televisivo como categoria cultural: um lugar no centro do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero. *Revista Famecos*. Porto Alegre: v. 18, n. 1, p. 111-130, jan./abr. 2011.

GROSSBERG, L. *Cultural Studies in the Future Tense*. Durham; Londres, UK: Duke University Press, 2010.

GUTMANN, J. F. *Formas do Telejornal*: linguagem televisiva, jornalismo e mediações culturais. Salvador: EDUFBA, 2014.

GUTMANN, J. F. Gênero como categoria analítica da TV: rastreando olhares dos estudos culturais. In: SEIXAS, L.; PINHEIRO, N. F. *Gêneros*: um diálogo entre Comunicação e Linguística Aplicada. Florianópolis, SC: Insular, 2013.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos Meios às Mediações*: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

MOURA, M. Jesús Martín-Barbero: as formas mestiças da mídia. *Revista Fapesp*, São Paulo, n. 163, set. 2009. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/09/01/as-formas-mesticas-da-midia/>>. Acesso em: 13 set. 2014.

VILAS BÔAS, V. M. Performance, corpo e experiência na atuação dos repórteres de “A Liga”. In: SEMINÁRIO COMUNICAÇÃO E PROCESSOS HISTÓRICOS, 1., 2015, Cachoeira, BA. *Anais...* Cachoeira, BA: UFRB, 2015.

WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

PARTE III
Redes e políticas

Das massas às redes: comunicação e mobilização política

Julio Cesar Lemes de Castro

Introdução

Analisando as mudanças nas lógicas econômica, de regime de poder e comunicacional, não é difícil constatar que, na passagem da sociedade moderna para a sociedade contemporânea, as massas dão lugar às redes como modelo prevalente de organização social. De acordo com Freud, os sujeitos que compõem a massa identificam-se entre si em torno da adesão a um líder, e essa identificação canaliza a libido, que dá coesão à massa. O que ocorre nas redes é a tendência à multiplicação de lideranças e de identificações e, portanto, à dispersão dos laços libidinais. No caso dos processos de mobilização política, eles são enormemente facilitados pela articulação em rede, apoiada nas novas tecnologias. Em contrapartida, o caráter fragmentado desses movimentos restringe a eficácia de sua intervenção nos quadros da política institucional. Experiências partidárias recentes, influenciadas pelas reflexões de Laclau e Mouffe, buscam superar as limitações da organização em rede por intermédio de formas flexíveis de unificação, embora estas tampouco estejam imunes a problemas.

Da era das massas à era das redes

A ascensão das massas, um processo característico da modernidade, pode ser relacionada a três diferentes lógicas: a econômica, a do regime de poder e a comunicacional.

Como um fenômeno “vinculado de modo específico com as grandes cidades”¹ (ADORNO; HORKHEIMER, 1969, p. 76, tradução nossa), as massas derivam do capitalismo comercial e mais tarde da Revolução Industrial, os quais são acompanhados por ondas de urbanização que levam à aglomeração crescente da população nas cidades e, sobretudo, nas metrópoles. A evolução dos processos de produção envolve a concentração dos operários nas fábricas, que, ao facilitar

1 “vinculado de modo específico a las grandes ciudades”.

a divisão e integração das tarefas, concorre para a expansão da produtividade. “Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual mediante a cooperação, senão da criação de uma força produtiva que deve ser em si e por si força de massa”.² (MARX, 1962, p. 345, tradução nossa) A energia das massas também instiga o consumo, conforme comenta Benjamin (1991, p. 559, tradução nossa), a propósito da Paris do Segundo Império: “O mesmo efeito aufere a mercadoria, por sua vez, da multidão inebriante que a circunda. A massificação de clientes, que efetivamente constitui o mercado que transforma a mercadoria em mercadoria, aumenta seu encanto para o comprador médio”.³ No século XX, o avanço na racionalização dos processos produtivos, com base na standardização de componentes, na otimização de tarefas (a administração científica de Frederick Taylor) e na automação (a linha de montagem de Henry Ford), possibilita a fabricação em massa de itens a custo reduzido, contribuindo para que a produção de bens de consumo ganhe espaço em relação à de bens de capital. No contexto da regulação fordista (AGLIETTA, 2001) e das políticas econômicas keynesianas, que atingem seu apogeu nas duas décadas e meia após a Segunda Guerra Mundial, o aumento dos salários e dos direitos trabalhistas e sociais garantem a ampliação do poder aquisitivo dos trabalhadores e estimulam a demanda, favorecida também pela disseminação do crédito. Produção em massa e consumo em massa fornecem, assim, um paradigma de organização social.

O regime disciplinar que distingue a sociedade moderna (FOUCAULT, 1993; GORSKI, 2003) tem como referência as massas, sobre as quais ele é exercido. Em tal regime, elas são distribuídas em espaços fechados, cercados por barreiras que os delimitam e os separam do exterior: as fábricas, as escolas, os quartéis, os hospitais, as prisões. O confinamento facilita a vigilância, que opera de maneira particularmente eficiente nas instituições que se aproximam do modelo de organização espacial representado pelo panóptico de Bentham. Nessas instituições, os indivíduos, na ausência de informações que lhes permitam saber quando e por quem estão sendo observados, acabam por internalizar o escrutínio. Ademais, o poder disciplinar atua por meio de normas de conduta, que regulam, por exemplo, os movimentos corporais e têm seu cumprimento garantido pela imposição de sanções. As normas são naturalizadas por força da repetição de exercícios e da

2 “Es handelt sich hier nicht nur um Erhöhung der individuellen Produktivkraft durch die Kooperation, sondern um die Schöpfung einer Produktivkraft, die an und für sich Massenkraft sein muß”.

3 “Den gleichen Effekt gewinnt ihrerseits die Ware der sie berausenden, sie umrauschenden Menge ab. Die Massierung der Kunden, die den Markt, der die Ware zur Ware macht, eigentlich bildet, steigert deren Charme für den Durchschnittskäufer”.

multiplicação do exemplo proporcionado pelos demais. O resultado é a constituição de massas de indivíduos com comportamento homogêneo.

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação, mormente a imprensa, o rádio e a televisão – que Flusser (1998, p. 27-29) classifica entre as variantes do que ele chama de “*Amphitheaterdiskurse*” –, também provê ferramentas para a formação das massas. McLuhan (1994, p. 107, tradução nossa) afirma que “o poder da palavra impressa de criar o homem social homogeneizado cresceu constantemente até nossos dias, criando o paradoxo da ‘mente de massa’ e o militarismo de massa dos exércitos de cidadãos”.⁴ Anderson (1991) mostra que as nações modernas emergem como “comunidades imaginadas”, na medida em que a cultura impressa permite que suas populações se identifiquem com referências compartilhadas. No final do século XIX, o suporte financeiro propiciado pela publicidade e a elevação das tiragens aprofundam a penetração da imprensa. Emergindo numa era de expansão da sociedade de consumo, o rádio e a televisão integram-se rapidamente a sua dinâmica, como setores do que Adorno e Horkheimer designam como “indústria cultural”, termo que conota certa standardização de produtos e audiências, característica da cultura de massas em meados do século XX. Contribuições importantes para a criação de mercados de massas advêm ainda da propaganda, do *marketing* e das relações públicas, que se valem dos diversos tipos de veículos.

Em comum nas lógicas modernas do capitalismo, da disciplina e da comunicação de massas aparece a tentativa de administrar concomitantemente as massas e os indivíduos que as compõem. Ou seja, trata-se de um poder “massificador e individualizador”⁵ (DELEUZE, 2003, p. 243, tradução nossa), atuando em concerto em duas frentes. Submetida ao olhar centralizado do panóptico, “a multidão, uma massa compacta, lugar de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em prol de uma coleção de individualidades separadas”.⁶ (FOUCAULT, 1993, p. 234, tradução nossa) Constituídas simetricamente pela convergência de seus olhares em direção a um ponto, as audiências midiáticas têm caráter virtual, pois seus membros são atingidos um a um, não se agrupando no mesmo espaço. Nelas, “o caráter de massas não se expressa mais na reunião física, mas na participação em programas de meios de comunicação de massas”. (SLOTERDIJK, 2002, p. 20) No panóptico temos o paradigma da produção em

4 “the power of the printed word to create the homogenized social man grew steadily until our time, creating the paradox of the ‘mass mind’ and the mass militarism of citizen armies”.

5 “massifiant et individuant”.

6 “La foule, masse compacte, lieu d’échanges multiples, individualités qui se fondent, effet collectif, est abolie au profit d’une collection d’individualités séparées.”

massa, na televisão o paradigma do consumo em massa, que se articulam no fordismo. Se nesses contextos os indivíduos são produzidos separadamente, o molde utilizado é único: trata-se de uma individualização homogeneizadora, que desemboca numa “multidão solitária”, para usar a expressão de Riesman (2001).

Nas últimas décadas, mudanças substanciais afetam as três lógicas associadas à ascensão das massas modernas. Como resultado, a organização hierárquica e homogênea das massas tende a ser superada pela organização descentralizada e heterogênea das redes. Passamos a viver no que Castells (2000) denomina “sociedade em rede”.

No âmbito do pós-fordismo, a produção e o consumo em massa dão lugar à produção e ao consumo flexíveis. Fenômenos como o deslocamento de mão de obra do setor industrial para o setor de serviços, a redistribuição espacial das cadeias produtivas (inclusive em escala internacional), a terceirização, a flexibilização dos horários de trabalho, o trabalho a distância, a rotatividade e a informalidade levam à dispersão da força de trabalho. Nas corporações, os novos arranjos organizacionais dão-se a partir da “metáfora da rede”.⁷ (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 1999, p. 131, tradução nossa) No mundo do consumo, as mercadorias diversificam-se e os apelos de *marketing* para promovê-las passam a enfatizar a diferença em vez da conformidade, de maneira que o mercado de massas se pulveriza em nichos. (CASTRO, 2014) Políticas econômicas neoliberais exacerbam as desigualdades sociais e, por conseguinte, a segmentação das massas em camadas de diferente poder aquisitivo. Valoriza-se o investimento em identidades fluidas, que se desdobram em modalidades mais fragmentadas de sociabilidade, posto que cada indivíduo se enquadra a um só tempo numa pluralidade de comunidades distintas de interesses e estilos de vida.

A transição da sociedade disciplinar analisada por Foucault para a sociedade de controle esboçada por Deleuze (2003) aponta para um tipo de poder iminente, distribuído, modular. O controle não se exerce sobre massas confinadas, mas acompanha cada um em ambientes que se entrelaçam, à guisa de “redes flexíveis e flutuantes”.⁸ (HARDT; NEGRI, 2000, p. 23, tradução nossa) Com isso, a arquitetura do panóptico perde seu poder como metáfora explanatória. Isso se coaduna com reflexões anteriores de Deleuze e Guattari (1980, p. 32, tradução nossa), segundo as quais as realidades sociopolíticas contemporâneas são mais bem compreendidas com o recurso à estrutura do rizoma, “um sistema sem centro, não-hierárquico e

7 “métaphore du réseau”.

8 “flexible and fluctuating networks”.

não-significante, sem General, sem memória organizadora ou autômato central, definido unicamente por uma circulação de estados”.⁹ Em contraste com as estruturas arborescentes, o rizoma é uma rede de elementos heterogêneos que se desenvolvem em múltiplas direções.

Na esfera midiática, num primeiro momento, os próprios veículos passam por processos de flexibilização que atenuam de certo modo seu caráter massivo. Recursos interativos que dão ao público maior latitude em suas escolhas, como o controle remoto, induzem maior flutuação da audiência, ao passo que a segmentação dos produtos midiáticos consoante critérios geográficos ou de assunto, na forma, por exemplo, de revistas especializadas ou canais especializados da televisão a cabo, implica o fracionamento da audiência. Mas o fator preponderante aqui, sem dúvida, é o desenvolvimento da internet. Organizada fisicamente como rede desde o início, seu alcance expande-se com a mobilidade proporcionada por dispositivos como celulares e *tablets*. Sobre esse arcabouço físico se erigem plataformas e ambientes que reproduzem a estrutura em rede. É o caso, no período mais recente, de mídias sociais como o Facebook e o Twitter. Um exame dessas mídias mostra uma multiplicidade de focos de atividade. Estudando como os conteúdos e inovações se difundem nelas, é fácil perceber que alguns usuários são mais influentes do que outros, e que mesmo entre eles há diferenças notáveis em termos de impacto.

Nas corporações, os trabalhadores fragmentam-se de acordo com suas tarefas e recombina-se em diferentes equipes, enquanto no mercado em geral eles se inserem em redes de contatos variadas. Já os consumidores fragmentam-se e recombina-se em tribos conforme preferências e estilos quanto a diferentes classes de mercadorias (incluindo, naturalmente, as da esfera cultural). Na sociedade de controle, o par indivíduo/massa é dissolvido, na medida em que cada indivíduo se fragmenta em “divíduos”,¹⁰ e os divíduos derivados de diferentes indivíduos se recombina nos bancos de dados e nos mercados. (DELEUZE, 2003, p. 244, tradução nossa) O processo de fragmentação e recombinação é facilitado pela virtualidade das redes constituídas via meios de comunicação, ainda mais acentuada que a virtualidade das audiências televisivas massivas, por conta da maior flexibilidade de sua organização espacial. Em entrevista a Negri, Deleuze (2003, p. 237, tradução e grifo nossos) admite que se trata de “sociedade de controle *ou* de comunicação”.¹¹ Em lugar da “multidão solitária”, temos o que poderíamos chamar, com Virilio

9 “un système acentré, non hiérarchique et non signifiant, sans Général, sans mémoire organisatrice ou automate central, uniquement défini par une circulation d'états”.

10 “dividuels”.

11 “société de contrôle ou de communication”.

(1993, p. 32, tradução nossa), de “solidão múltipla”,¹² mas indo além da simples equação “um homem = um gueto”,¹³ visto que cada um se vincula simultaneamente a vários guetos.

Líderes e identificações nas massas e nas redes

O esforço de compreensão do fenômeno das massas modernas leva, no final do século XIX e começo do século XX, ao desenvolvimento da psicologia de massas.

O psicólogo social francês Gustave Le Bon escreve um livro fundamental, *Psicologia das multidões (Psychologie des foules)*, publicado em 1895. Essa obra vem ao encontro de ansiedades acalentadas na época, logo atraindo leitores bem além dos círculos acadêmicos. “Os destinos das nações não são mais preparados nos conselhos dos príncipes, mas na alma das massas”,¹⁴ declara Le Bon. (2010, p. 2, tradução nossa) O problema, de seu ponto de vista, é a natureza irracional da multidão, na qual o inconsciente predomina sobre a mente consciente, sugestão e contágio canalizam sentimentos e ideias na mesma direção, e há um impulso no sentido de colocar esses sentimentos e ideias imediatamente em ação. “Pelo mero fato de que ele faz parte de uma multidão, um homem desce portanto vários degraus na escada da civilização”.¹⁵ (LE BON, 2010, p. 14, tradução nossa)

Se, para Le Bon (2010, p. 2, tradução nossa), “a época em que entramos será na verdade a era das multidões”,¹⁶ para seu compatriota e amigo, o sociólogo Gabriel de Tarde (1910, p. 11, tradução nossa), a multidão é de fato “o grupo social do passado”,¹⁷ ao qual ele contrapõe o público como “o grupo social do futuro”.¹⁸ O que possibilita a ascensão do público é a disseminação da imprensa; enquanto a multidão envolve proximidade física e é efêmera, o público tem um caráter virtual e mais estável. Alterar o foco da multidão para o público marca uma modificação crucial de perspectiva, tornando mais fácil conter os perigos da mente de massa. E os agentes desse processo são pessoas estrategicamente situadas,

12 “solitude multiple”.

13 “un homme = un ghetto”.

14 “Ce n’est plus dans les conseils des princes, mais dans l’âme des foules que se préparent les destinées des nations”.

15 “Par le fait seul qu’il fait partie d’une foule, l’homme descend donc plusieurs degrés sur l’échelle de la civilisation”.

16 “L’âge où nous entrons sera véritablement l’ère des foules”.

17 “le groupe social du passé”.

18 “le groupe social de l’avenir”.

contradizendo a ideia de que a democracia implicaria o fim da individualidade: “As grandes conversões das massas agora são operadas pelos jornalistas”.¹⁹ (TARDE, 1910, p. 28, tradução nossa)

Entre os modelos teóricos de psicologia de massas nesse período, provavelmente o mais elaborado e consistente é o proposto por Freud em *Psicologia de massas e análise do eu* (*Massenpsychologie und Ich-Analyse*), publicado originalmente em 1921. Freud (1967) começa com asserções feitas por Le Bon e as articula com seus próprios *insights* psicanalíticos. Apesar de concordar com este quanto à irracionalidade das multidões, para ele as multidões não são irracionais em si. Seu comportamento tem a ver com processos inconscientes, os mesmos processos que a psicanálise detecta em um indivíduo.

Na psicologia de massas pré-freudiana, há uma força misteriosa que liga um indivíduo a outro em um grupo, que para Le Bon é o contágio e, para Tarde, a imitação. De acordo com Freud, essa força é a libido presente no eu e que pode ser investida em objetos de amor, com a diferença de que a libido que une um grupo é desviada dos fins sexuais (algo similar ocorre na hipnose, que contrasta com um grupo porque concerne somente a duas pessoas). Mas como a libido vem a desempenhar o papel de uma ligação dentro do grupo? A resposta está no mecanismo de identificação.

Na construção freudiana, a identificação horizontal entre os membros de um grupo ocorre em torno de um sintoma compartilhado: o amor de cada indivíduo pelo líder. “É impossível captar a essência da massa sem levar em consideração o líder”.²⁰ (FREUD, 1967, p. 132, tradução nossa) A identificação entre os membros é parcial, limitada, baseada num traço distintivo tomado do líder, o “*einzigster Zug*” (traço unário). Como alvo de amor, o líder representa uma versão idealizada do sujeito, tomando, para cada seguidor, o lugar de seu ideal do eu. Assim, “uma tal massa primária é um número de indivíduos que substituíram seu ideal do eu por um mesmo objeto e conseqüentemente se identificaram uns com os outros em seu eu”.²¹ (FREUD, 1967, p. 128, tradução nossa) Essa identificação consiste num laço libidinal.

Dado que o ideal do eu (o herdeiro, via introjeção, do relacionamento com os pais, que Freud mais tarde designa como “supereu”) é uma instância de controle, o fato de substituí-lo por um objeto externo tem o efeito de desabilitar o autocontrole

19 “Les grandes conversions des masses, à présent, ce sont les journalistes qui les opèrent.”

20 “das Wesen der Masse bei Vernachlässigung des Führers nicht zu begreifen sei”.

21 “Eine solche primäre Masse ist eine Anzahl von Individuen, die ein und dasselbe Objekt an die Stelle ihres Ichideals gesetzt und sich infolgedessen in ihrem Ich miteinander identifiziert haben.”

– ou, mais precisamente, de terceirizar o controle. No caso das multidões efêmeras que se reúnem nas ruas, a coesão vem apenas da relação com o líder, que substitui de fato o ideal do eu de cada um. Isso explica por que indivíduos perfeitamente racionais podem comportar-se selvagememente quando se juntam numa multidão, na qual “o indivíduo é colocado sob condições que lhe permitem descartar as repressões de seus impulsos pulsionais inconscientes”.²² (FREUD, 1967, p. 79, tradução nossa) Eles revertem, pois, a um estado equivalente ao dos ditos povos primitivos, das crianças e dos sonhos. Mas há uma possibilidade oposta a esta, a de uma espécie de liderança sublimada, abstrata, quando uma ideia ou desejo partilhado assume o lugar do líder. Aqui, o ideal do eu coletivo inclina-se a coincidir com o eu de cada membro. “Essa abstração”, diz Freud (1967, p. 109-110, tradução nossa), “pode ser mais ou menos completamente encarnada na pessoa do que podemos chamar um líder secundário, e variações interessantes surgiriam da relação entre a ideia e o líder.”²³

Conforme as formulações de Lacan, o sujeito é sempre sujeito barrado, isto é, portador de uma falta estrutural, e a constituição da identidade envolve processos de identificação, que são tentativas de preencher essa falta. Se cada membro da massa substitui seu ideal do eu pelo líder ou por uma ideia ou desejo, que atua como suporte para a identificação entre os membros, isso indica que o indivíduo se produz conjuntamente com a massa.

As massas modernas aparecem de vários modos: as massas efêmeras das ruas, as massas mobilizadas dos movimentos políticos (cujas transformações serão abordadas na última parte deste trabalho), as massas “artificiais” (segundo a terminologia de Freud) do exército e da igreja, as massas reguladas das instituições disciplinares, as massas virtuais das comunidades imaginadas. Num extremo, as multidões urbanas efêmeras são aquelas que atraem a atenção de Le Bon; no outro, as massas das comunidades imaginadas, com um tipo abstrato de liderança, remetem ao público de Tarde. Podemos situar as massas mobilizadas por partidos e sindicatos no meio-termo entre as multidões urbanas efêmeras e os grupos artificiais – elas têm alguma espontaneidade, como as primeiras, e alguma organização, como os últimos. Adicionalmente, as massas reguladas através de instituições disciplinares estariam localizadas a meio caminho entre os grupos artificiais e as massas das

22 “das Individuum komme in der Masse unter Bedingungen, die ihm gestatten, die Verdrängungen seiner unbewußten Triebregungen abzuwerfen”.

23 “Dieses Abstrakte könnte sich wiederum mehr oder weniger vollkommen in der Person eines gleichsam sekundären Führers verkörpern, und aus der Beziehung zwischen Idee und Führer ergäben sich interessante Mannigfaltigkeiten”.

comunidades imaginadas – nessas instituições o controle é embutido na estrutura, como nos grupos artificiais, e elas não têm um líder evidente, como a multidão com uma liderança abstrata. Em todos esses casos, há sempre um foco central (um líder, uma ideia ou uma junção de ambos), que pode ser mais ou menos concreto e mais ou menos visível.

Com a transição das massas para as redes, nas últimas décadas, a psicologia de massas freudiana já não se aplica como antes. O que distingue o período recente é principalmente a maneira como a identificação opera nas redes. O líder (ou a ideia que lhe serve de sucedâneo), como vimos, é o eixo ao redor do qual as pessoas constroem identificações entre si. Em nossa sociedade, as identificações são mais fragmentárias e fluidas, de forma que, além de um líder central, as redes têm uma pluralidade de líderes. Podem existir, digamos, lideranças e sublideranças, em torno das quais a identificação pode ser mais forte ou mais fraca. A tendência é a existência de identificações mais fortes entre pessoas em torno de sublideranças (mais próximas) e de uma identificação mais fraca entre pessoas em torno de uma liderança central (mais distante), de sorte que uma confederação de grupos em princípio mais homogêneos constitui uma rede em princípio mais heterogênea (vale considerar, de qualquer modo, que os grupos que compõem uma rede comumente funcionam eles próprios como redes). Quanto à libido, não sendo mais canalizada mediante uma única identificação em torno de um único líder, ela granjeia certa autonomia.

Retornemos ao fato de que o líder, para Freud, equivale a uma espécie de extensão do ideal do eu, mais tarde chamado “supereu”, e toma seu lugar em cada membro das massas. As últimas décadas assistiram a uma mutação na “economia libidinal”. (LYOTARD, 1974) Pensando em termos do sujeito, o supereu não tem mais o papel eminentemente repressivo característico do tempo de Freud. Isso ajuda a explicar como, pensando em termos das massas, a posição do líder é menos consistente e a libido é menos contida. Ambas as constatações são feitas por Lacan, com a pluralização dos “Nomes-do-Pai” (LACAN, 2005) e o “imperativo do gozo”²⁴ (LACAN, 1975, p. 10, tradução nossa), respectivamente. E, uma vez que “a psicologia individual é, desde o começo, ao mesmo tempo também psicologia social, nesse sentido estendido mas inteiramente justificável”²⁵ (FREUD, 1967, p. 73, tradução nossa), é natural que as variações nas instâncias individual e social ocorram simultaneamente.

24 “impératif de la jouissance”.

25 “die Individualpsychologie ist daher von Anfang an auch gleichzeitig Sozialpsychologie in diesem erweiterten aber durchaus berechtigten Sinne”.

Mobilização política das massas às redes

O que Lyotard (1979, tradução nossa) denomina as “grandes narrativas”²⁶ da modernidade corresponde aos vetores de mobilização política das massas na “era da revolução” (HOBSBAWM, 1996), que numa certa medida se prolonga até meados do século XX. A mais influente dessas narrativas radica-se em Marx. Como se sabe, a tradição marxista baseia as lutas de emancipação na ação da classe trabalhadora, liderada por um partido revolucionário que corporifica um projeto histórico bem definido. Nas palavras de Lenin (1960b, p. 432, tradução nossa),

a agitação política completa será conduzida por um partido que une em um todo inseparável o ataque ao governo em nome de todo o povo, a formação revolucionária do proletariado e a garantia da sua independência política, a orientação da luta econômica da classe trabalhadora e a utilização de todos os seus conflitos espontâneos com seus exploradores, que despertam e trazem para nosso campo números crescentes do proletariado.²⁷

Nessas tarefas, os meios de comunicação exercem função precípua. Um dado que ilustra o alcance político da imprensa na modernidade é o fato de que

as grandes revoluções parecem ter eclodido, tanto na Inglaterra do século XVII como na França no fim do século XVIII e na Rússia do início do século XX, no momento em que o índice de alfabetização de cada povo atingiu ou ultrapassou os 50%.²⁸ (MARTIN, 1988, p. 369, tradução nossa)

No caso russo, Lenin (1960a, p. 21, tradução nossa) destaca o papel basilar dos jornais, ponderando que “sem um órgão político, um movimento político digno desse nome é inconcebível na Europa de hoje”.²⁹ Entre outras funções, os jornais

26 “grands récits”.

27 “the all-round political agitation will be conducted by a party which unites into one inseparable whole the assault on the government in the name of the entire people, the revolutionary training of the proletariat, and the safeguarding of its political independence, the guidance of the economic struggle of the working class, and the utilisation of all its spontaneous conflicts with its exploiters which rouse and bring into our camp increasing numbers of the proletariat”.

28 “Les grandes révolutions semblent avoir éclaté aussi bien en Angleterre au XVIIe siècle qu’en France à la fin du XVIIIe et en Russie au début du XXe siècle, au moment où le taux d’alphabétisation de chaque peuple atteignait ou dépassait les 50%”.

29 “Without a political organ, a political movement deserving that name is inconceivable in the Europe of today”.

deveriam contribuir para que o exercício da liderança do partido se desse por meio de uma estrutura centralizada e ao mesmo tempo capilarizada, pois forneceriam material padronizado para alimentar as discussões em nível local, embora tal capilarização acabe dissipando-se com o tempo, nas circunstâncias da burocratização stalinista do regime soviético.

De forma semelhante, as massas constituídas virtualmente via meios de comunicação devem sua consistência não apenas à existência de um emissor centralizado, mas também à capilarização da liderança, em virtude da colaboração de instâncias intermediárias. Edward Bernays (1928, p. 31, tradução nossa), o sobrinho de Freud que é considerado o “pai das relações públicas” e se inspira fortemente na psicologia de massas, recomenda identificar líderes potenciais e tentar ganhar acesso à população em geral servindo-se deles: “Somente através da energia ativa da minoria inteligente o público em geral pode tornar-se consciente de novas ideias e atuar com base nelas”.³⁰ Nos anos 1940 e 1950, Lazarsfeld e alguns de seus parceiros elaboram a teoria do fluxo comunicacional em duas etapas (*two-steps flow theory*). Questionando o modelo da agulha hipodérmica, segundo o qual o conteúdo dos meios de comunicação de massas é injetado diretamente na mente do público, eles sustentam que este é usualmente influenciado pela mídia graças à mediação de “líderes de opinião”.³¹ (LAZARSELD; BERELSON; GAUDET, 1944; KATZ; LAZARSELD, 1955, tradução nossa)

Nas interações sociais em geral, Gabriel de Tarde, revalorizado recentemente por autores como Deleuze, reconhece igualmente a multiplicidade de líderes. Outra corrente importante, a sociologia das redes de Granovetter (1973; 1983), arrazoa que a estrutura em rede está disseminada socialmente. Uma pessoa média catalisa um círculo de amigos e conhecidos, com os quais mantém, respectivamente, laços fortes e laços fracos. Cada um desses amigos e conhecidos, por seu turno, tem um círculo similar de contatos, com algum grau de superposição entre eles. Se cada um reúne ambos os tipos de laços, a interação espalha-se ao longo desses círculos, unindo-os em redes.

Nas últimas décadas, em termos de ativismo político, a propensão em direção à organização inspirada na arquitetura da rede tem sido clara. Com o declínio das grandes narrativas que marca a chamada pós-modernidade, apenas o mercado aparenta reter o *status* de algo universal – e o próprio mercado, entendido como

30 “Only through the active energy of the intelligent few can the public at large become aware of and act upon new ideas”.

31 “opinion leaders”.

mecanismo através do qual as interações entre os agentes econômicos determinam os preços, como defende Hayek (1948), tem certas características do funcionamento das redes. Ao mesmo tempo, críticos sociais têm-se distanciado da tradição centralizadora representada pelo leninismo. Assim, Marcuse (1972, p. 42, tradução nossa) argumenta que

a vasta concentração de poder e controle no *establishment* político e militar nacional exige a mudança para formas descentralizadas de organização, menos suscetíveis à destruição pelos motores de repressão, e mais expressivas dos núcleos divergentes e dispersos de desintegração.³²

De maneira análoga, Gorz (1982, p. 11, tradução nossa) imagina “um movimento fragmentado e múltiplo, [...] por natureza refratário em relação à organização, à programação, à delegação de funções ou a sua integração em uma força política já estabelecida”.³³ Mais recentemente, Hardt e Negri (2000, p. 61, tradução nossa) enaltecem o “poder desterritorializante da multidão”, “em sua miríade de faces” e com suas “constelações de singularidades poderosas”.³⁴ Após os acontecimentos na Tunísia e no Egito em 2011, Badiou (2012, p. 66, tradução nossa) assinala que o grande problema hoje é “inventar uma disciplina revolucionária que [...] não siga o modelo hierárquico, autoritário e quase estúpido dos exércitos ou tropas de assalto”.³⁵

Paralelamente, as mídias sociais, que são essencialmente descentralizadas, conquistam espaço *vis-à-vis* os meios de comunicação de massas como ferramentas de mobilização, com um impacto decisivo na ação política. A maior vantagem da organização em redes é sua flexibilidade, que significa primordialmente a facilidade em atrair pessoas para as manifestações. A extraordinária difusão de movimentos como o Occupy, a Primavera Árabe e o Outono Brasileiro são testemunhas disso. Apoiando-se em muitos centros disparatados de propagação, por intermédio das mídias sociais (algo que pode ser facilmente visualizado através

32 “The sweeping concentration of power and control in the nationwide political and military Establishment necessitates the shift to decentralized forms of organization, less susceptible to destruction by the engines of repression, and more expressive of the divergent and dispersed nuclei of disintegration”.

33 “a fragmented and composite movement, [...] by nature refractory towards organisation, programming, the delegation of functions or its integration into an already established political force”.

34 “the deterritorializing power of the multitude”, “in its myriad faces”, with its “constellations of powerful singularities”.

35 “inventing a revolutionary political discipline which [...] does not follow the hierarchical, authoritarian and quasi-mindless model of armies or storm troopers”.

de ferramentas que mapeiam o tráfego nessas mídias), tais movimentos são capazes de angariar massa crítica em tempo recorde. Mike Giglio (2011), repórter da *Newsweek*, nomeia os eventos no Egito de “revolta do Facebook”. Um ativista egípcio não identificado posta a receita no Twitter: “Utilizamos o Facebook para agendar os protestos, o Twitter para coordenar, e o YouTube para mostrar ao mundo”.³⁶ Mas, não obstante o uso da estrutura em rede ser reforçado pelas mídias sociais, é relevante notar que essa tendência – anunciada pelos autores citados e outros – na verdade as precede.

O novo estilo de organização política, todavia, ainda precisa comprovar uma eficácia duradoura. Se no passado movimentos de massas constituíam geralmente um poder centralizado de resistência e insurgência contra o poder centralizado do capital, os movimentos descentralizados do presente soem enfrentar mais dificuldades, pois o capital adquire flexibilidade, mas conserva instâncias fortes de centralização, contando para tanto inclusive com o controle do Estado. Uma pesquisa sobre organizações ilícitas (criminosas e terroristas), indo de encontro a uma crença comum, revela que a estrutura centralizada tende a ser mais eficiente que a estrutura em rede. (EILSTRUP-SANGIOVANNI; JONES, 2008) Quando movimentos são convocados através das mídias sociais por forças organizadas ou em direção a uma causa definida, eles têm mais chances de ter uma liderança clara, mesmo que abstrata (ou seja, representada por uma ideia), e ser bem-sucedidos. Normalmente, entretanto, sua coordenação é muito mais frouxa e sua ação não é tão efetiva. Isso não significa que eles não tragam mudanças, o problema é que frequentemente não são capazes de imprimir uma direção a elas. Na verdade, podemos dizer que os movimentos políticos hodiernos têm tido mais êxito em exercer poder negativo que poder instituinte. Às vezes eles conseguem a derrubada de um governo, mas sua influência declina bruscamente em seguida, como na Primavera Árabe, de modo que uma revolta contra um governo conservador pode pavimentar o caminho ao poder de um governo ainda mais conservador.

O Outono Brasileiro, em junho de 2013, logra um resultado imediato, a revogação do aumento das tarifas de transporte em várias cidades, que havia sido o estopim da revolta, mas seu balanço político não é conclusivo. Setores da esquerda alegam que ele representa o primeiro passo para ultrapassar, via pressão popular, as limitações da coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores que se mantém no poder desde 2003, caracterizada, segundo Singer (2012), por um “reformismo fraco”. Do ponto de vista institucional, porém, os desdobramentos posteriores não

36 “We use Facebook to schedule the protests, Twitter to coordinate, and YouTube to tell the world”.

apontam nessa direção: as eleições de 2014 enviam a Brasília a mais conservadora composição do parlamento em décadas; nos estados que encabeçaram o movimento e assistiram a sua repressão mais violenta, o governador de São Paulo se reelege no primeiro turno e o do Rio de Janeiro faz seu sucessor; e a presidenta Dilma Rousseff sofre para obter a reeleição diante de uma oposição com uma agenda neoliberal explícita, à qual ela passa a fazer sucessivas concessões.

Com respeito ao que Žižek (2002) qualificaria de “gozo como um fator político”, no caso o componente libidinal das mobilizações em rede, a relativa autonomização da libido significa que ela é dissociada da identificação em torno de um líder específico. Porquanto as identificações se tornam mais frágeis e fragmentárias, a libido divide-se entre identificações central e acessórias, e parte dela permanece fixada no eu. Numa demonstração, há sempre um fator afetivo geral: as pessoas gozam da experiência de dividir as ruas com outras, de pertencer a uma multidão. Isso não impede que elas possam gozar do fato de estar em um grupo determinado dentro da multidão, de receber atenção da mídia, de promover sua performance ou agenda. A libido corresponde, assim, a um *background* genérico, servindo não somente como instrumento de coesão, mas também como força centrífuga.

Algumas facetas das demonstrações brasileiras de 2013 sugerem que o elemento libidinal, nessas manifestações difusas, pode estar associado a um relativo esvaziamento do conteúdo político. *Slogans* genéricos, como “vem pra rua” (extraído diretamente de um comercial dos automóveis Fiat) e “o gigante acordou” (adaptado da frase “o gigante não está mais adormecido”, de um comercial do uísque Johnny Walker), celebram a agitação em si mesma. Não apenas as atividades são convocadas pelas redes sociais, mas o comportamento de certos participantes orienta-se de volta às próprias redes. Durante e após cada evento, *selfies* e outras fotos e vídeos são postados no Facebook, no Instagram e no Twitter, em que usuários se vangloriam do fato de estarem presentes e chamam a atenção especificamente e, de certo modo, narcisisticamente para seu próprio ativismo, usando máscaras de Guy Fawkes como *fashion statements* e empunhando cartazes do tipo “Minha primeira manifestação”. A tática dos Black Blocs, que é desenvolvida nos anos 1980 na Europa e se alastra para outras regiões do mundo, é introduzida no Brasil nessas jornadas e torna-se um ingrediente característico delas. Nessa tática, os elementos estéticos e emocionais desempenham um papel dominante, de forma que a violência como espetáculo, capturada e destacada pela mídia, por vezes sequestra os protestos e torna-se um fim em si. Outro fenômeno significativo nesse aspecto são os autointitulados “rolezinhos”, que se propalam independentemente das agitações de rua, mas na mesma época. Esses

ajuntamentos de jovens de baixa renda em *shopping centers* abrem para eles novos e transitórios espaços de empoderamento acoplados ao consumo e para interação por meio especialmente de paqueras, nos quais cada participante passa a impressão de estar buscando fundamentalmente seu gozo.

Se os movimentos sociais descentralizados alcançam alguma espécie de uni-ficação, por exemplo através da criação de um partido, sua eficácia institucional é potencialmente ampliada. Na Espanha, o movimento dos “indignados”, ou 15-M, em 2011, à primeira vista parece ter redundado em fracasso, pois sua sequela imediata é a substituição no governo do Partido Socialista Operário Espanhol pelo Partido Popular, a sua direita, mas ele acaba gerando um fruto importante. Com raízes nesse movimento, o Podemos, fundado em 2014 sob a liderança do escritor e professor Pablo Iglesias, uma figura popular por conta de suas frequentes aparições na mídia, cresce rapidamente. Na Grécia, o Syriza, originalmente uma coalizão de organizações de esquerda, chega ao poder em janeiro de 2015. É verdade que ambos os partidos são impulsionados pela retórica antiausteridade, de oposição ao *establishment* neoliberal à frente da eurozona, que, cabe assinalar, está sujeita ao crivo da prática. É possível também que alguns novos partidos tentem pegar carona na onda dos “partidos-movimentos”, ou “partidos 2.0”, imitando a estrutura das redes para disfarçar o personalismo de sua liderança e justificar a ambiguidade de sua plataforma. Esse aparenta ser o caso do Movimento Cinque Stelle, de Beppe Grillo, na Itália, e da Rede Sustentabilidade, de Marina Silva, no Brasil.

Os projetos tanto do Podemos quanto do Syriza são influenciados pelas reflexões de Laclau e Mouffe. O trabalho de Laclau (2005) recupera o conceito de populismo, alvo habitual de críticas que, segundo ele, ecoam a ojeriza às massas na linha de Le Bon. Como lógica política, o populismo consiste em estabelecer uma cadeia de equivalências entre diversas demandas, condensando-as num significante genérico, que cumpre o papel do líder abstrato na psicologia de massas de Freud e, frequentemente, acaba encarnando-se numa figura concreta de liderança. A cadeia de equivalências articula-se com uma diferença primacial, dando coesão a um “nós” contra “eles”, tema explorado especialmente por Mouffe (2005), que opõe o agonismo da política ao consenso racional, oriundo do mercado, que anima o neoliberalismo. Mas conquanto o populismo represente uma saída engenhosa face ao impasse da desagregação que ronda as organizações em rede, ele é passível de questionamento. Para Žižek (2008, p. 264-333), o populismo tem utilidade prática, mas é limitado teoricamente, substituindo a luta de classes, central para o marxismo, por uma fetichização do povo e de seus adversários. Ademais, conflitos de interesses entre as demandas diversas unificadas pelo populismo podem redundar em

imobilismo. Devem ser levados em conta ainda os riscos de recaída no personalismo em torno do líder ou de deslizamento de uma proposta emancipatória para uma proposta conservadora.

Assim, as mobilizações em rede, apoiadas na revolução comunicacional das últimas décadas, se por um lado embutem uma promessa de renovação da práxis política, por outro colocam seus protagonistas diante de novos e difíceis desafios.

Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *La sociedad: lecciones de sociología*. Traducción Floreal Mazia e Irene Cusien. Buenos Aires: Proteo, 1969.
- AGLIETTA, M. *A theory of capitalist regulation: the US experience*. Translation David Fernbach. London: Verso, 2001.
- ANDERSON, B. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London; New York: Verso, 1991.
- BADIOU, A. *The rebirth of history: times of riots and uprisings*. Translation Gregory Elliott. London; New York: Verso, 2012.
- BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften*. Bd. I. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.
- BERNAYS, E. L. *Propaganda*. New York: Horace Liveright, 1928.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPPELLO, È. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- CASTELLS, M. *The rise of the network society*. 2. ed. Oxford and Malden: Blackwell, 2000.
- CASTRO, J. C. L. A publicidade contemporânea e o paradigma da perversão. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 181-198, jan./abr. 2014.
- DELEUZE, G. *Pourparlers: 1972-1990*. Paris: Minuit, 2003.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Capitalisme et schizophrénie 2: mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.
- EILSTRUP-SANGIOVANNI, M.; JONES, C. Assessing the dangers of illicit networks. *International Security*, Cambridge, Mass., v. 33, n. 2, p. 7-44, fall 2008.
- FLUSSER, V. *Kommunikologie*. Frankfurt am Main: Fischer, 1998.
- FOUCAULT, M. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1993.
- FREUD, S. Massenpsychologie und Ich-Analyse. In: FREUD, S. *Gesammelte Werke, dreizehnter Band: Jenseits des Lustprinzips / Massenpsychologie und Ich-Analyse / Das Ich und das Es*. 5. Aufl. Frankfurt am Main: S. Fischer, 1967. p. 71-161.
- GIGLIO, M. Inside Egypt's Facebook revolt. *Newsweek*, S. 1., 27 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.newsweek.com/inside-egypts-facebook-revolt-66791>>. Acesso em: 19 out. 2014.

- GORSKI, P. S. *The disciplinary revolution: Calvinism and the rise of the state in early modern Europe*. Chicago; London: University of Chicago Press, 2003.
- GORZ, A. *Farewell to the working class: an essay on post-industrial socialism*. Translation Michael Sonenscher. London; Sydney: Pluto Press, 1982.
- GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, Ill., v. 78, n. 6, p. 1360-1380, may 1973.
- GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties: a network theory revisited. *Sociological Theory*, San Francisco, Calif., v. 1, p. 201-233, 1983.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Empire*. Cambridge, Mass.; London: Harvard University Press, 2000.
- HAYEK, F. A. *Individualism and economic order*. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 1948.
- HOBSBAWM, E. *The age of revolution: 1789-1848*. New York: Vintage Books, 1996.
- KATZ, E.; LAZARFELD, P. F. *Personal influence*. New York: Free Press, 1955.
- LACAN, J. *Le séminaire, livre XX: encore*. Paris: Seuil, 1975.
- LACAN, J. *Des Noms-du-Père*. Paris: Seuil, 2005.
- LACLAU, E. *On populist reason*. London; New York: Verso, 2005.
- LAZARFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press, 1944.
- LE BON, G. *Psychologie des foules*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.
- LENIN, V. I. Where to begin. In: LENIN, V. I. *Collected works, volume 5: May 1901-February 1902*. Translation Joe Fineberg and George Hanna. Moscow: Progress Publishers, 1960a. p. 13-24.
- LENIN, V. I. What is to be done? Burning questions of our movement. In: LENIN, V. I. *Collected works, volume 5: May 1901-February 1902*. Translation Joe Fineberg and George Hanna. Moscow: Progress Publishers, 1960b. p. 347-529.
- LYOTARD, J. F. *Économie libidinale*. Paris: Minuit, 1974.
- LYOTARD, J. F. *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*. Paris: Minuit, 1979.
- MARCUSE, H. *Counterrevolution and revolt*. Boston: Beacon Press, 1972.
- MARTIN, H. J. *Histoire et pouvoirs de l'écrit*. Paris: Perrin, 1988.
- MARX, K. Das Kapital: Kritik der politischen Oekonomie, Buch I – der Produktionsprozess des Kapitals. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Werke*. Bd. 23. Berlin: Dietz, 1962.
- MCLUHAN, M. *Understanding media: the extensions of man*. Cambridge, Mass.; London: MIT Press, 1994.
- MOUFFE, C. *On the political*. London; New York: Routledge, 2005.

RIESMAN, D. *The lonely crowd: a study of the changing American character*. abrid. and rev. ed. New Haven; London: Yale University Press, 2001.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLOTERDIJK, P. *O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. Tradução Claudia Cavalcanti. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

TARDE, G. *L'opinion et la foule*. 3. ed. Paris: Félix Alcan, 1910.

VIRILIO, P. *L'art du moteur*. Paris: Galilée, 1993.

ŽIŽEK, S. *For they know not what they do: enjoyment as a political factor*. 2. ed. London; New York: Verso, 2002.

ŽIŽEK, S. *In defense of lost causes*. London; New York: Verso, 2008.

As redes e os protestos sociais: a difusão da mensagem dissidente

Jacques A. Wainberg

Introdução

Desde 1994, quando os zapatistas inauguraram a era do ciberativismo, a internet tem servido de canal à comunicação dissidente. (GAMSON; WOLSFELD, 1993; KOOPMANS, 2004) A partir de então, as propriedades das redes sociais que emergiram nesse ambiente virtual têm sido ressaltadas por inúmeros militantes, comentaristas e autores. Entre elas está a de permitir a ação coletiva sem que haja necessidade de se formatar as relações dos ativistas em hierarquias de comando, com regras e convenções sociais. (RICUERO, 2012) Ou seja, a mobilização ocorre de forma espontânea. (ELKINS, 2005)

É o que aconteceu no caso da rebelião tunisiana, a que derrubou o governo do país em 2010. (BRECHER, 2009; GLADWELL, 2010; ABDULA, 2011; LIM, 2011; ELSHAHED, 2011; SANBURN, 2011) A propósito, cabe lembrar que a Tunísia é um país onde um em cada cinco cidadãos tem página no Facebook e onde 90% da população utiliza a telefonia móvel. Por consequência, as pessoas podem facilmente se articular em redes sociais. Foi isso que lhes permitiu testemunhar na *web* as ocorrências da revolta popular. Os jovens blogueiros entraram em cena ajudando a quebrar o ciclo do medo que até então paralisava as pessoas que temiam a repressão policial. A mensagem de protesto divulgada na rede estimulou a população a confrontar o estado policial. Depois, a emissora de TV Al Jazeera, valendo-se das imagens gravadas pelos próprios participantes dos atos de protesto, contaminou a região com a ideia da subversão. A cobertura *livestream* da rebelião acabaria alcançando os *laptops* do Oriente Médio. Por consequência, a revolta tunisiana se transformou numa aguda crise regional que derrubaria também o regime líbio, estimularia a guerra civil na Síria, dividiria ainda mais a opinião pública libanesa, envolveria a opinião pública do Marrocos, da Argélia, do Iraque, da Jordânia, do Qatar, da Arábia Saudita, do Irã, do Bahrein e do Iêmen. Esse país acabaria envolvido numa guerra civil. Nela interviram iranianos, sauditas e outras tropas ainda de países estrangeiros.

A comunicação tem sido o fator decisivo na articulação dos grupos dissidentes ao longo da história, mas é a internet que explica a forma como os

movimentos sociais se articulam na atualidade. (NETWORKS..., 2013) Esse fato explica porque a navegação na *web* é vigiada e controlada pela autoridade nos regimes autoritários (esse é o caso, segundo a organização Repórteres sem fronteiras, da Arábia Saudita, Bielorrússia, Myanmar, China, Coreia do Norte, Cuba, Egito, Irã, Síria, Tunísia, Síria, Turcomenistão, Uzbequistão e Vietnã). O mesmo ocorre com o acesso das populações de muitos desses países às antenas parabólicas.

Cabe alertar que a comunicação dissidente é um fenômeno multicanal. No caso da rebelião egípcia, a que derrubou o governo de Hosni Mubarak, ela resultou principalmente das redes sociais *off-line*. Exemplos foram os clubes de futebol. A torcida do Al Ahly, o time mais popular do Egito, sempre esteve na linha de frente da rebelião, enquanto os torcedores do Al Masry apoiavam o regime. O jogo disputado entre os dois clubes na cidade de Port Said em 2012 acabou em confrontos que causaram 74 mortos e centenas de feridos. O esporte foi o catalisador, mas a batalha campal foi política. Naquela oportunidade, a polícia foi acusada de fechar os olhos ao massacre. A voz do povo interpretou este comportamento como vingança aos grupos que tinham contribuído para derrubar o governo em 2011.

Nesse país somente cinco milhões de pessoas tem uma página no Facebook e apenas 10% dos computadores estão conectados à internet. (FGV, 2010) Mesmo assim a revolta contra o governo de Hosni Mubarak se alastrou graças à comunicação interpessoal. Os motoristas de táxi foram utilizados como disseminadores da *meme* dissidente. Ela alcançou os frequentadores dos bares, dos cafés e das mesquitas. Apesar de o governo ter desligado a rede de telefonia móvel visando impedir sua difusão e o conseqüente contágio mental da população, a praça central da cidade do Cairo acabou ocupada por populares, entre eles 100 mil pessoas que deixaram a periferia e os bairros pobres da cidade (HOW..., 2012) atraídos pelo chamamento dos vizinhos, dos familiares e dos amigos.

Difusão e cascatas

A difusão é definida como um fenômeno “mecânico” que inclui: a) um estímulo inicial; b) um meio, ou contexto, estrutura ou ambiente através do qual a informação sobre o evento inicial pode (ou não) chegar a um destino; c) agentes políticos afetados pelas conseqüências positivas ou negativas produzidos pelo estímulo inicial; e d) os efeitos gerais produzidos pela difusão desta informação. (SOLIGEN, 2014; p. 173) A difusão é também chamada de contágio, emulação, infecção, *bandwagoning*, imitação, efeito dominó e escalada horizontal (AL-ISSIS; ATALLAH, 2014; FORSBERG, 2014), entre outros termos similares.

Por vezes, a difusão decorre da adoção pelas pessoas das normas culturais vigentes. Dessa forma, elas desfrutam o benefício de cultivar uma boa reputação em seu meio. Noutras oportunidades, a difusão decorre da probabilidade de que mais e mais pessoas decidam adotar certa inovação. O fato fortalece a imunidade do indivíduo a algum tipo de crítica hostil por ter se integrado à ação coletiva.

O ambiente competitivo também ajuda a difusão ao oferecer vantagens relativas que estimulam o ator a adotar certo comportamento inovador que se propaga. Thomas C. Schelling, Prêmio Nobel de Economia em 2005, contribui a essa reflexão ao chamar atenção das consequências macroeconômicas que resultam dos motivos pessoais dos consumidores e de seus comportamentos intencionais. Ou seja, os agregados resultam de um sistema de interações entre os indivíduos e destes com os seus ambientes. Tais atividades nas quais as pessoas se influenciam são espontâneas e livres de diretivas, prescrições e sanções. O que está em jogo são as decisões pessoais, os interesses individuais e os comportamentos de cada um. (SCHELLING, 1978) Essa formulação se assemelha a de Adam Smith que, em 1776, formulou em *A riqueza das nações* a ideia de que ao perseguir seus próprios interesses a pessoa frequentemente ajuda a promover de forma mais eficiente o interesse geral da sociedade.

Nela há sempre um núcleo duro calculado entre 5% e 10% da opinião pública que está comprometido com certa posição, independentemente do que os outros pensam ou fazem. A principal missão dessa vanguarda é persuadir os demais a seguir certo rumo, às vezes utilizando para esse fim até mesmo a violência. (MESQUITA, 2010) Ela funciona como um tipo de informação que é decodificada pela sociedade. No caso, o que está em jogo é a ação extremista e o seu rancor revolucionário. No caso das manifestações de protesto, predomina o sentimento de que uma parte significativa da sociedade está insatisfeita.

Mekouar (2014) e Bueno de Mesquita (2010) explicam que os cidadãos autônomos e frustrados, antes de tomar as ruas, necessitam receber um sinal (da mensagem dissidente) que os obriga atualizar a qualidade de sua informação pessoal. E, como exposto, eles também necessitam dar-se conta de que um significativo número de outras pessoas está também insatisfeito e pronto para se mobilizar contra o regime.

Ou seja, antes de tomar uma decisão a pessoa geralmente observa as posições assumidas pelos demais na solução de um dilema. O que ela percebe no cenário social é o que os outros fazem e não o que eles sabem. Ela poderá decidir seguir a rota trilhada pelos demais a despeito de suas próprias convicções e informações. O relevante no caso é o fato de que o mimetismo social não deriva necessariamente da pressão social. O indivíduo simplesmente leva em conta as vantagens (*payoff*) que poderá auferir com

a decisão de se alinhar aos demais. Quando não ocorre sintonia entre a sua motivação (o seu sinal interior) e o estímulo que lhe chega desde o exterior, ele tende a aguardar uma mudança de contexto para se expressar. Nesse caso, a pessoa se refugia no silêncio. (NOELLE-NEUMANN, 1974) Mas quando o sinal que lhe alcança é positivo, o tomador de decisão pressupõe que os outros possuem alguma informação relevante (que ele desconhece) capaz de justificar a opção feita. (BANERJEE, 1992; BIKHCHANDANI; HIRSHLEIFER; WELCH, 1998) Surge então a “cascata”, o comportamento que passa de uma pessoa a outra da mesma forma que um vírus.

Essa tendência à conformidade é às vezes referida na literatura como comportamento de horda (ou manada). (BANERJEE, 1992) O conceito permite explicar várias ocorrências, entre elas, por exemplo, o fato de que boa parte das pessoas são estimuladas pelo contágio mental a lerem livros que estão na lista de *bestsellers*. Elas também se deixam impressionar com o endosso publicitário oferecido pelas celebridades a candidatos políticos, a causas sociais e a produtos de consumo. As claques são úteis por razões semelhantes. Elas disparam e arrastam atrás de si o comportamento do público.

Figuras 1 e 2: As enlutadas profissionais e Itha Rocha



Fonte: Blog Edu Explica¹; Magalhães (2009).²

É o caso do efeito social produzido pela ação das carpideiras, as enlutadas profissionais. Elas são contratadas para chorar nos funerais. Como o choro é contagioso, as carpideiras ajudam a disseminar no ambiente um clima de tristeza

1 Disponível em: <<http://www.eduexplica.com/2009/07/profissao-de-carpideira.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

2 Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/carpideira-vai-a-velorio-e-lamenta-morte-de-clodovil,93193e232eb4b310VgnCLD200000bbeceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

na cerimônia. O exemplo brasileiro mais conhecido de carpideira é Itha Rocha. Ela chorou copiosamente em vários sepultamentos célebres, entre eles o de Aírton Sena e o do costureiro Clodovil Hernandes.³ Em alguns programas de TV, o efeito claque é produzido por gargalhadas gravadas disparadas ao longo dos esquetes. Noutros, como era o caso de *Zorra Total* e o *Programa do Didi* da Rede Globo, 20 *claqueiros* ganhavam R\$ 20,00 por dia para rirem profissionalmente.⁴

O comportamento de horda ajuda a explicar ainda porque as pessoas tendem a frequentar restaurantes lotados. O cálculo cognitivo é simples: as pessoas gostam de bons restaurantes. Se ele está cheio, é porque é bom. Logo, vale a pena seguir o exemplo dos demais. Se os demais estão no restaurante é porque sabem que seu cardápio é atraente. Eles gostam do local que deve ser agradável. O custo de esperar por um lugar à mesa será, enfim, compensado ao final pelo prazer do seu desfrute.

O *marketing* viral incorporou o ensinamento de que o fenômeno da difusão de uma mensagem é uma ocorrência epidemiológica. Ele ensina que alguns integrantes de uma rede social (virtual e *off-line*) podem ser susceptíveis ao “vírus”. Ao ser contaminado pela mensagem dissidente (assim como por qualquer outra ideia ou sugestão inovadora, seja uma peça tecnológica, seja uma nova prática agrícola, como foi o caso da introdução no Brasil do plantio direto, por exemplo), o integrante de uma rede social que é sensível ao contágio divulga aos pares, especialmente às pessoas que estão mais próximos de si, a perturbação sistêmica. Isso acontece porque a vida social dos indivíduos se desenrola em ambientes restritos nos quais as interações se repetem. Afinal, os amigos dos meus amigos tornam-se mais facilmente meus amigos (*clusters*). Esse fato conhecido por homofilia (a tendência das pessoas se cercarem de pessoas parecidas consigo) permite a difusão de mensagens num círculo restrito. É o caso do “rolezinho”, uma espécie de *flash mob* articulado por jovens através da internet.

O mesmo fato limita, no entanto, a capacidade de uma pessoa atingir com sua mensagem os elos mais distantes da rede. Segundo Easley e Kleiber (2010), o *cluster* é o único obstáculo existente às cascatas. Isso equivale a dizer que as irmandades servem de barreira à difusão de certas inovações, algo que se observa facilmente na dinâmica de grupos políticos, étnicos, religiosos, comunitários e sindicais, entre outros. Nesses ambientes é mais fácil falar aos convertidos, sendo quase impossível desafiar o senso comum. Naturalmente, a mídia (assim como os intelectuais e o entretenimento, por exemplo) exerce o papel de ponte, o ator que comunica a inovação através dos *clusters*. Esse seu papel, no entanto, tem um poder limitado e

3 *Revista da Folha, Folha de São Paulo*, 23 de março de 2003.

4 *Folha de São Paulo*, 8 de dezembro de 2002, caderno Ilustrada.

se restringe a conquistar a atenção da audiência. A decisão de assumir a inovação envolve um complexo processamento cognitivo e afetivo por parte do receptor, algo que nem sempre redunde em sucesso. Além do mais, no caso da mensagem dissidente há sempre um risco envolvido e a recompensa pode não ser compensadora.

Limiar

O cálculo a ser feito envolve, portanto, a ideia de limiar. Uma pessoa participará da dissidência se pelo menos certo número de membros da sua rede social se comprometer a também participar da ação coletiva. Seria um fracasso político e um desastre pessoal se a dissidência se transformasse numa ação isolada, típica de Dom Quixote. O integrante de uma rede geralmente sabe o limiar dos membros de seu *cluster*, embora desconheça o limiar dos que estão mais distantes. Assim, se o cálculo demonstrar a ocorrência de uma participação mínima, a pessoa tende a participar do ato dissidente. Caso contrário, a cascata não ocorrerá. (EASLEY; KLEIBER, p. 585) Em suma, o mimetismo decorre da influência que os frequentadores de uma rede social exercem uns sobre os outros.

Figuras 3 e 4: Manifestação de março de 2015 em Porto Alegre



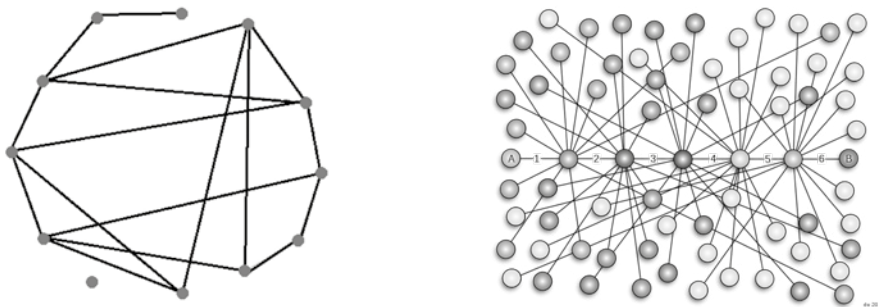
Fonte: Acervo do autor.

Há um momento matemático que mostra o instante no qual a curva de infectados passa do estágio de surto rebelde (MILGRAM; BICKMAN; BERKOWITZ, 1969) ao de uma epidemia social (de tom revolucionário). Nesse estágio, a perturbação que abala o senso comum geralmente desemboca numa revolta popular. O grau de contágio depende também da estrutura da rede social, o sociograma que documenta

não só quem conhece quem, mas também quem contata quem. Dessa forma, pode-se mapear a rota ou a trilha de viagem do vírus. Naturalmente, o seu efeito depende do grau de contágio (o vigor comunicacional da mensagem) e do grau de vulnerabilidade da rede (o contexto no qual a mensagem dissidente se difunde). Se a rede ou parte dela tiver anticorpos e for imune, seu efeito será amenizado.

Quando a topografia da rede permite um alto grau de conexão entre as partes, mesmo com as mais distantes (algo que é denominado na literatura de fenômeno de “pequeno-mundo”), é provável que o contágio se alastre. (EASLEY; KLEIBER) Uma rede social do tipo “pequeno-mundo” pode ser representada por um gráfico no qual os nós distantes podem ser alcançados desde qualquer parte da rede com um pequeno número de passos ou saltos. É o que ocorre na navegação através dos menus disponíveis na *web*, nas redes de eletricidade e de telefonia, nos e-mails, na rede LinkedIn, no Twitter e nas redes sociais *on-line*, por exemplo. A conhecida (e polêmica) Teoria dos seis graus de separação afirma que algo ou qualquer pessoa está somente a seis passos de qualquer outra pessoa no mundo. Inúmeros estudos empíricos testaram e comprovaram em alguma medida essa conclusão apresentada originalmente numa obra de ficção do autor húngaro Frigyes Karintthy (1929). O estudo de Stanley Milgram, publicado em 1967 na revista *Psychology Today*, popularizou sobremaneira o conceito.

Figuras 5 e 6: Os seis passos da rede



Fonte: Livros Cerqueira Richer.⁵

A globalização tem sido interpretada por algumas correntes de pensamento de esquerda e de direita e por certos grupos políticos e religiosos como ameaça devido

5 Disponível em: <<http://livrosrichercerqueira.blogspot.com.br/2015/12/teoria-dos-seis-graus-de-separacao.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

a essa propriedade das redes modernas de comunicação poderem disseminar rápida, simultânea e frequentemente, através de atalhos e em poucos passos, uma mensagem perturbadora (como o liberalismo, por exemplo) alcançando públicos alvos distantes. A sincronização de seus efeitos aos integrantes da rede é interpretada pelos imunes (os fundamentalistas, por exemplo) como perigo a suas imaginadas essências culturais, religiosas e étnicas. Alternativa amplamente utilizada em regimes autoritários é a decisão de remover o nó infectado da rede, coagindo-o ou extirpando-o simplesmente.

O caso de Souadal-Shammari exemplifica o dito. Sua Rede Liberal divulga na *web* as ideias de igualdade de gênero na Arábia Saudita. Por isso, essa militante tem sido perseguida. Sua condenação de três meses de prisão foi bem mais leve que a imposta a Raif Badawi, autor e ativista condenado a 10 anos de cárcere e a 1000 chibatadas por sua militância no *site* Free Saudi Liberals.

Figuras 7, 8 e 9: respectivamente, Raif Badawi, Soheil Arabi e Souad al-Shammari



Fonte: CBS News;⁶ International Campaign for Human Rights in Iran;⁷ Gulf Center for Human Rights.⁸

No Irã, o blogueiro Soheil Arabi foi condenado à morte por enforcamento em 2013 por ter insultado o profeta Maomé em oito postagens de sua página do Facebook. O blogueiro egípcio, Alaa Abdel-Fattah, também tem sido preso por suas denúncias.

Naturalmente, há que se considerar a hipótese de contatos transitórios dos integrantes da rede com o vírus dissidente (algo que ocorre nas experiências interculturais

6 Disponível em: <<http://www.cbsnews.com/news/report-saudi-arabias-supreme-court-reviews-case-of-jailed-blogger-raif-badawi/>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

7 Disponível em: <<https://www.iranhumanrights.org/2015/07/soheil-arabi-3/>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

8 Disponível em: <<http://www.gc4hr.org/news/view/801>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

e no turismo, por exemplo, ou ainda através da difusão cultural e do entretenimento). Os atores multiplicadores também têm sido alvo das campanhas persuasivas por razão similar. Eles possuem a rara capacidade de poderem contagiar um sistema e de perturbar a opinião pública com a inquietação e o vislumbre da utopia.

O movimento popular que derrubou o ditador romeno Nicolae Ceausescu, em 1989, seguiu estes passos. No início, eram protestos pacíficos. Depois, as armas dos militares foram disparadas em defesa do regime contra os manifestantes, matando centenas deles. Finalmente, os soldados fraternizaram com os populares pondo fim ao comunismo no país. O fato de a televisão ter sido, até os anos 1990, a principal responsável por causar esse tipo de efeito epidêmico (algo que ocorreu no caso da Romênia) explica porque nos golpes de estado as tropas rebeldes costumavam se dirigir em primeiro lugar às sedes das emissoras.

As cascatas de informação de 1989 se alastraram também nos demais países comunistas e através deles. Na Polônia, o Movimento Solidariedade foi o agente promotor desse processo. Na Alemanha Oriental, a fuga de cidadãos através da Hungria e da Áustria em direção à Alemanha Ocidental cresceu com o tempo culminando na deposição do regime comunista. Na Tchecoslováquia, o protesto que começou pacífico conseguiu paralisar o país e depor o Partido Comunista. Algo similar aconteceu no mesmo período na Bulgária. Depois, o regime comunista sucumbiria na Albânia e na Iugoslávia devido a mobilizações massivas de populares.

O caso da Revolução dos Paneleços, a que apeou do governo da Islândia o partido que governava o país desde 1927, permite observar que esse movimento também se valeu do enredamento virtual dos militantes. A revolta começou com a iniciativa isolada de uma pessoa, Hördur Torfason. Com um microfone ele se posicionou em frente do parlamento para protestar contra a bancarrota bancária do país. Uma semana depois ocorreu uma demonstração. Posteriormente, o grupo passou a se reunir todos os sábados até o governo cair. Nesse intervalo de tempo vieram os tumultos dos manifestantes e os choques com a polícia.

Portanto, cabe identificar no processo da difusão de uma mensagem dissidente as emoções que a geram, algo que permite avaliar o grau de vulnerabilidade da rede social. O primeiro que manifesta ter sido atingido pelo vírus dissidente é o ator iniciador do processo de difusão, usualmente nominado de inovador. A seguir estão os *clusters* mais suscetíveis ao contágio. Eles logo passam a contestar o *status quo* visando sua reforma. Há um grau de coragem nessa decisão de trilhar um novo caminho rumo à solução do dilema. Embora o resultado da contestação seja incerto, os inovadores têm o mérito de romper a barreira do medo que até então paralisava a opinião pública.

O iniciador também considera o benefício que todos poderão auferir com seu gesto. Ele e seus seguidores sabem que haverá um embate, a luta que é travada contra os conservadores. O que está em jogo é a capacidade dos inovadores difundirem “a boa nova”. Isso dependerá não só do grau de animação dos militantes, mas também das condições do contexto (seu grau de repressão, o grau de insatisfação existente, o grau de liberdade de expressão autorizada pelo sistema, o grau de liberdade de imprensa concedido e o grau de coesão das redes sociais). Decorre desses fatores a velocidade do contágio social. Como assinalado, os antagonistas percebem a rota de difusão do vírus e tentam intervir no processo, constringendo e/ou eliminando os vetores de sua disseminação (blogueiros, polemistas e a imprensa, por exemplo). Se o contágio avança, a tendência à derrocada do sistema aumenta. O momento “mágico” em que a inovação vence finalmente a resistência é o que retrata a cena da débâcle, algo que foi visto, por exemplo, na Praça Tahrir, na cidade do Cairo em 2011; na fuga apressada do Xá do Irã rumo à Arábia Saudita após a ascensão do regime islâmico no país em 1979; na queda do Muro de Berlim em 1989 e na libertação de Nelson Mandela da prisão em 1990.

O papel da emoção

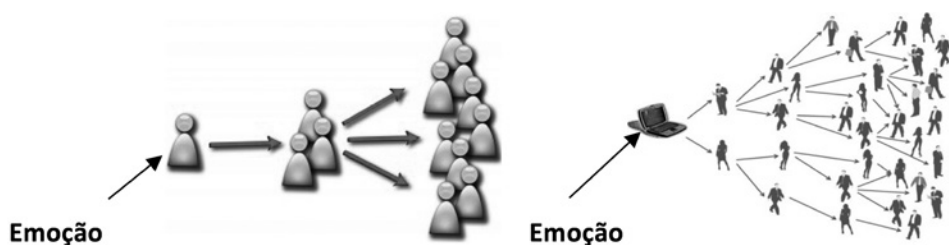
Há que se salientar, portanto, a dimensão emocional da comunicação dissidente, o fator que explica não só o surgimento das redes de protesto como também sua amplitude. Manuel Castells ensina, em *Communication Power* (2013b), que o ator social almeja modelar a instituição política de acordo com os seus valores e os seus interesses. Para tanto, o que ele ambiciona é manipular a mente das pessoas já que é no cérebro onde tudo começa. (LAKOFF, 2009) A mente negocia os conflitos entre os dados da realidade e os desejos humanos. (WESTEN, 2007) E as emoções têm forte impacto nessa decisão, pois são capazes de ativar os circuitos neuronais. Ou seja, o cérebro político é um cérebro emocional e a persuasão se refere ao tema do seu funcionamento e das narrativas que o modelam e o mobilizam. (WESTEN, 2007) Por decorrência, o par poder/contrapoder caracteriza a tensão existente na luta que se trava através da comunicação entre os atores da situação e os da oposição por corações e mentes. A dissidência se origina nas redes sociais, se dissemina através das redes de comunicação e atinge finalmente as redes neuronais. (CASTELLS, 2012; NETWORKS..., 2013)

Castells afirma que a manifestação dissidente deriva principalmente da raiva (ou ira). Essa emoção é gerada pelo sentimento coletivo de ultraje e humilhação causada pela arrogância da autoridade. O medo é superado pela aliança que se estabelece entre os indivíduos na constituição das massas. As pessoas “se dão as

mãos na Internet”, diz ele. E é assim que elas chegam à esperança. (CASTELLS, 2012; NETWORKS..., 2013)

O medo e a raiva emergem da combinação dos sentimentos gerados pela degradação das condições de vida da população e da crise de legitimidade das instituições que administram a vida coletiva. O tema do medo foi tratado também por Chwe (2001). O autor explica que é através de rituais públicos que as pessoas coordenam suas ações. Ou seja, o temor sobre as intenções das demais pessoas é superado quando todos se encontram nas praças públicas nas quais as massas protestam. Tais ocorrências sociais devem ser entendidas como capazes de gerar conhecimento comum. É esse conhecimento comum que as estimula a participarem de ações coletivas de dissidência. Ou seja, e como dito, as pessoas participarão dos eventos públicos se souberam que outros farão o mesmo (limiar).

Figura 10: Aliança pelas redes



As emoções de raiva e ultraje ajudam a explicar os acontecimentos de revolta estudantil ocorridos nos Estados Unidos no período da guerra do Vietnã. Os jovens se dirigiam a Washington “para serem vistos, ouvidos e para serem considerados”. Em resposta, a autoridade abrandava sua retórica, abria canais de comunicação com os estudantes, enviava auxiliares para aplacar o rancor público e afirmava que reconhecia o direito de todos se manifestarem pacificamente. Em 1970, o presidente americano estava emaranhado em temas comunicacionais. Em suas entrevistas coletivas, costumavam lhe perguntar: “O que o senhor pensa que os estudantes estão tentando lhe dizer? O senhor receberá os manifestantes para conversar?” Seus assessores afirmavam com ar angelical que “é hora de conversar, de compreensão mútua e não de violência”. (HALL; HEWITT, 1970; p. 18)

Essa dinâmica e o mesmo padrão de articulação em rede causou a agitação de mais de dois milhões de pessoas no Brasil em março de 2015. Elas protestaram iradas contra o governo, contra a situação econômica e social do país e contra corrupção promovida pelos partidos políticos, em especial pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Estudo de caso

A porção empírica deste estudo tem como objetivo identificar as emoções expressas na comunicação dissidente dos que protestaram em março de 2015 contra o governo brasileiro e contra o seu principal patrocinador, o Partido dos Trabalhadores. O *corpus* documental leva em conta os dizeres dos cartazes empunhados pelos populares em várias cidades brasileiras. Eles foram coletados com base no material fotográfico disponível no *site* do Movimento Brasil Livre, no Google Imagens, na *Folha de São Paulo*, na revista *Época* e no acervo do particular do autor.

É possível identificar três blocos distintos de manifestações. O primeiro faz uso de interjeições. Elas se referem aos atores considerados responsáveis pelo descaminho do Brasil, principalmente Dilma Rousseff, Lula e o PT. Os principais marcadores retóricos deste bloco são “fora”, “sabia”, “chega” e “basta”. O clamor é pelo *impeachment*. O discurso político criminaliza o comportamento de Dilma e de Lula, ou Lulla, numa sutil relação desse personagem com Fernando Collor de Melo, o presidente deposto pelo clamor popular em 1992 devido à corrupção de seu governo. Apela-se, em alguns casos, ao palavrão e à ofensa pessoal. A emoção predominante é a ira.

INTERJEIÇÃO: A IRA

A manifestação	Emoção	A mensagem	Observação
Fora PT.	Ira	Ira/ Rancor/ Revolta	Interjeição: Exprime emoções e almeja influenciar o interlocutor a adotar certo comportamento.
Fora Dilma.	Ira		
Fora Corruptos.	Ira		
Fora Foro de SP.	Ira		
Fora Lula.	Ira		
Dilma pede prá sair.	Ira		
Eu acredito em Dilma, Lulla, Papai Noel, Saci Pererê, mula sem cabeça, coelhinho da Páscoa.	Ira		
Dilma sabia.	Ira		
Lula achamos seu dedo no c. dos brasileiros.	Ira		
Chega de escravidão, chega de PT.	Ira		
Impeachment já!	Ira		
Basta!	Ira		
Lula – o maior câncer do Brasil.	Ira		
Chega Dilma de enrolação.			

Fonte: Elaboração do autor.

O segundo bloco documenta a convocação feita pelos manifestantes para que o público, que simplesmente assistia de longe ao protesto, saísse à rua e rompesse, finalmente, com a inércia, o medo e a ruminacão estéril. O Vem pra rua ecoou na avenida de várias cidades brasileiras. Os principais marcadores retóricos desse bloco são “protestar”, “coragem”, “acordar”, “apitar”, “vir (à rua)”, “fazer (ou seja, agir)”, “(a luta pela) virtude”. A emoção predominante é ter coragem para se expressar.

Figuras 11 e 12: Manifestação em Porto Alegre, março de 2015



Fonte: Acervo do autor.

CONVOCAÇÃO: A PARTICIPAÇÃO

A manifestação	Emoção	Mensagem
Proteste agora ou cale-se para sempre.	Expressão	Coragem para se expressar
Brasileiros tenham coragem.	Coragem	
Estamos fazendo a nossa parte. E você?	Participação	
Acorda Brasil!	Despertar	
Povo que não tem virtudes acaba por ser escravo.	Valores	
Um país mudo não muda.	Expressão	
Apite bem alto.	Expressão	
Vem pra rua.	Manifestação	
Quem tem boca vai pra rua.	Expressão	

Fonte: Elaboração do autor.

O terceiro bloco é declarativo. Ele faz um embate frontal às máximas ideológicas promovidas pelo PT e pela esquerda. Fica claro que prevalece entre os manifestantes um profundo mal-estar à tendência estatizante do governo, de sua

coloração marxista e da postura pró-Cuba do governo brasileiro. Esse é um bloco de dizeres propositivos. Subjaz ao seu discurso ideológico liberal a emoção da esperança.

DECLARAÇÃO: A ESPERANÇA

A manifestação	Emoção	Mensagem
Liberdade ainda que tardia.	Liberdade	Esperança
Menos Estado mais mercado.	Liberdade	
Nem esquerda, nem direita. Queremos ir pra frente	Progresso	
Nossa bandeira jamais será vermelha.	Liberalismo	
Não à cubanização do Brasil.	Anticomunismo	
Chega de impostos!	Liberalismo	
Privatiza tudo.	Liberalismo	
Decência ainda que tardia.	Decência	

O quarto bloco de *slogans* e declarações faz a denúncia da corrupção, o fator motivador das manifestações. Destacam-se verbetes como “ladrão”, “punição”, “saber”, “desinfetar”, “faxina”, “roubar”. Nesse caso, predomina a emoção que resulta do acerto de contas – a justiça, principalmente.

DIAGNÓSTICO MORAL: A DECEPÇÃO

A manifestação	Emoção	A mensagem	Observação
Corrupção é coisa de ladrão.	Decepção	Predomina a ideia de que o país precisa de uma faxina. O discurso usa recursos metafóricos: gatu-nos, golpistas e sujeira.	Metáfora: sentido figurado que provê duplo sentido à expressão.
Não quero viver em outro país. Quero viver em outro Brasil.	Esperança		
Exigimos punição aos corruptos da nação.	Justiça		
Eles sabiam de tudo!	Mentira		
Exigimos punição aos corruptos da nação.	Justiça		
Golpe é colocar o Toffoli na lava- jato.	Manipulação		
Faxina Total. Desinfeta Dilma e Lula	Pureza		
O PT roubou. O PT roubou.	Verdade		
Dilma, teu governo está cheio de gatos. As ideias não correspondem aos fatos	Decepção		
Golpistas são os petistas, os verdadeiros inimigos do Brasil.	Decepção		

Fonte: Elaboração do autor.

A propósito, cabe citar as evidências coletadas pela Data Folha com os manifestantes das duas manifestações, a de março e a que se seguiu em abril de 2015. Em ambas, predomina como principal motivação o mal-estar dos manifestantes à corrupção existente no governo e no PT.

As razões dos protestos

Motivação do manifestante	Março de 2015	Abril de 2015
Contra o PT	20%	11%
Contra o governo	-	11%
A favor do <i>impeachment</i>	27%	13%
Corrupção	47%	33%
Contra os políticos	14%	14%

Fonte: Data Folha.

Por fim, há certo número de manifestações, algumas ambíguas, outras vagas e também irônicas. Esse *mishmash* autoriza várias inferências, entre elas, a de que o povo foi traído. Resulta em uma série de emoções que apelam à raiva, à decepção, ao humor, ao nojo e à frustração pela realidade do país.

Mishmash: de tudo um pouco

Libertem o Brasil ou o mundo sangrará.	Ameaça
PT ladrão de sonhos.	Frustração
Tô tão p. que escrevi este cartaz.	Ira
Hoje é só o início.	Ameaça
Saco cheio.	Decepção
O Brasil tá mais bagunçado que meu quarto.	Caos
Os políticos e as fraldas devem ser trocados pela mesma razão.	Nojo
Eu quero meu Brasil de volta.	Nostalgia
A culpa é das estrelas.	Raiva

Fonte: Elaboração do autor.

Considerações finais

É possível verificar que o diagnóstico de Castells é evidenciado também nas manifestações de protesto que ocorreram no Brasil em março de 2015. Elas aconteceram em 287 municípios de 26 estados e no Distrito Federal, reunindo em todo

o país 2.554.010 pessoas. Ou seja, sob o ponto de vista teórico cabe ressaltar essa conclusão, a de que a emoção funciona como um lubrificante social que aglutina e dá coesão às multidões de rebelados.

Os dados reunidos pelo World Values Survey (WVS) mostram que o interesse da população brasileira pela temática da política tem sido baixo desde 1989, pelo menos. Eles mostram também o baixo grau de confiança dos brasileiros com o governo, com os partidos políticos e com o parlamento. Por decorrência, infere-se que os contatos virtuais e *off-line* dos brasileiros demandaram um largo período de maturação. A ruminação se acelerou com a denúncia pela mídia dos casos de corrupção, em especial os ocorridos após a ascensão do PT ao governo em 2003.

Grau de confiança dos brasileiros: 1989-2014

	1989-1993	2005-2009	2010-2014
Interesse pela política	13%	12%	9%
Interesse relativo pela política	33%	36%	28%
Alta confiança no governo	-	10%	5%
Bastante confiança no governo		36%	36%
Alta confiança nos partidos políticos	-	2%	1%
Bastante confiança nos partidos políticos		19%	15%
Alta confiança no Parlamento	6%	3%	1%
Bastante confiança no Parlamento	18%	22%	20%

Fonte: WVS.⁹

Muito embora somente 9% dos brasileiros tenha manifestado alto grau de interesse pela temática da política no período de 2010-2014, um número bem superior informa que seu mal-estar com aspectos da realidade brasileira vem sendo expresso desde 1989 de alguma forma.

A dissidência dos brasileiros: 1989-2014

	1989-1993	2005-2009	2010-2014
Assinou alguma petição	50%	56%	44%
Aderiu a algum boicote	10%	8%	5%
Participou de alguma manifestação pacífica	18%	18%	16%
Participou de alguma greve	8%	-	13%

Fonte: WVS.

9 Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

A ação coletiva demanda, portanto, um grau relevante de enredamento das populações. Só assim, através da interação e do contágio mental resultante, pode-se compreender as ações concatenadas de protesto. A interação implica em um “mútuo levar-em-conta e responder, e a sociedade resulta de cada pessoa coordenar a sua própria conduta com as dos outros”. (BLUMER apud LITTLE JOHN, 1978, p. 73) Isso é mais difícil de ser obtido em países como o Brasil. Esse fato explica porque a mobilização social não é nunca homogênea em ambientes continentais como esse. Há no território nacional verdadeiras zonas de sombra nas quais o relativo isolamento das populações à mídia tradicional e às novas plataformas de comunicação serve de obstáculo à difusão das mensagens dissidentes. O grau de inclusão digital dos estados brasileiros varia desde um polo onde estão o Egito e o Iraque (que é o caso do estado do Piauí), até o extremo oposto onde estão a Itália e Portugal (que é o caso do Distrito Federal).

Os dados apresentados na tabela a seguir revelam que os estados com maior número de cidades envolvidas nos protestos de março de 2015 são também os estados com o maior grau de inclusão digital. É o caso de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Embora a Bahia tenha tido o expressivo número de 12 cidades envolvidas nas manifestações, elas reuniram somente 0,14% do total de sua população. O Espírito Santo, posicionado em sétimo lugar no *ranking* de inclusão digital, mobilizou somente cinco cidades, muito embora tenha aglutinado um expressivo número de manifestantes, ou seja, 2,72% da população do estado.

A tabela mostra que Santa Catarina, o quarto estado com maior percentual de computadores conectados à internet no país, foi o que apresentou a maior mobilização de sua população (3,11%), seguido de São Paulo (2,83%), o segundo no *ranking* de inclusão digital. Veio depois o Espírito Santo (2,72%), o sétimo; o Rio Grande do Sul (1,97%), o sexto; o Distrito Federal (1,71%), o primeiro; o Paraná (1,61%), o quinto; Mato Grosso do Sul (1,5%), o nono. Todos esses estados estão acima da média nacional de 1,27% de participação popular nos atos de protesto de 2015. À exceção do Mato Grosso do Sul, os demais estados dessa lista e o Rio de Janeiro são os únicos que superam a média mundial de 33,49% de inclusão digital. Como um todo, o Brasil está um pouco abaixo dessa média, o que revela seu grau de atraso tecnológico e documenta o impacto que os estados mais isolados têm no cálculo da média nacional de inclusão digital.

Estudo patrocinado pela Fundação Telefônica/Vivo mostra que em 2011 o Brasil continuava na 63ª posição do *ranking* mundial de inclusão digital, embora seu grau de conectividade à internet tenha crescido de 33% para 40%. Nesse ano,

87% da população brasileira tinha celulares. Esse indicador colocou o Brasil na 74ª posição deste *ranking*.

O argumento de que a difusão da mensagem dissidente ocorreu mais intensamente nos estados nos quais o PT foi derrotado na eleição de 2014 pode igualmente ser verificado na tabela. O fato sugere que havia predisposição dessas populações às manifestações e que o “vírus” não encontrou suficiente resistência à sua difusão. Essa relação entre a antipatia pelo PT e pelo governo e a difusão da mensagem dissidente ajuda a explicar as baixas mobilizações verificadas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Nesses estados, a candidata do PT venceu.

O Acre tem somente 21,13% de conexões à internet, o que mostra seu relativo isolamento da rede social que integrou os manifestantes em todo o país. Apesar de haver nesse estado uma maioria da opinião pública contra o governo, o grau de mobilização nas duas cidades nas quais ocorreram protestos foi de somente 0,007% do total da população do estado. O mesmo ocorreu em Rondônia e em Roraima, estados que têm baixa inclusão digital e onde a presidente Dilma Rousseff perdeu as eleições. Pernambuco apresenta a situação oposta. O eleitorado é francamente petista e o grau de conexão à internet é similar ao do Acre. Observa-se que a mobilização dos pernambucanos também ficou muito aquém da média nacional de 1,27%.

O estudo Fundação Telefônica/Vivo mostrou que o Brasil ocupava entre 156 países a 72ª posição no *ranking* mundial de inclusão da população a alguma plataforma digital (internet, telefonia e celular). O indicador no caso é o Índice de Tecnologia de Informação e Comunicação (ITIC).

Grau de conexão dos estados brasileiros à rede e a participação nas manifestações

	Número de cidades envolvidas nos protestos. Março de 2015.	Micros conectados à internet. % Em 2010.	ITIC Geral*/ posição no ranking nacional.	Ranking do estado quanto ao acesso à internet. Em 2010.	Ranking mundial de acesso à internet. N= 154 países. Em 2010.	Frequência nos protestos de março de 2015.	% da população do estado que participou dos protestos em março de 2015.	Resultado das eleições do segundo turno de 2014. % recebido por Dilma Rousseff.
<i>Mundo</i>		33,49						
<i>Suécia</i>		97			1			
<i>Albânia</i>		24			81			
Acre	2	21,13	37/20	17		55	0,007	36,32
<i>Síria</i>		18			87			

Alagoas	2	17,42	34,17/ 24	22		10.500	0,32	62,12
Amapá	1	18,01	39,33/ 15	20		1.500	0,2	61,45
Amazonas	1	17,53	37,03/ 19	21		13.000	0,3	65,02
Bahia	12	21,3	37,33/ 18	14		21.940	0,14	70,16
Ceará	1	16,25	34,27/ 23	24		20.000	0,2	76,75
<i>Itália</i>		57			38			
DF	1	58,69	71,21 1	1		50.000	1,75	38,10
<i>Portugal</i>		60			41			
<i>Uruguai</i>		37			57			
Espírito Santo	5	36,73	58,12/ 7	7	58	105.750	2,72	46,15
<i>Brasil</i>		33			63			
Goiás	7	28,9	48,66/ 9	11		63.500	0,97	57,11
Maranhão	3	10,98	26,82/ 27	27		3.700	0,05	78,76
Mato Grosso	11	28,92	45,30/ 11	10		36.410	1,12	45,33
Mato Grosso do Sul	5	30,72	47,97/ 10	9	97	39.300	1,5	43,67
Brasil		33			63			
Minas Gerais	20	32,64	50,45/ 8	8	64	80.930	0,39	52,41
<i>Argentina</i>		31			66			
Pará	2	13,75	32,16/ 25	25		46.300	0,6	57,41

Paraíba	2	19,45	36,17/ 21	18		4.500	0,1	64,26
Grécia		39			54			
Paraná	28	38,71	55,79/ 5	5	55	179.050	1,61	39,02
<i>Turquia</i>		38			56			
Pernam- buco	3	21,28	38,84/ 16	15		37.100	0,39	70,20
<i>Iraque</i>		14			96			
Piauí	1	12,87	29,98/ 26	26		4.000	0,12	78,30
<i>Egito</i>		10			101			
Sérvia		41			51			
Rio de Janeiro	17	43,91	62,48/ 3	3	53,5	110.115	0,66	54,94
<i>Chile</i>		39			53			
Rio Gran- de do Norte	2	22,07	39,74/ 13	13		13.000	0,38	69,96
Uruguai		37			57			
Rio G. do Sul	32	36,71	54,20/ 6	6	46	220.830	1,97	46,47
<i>Brasil</i>		66			63			
Rondônia	5	24,88	40,63/ 12	12		19.150	1,09	45,15
Roraima	1	18,94	37,29/ 17	19		2.500	0,5	41,10
Sérvia		45			51			
Santa Catarina	45	41,66	58,28/ 4	4	52	209.260	3,11	35,41
<i>Chile</i>		39			53			
<i>Portugal</i>		57			41			

São Paulo	76	48,22	64,79/ 2	2	42	1.246.820	2,83	35,69
Rússia		45			46			
Sergipe	1	21,27	39,47/ 14	16		900	0,04	67,01
Tocantins	3	17,21	35,93/ 22	23		10.900	0,7	59,49
Uruguai		37			57			
Brasil	-	33	51,22%	-	63	2.554.010	1,27	51,64
Argentina		31			66			
Mundo			49,1%					

Fontes: Mapa da Inclusão Digital – Fundação Getúlio Vargas; Justiça Eleitoral; IBGE.

*ITIC – Índice de Tecnologia de Informação e Comunicação (Internet, Telefonia e Celular).

Conforme o ITIC, Florianópolis era a capital mais conectada à telefonia celular, seguida de cidades como Vitória, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. Os três aparatos (celular, internet e telefonia) servem aos usuários prioritariamente nas funções da comunicação (33%), educação (26,39%), lazer (27,5%) e leitura (23,3%).

Como assinalado, a cascata de informação é um fenômeno multimídia. Há que se considerar, portanto, o grau de conectividade da população brasileira também à mídia jornalística. Cabe assinalar, a propósito, que em 2014, somente 7% dos brasileiros liam jornal diariamente e somente 21% o fazia uma vez por semana. Esse veículo está altamente correlacionado com o nível educacional da pessoa e de sua renda. O fato explica porque 15% dos leitores com ensino superior e renda acima de cinco salários mínimos lê jornal todos os dias. No que se refere às revistas o cenário é parecido: 13% da população leem revistas durante a semana.

Ou seja, a mídia impressa teve impacto na ruminação política das classes médias dos principais centros urbanos brasileiros. Cabe lembrar que 68% dos participantes dos protestos paulistas, por exemplo, tinham renda de cinco ou mais salários mínimos, fato que permitiu os simpatizantes do PT rotularem estas pessoas com o enigmático termo de “coxinhas”. Oitenta por cento tinha ensino superior e 83% votou em Aécio Neves.¹⁰

¹⁰ *Folha de S. Paulo*.

Nas demais classes sociais, a imprensa tradicional impacta bem menos. Por exemplo, na Grande Salvador há um percentual de 60,67% da população que não lê jornal habitualmente (dados de dezembro de 2012).¹¹ Esse indicador era ainda mais grave na Grande São Paulo. Nessa região, 73,9% não leu jornal no mesmo período. Ou seja, não é possível mobilizar a opinião pública através de um canal pouco acessado pela imensa maioria da população brasileira.

Resta considerar ainda o papel da televisão. Em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 95,1% das residências tinha aparelho de TV.¹² No entanto, esse veículo tem servido mais aos fins do escapismo coletivo do que a qualquer outra finalidade. A TV abre espaço ao jornalismo em seu horário nobre somente nos raros momentos de comoção social. Embora o telejornalismo seja a principal fonte de informação dos brasileiros, sua narrativa é fragmentada, sua pauta é episódica e a produção de sentido demanda do telespectador um cálculo cognitivo complexo. Além disso, o ambiente multimídia está abalando a popularidade dos programas noticiosos. Em 2014, o *Jornal Nacional* teve queda de 12% na média de sua audiência nacional nos cinco primeiros meses do ano, o *SBT Brasil* teve queda de 4% e o *Jornal da Band* caiu 14%. Os programas cuja audiência cresceu foram os que apresentaram um formato popular e apelativo. Esse é o caso de *Brasil Urgente* (Band) e o programa *Cidade Alerta*.

A televisão serve prioritariamente aos fins da excitação, mas não aos da incitação. É verdade que nos ambientes autoritários é mais fácil documentar a existência do fenômeno das “emissoras do ódio”. Na África, elas foram responsáveis por atos de extrema violência étnica em Ruanda e no Sudão do Sul, por exemplo. Nas democracias plurais, a incitação é uma propriedade do ciberativismo, mas não da mídia tradicional. Ele se caracteriza por ser uma comunicação redundante e aberta, à disposição da adesão crescente dos simpatizantes de certa causa. A *web* permite o diálogo e o reforço das crenças dos militantes. A incitação tem fim persuasivo, almeja encorajar as pessoas a certo tipo de ação e dissemina a dúvida e a ameaça. Sua inflamada retórica está carregada de gritos de guerras, rótulos, ofensas e um discurso permeado pela emoção, geralmente o ódio (CUNHA; SANTOS, 2014) e a esperança.

Por fim, é possível afirmar que o baixo grau de inclusão digital em vários estados brasileiros e a preferência eleitoral pela candidata do PT nesses locais foram fatores que serviram de obstáculo à difusão da dissidência. Essa evidência pode ser verificada em Alagoas, Amapá, Amazonas, Pernambuco, Bahia, Ceará, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.

11 Ibope.

12 CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/IBGE.

A ocorrência da difusão da mensagem dissidente nos estados mais conectados às plataformas de comunicação e informação, em especial à internet, permite evocar o argumento apresentado pelo geógrafo Waldo Tobler (1970). Sua Primeira Lei da Geografia diz que “tudo está relacionado com tudo, mas as coisas que estão próximas estão mais relacionadas entre si do que com as coisas que estão distantes”. Certamente, as maneiras através das quais as pessoas se conectam hoje em dia envolvem meios que eram absolutamente desconhecidos em 1970. Por isso mesmo, o conceito de proximidade vem sendo reavaliado. Afinal, a internet autoriza a telepresença assíncrona. Já não há necessidade de coincidência de espaço e de tempo para haver interação entre os interlocutores. (MILLER, 2004, p. 286)

No caso estudado, percebe-se que o relativo isolamento de um bom número de estados brasileiros prejudicou a interação de suas populações com a ação coletiva de protesto, a que resultou do ciberativismo. Por consequência, o que ocorreu numa região do país não se reproduziu, ou se reproduziu pouco, noutra localidade distante. Os sinais da revolta popular chegaram esparsamente a tais localidades e a cascata da informação não aconteceu.

Nos demais, o estímulo inicial dado por uma fonte central que se revelou capaz de catalisar as emoções de ira popular contra a corrupção se propagou no espaço virtual. A cascata alcançou os *clusters* da rede. Os mais permeáveis a essa mensagem dissidente foram sem dúvida os opositores do PT, muito embora o grau de abalo moral tenha fragilizado o grau de imunização de uma parcela significativa de eleitores desse partido. Eles também evocaram nas manifestações de março de 2015 sua frustração com os desmandos.

Figura 13: Manifestante em Porto Alegre em março de 2015.



Fonte: Acervo do autor.

A condutividade dessa rede dissidente cresceu através da socialização virtual, da persuasão mútua ocorrida nos grupos de conversação e intimidade, da sinalização dada às pessoas pelos ciberativistas, do aprendizado político proporcionado à população pelo jornalismo investigativo e da imitação pelos militantes de eventos similares ocorridos noutras paragens como foram os casos das rebeliões no mundo árabe, por exemplo.

Referências

- ABDULA, R. A. The revolution will be tweeted. *The Cairo Review of Global Affairs*. Cairo, v. 1, n. 3, fall, 2011.
- AL-ISSISS, M.; ATALLAH, S. Diffusion of Dissidence in Arab Public Opinion. *Economic Research Forum*, Cairo, n. 900, dec. 2014. Disponível em: <http://www.erf.org.eg/cms.php?id=publication_details&publication_id=1894>. Acesso em: 20 ago. 2015
- BANERJEE, A. V. A simple model of herd behavior. *Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, Mass., v. 107, n. 3, p. 797- 817, aug. 1992.
- BIKHCHANDANI, S.; HIRSHLEIFER, D.; WELCH, I. Learning from the Behavior of others: conformity, fads, and informational cascades. *Journal of Economic Perspectives*, Nashville, Tenn., may 1998.
- BLUMER, H. *Symbolic Interactionism: perspective and method*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1969.
- BRECHER, J.; COSTELLO, T.; SMITH, B. Social Movements 2.0. *The Nation*, S. 1., 2 feb. 2009.
- CASTELLS, M. *Networks of Outrage and Hope: social movements in the internet age*. Cambridge, Mass.: Polity Press, 2012.
- CASTELLS, M. *Communication Power*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2013.
- CHWE, M. S. Y. *Rational Ritual, Culture, Coordination, and Common Knowledge*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001. Disponível em: <<http://www.chwe.net/michael/r.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- CUNHA, R. S.; SANTOS, M. A. M. Violência simbólica nas redes sociais: incitação à violência coletiva (linchamento). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DA SOCIEDADE INFORMAÇÃO. 7., 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FMU, 2014. p. 10-22.
- EASLEY, D.; KLEIBERG, J. *Networks, crowds and markets: reasoning about a highly connected world*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- ELKINS, Z.; SIMMONS, B. On waves, clusters, and diffusion: a conceptual framework. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, Pa., v. 598, p. 33-51, mar. 2005.

- ELSHAHED, M. Tahrir Square: social media, public space. *Places journal*, S. 1., feb. 2011.
- FORSBERG, E. Diffusion in the study of civil wars: a cautionary tale. *International Studies Review*, Malden, Mass., v. 16, n. 2, p. 188-198, 2014.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Mapa da Inclusão Digital*. Coordenação Marcelo Cortes Neri. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/cps/telefonica/>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- GAMSON, W. A.; WOLFSFELD, G. Movements and Media as Interacting Systems. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, Pa., v. 528, p. 114-125, jul. 1993.
- GLADWELL, M. Small Change: Why the revolution will not be tweeted. *The New Yorker*, New York, 4 oct. 2010.
- HALL, P. M.; HEWITT, J. P. The Quasi-Theory of Communication and the Management of Dissent. *Social Problems*, Berkeley, CA, v. 18, n. 1, p. 17-27, summer, 1970.
- HOW facebook changed the world: the story of the Arab Spring. Produção: BBC. Episódio 1. jul. 2012. Disponível em: <vimeo.com/45410957>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- KARINTHY, F. Chains-links. In: NEWMAN, M.; BARABÁSI, A. L.; WATTS, D. J. *The structure and dynamics of networks*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2006.
- KOOPMANS, R. Movements and media: selection processes and evolutionary dynamics in the public sphere. *Theory and Society*, Dordrecht, NL, v. 33, n. 3-4, p. 367-391, 2004.
- LAKOFF, G. *The Political Brain: a cognitive scientist's guide to your brain and its politics*. New York: Penguin Books, 2009.
- LIM, M. Clicks, cabs, and Coffee houses: social media and oppositional movements in Egypt, 2004-2011. *Journal of Communication*, New York, v. 62, n. 2, p. 231-48, apr. 2012.
- LITTLEJOHN, S. W. *Fundamentos teóricos da comunicação humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MAGALHÃES, V. Carpideira vai a velório e lamenta morte de Clodovil. *Terra Notícias*, S. 1., 18mar.2009. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/carpideira-vai-a-velorio-e-lamenta-morte-de-clodovil,93193e232cb4b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- MEKOUAR, M. No political agents, no diffusion: evidence from North-Africa. *International Studies Review*, Malden, Mass., v. 16, n. 2, p. 206-216, jun. 2014.
- MESQUITA, E. B. Regime change and revolutionary entrepreneurs. *American Political Review*, Chicago, Ill., v. 104, n. 3, p. 446- 466, aug. 2010.
- MILGRAM, S. The small world problem. *Psychology Today*, New York, v. 1, n. 1, p. 60-67, may 1967.

- MILGRAM, S.; BICKMAN, L.; BERKOWITZ, L. Note on the drawing power of crowds of different size. *Journal of Personality and Social Psychology*, Washington, US, v. 13, n. 2, p. 79-82, 1969.
- MILLER, H. J. Tobler first law and spatial analysis. *Annals of the Association of American Geographers*, Washington, US, v. 94, n. 2, p. 284-289, 2004.
- NETWORKS of Outrage and Hope. Apresentação: Manuel Castells. The RSA, 2013. (19:39min.).Disponívelem:<<https://www.youtube.com/watch?v=X8m66tNPUb0>>.Acesso em: 20 ago. 2015.
- NOELLE-NEUMANN, E. The spiral of silence: a theory of public opinion. *Journal of Communication*, New York, v. 24, n. 2, p. 43-51, jun. 1974.
- RICUERO, R. A Rede é a Mensagem: efeitos da difusão de informações nos sites de rede social. In: VIZER, E. (Org.). *Lo que McLuhan no previu*. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2012, v. 1, p. 205-223. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/redemensagem.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- SANBURN, J. Square roots: how public spaces helped mold the Arab Spring. *Time*, 17 maio 2011.
- SCHELLING, T. C. *Micromotives and macrobehavior*. New York: Norton, 1978.
- SOLINGEN, E.; BÖRZEL, T. A. Introduction to a presidential issue: the politics of international diffusion – a symposium. *International Studies Review*, Malden, Mass., v. 16, n. 2, p. 173-187, jun. 2014.
- TOBLER, W. R. A computer movie simulating urban growth in the Detroit region. *Economic Geography*, Worcester, Mass., v. 46, p. 234-240, 1970.
- WESTEN, D. *The Political Brain: the role of emotion in deciding the fate of the Nation*. New York: Public Affairs, 2007.

Champanhe em zona de conflito: redes sociais e controvérsia no Caso Estelita

Carolina Dantas de Figueiredo

Introdução

Desde as chamadas Jornadas de Junho de 2013, tem havido um crescimento de visibilidade dos movimentos sociais articulados através da internet. (FIGUEIREDO, 2013) Contudo, a falta de articulação político-social e a efemeridade de algumas pautas levam à desqualificação desses movimentos, chamados pejorativamente de ativismo de sofá,¹ quando dificulta seu estudo e compreensão no médio e longo prazo. Sobre o argumento do ativismo de sofá, cabe refutá-lo em função dos efeitos provocados por algumas reivindicações. O uso da *hashtag* “#ogiganteacordou” seguida de manifestações de rua em diversas cidades brasileiras, demonstrou que o emprego do termo “ativismo de sofá” de forma pejorativa não mais se aplica à realidade brasileira. Ainda que os ganhos políticos das Jornadas de Junho sejam relativos,² seu impacto social foi intenso. As mobilizações anticorrupção e pró-*impeachment* de agosto de 2015, convocadas e organizadas através das redes sociais,³ devem muito às Jornadas de 2013.

Cabe aqui destacar um ponto que pode ser percebido em ambos os movimentos e nas manifestações articuladas via redes sociais de um modo geral: a controvérsia. Nenhum desses movimentos é fundamentado no consenso. Pelo contrário, é a emergência de múltiplas tensões que os fundamenta. Contudo, não foram as Jornadas de Julho de 2013 que inauguraram a articulação social via internet, nem muito menos a controvérsia. Tomando-se apenas o Brasil e a rede social

1 A expressão “ativismo de sofá” deriva do inglês *slacktivism*, algo como “ativismo preguiçoso” em tradução livre. O termo se refere a uma suposta inércia do ativismo digital que aconteceria na *web* sem, contudo, sair às ruas.

2 Como consequência das manifestações de rua pode-se perceber, além da saída do termo “baderneiros” da pauta da mídia de massas naquele momento, o combate à presença do pastor Marco Feliciano na comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (ele sai apenas em dezembro de 2013) e da retirada da PEC 37, que impedia o Ministério Público de realizar investigações.

3 Um dos principais responsáveis por essas manifestações é a comunidade de Facebook “Revoltados Online” que contava, em setembro de 2015, com mais de 1.018.500 seguidores.

Facebook como referência, pelo menos desde 2012 há esse tipo de articulação.⁴ Poucas, porém, têm sido tão consistentes quanto o movimento social pernambucano Ocupe Estelita (#ocupeestelita), do qual trataremos.

A controvérsia é uma abordagem teórico-metodológica que deriva da teoria do ator-rede. (LATOURE, 2006; 2011) Ela permite que as tensões e divergências inerentes a um conteúdo que circula na rede – neste caso mais especificamente na rede social Facebook – sejam identificadas e cartografadas através das mesmas ferramentas que produzem a própria controvérsia. As cartografias têm sido uma abordagem válida para o estudo de questões inerentes à internet. (LATOURE, 2006; 2011; VENTURINI, 2009; 2010) O presente texto, porém, não pretende realizar uma cartografia completa, mas apenas tratar de uma controvérsia específica relativa ao Caso Estelita: o consumo do Champanhe Moët & Chandon numa das ocupações festivas do Cais José Estelita.

Chamamos de Caso Estelita (FIGUEIREDO, 2015) o conjunto de acontecimentos relacionados ao Movimento Ocupe Estelita, movimento social surgido de uma comunidade do Facebook denominada Direitos Urbanos⁵ em 2012. A comunidade Direitos Urbanos, que conta com aproximadamente 31.666 membros, promove discussões sobre questões relativas à urbanização, paisagismo, moradia e gentrificação de espaços na Região Metropolitana do Recife. Na descrição da comunidade, diz-se: “Grupo para discutir não só os problemas da cidade do Recife, mas também ideias, propostas, novos rumos. A ideia é reunir pessoas interessadas em um Recife realmente para as pessoas (não só nos *slogans*), um Recife com vida”.

O tema do Cais José Estelita surge com o anúncio de que uma área de 101,7 mil metros quadrados, adquirida da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) em leilão por um consórcio formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, seria convertido num empreendimento imobiliário de alto padrão, composto por “12 torres, sendo sete residenciais, duas comerciais, dois flats e um hotel. Tudo com até 40 andares, além de estacionamentos para aproximadamente 5.000 veículos”. (TRUFFI, 2014) O valor do empreendimento seria de 800 milhões de reais.

Até aí nenhuma grande novidade, considerando-se o processo de intensa especulação imobiliária que as metrópoles brasileiras sofreram antes da Copa do

4 Considerando-se apenas a rede social Facebook como referência, já em 2012 podemos encontrar uma articulação em torno da causa dos Guarani-Kaiowá, em que muitos usuários da rede adicionaram o nome da população indígena ao seu sobrenome como demonstração de apoio. (FIGUEIREDO, 2014)

5 Página do grupo Direitos Urbanos | Recife no facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/?fref=ts>>. Acesso em: 6 out. 2015.

Mundo de 2014. Contudo, o que chamou a atenção foi o fato de que o empreendimento, localizado no histórico Bairro de São José, traria impactos significativos à paisagem e ao ambiente locais, além de potencialmente ampliar a discriminação social de bairros de baixa renda próximos, como os Coelhos e o Coque (ambos ZEIS⁶). Além de suspeitas sobre o leilão⁷ em si, outras irregularidades pairam sobre o projeto: não há Estudo de Impacto de Vizinhança (EVI), como preconiza o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), e há diversos pareceres negativos emitidos por órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). (FIGUEIREDO, 2015)

A partir da oposição ao projeto Novo Recife – que seria a controvérsia fundante desse caso – surge o Movimento Ocupe Estelita, primeiro a partir da comunidade Direitos Urbanos e depois de uma comunidade própria, a Movimento #OcupeEstelita⁸, que possui cerca de 38.619 membros e descreve-se da seguinte forma: “O Movimento #OcupeEstelita existe para pensarmos no futuro que queremos para nossa cidade. Não ao Novo Recife, sim ao NOSSO RECIFE”. O nome do movimento é herança do Occupy Wall Street de 2011 e, embora trate de um problema eminentemente local, inscreve-se na experiência de movimentos como o M-15 e Tahrir Square⁹ em que o desejo por qualidade de vida e melhorias sociais antagoniza à lógica brutalizante do grande capital, no caso do Estelita representado não só pelo consórcio de construtoras, mas pela Prefeitura do Recife, Governo do Estado de Pernambuco e dos que discordam do movimento.

Em última instância, o que chamamos de Caso Estelita corresponde às articulações entre atores, como preconiza a teoria do ator-rede, tanto no ambiente da internet, quanto fora dele, como demonstram as manifestações e ocupações promovidas por indivíduos favoráveis ao Ocupe Estelita desde 2012. Cabe ressaltar que

6 Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), conforme a Lei Municipal nº 14.947, de 30 de março de 1987, (Recife) é uma região assegurada à população de baixa renda conforme demarcado em plano diretor.

7 Embora acusações contra o leilão da área da Rede Ferroviária Federal datem de 2008, época em que foi realizado, apenas em 30 de setembro de 2015 a Polícia Federal, em investigação que faz parte da operação “Lance Final”, confirmou fraude e desrespeito aos prazos legais previstos na Lei nº 8.666/93 (Polícia Federal, 2015).

8 Página do Movimento Ocupe Estelita no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita?fref=ts>>. Acesso em: 6 out. 2015.

9 O M-15 ou 15M foi um movimento realizado em 2011, na Espanha, contra medidas de austeridade político-econômica. Seu marco foi diversas manifestações ocorridas nas principais cidades espanholas em 15 de maio de 2011. Também datado de 2011, o Tahrir Square foi a ocupação da praça Tahrir no Cairo, pedindo a renúncia do presidente Hosni Mubarak. Embora as reivindicações sejam bem diferentes das do Estelita e de outros movimentos brasileiros, a oposição ao sistema e a lógica de ocupação de espaços são um traço em comum que deve ser considerado.

embora a articulação de atores em rede ganhe notoriedade e novos contornos com o digital, a rede não prescinde do digital para existir. Ainda que Venturini (2011) indique que a cartografia deva ser utilizada quando a controvérsia pertencer ao campo técnico-científico, tendo existência digital, a prática mostra que a extensão das redes transborda aquilo que pode ser cartografado no digital e através dele.

As questões relativas ao Estelita são fluidas e não estão restritas nem ao espaço físico do cais, nem à internet. Fazem parte dela processos técnicos, sociais, políticos e mesmo afetivos. Movimentos diversos com a alcunha de “ocupe” ou com o seu caráter têm emergido de 2011 para cá e parecem ainda longe de perder força. Em 2015, apenas no Brasil, houve movimentos reivindicando direitos urbanos em São Paulo (Movimento Parque Augusta), Rio de Janeiro (Ocupa Golfe), Belo Horizonte (Resiste Isidoro) e Maceió (Abraça a Garça Torta). Temos aí uma rede mais ampla que transcende cada localidade e cada movimento em si em torno de uma oposição à forma como o capitalismo contemporâneo propõe que o espaço urbano seja utilizado.

Por fim, cabe uma explicação: tanto a comunidade Direitos Urbanos quanto o Movimento #OcupeEstelita servem para articular múltiplas atividades. Em estudo anterior (FIGUEIREDO, 2015), as dividimos em atividades de cultura e lazer (de formação e festas) ocorridas no espaço do Cais José Estelita e acampamento, realizado entre 21 de maio – data em que o consórcio tentou demolir os armazéns existentes no local – e 17 de junho de 2014. Durante o acampamento, além da militância permanente, também foram realizadas atividades de cultura e lazer. Contudo, considera-se aqui o período do acampamento como algo mais específico, por ter implicado na ocupação 24h do espaço e tendo culminado com uma brutal expulsão dos acampados e daqueles que se juntaram a eles posteriormente, realizada no Batalhão de Choque da Polícia Militar de Pernambuco, curiosamente, num dia em que a mídia tradicional estava mais preocupada com um jogo da seleção brasileira de futebol masculino na Copa do Mundo.

Redes e controvérsia

Embora haja uma ampla possibilidade de usos, o termo “rede”, conforme aplicado aqui, advém da noção de rizoma de Deleuze e Guattari (1995). A lógica do rizoma está presente, por exemplo, nos movimentos sociais anteriormente mencionados, que se estruturam horizontalmente, podendo ser iniciados ou reproduzidos a partir de qualquer ponto. Os autores negam a metáfora do conhecimento

em árvore, que pressupõe verticalização, mas tratam da multiplicidade de possibilidades que uma estrutura rizomática pode oferecer. Ao tratar de um movimento social articulado através da internet – mas não limitado a ela – estamos justamente diante deste tipo de estrutura que Deleuze (1991), esclarecendo sua proposição com Guatarri, denomina de “sistema aberto”. Deleuze (1991, p. 45) explica que isso acontece “quando os conceitos são relacionados a circunstâncias e não mais a essências”, sendo possível afirmar aqui que o termo “ocupe” está relacionado às circunstâncias, daí sua utilização e validade em múltiplos casos. Nesse ponto cabe evocar Castells (1999) quando ele compara a estrutura da internet com as táticas maoístas guerrilha. Tomando-se o próprio Estelita como exemplo, em 21 de maio de 2014, quando o consórcio Novo Recife tentou demolir os armazéns às escondidas, à noite, bastaram algumas horas de circulação de conteúdo na *web* para que manifestantes chegassem ao local. Embora não haja um registro exato do início da tentativa de demolição, sabe-se que à meia noite ela já havia sido encerrada.

Para Latour (2011), é útil usar a ideia de rede sempre que a ação é distribuída, sendo este conceito competente justamente por permitir a percepção de um movimento contínuo que vai das substâncias aos atributos. Numa lógica de completa reversibilidade, o ator não é nada além da rede. Por conta da estrutura em rede, nos defrontamos com uma multiplicidade de combinações completamente reversíveis. (LATOURE, 2011) Não tratamos de indivíduos atomizados, mas de nós da rede, ligados entre si, em constante fluxo. Daí a rápida articulação para impedir a demolição dos armazéns ou para a organização de eventos no Cais José Estelita. Daí também o surgimento de novos grupos, como o Estelita do Brasil,¹⁰ e de opositores, como a comunidade Ocupe-se, contrária ao movimento.

Cabe aqui retornarmos à controvérsia. A controvérsia, ou antes, a cartografia da controvérsia, pode ser considerada a aplicação metodológica da teoria do ator-rede (LATOURE, 2006), permitindo observar tensões e divergências que levam à controvérsia, isolá-las de um contexto mais amplo de fluxos nas redes e perceber não apenas seus agentes (atores), mas seus aspectos conceituais fundamentais, isto é: em que consiste a controvérsia? Que tensões a provocam? Quais os seus desdobramentos na rede?

Venturini (2011) afirma que as controvérsias são um fenômeno complexo e que elas surgem onde relações heterogêneas são constituídas. Nela, os atores discordam ou concordam na discordância. A controvérsia perdura enquanto não houver

10 Página da Comunidade Estelita do Brasil no facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Estelita-DoBrasil?fref=ts>>. Acesso em: 6 out. 2015.

consenso. Quando a controvérsia se estabiliza – seja em função de consenso parcial ou total, seja porque o assunto saiu do foco de determinado grupo que o mantinha em debate – ela gradualmente deixa de existir até que uma nova tensão surja ou que uma antiga seja reavivada. Venturini (2011) usa a questão do aquecimento global como exemplo de controvérsia. Ele lembra que o próprio pesquisador não é neutro diante da controvérsia e que as controvérsias são “fóruns híbridos” e mobilizam variados atores, humanos, não humanos, instituições, sistemas de regras etc., dependendo de como o conflito se apresente. Assim, o ator ou actante é o agente que produz ação sobre outro.

O mapeamento da controvérsia passa pela identificação dos atores que a compõem e pela identificação de suas ações. Nesta análise, será considerada ação a produção de conteúdo em texto e/ou imagem realizada pelo grupo Ocupe-se e as respostas dadas a ela. Trata-se de perceber os rastros deixados pelos atores no processo de debate a respeito de determinado tema. Aqui, tal tema é o aparecimento na *web* de uma imagem em que, em um evento festivo no cais, pessoas consumiam champanhe. A partir dessa imagem uma controvérsia foi desencadeada através do grupo Ocupe-se – denominação irônica, considerando-se que os manifestantes pró-Estelita seriam “desocupados”.

O Ocupe-se¹¹ é uma comunidade de Facebook fundada em junho de 2014 contra o Movimento Ocupe Estelita. A controvérsia que leva a sua criação está explicitada na descrição do grupo, a saber: “Contra o Ocupe Estelita, a favor do desenvolvimento do Recife, da atração de investimento privado e da geração de empregos. Não ocupe, #ocupe-se!”. A página Ocupe-se tem cerca de 140.570 membros, o que levantou boatos sobre a compra de *likes*. O Ocupe-se declara estar “contra o Ocupe Estelita” e a “favor do desenvolvimento” do Recife, como se “pensarmos no futuro que queremos para a nossa cidade” (da descrição do grupo Movimento #OcupeEstelita) e “discutir não só os problemas da cidade do Recife, mas também ideias, propostas, novos rumos” (do Direitos Urbanos) não coubessem num projeto de desenvolvimento. Além disso, o Movimento #OcupeEstelita afirma “não ao Novo Recife, sim ao NOSSO RECIFE”, de modo que temos na descrição dos três grupos todas as controvérsias fundantes do Caso Estelita: os favoráveis ao Movimento Ocupe Estelita são contra o Novo Recife. Os que são a favor do Ocupe-se são contra o Movimento Ocupe Estelita. Daí infere-se que esses (do grupo Ocupe-se) são a favor do Novo Recife, de modo que, novamente por inferência, o desenvolvimento a que

11 Página da Comunidade Ocupe-se no facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/seocupe?fref=ts>>. Acesso em: 6 out. 2015.

se referem na descrição do grupo deve ser o mesmo modelo de desenvolvimento do consórcio de construtoras que elaborou o projeto.

Essa controvérsia fundante revela um pensamento binário que, grosso modo, orienta o fluxo entre o Ocupe-se e os grupos favoráveis ao Ocupe Estelita, que é a falácia da alternativa única, isto é, ou constroem-se as torres ou o espaço permanece abandonado. Tal falácia consiste em se insistir na ideia de que há apenas duas opções: manter os galpões abandonados ou construir o Novo Recife, enquanto o Movimento Ocupe Estelita trata de múltiplas soluções. Essa falsa dicotomia levaria a uma conclusão óbvia e única, apropriada pelo discurso do grupo Ocupe-se de que é “melhor construir o projeto do que deixar a área abandonada”, para que esse argumento funcione, na publicidade do Novo Recife, no discurso da mídia de massas e da Prefeitura do Recife, reforça-se a degradação da área nos dias de hoje e não as suas possibilidades no futuro.

Dentro do Movimento Ocupe Estelita emergiu, ao longo dos últimos três anos, uma grande diversidade de alternativas, sem que houvesse consenso. Trazendo novamente Venturini (2011), se no primeiro caso (Ocupe-se x Ocupe Estelita) há discordância, no segundo (entre os favoráveis ao Ocupe Estelita) há concordância na discordância, isto é, concordam que o projeto Novo Recife é equivocado, mas não há consenso em torno de qual projeto deve substituí-lo – as opiniões vão desde espaço cultural e parque linear, área de uso misto de moradia e comércio, passando por habitação popular, moradias exclusivamente horizontais, até uma versão moderada do próprio Novo Recife em que o gabarito dos edifícios passaria de 40 para sete andares – o que de certa forma enfraquece as demandas políticas do movimento, já que não oferece uma resposta única à pergunta: o que será feito do cais? Parece que essa lógica binária imposta pela grande mídia, construtoras e Ocupe-se evoca mais a estrutura de árvore que Deleuze e Guatarri (1995) criticam do que o pensamento rizomático que oferecem.

A oposição simplista esconde, mesmo nas redes, a diversidade que cada controvérsia contém em si. O Ocupe-se acusa os membros do Ocupe Estelita de serem contra o progresso, ou pelo menos contra um modelo de progresso fundamentado num certo paradigma de rentabilidade do capital. O Ocupe Estelita, por sua vez, vincula-se, ao menos em termos de sua inscrição, numa lógica mais ampla de redes, aos movimentos *occupy* que questionam o modelo capitalista atual e que se vinculam historicamente a uma militância de esquerda e centro esquerda.¹² Daí, cabe

12 Já que temos utilizado Deleuze neste texto, cabe aqui uma fala este autor sobre a esquerda. Primeiro ele define o que não é ser de esquerda: “Não ser de esquerda é como um endereço postal. Parte-se primeiro de si próprio, depois vem a rua em que se está, depois a cidade, o país, os outros países e, assim, cada vez mais

questionar o que acontece quando a imagem de um movimento assim é identificada com os ideais do capital. Isto é, quando é identificada com símbolos do consumo de alto padrão e ao luxo – termos vinculado ao próprio consórcio Novo Recife – o que acontece?

Champanhe no cais

No dia 8 de junho de 2014, o grupo vinculado à página Ocupe-se postou a imagem de uma sacola com uma garrafa do champanhe “Möet & Chandon” acompanhada do texto: “Chandon? No #ocupeestelita? O movimento não era a favor da inclusão, ao invés da separação entre os que podem e os que não podem pagar? Como fizeram com o Chandon? Distribuíram entre os moradores do Coque? Borbulhas no terreno dos outros é frescos...”.

Figura 1: Imagem original, postada por membro do Ocupe-se no grupo.



Fonte: Ocupe-se (2014a).

longe. Começa-se por si mesmo e, na medida em que se é privilegiado, costuma-se pensar em como fazer para que esta situação perdure”. Enquanto que ser de esquerda “É perceber... É um fenômeno de percepção. Primeiro, vê-se o horizonte e sabe-se que não pode durar, não é possível que milhares de pessoas morram de fome. Isso não pode mais durar. Não é possível esta injustiça absoluta. Não em nome da moral, mas em nome da própria percepção. Ser de esquerda é começar pela ponta. Começar pela ponta e considerar que estes problemas devem ser resolvidos”. (DELEUZE, 1994) Trata-se aqui de uma questão de percepção e, nesse sentido, a própria controvérsia pode ser percebida como uma questão de percepção dos atores nela envolvidos.

Certamente, o “ocupante” que levou o Möet & Chandon (marca símbolo de um capitalismo de elite) está inserido em múltiplas e complexas redes e por isso articula múltiplas e complexas identidades. Pode alguém que questiona determinada face do capital (no caso, a especulação imobiliária desenfreada) beber Möet & Chandon? Champanhe e direitos urbanos são conciliáveis? A questão que se apresenta nessa controvérsia é então mais ampla do que pode parecer e caminha na direção de termos como “esquerda festiva” e “esquerda caviar” que pejorativamente se referem tanto ao tratamento de pautas de forma menos agressiva, quanto à militância oriunda de classes mais favorecidas, que defende seus ideais sem abrir mão de determinado padrão. Esse tipo de comportamento seria incômodo tanto para a esquerda tradicional, quanto para a direita. Novamente, falamos de um contexto de fluxos e da inscrição dos sujeitos em diferentes redes, seja o militante do Movimento Ocupe Estelita que consome Möet & Chandon, seja o morador do Coque que apoia o projeto Novo Recife.¹³

Figura 2: Imagem criada pelo Ocupe-se. Foto do Möet & Chandon adicionada do *banner* que identifica os adeptos do movimento no Facebook



Fonte: Ocupe-se (2014b).

Ao lado da cada uma dessas imagens, são feitos comentários contra o consumo do champanhe ou a favor, reverberando-se e ampliando-se a controvérsia constituída com as postagens:

13 Não há consenso entre os moradores do Coque sobre o projeto, alguns apoiam as construtoras alegando a geração de empregos, enquanto outros se opõem ao projeto afirmando que os empregos seriam temporários e que os edifícios aumentariam as tensões sociais na região. (CUNHA, 2014)

Tabela 1: Comentários sobre a figura 1 postada em 8 de junho de 2014

Comentários contra o champanhe	Comentários a favor do champanhe	Comentários neutros (não identificados)
“Esquerda caviar”	“essa champa era minha, se vcs quiserem chegar eu vos ofereço, bewelcomedarlings!!! #ocupemostogehter”	“Esse povo ta com gosto refinado! Kkkk”
“ Kkkk palhaçada... Esse povo desocupado ficar o dia todo acampado no que já é dos outros parece a quadrilha dos sem terra...”	“Cês tão é com inveja deles, seus lisos kkkkkkkkkkkk”	
Kkkkkkkk.Vagabundos ricos.	“Bom gosto, hauahu”	
Hipócritas, Ativista social.		
Roubada.		
Deu até sede! (esta presumimos ser contra, pois foi postada pelo mesmo membro que enviou a imagem)		

Fonte: Página do grupo Ocupe-se no Facebook.

A temática dos direitos urbanos é articuladora de diferentes interesses, indivíduos e identidades. É a concordância na discordância. (VENTURINI, 2011) A crítica ao champanhe foi síntese de outras críticas que o Ocupe-se realizava entre maio e junho de 2014, auge das tensões provocadas pelo acampamento e iminência da desocupação. Em detrimento dessas tensões, o Movimento Ocupe Estelita realizava ações festivas no local, com atividades artísticas e música. O Estelita foi (também) local de lazer para os apoiadores do movimento, que iam para o cais passear, encontrar amigos, assistir a filmes e apresentações musicais, participar de exposições, oficinas de formação ou simplesmente bebericar. E a controvérsia reside nisto: como um movimento que se pretendia sério poderia ser festivo? Como num movimento que se pretendia inclusivo foi possível consumir Mœt & Chandon?

Obviamente a crítica feita ao champanhe no cais não considera as mudanças sociais ocorridas na cidade do Recife. Depois de algum tempo de anonimato, sobrenomes ligados a velhas oligarquias locais, como Fernandes Vieira, apareceram por trás do Ocupe-se. Sobre as distinções entre esquerda e direita, Deleuze (1991) afirma que à direita, “começa-se por si mesmo e, na medida em que se é privilegiado, em que se vive em um país rico, costuma-se pensar em como fazer para que esta situação perdure”. Levar champanhe para um espaço de conflito,

perto de uma zona periférica, faz com que privilégios sejam mantidos? No mais, uma vez que não há nenhum registro a respeito de quem tenha sido o proprietário do Möet & Chandon, por que os moradores do Coque não poderiam tomar champanhe, se fosse esse o caso?

Tabela 2: Comentários sobre a figura 2 postada em 9 de junho de 2014

Comentários contra o champanhe	Comentários a favor do champanhe	Comentários neutros (não identificados)
“Champagne francês, porque agrega valor e ostentação ao Camarote VipEstelita. (rsrs!)”	“Esse estardalhaço todo por causa de uma bebida que pode custar menos de 30 reais? Oxe, até com o bolsa-família dá pra comprar uma garrafinha de vez em quando... Menos, minha gente, menos...”	“Ate entendo esse movimento, mais o que tem a ver as pessoas ficarem nus aqui nos trêns, o que tem a ver muita drogas aqui.se você consome drogas então vcs estao financiando muitas coisas de errado nesse pais. falo isso por que estou trabalhando aqui deste do inicio e faco um convite pra quem pensa que e mentira passe uma noite aqui !!!”
“Ainda bem que sempre existem empreendedores, com muita coragem de enfrentar esses esquerdistas que adoram dinheiro fácil e não conseguem ver que o empreendimento vai gerar milhares de empregos e transformar para muito melhor um pedaço de nossa cidade!”	“Isso só prova que não somos desocupados e vagabundos, né. Trabalhamos e compramos Chandon. Não somos contra a riqueza, somos contra a opressão e a democracia disfarçada de aristocracia que define o destino da cidade pela força da barganha economica e política. Enquanto vcs tiram o onda do Ocupe estamos todos lutando pelo direito vcs serem cidadãos. Vcs estão perdoados porque não sabem o que fazem.”	“Faço votos que cheguem a um acordo de um projeto equilibrado, “satisfazendo” ambos os lados, com uma grande área de lazer para a população geral. Do jeito que está, servindo de ponto de venda e consumo de drogas, cheio de ruínas, favelas oportunistas crescendo (do tipo que cresce da noite pro dia, atrás de indenização), desse jeito não dá pra continuar.”
“Bebem chandon?”	“sim...e qual o problema mesmo das pessoas sejam elas quais forem de beberem chandon?”	

<p>“E essa a política de igualdade social, qual respaldo esse movimento tem, qual representatividade, enquanto tomam chandon, o pobre não tem nem dinheiro para comprar uma barecola, não sejam hipócritas, arrogantes, aproveitadores de causas alheias, vão trabalhar, arrumar o que fazer, que toma chandonêh a elite e não trabalhadores e necessitados.”</p>	<p>“que peninha desse post patrocinado. mídia espontânea não é gerada do nada mesmo não 😊”</p>	
<p>“O fato do terreno ter sido adquirido de forma “fraudulenta”, e se houve fraude basta provar para botar na cadeia corruptos do pt e corruptores, não nos da o direito de invadir, muito menos usar drogas e abrir o dialogo para as classes menos favorecidas que são a favor do projeto pela geração de empregos.”</p>	<p>“E fazendo um comentário sobre tudo que já foi exposto aqui: recife não tem mais espaço para verticalizações. Muito menos quando se trata de 12 torres e mais de 5 mil vagas de estacionamento. Recife não tem mais espaço para práticas fraudulentas, ilegais e irregulares. A população sabe gritar agora. E falam sobre roubo de energia da Celpe haha. O que dá pra fazer contra quem detém o poder do capital? Tem é que ocupar e puxar energia mesmo, infelizmente. O legado do #ocupeste-lita vai ser exatamente esse, a cidade vai passar por uma revolução no debate social, principalmente no que diz respeito a urbanização sustentável. Outras grandes metrópoles que hoje em dia são modelos de sustentabilidade, como amsterdã e bogotá, já passaram por essa etapa que estamos vivendo. Está na hora de aprender com elas”</p>	

<p>“Quanto ao valor de uma bebida de 30 reais, vc definitivamente não sabe o que esse valor significa pra quase 5 milhões de pessoas que vivem na pobreza extrema. Desculpa mais esse comentário não foi legal. E olhe que sou contra o projeto”</p>	<p>Nós somos os desocupados? E que tanto tempo sobrando é esse para postar tanta besteira numa página só?! Beijo!”</p>	
<p>“Muito fake esse povo do Ocupe Estelita kkkkk”</p>	<p>““Esse negocio de inclusao tem limites”???? E o link ainda eh patrocinado??? Hahaha gastem seu rico dinheirinho com mu-ambs, pobres criancas ricas. Se nao aguentam a inclusao social, tentem construir em Paris.”</p>	
<p>“Engraçado eh ver playbas q moram em prédios construídos pela Rio Ave, MD, QG.. kkkk chandon eh ?? Kkkkk”</p>		

Fonte: Página do grupo Ocupe-se no Facebook.

Cabem aqui dois apontamentos. Um sobre o primeiro comentário neutro da segunda tabela. Dentre todos os comentários, esse é o único que vem de um ator que diz estar diretamente relacionado ao projeto. O ator afirma estar trabalhando no cais desde o início. O outro apontamento, que aparece em mais de um comentário de ambas as tabelas e em muitas publicações do Ocupe-se, é o argumento de que os militantes são desocupados – efetivamente é essa a ideia que batiza o grupo. Quando cruzamos duas informações presentes nas tabelas – “desocupados” e que “consomem champanhe” – temos a ideia de que os militantes seriam “playbas” (último comentário contrário da segunda tabela), “esquerdistas que adoram dinheiro fácil” (segundo comentário contrário da segunda tabela). Assim, enquanto os *playboys* “tomam chandon, o pobre não tem nem dinheiro para comprar uma barecola” (quarto comentário contrário da segunda tabela).

Em 1936, Gilberto Freyre escreve *Sobrados e mucambos*. Os conterrâneos de Freyre que vivem nos sobrados contemporâneos, segundo alguns dos atores que se inscrevem no Ocupe-se, não teriam o direito de reivindicar espaços públicos – “Engraçado eh ver playbas q moram em prédios construídos pela Rio Ave, MD,

QG.. kkkk chandon eh ?? Kkkkk” (último comentário contrário da segunda tabela). Um ator que se coloca a favor do movimento tenta explicar:

Não somos contra a riqueza, somos contra a opressão e a democracia disfarçada de aristocracia que define o destino da cidade pela força da barganha econômica e política. Enquanto vcs tiram o onda do Ocupe estamos todos lutando pelo direito vcs serem cidadãos. (Segundo comentário favorável da segunda tabela).

Outro ator pergunta: “sim... e qual o problema mesmo das pessoas sejam elas quais forem de beberem chandon?” (terceiro comentário favorável da segunda tabela). Em ambos os casos tenta-se explicar que os interesses dos que têm poder aquisitivo para gastar com champanhe também seriam conciliáveis com os dos moradores do Coque.

Considerações finais: falsas dicotomias e a necessidade da controvérsia

Um dos atores que se coloca a favor do champanhe, comenta: “Esse tardalhaço todo por causa de uma bebida que pode custar menos de 30 reais? Oxe, até com o bolsa-família dá pra comprar uma garrafinha de vez em quando... Menos, minha gente, menos...” (primeiro comentário favorável da segunda tabela). Alimentando a controvérsia, outro ator antagoniza e responde: “Quanto ao valor de uma bebida de 30 reais, vc definitivamente não sabe o que esse valor significa pra quase 5 milhões de pessoas que vivem na pobreza extrema. Desculpa mais esse comentário não foi legal. E olhe que sou contra o projeto” (sexto comentário contrário da segunda tabela).

A controvérsia que decorre desse tipo de questionamento ajuda a compreender as tensões que a dão origem e como a rede se configura a partir delas. Segundo a teoria do ator-rede, o que liga os atores são interesses (Coque, Estelita, champanhe) que convergem para certos pontos produzindo nós ou sendo os próprios agentes os nós. Nessa perspectiva, Latour (2006) considera que não há um lugar privilegiado para falar sobre as coisas. Moradores do Coque, militantes que bebem champanhe, responsáveis pelas postagens da página Ocupe-se, todos estão em igualdade na rede. O que muda, eventualmente, é sua capacidade de estabelecer conexões. Será que o morador do Coque, o militante bebedor de champanhe e os responsáveis pela página do Ocupe-se partem do mesmo lugar de fala?

Possivelmente não, mas a rede permite que as distinções sejam equacionadas na medida em que atores adquirem proeminência na própria rede.

Múltiplas são as entradas e conexões que compõem algo como fato, explica a teoria do ator-rede. O Ocupe Estelita é feito de múltiplas entradas e conexões. Cabe lembrar aqui que a rede/rizoma não tem centro, pode ser iniciada em qualquer ponto e contempla multiplicidades sem constituir-se em unidade. (FERREIRA, 2008) Assim: “definir o que está sempre em movimento seria estagná-lo, retirar do acontecimento o que ele tem de mais rico: o devir”. (FERREIRA, 2008, p. 34)

No rizoma não faz sentido de falar de sujeitos nem de objetos, já que grandezas e determinações se expandem de acordo com agenciamentos (FERREIRA, 2008), sendo um agenciamento “precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões.” (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p. 17) Esses processos e os agenciamentos constantemente mutáveis proporcionam mapas sempre diferentes entre si. Não tratamos mais de indivíduos atomizados, mas dispostos em complexas redes. A complexidade das redes talvez seja uma forma de explicar como múltiplas identidades emergem ou, no nosso caso, como é possível consumir champanhe numa zona de conflito, como o Cais José Estelita.

Por fim, uma provocação, “qual o problema mesmo das pessoas sejam elas quais forem de beberem chandon?”, pergunta um dos atores. Segundo alguns moradores do Coque, aparentemente nenhum. Contrariando as expectativas do responsável pelo *post* inicial (de 8 de julho de 2014), há no Coque indivíduos que apreciam Møet & Chandon. Um usuário do YouTube que se denomina Tinho do Coque¹⁴ postou um vídeo do MC Tubah intitulado “Está chovendo Chandon”. Em *Novinha psicopata*, música postada pelo mesmo usuário, o Mc Cego Abusado diz que “a previsão do tempo diz que vai chover Chandon”. MC Sheldon, um conhecido cantor local, tem uma versão de *Poderosa*, de Polentinha do Arrocha, música na qual o Møet & Chandon também é citado. Os três MCs são oriundos de periferias da Região Metropolitana do Recife. Como as redes são complexas, MC Sheldon fez diversas apresentações em locais considerados de elite Recife. O próprio usuário Tinho do Coque, em outra postagem, dessa vez da música *Nós ostenta mesmo*, do MC Menor, pode ajudar a explicar esse fenômeno: a ostentação não parece ser um problema para alguns moradores do Coque. Paralelamente, em um dos comentários contra o champanhe, um ator comenta “Champagne francês,

14 Canal do Tinho do Coque no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC_uir5fNIT-jEbG0Vju0ug9w>. Acesso em: 6 out. 2015.

porque agrega valor e ostentação ao Camarote VipEstelita. (rsrs!)” (primeiro comentário contrário da segunda tabela).

A lógica por trás da aproximação entre os moradores dos sobrados e dos mucambos recifenses é dúbia, pois tanto pode pertencer a um padrão de classes imposto pelo capitalismo contemporâneo, quanto ao seu oposto, certa horizontalização, que possivelmente se refere muito à circulação de cultura, bens e serviços nas redes. Fato que os atores do Ocupe-se, e mesmo os do Estelita, não podem deixar de ter em vista é que, logo na abertura de *Nós ostenta mesmo*, o MC Menor anuncia: “E aí, J.R, humildade sempre fui e sempre vou ser, irmão. Mas agora dá prá comprar o que não tinha, né?”. Talvez seja o caso do grupo Ocupe-se relativizar seus argumentos e do grupo Direitos Urbanos observar melhor os seus propósitos: “Grupo para discutir não só os problemas da cidade do Recife, mas também ideias, propostas, novos rumos”. E os novos rumos podem estar bem além do óbvio, podem estar na controvérsia.

Referências

- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CUNHA, A. Gritos, vaias e discussão na audiência sobre o Novo Recife. *LeiaJá*, S. l., 27 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.leiaja.com/noticias/2014/11/27/gritos-vaias-e-discussao-na-audiencia-sobre-o-novo-recife>>. Acesso em: 6 out. 2016.
- DELEUZE, G.; GUATARRI, F. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, G.; GUATARRI, F. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.
- DELEUZE, G. Mil platôs não formam uma montanha: debate com Christian Descamps. In: ESCOBAR, C. *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Holon, 1991.
- DELEUZE, G. Ser de esquerda. In: PARNET, C. *O Abecedário de Gilles Deleuze*, 1994. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_Wer1VGBZi8>. Acesso em: 6 out. 2016.
- FERREIRA, F. T. Rizoma: um método para as redes? *Liine em revista*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 28-40. mar. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/251/142>>. Acesso em: 6 out. 2016.
- FIGUEIREDO, C. D. Ocupe como utopia: um ensaio sobre a noção de rede e o caso Estelita. *Esferas*, Brasília, v. 4, n. 6, p. 99-108, jan./jun. 2015.
- FIGUEIREDO, C. D. Saímos do facebook #soquenão: sobre os discursos que circularam no Facebook e os cartazes levados às ruas nos protestos de junho de 2013. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 28, n. 1, p. 53-72, jan./jun. 2013.
- LATOURET, B. Como prosseguir a tarefa de delinear associações? *Configurações*, Braga, POR, n. 2, 2006.

LATOURE, B. Reflections of an Actor-Network Theorist. *International Journal of Communication*, Los Angeles, v. 5, 2011. Disponível em: <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1094>>. Acesso em: 6 out. 2016.

Ocupe-se. Chandon? 2014a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10202299186583940&set=o.306802576145027&type=3&theater>>. Acesso em: 06 de out. 2015.

Ocupe-se. Chandon coleção especial D.U. Porque esse negócio de inclusão tem limite né? 2014b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/seocupe/photos/pb.306802576145027.-2207520000.1444163713./307300429428575/?type=3&theater>>. Acesso em: 06 de out. 2015.

POLÍCIA Federal. PF deflagra Operação Lance Final para investigar fraude em leilão. 2015. Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/agencia/noticias/2015/09/pf-deflagra-operacao-lance-final-para-investigar-fraude-em-leilao>>. Acesso em: 06 de out. 2015.

TRUFFI, R. A batalha pelo Cais José Estelita. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html>>. Acesso em: 06 de out. 2015.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. 2009. Disponível em: <<http://pus.sagepub.com/content/19/3/258.abstract>>. Acesso em: 06 de out. 2015.

VENTURINI, T. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. in Public Understanding of Science. 2010. Disponível em: <http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini-Building_on_Faults.pdf>. Acesso em: 06 de out. 2015.

PARTE IV
**Circuitos, críticas e
reverberações políticas**

O papel da mídia e dos mediadores nos protestos de junho de 2013 no Brasil

Rose Marie Santini¹

Introdução

Este artigo analisa as possíveis relações entre o uso das mídias sociais nas mobilizações *on-line* e a cobertura da grande mídia (mídia impressa) nos protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho.

As Manifestações de Junho foram consideradas como uma das maiores mobilizações populares no país desde o *impeachment* do presidente Fernando Collor em 1992 e contou com o apoio de 89% da população brasileira, segundo pesquisa do Ibope de agosto de 2013. (CNI-IBOPE, 2013, p. 10) Tal fenômeno social emergiu no país sob a influência da Primavera Árabe, das mobilizações globais precursoras chamadas Occupy e do Movimiento 15-M ou Los Indignados na Espanha que, segundo alguns autores (GERBAUDO, 2012; BENNETT; SEGERBERG, 2012; LAER; AELST, 2010; ROBLES; MARCO; ANTINO, 2013; CASTELLS, 2015), apresentaram processos similares de “propagação viral” de mensagens *on-line* como fator-chave para a convocação da população às ruas.

Embasado nas teorias da ação coletiva e nas pesquisas sobre difusão de cascatas de informação em redes *on-line*, este artigo partiu das seguintes questões: que tipo de usuário-ator contribui para tal difusão? Como a mídia tradicional interage com as novas mídias? O tipo de cobertura jornalística das mídias tradicionais ajudam ou atrapalham na amplificação das mensagens sobre os eventos?

¹ Nota da autora: este artigo está assinado apenas por mim, entretanto é fruto do trabalho coletivo do grupo de pesquisa NetLab vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro, composto por alunos de iniciação científica e de pós-graduação. Portanto, considero também como autores deste trabalho os alunos: Clara Rescala; Danilo Silva; Heloísa Traiano; Kenzo Soares; Marcela Orlandis; Rafael Rezende e Tulio Brasil, cujas ideias, análises e participação intensa em todas as etapas do trabalho, ao longo de três anos, tornaram essa pesquisa possível. Enquanto grupo, nós do NetLab aproveitamos para agradecer os alunos da bolsa Jovens Talentos da Capes de 2013 e de 2014, e também a Yuri David Esteves e Flora Castro que colaboraram em uma fase importante da análise dos dados. Por último, um agradecimento especial a Ana Teresa Amaro Caldana; Erika Cristina Zordan; Marcos Marinho e Carlos Eduardo Barros Pinto (Kadu), que embora tenham entrado no grupo de pesquisa recentemente, também participaram da etapa final do estudo e reforçam nosso grupo para a continuação das nossas pesquisas.

Portanto, a partir de uma revisão teórica e da análise empírica mencionada, este trabalho propõe discutir as lógicas sociais de contágio de opinião e de ação coletiva através do uso das tecnologias de informação e comunicação. Os resultados preliminares apontam tendências nas dinâmicas emergentes de organização social que podem indicar o papel das velhas e das novas mídias na política hoje.

A teoria da ação coletiva no contexto da difusão de informação em rede

Uma das principais questões que intrigam os cientistas sociais é compreender o que fazem os indivíduos se engajarem em causas coletivas e contribuírem para o bem comum quando, em virtude de ser comum, podem usufruí-lo sem ter que contribuir para a sua provisão.

Até a década de 1950, a chamada “teoria tradicional dos grupos sociais”, desenvolvida por diferentes cientistas políticos em perspectivas distintas, vigorou enquanto interpretação dominante do comportamento coletivo. Essa vertente teórica explica a existência de associações e afiliações sociais a partir de conceitos como “instinto gregário” ou “tendência” (humana) de agrupamento. Desse modo, as ações coletivas são interpretadas como um aspecto evolutivo das sociedades “primitivas” precedentes, que se organizavam em torno de grupos primários ou de parentesco, que nas sociedades modernas passam a assumir funções sociais.

Essa tese é refutada nos anos 1960 por Mancur Olson, economista e sociólogo norte-americano que introduz nas pesquisas sobre ação coletiva estudos que partem da apropriação de modelos econômicos neoclássicos para discutir fenômenos sociais e políticos. Em seu livro *A lógica da Ação Coletiva*, Olson (2011) refuta a ideia de que grupos de indivíduos com interesses comuns agem em prol de tais interesses, tanto quanto se espera que os indivíduos isolados ajam de acordo com seus interesses pessoais. Ou seja, o argumento formal empregado pelo autor estabelece uma disjunção entre racionalidade individual e racionalidade coletiva. Olson (2011, p. 14) é claro: “os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agem para promover interesses comuns ou grupais”, mesmo que saiam ganhando como indivíduos e como grupo ao agirem em conjunto para atingir seus objetivos.

Significa dizer que, diante do “dilema da ação coletiva”, quando está em pauta um bem público – ou seja, um benefício caracterizado pela impossibilidade de distinção entre aqueles que contribuíram e os que não contribuíram para o

seu provimento – o “indivíduo racional” tende a preferir não contribuir para um bem comum. Isso ocorre porque o ator percebe que, diante de um bem público, aqueles que não participam conquistarão os mesmos direitos que aqueles que participam, porém sem esforço ou investimento pessoal. Nesse sentido, os “atores racionais” encontram fortes incentivos para não se engajar em causas coletivas e assim maximizar seu bem-estar pessoal.

Esse clássico dilema social nos conduz a uma armadilha argumentativa: por um lado, é importante para todos que os bens públicos sejam produzidos, porém os indivíduos preferem que outros façam o esforço para realmente produzi-los. Por outro, se todos raciocinarem dessa maneira, nenhum bem público será produzido, conquistado e oferecido – o que será ainda pior para todos. (GONZÁLEZ-BAILÓN; BORGE-HOLTHOEFER; MORENO, 2013)

Em contrapartida, desde a crise econômica de 2008 assistimos ao revigoração dos movimentos sociais em todo o mundo. A Primavera Árabe, as mobilizações globais chamadas Occupy, o Movimiento 15-M ou Los Indignados na Espanha, e as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil são exemplos. Ambos os casos citados apresentam processos similares de participação, convocação e engajamento *on-line* que precederam a ocupação das ruas. Portanto, com a recente onda de mobilizações no mundo, observamos o desencadeamento de protestos em larga escala cujas lógicas sociais precisam ser explicadas. Cabe perguntar: o que faz com que os cidadãos comuns participem de protestos e façam parte de manifestações que expressam demandas coletivas, quando estes mesmos cidadãos podem apenas usufruir dos benefícios sem esforços?

Alguns pesquisadores, ao investigar porque as pessoas se engajam em ações coletivas em detrimento dos interesses racionais individuais começam a assumir diferentes possibilidades como, por exemplo, a imprevisibilidade do desvio de racionalidade. (COLEMAN apud GONZÁLEZ-BAILÓN; BORGE-HOLTHOEFER; MORENO, 2013; WATTS, 2011 entre outros) Essa perspectiva continua considerando os efeitos das normas sociais na ação dos indivíduos, em consonância com a tradição sociológica durkheimiana, mas passa a ponderar também as pressões de grupos, a influência social e o contágio como variáveis determinantes na gênese da ação coletiva. Essa perspectiva retoma a teoria social de Gabriel Tarde (1976; 2005), elaborada na virada do século XX, que considera que os comportamentos, hábitos, crenças e desejos compartilhados por uma coletividade remetem necessariamente a processos de contágio imitativo dentro de grupos sociais.

Pesquisas desenvolvidas diante desse enquadramento teórico assumem que os atores não tomam decisões de forma isolada, mas ao contrário, estão envolvidos

em uma densa rede de interações sociais. A estrutura das redes de relações permite tanto a aplicação eficaz de normas e mecanismos de coerção social, como também a propagação de valores, crenças e desejos diante dos agentes e instituições envolvidas. Tal pressuposto vai de encontro à visão microssociológica de Tarde sobre a formação da opinião pública. Para Gabriel Tarde (2005), a opinião pública é resultado de micro operações de influência, sugestão e contágio que se espalham no interior das relações sociais e dos pequenos grupos, e a relevância dos meios de comunicação deve ser considerada neste contexto.

Entretanto, a menos que os grupos permaneçam pequenos ou concebam mecanismos para estimular e influenciar a ação individual de acordo com interesses comuns, os indivíduos racionais, centrados em interesses próprios, se comportam de forma distinta diante da coletividade e dos grandes grupos. Para Olson (2011, p. 14-15), as pessoas serão sempre tentadas a criar mecanismos para usufruir de conquistas coletivas sem investimento pessoal, ou seja, “a custa dos outros”.

A pergunta que os atores se colocam quando confrontados com a decisão de participar ou não de um esforço coletivo, segundo Olson (2011), não é tanto sobre seu benefício, mas sim sobre sua eficácia – ou seja, depende de saber se muitos outros atores aderiram a ponto de constituir uma massa crítica. Diante desse argumento, reconhece-se que as redes de relações sociais são fator-chave na ação coletiva não somente porque permitem o controle e a autorregulação dos grupos, mas também porque encorajam seus membros a desenvolverem uma crença de “autoeficácia” (BANDURA, 1994) que estimula as contribuições individuais.

Este senso de eficácia é medido pela dinâmica de comportamento do grupo. Ou seja, os atores não decidem em paralelo, ou ao mesmo tempo, mas de forma sequencial. Tal estratégia lhes permite analisar quantos estão aderindo ao movimento antes de aderir também. Considerando os indivíduos heterogêneos em diversos aspectos, inclusive em sua inclinação para a participação política ou não, a decisão sequencial permite às pessoas que não consideraram a possibilidade de adesão em um determinado momento possam aderir mais tarde, na medida em que percebem que uma massa crítica foi atingida. (GONZÁLEZ-BAILÓN; BORGE-HOLTHOEFER; MORENO, 2013)

Esse argumento se refere à “Teoria do limiar”, de Granovetter (1978), atualizada posteriormente por Macy (1991), Valente (1996) e Watts e Dodds (2010), que indica que o comportamento dos indivíduos depende do número de outros indivíduos que já o aderiram. Granovetter (1978) constata que as pessoas possuem diferentes “limiares” em relação a quantos outros atores precisam ser percebidos como participantes antes de tomar a decisão de se juntar a um determinado

movimento. Portanto, a distribuição dos limiares determina o resultado do comportamento coletivo.

Diante desse argumento, a ação coletiva aproxima-se mais de uma lógica de contágio social do que de um processo que depende de incentivos seletivos. Essa “dimensão contagiosa” da ação coletiva é crucial para compreender a lógica da transmissão de comportamento social. As redes de contato e a tomada de decisão apresentam-se como variáveis interdependentes cuja combinação pode acionar uma reação em cadeia que não precisa necessariamente de ganhos individuais diretos para acontecer. (GONZÁLEZ-BAILÓN; BORGE-HOLTHOEFER; MORENO, 2013)

As redes possuem características estruturais – como tamanho, densidade e centralidade – que alteram as condições de possibilidade tanto da velocidade, quanto do alcance das reações em cadeia. (WASSERMAN; FAUST, 1994; EASLEY; KLEINBERG, 2010) A posição dos atores na rede e a posição daqueles aos quais estes estão ligados podem apontar tendências e direções nos processos de difusão e contágio.

Portanto, os estudos de rede baseados na observação dos processos de difusão de informações, ideias e comportamentos coletivos indicam que o desencadeamento de ações coletivas depende tanto das interações sociais quanto do monitoramento dos grupos de referência antes da tomada de decisão. Ou seja, é a estrutura da rede que viabiliza o contágio. Essa perspectiva se opõe conceitualmente às abordagens da economia neoclássica sobre o tema, que pressupõem os parâmetros de cálculo racional na tomada de decisão individual.

Ao assumir que os atores aprendem durante a experiência, “adaptando suas decisões de acordo com o *feedback* social” (MACY, 1991, p. 731), a teoria de redes cria possíveis interseções no campo da sociologia entre visões tradicionalmente antagônicas, como as de Emile Durkheim (1989) e Gabriel Tarde (1976). A perspectiva teórica inovadora inaugurada pela análise de redes sociais considera que os limiares individuais são determinados, ao mesmo tempo, pelos processos de influência social e contágio no nível micro, e pelas normas e coerções sociais no nível macro. Conforme argumenta Gould (1993, p. 183), os limiares individuais respondem tanto a princípios normativos (a uma lei ou regra social, por exemplo), quanto a uma inclinação individual para contribuição coletiva, que é condicionada à proporção de outros atores da rede que também estão dispostos a contribuir.

A onda de protestos no mundo a partir de 2011 oferece um terreno empírico inédito para avaliar as dinâmicas sociais e a lógica da ação coletiva na era digital. Reconhecemos que os movimentos como a Primavera Árabe, Los Indignados e o Occupy Wall Street, assim como as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil,

diferem amplamente por suas motivações e pelas contingências conjunturais de seus contextos locais. Entretanto, esses protestos apresentam duas características comuns. Por um lado, o surgimento e a coordenação das ações ocorreram sem a necessidade de constituir uma estrutura típica das organizações formais. Por outro, esses movimentos conseguiram envolver e levar às ruas um grande número de pessoas que foram recrutadas e mobilizadas através das redes sociais *on-line*.

A maior parte das mensagens políticas de engajamento e convocação, recebidas por diferentes grupos e públicos, foi difundida através de plataformas digitais como o Facebook e o Twitter. (GERBAUDO, 2012; MALINI; ANTOUN, 2013; CASTELLS, 2015; RECUERO et al., 2015) Portanto, cabe perguntar: em que medida é possível aplicar a teoria da lógica da ação coletiva diante das novas estratégias de recrutamento, mobilização e ativismo *on-line*? Que aspectos da experiência social permanecem, são análogos ou se modificam diante da nova ecologia informacional, comunicacional e midiática?

Da lógica da ação coletiva à ação conectiva

O fenômeno de recrutamento *on-line*, associado à recente onda de mobilizações no mundo, tem gerado diversas discussões sobre como as mídias sociais se relacionam com a difusão dos protestos. Investigações recentes sobre o tema demonstram que as condições de possibilidade para o surgimento de cascatas de informação, que podem gerar mobilizações em massa, são raras e difíceis de prever, inclusive nas redes *on-line*. (BAKSHY et al., 2011) Ou seja, também é difícil conseguir mobilizar um grande número de pessoas na internet. Entretanto, a questão que propomos discutir aqui não é o contexto histórico-político em que essas mobilizações acontecem, mas analisar em que medida o uso de redes sociais *on-line* (como o Twitter) configura um ponto de inflexão no processo de cascata de informação, catalisando e logo antecipando a sua explosão.

A nova lógica social de recrutamento *on-line* desafia dois pressupostos fundamentais das teorias tradicionais sobre a ação coletiva: 1) que os custos da participação individual incentivam um comportamento de “parasitismo social” (“*free-riding*” em inglês, que significa “pegar carona”); e 2) que tanto as organizações formais, quanto os pequenos grupos de interação são necessários para incentivar as contribuições individuais. (GONZÁLEZ-BAILÓN; BERGE-HOLTHOEFER; MORENO, 2013)

Diversas teorias sobre as formas emergentes de mobilização social sugerem que a internet não só viabiliza um novo canal de ação política para o cidadão

comum, como seu uso tem um efeito positivo na participação política *off-line* na medida em que estimula o engajamento de pessoas que, em outras circunstâncias, tenderiam a permanecer inativas. (ROBLES; MARCO; ANTINO, 2013) Entretanto, o uso das mídias sociais nas atuais manifestações de massa coloca uma nova questão para as teorias sociais: as tecnologias digitais permitem uma espécie de “engajamento político personalizado” que não existia anteriormente. (BENNETT; SEGERBERG, 2012)

Segundo Bennett e Segerberg (2012), a compreensão dessas mudanças na dinâmica da ação coletiva requer a distinção entre duas lógicas sociais em jogo. Por um lado, a lógica da ação coletiva clássica, associada à formação de identidades coletivas e a necessidade de altos investimentos em recursos organizacionais. Por outro, a nova “lógica da ação conectiva”, termo cunhado pelos autores para designar uma participação baseada no compartilhamento de conteúdos personalizados através das redes sociais *on-line*. Cabe observar que, na ação conectiva, as organizações políticas convencionais tais como partidos e ONGs continuam participando, porém através de um envolvimento “light”² – inclusive porque tendem a ser consideradas como parte do objeto de questionamento político.

Os autores afirmam que o processo de individualização e fragmentação estrutural das sociedades contemporâneas fizeram emergir a necessidade de formas de interação mais personalizadas entre os indivíduos. Esse novo padrão de interação é baseado em identidades flexíveis que levam em conta, separadamente, as necessidades, queixas, crenças e estilos de vida de cada pessoa, mesmo que os objetos de reivindicação e de luta sejam os mesmos. Nesse contexto, a necessidade de comunicação personalizada é agenciada a partir do uso das redes sociais *on-line* que permitem aos indivíduos se organizarem de maneira diferenciada, de acordo com os interesses de cada um. Bennett e Segerberg (2012) chamam este fenômeno de “ação conectiva em larga-escala”, no qual colocam em primeiro plano o reconhecimento das mídias digitais como agente de organização.

Há dois elementos da “comunicação personalizada” particularmente importantes para a formação de uma “ação conectiva”, segundo os autores. O primeiro é a transmissão de pautas e temas de reivindicação política expressas de maneira simples e facilmente personalizáveis cujas mensagens possam ser compartilhadas em

2 O termo “light” aqui remete à provocação de Slavoj Žižek no livro *Bem-vindo ao deserto do Real!* (2003), em que o autor faz uma crítica à redefinição contemporânea da política como a arte da administração competente, ou seja, a política sem política, da mesma maneira em que passamos a consumir café sem cafeína, creme de leite sem gordura, cerveja sem álcool, a fazer sexo virtual (sexo sem sexo) etc. No caso da participação das organizações políticas convencionais na nova lógica da ação conectiva, referimo-nos a uma espécie de engajamento sem muito envolvimento.

diferentes contextos. Por exemplo, se um indivíduo se sente parte de uma maioria desprivilegiada, tende a compartilhar a mensagem “We are 99%”, do Occupy Wall Street, como forma de protesto; ou se está pessoalmente indignado com x, y ou z inclui “#indignados” em suas mensagens nas redes sociais. Esses são exemplos de comunicação viral que caracteriza um “meme”: um pacote simbólico que se dissemina facilmente entre grupos grandes e diversificados devido à facilidade de imitar, de adaptar a cada pessoa e compartilhar amplamente tais mensagens com outros. (BENNETT; SEGERBERG, 2012)

Essa forma de ação pessoal é inclusiva na medida em que aceita diferentes motivações pessoais para reivindicar mudanças em situações comuns ou equivalentes. Essa perspectiva vai de encontro ao argumento de Ernesto Laclau (1996; 2013) sobre a importância dos “significantes vazios” para a política, que possibilita a condensação de significados a partir de uma “cadeia de equivalência” entre diferentes demandas, a ponto da “diferença igualar-se à identidade”.

A segunda característica da ação conectiva é a disponibilidade de diferentes tecnologias de informação e comunicação que permite o compartilhamento dessas idéias. (BENNETT; SEGERBERG, 2012) Nesse aspecto, o próprio processo de disseminação de textos, *hyperlinks*, vídeos, *tweets*, *posts* e *memes* nas redes sociais também envolve personalização ao incluir comentários direcionados a amigos e pessoas próximas junto ao conteúdo compartilhado.

Autores como Lupia e Sin (2003) e Bimber, Flanagin e Sthol (2005) argumentam que o novo ambiente de comunicação *on-line* atrai as novas gerações por reduzir significativamente os custos de participação política. Nesse sentido, a diminuição do custo pessoal tornaria a questão do “parasitismo social” menos problemática e o papel das instituições na aplicação de sanções ou incentivos seletivos menos significativo.

Na lógica da ação coletiva tradicional, a produção e a difusão de mensagens são mediadas por organizações que definem a estratégia de comunicação de forma hierárquica, de acordo com os recursos disponíveis. Em contrapartida, segundo Bennett e Segerberg (2012), a ação conectiva revela uma lógica econômica, psicológica e social bastante diferente: opera através da comunicação personalizada baseada na coprodução e no compartilhamento *peer-to-peer*. Na lógica conectiva, a ação ou a contribuição individual em prol de um bem comum torna-se um ato de expressão pessoal de autorreconhecimento e de autovalidação, que se dá através do compartilhamento de idéias e ações dentro de redes de confiança.

Portanto, os tradicionais padrões de difusão de mensagens políticas não desaparecem, mas são esgarçados pela estrutura das redes *on-line*. A comunicação em rede parece tornar-se a forma de organização social típica do nosso tempo. Muitos

ativistas consideram que as mobilizações políticas altamente diferenciadas, ou seja, que usam a comunicação personalizada para transmitir suas mensagens em larga-escala na internet são reconhecidas como parte do que é atualmente entendido como “movimento social”. (EARL; KIMPORT, 2011) Esse argumento sugere que os mecanismos convencionais de influência social, aprendizagem e contágio continuam em jogo nos protestos, porém adquirem escalas inéditas com o uso da internet, e esse seria o diferencial dos chamados “movimentos sociais em rede”. (CASTELLS, 2015)

No entanto, a facilidade de personalização não garante o sucesso da difusão de uma mensagem ou o engajamento dos receptores, tampouco a ocupação das ruas. O contexto político e as condições sociais para a adoção de um determinado comportamento coletivo são determinantes e diferem a cada situação. As mensagens personalizadas de fácil apropriação não se espalham automaticamente nas redes sociais: as pessoas precisam mostrar umas as outras como podem se apropriar, adaptar e compartilhar as ideias que circulam ao ponto de gerar contágio. Assim como os esforços de uma ação coletiva tradicional podem não resultar em movimentos contínuos ou efetivos, não há garantias sobre os resultados dos movimentos articulados através das redes sociais *on-line*. Ao contrário, na maioria das vezes, essas iniciativas fracassam.

As mídias sociais podem ajudar a reduzir alguns custos nos processos de disseminação de informação em larga-escala, mas não parecem mudar aspectos fundamentais da lógica da ação coletiva. Há características comuns entre ambos os fenômenos sociais. Por exemplo, tanto as teorias de redes quanto os estudos clássicos sobre os movimentos sociais destacam a importância da centralidade dos atores para atingir e mobilizar os recursos essenciais para o sucesso de uma ação coletiva. (DIANI; MCADAM, 2003) A estrutura de distribuição da rede – como *hubs* (atores com posições centrais) e *clusters* (agrupamentos de diferentes atores) – também é determinante nos processos de difusão devido aos canais de distribuição que suas conexões locais viabilizam. (BURT, 1987; IYENGAR; VAN DEN BULTE; VALENTE, 2011; MARWELL; PRAHL, 1988; VALENTE, 1996)

Portanto, retomamos as questões desta pesquisa: em que medida a ação conectiva pode ser um novo catalisador de demandas latentes que favorecem o desencadeamento de manifestações sociais? Qual o papel das mídias tradicionais diante das novas lógicas de organização política? Como as mídias digitais contribuem para a organização dos protestos? Como os meios de comunicação tradicionais interagem com a transmissão de mensagens pelas redes sociais?

Método de pesquisa

Para desenvolver esta pesquisa comparamos as matérias jornalísticas dos principais jornais impressos brasileiros (*O Globo*, *Extra*, *Folha de S. Paulo*, *Estadão* e *O Dia*) com as atividades dos usuários mais influentes no Twitter na difusão de mensagens sobre as manifestações no país no período de 1 a 30 de junho de 2013.

Através do serviço “Clip na web”, foram coletadas 390 reportagens que cobriram os protestos. Essas reportagens foram classificadas e organizadas de acordo com a conotação das matérias e seus títulos, a partir do método de análise de conteúdo.

No âmbito das mídias sociais, foram monitoradas no mesmo período as atividades *on-line* dos usuários mais influentes (com maior número de seguidores e/ou *retweets*) através das oito das principais *hashtags* utilizadas no Twitter sobre as manifestações (#Verasqueumfilhoteunaofogealuta; #Vemprarua; #MudaBrasil; #GiganteAcordou; #ProtestoSP; #ProtestoRJ; #AcordaBrasil; #ChangeBrasil) de acordo com o número de menções. Os dados foram extraídos através do *software* Topsy, que indica os usuários mais influentes por *hashtag*.

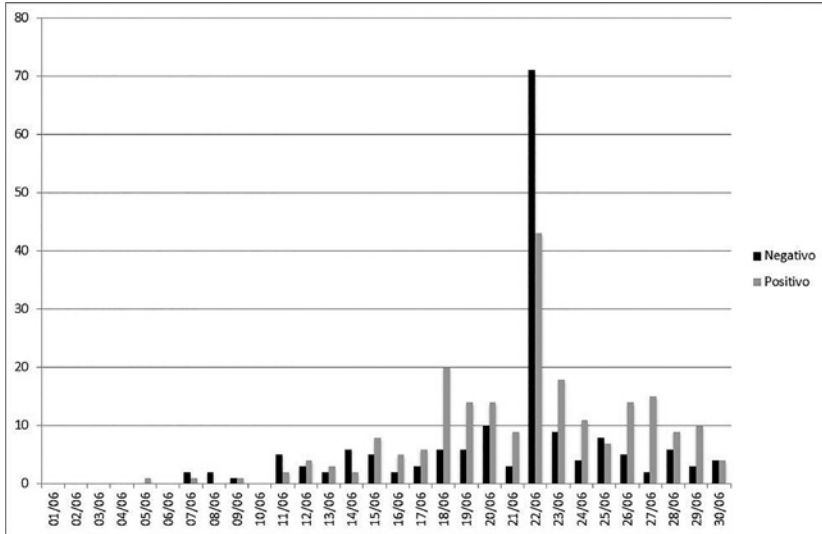
O trabalho combinou diferentes métodos de pesquisa com o objetivo de analisar em que medida as mensagens dos usuários na internet antecipam os acontecimentos nas ruas e determinam, são determinadas ou coincidem com a conotação das matérias jornalistas sobre os protestos.

Resultados e discussão

Em relação às reportagens jornalísticas publicadas nos principais jornais impressos brasileiros – *O Globo*, *Extra*, *Folha de S. Paulo*, *Estadão* e *O Dia* – analisamos a conotação dos títulos e das matérias separadamente. A análise de conteúdo das 390 reportagens publicadas no período de 1 a 30 de junho de 2013 apresentou os resultados indicados nos Gráficos 1 e 2.

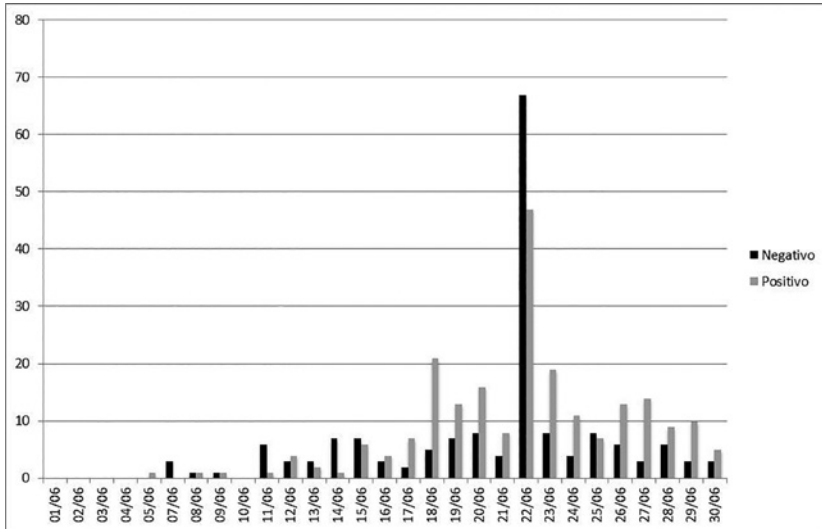
Os Gráficos 1 e 2 mostram que os principais jornais começaram a apoiar as manifestações de junho de 2013 através de matérias com conotação positiva, a partir do dia 18 de junho – dois dias antes da grande manifestação do dia 20 de junho em todo o país que levou mais de um milhão e meio de pessoas às ruas. O Gráfico 3 mostra o crescimento das mobilizações por dia nas ruas de acordo com os números divulgados nos próprios jornais analisados.

Gráfico 1: Conotação dos títulos das reportagens dos principais jornais brasileiros em junho de 2013



Fonte: Dados da pesquisa.

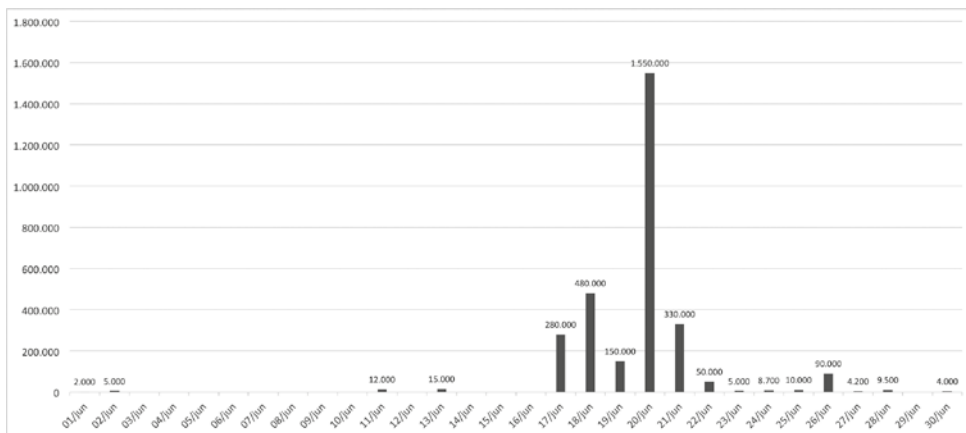
Gráfico 2: Conotação do conteúdo as matérias jornalísticas dos principais jornais brasileiros em junho de 2013



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao observar os Gráficos 1 e 2, percebe-se que os títulos e os conteúdos das matérias publicadas nos principais jornais impressos do Brasil apresentaram, na maioria das vezes, conotação positiva em relação às manifestações no mês de junho de 2013, especialmente até o dia 20 de junho em que foi registrado o maior quantidade de manifestantes nas ruas em todo Brasil conforme mostra o Gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3: Número de pessoas nas ruas nas capitais do Brasil em junho de 2013



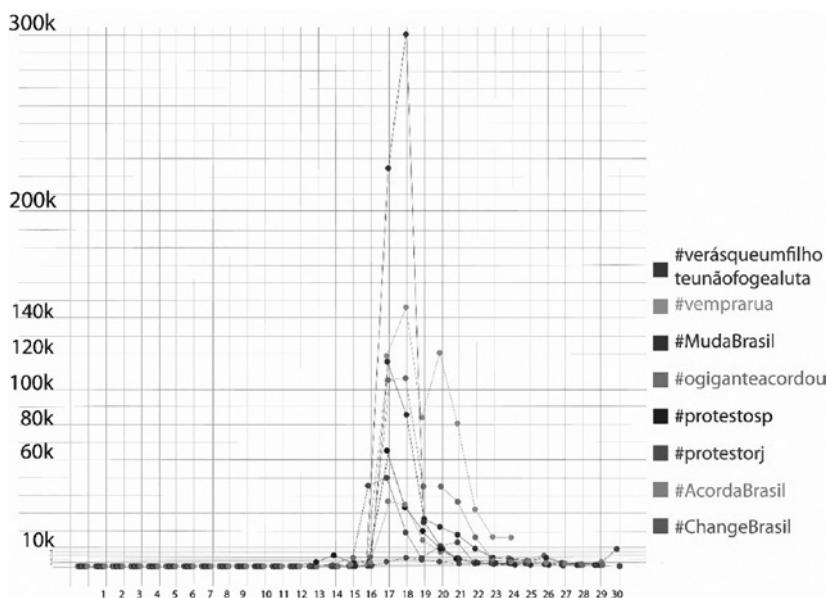
Fonte: Dados da pesquisa.

Esses dados vão de encontro a resultados de estudos anteriores que ressaltam a importância dos meios de comunicação de massa na difusão de ondas de mobilizações, conforme Myers (2000) e González-Bailón; Borge-Holthoefer e Moreno (2013). As pesquisas como as de Coleman, Menzel e Katz (1957) e Van Den Bulte e Lilien (2001) também indicam como a exposição a uma fonte comum e global de informação (meios de comunicação tradicionais ou campanhas de *marketing*) interage com a transmissão de mensagens pelas redes locais, o que indica que as fontes de pressão social são na maioria das vezes exógenas, e não internas à rede. Nesse caso, percebe-se que a cobertura jornalística com conotação positiva sobre os protestos pode ter influenciado na adesão progressiva dos manifestantes.

Com o objetivo de articular a análise da cobertura da mídia tradicional com as atividades nas mídias digitais, conforme mencionado anteriormente, foram

monitoradas no mesmo período de 1 a 30 de junho as atividades *on-line* dos usuários mais influentes (com maior número de seguidores e/ou *retweets*) no Twitter, através das oito principais *hashtags* utilizadas sobre as manifestações. São elas: #Verásqueumfilhoteunaofogaluta; #Vemprarua; #MudaBrasil; #GiganteAcordou; #ProtestoSP; #ProtestoRJ; #AcordaBrasil; #ChangeBrasil através do *software* Topsy. Segundo os dados extraídos do *software* Topsy neste período, o uso das *hashtags* escolhidas ao longo do mês de junho se distribuiu da seguinte maneira, conforme mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4: *Hashtags* mais utilizadas no Twitter em junho de 2013



Fonte: Dados da pesquisa.

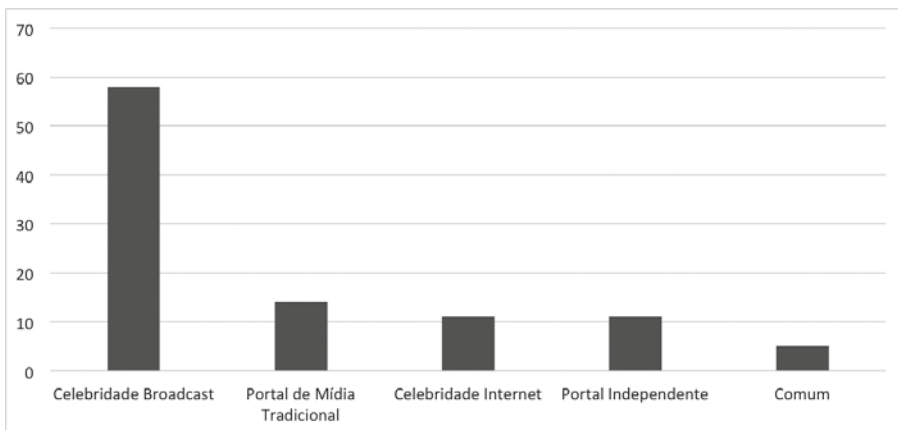
Como se pode observar no Gráfico 4, o ponto de inflexão no qual a soma das principais *hashtags* do Twitter sobre as manifestações alcançam quase um milhão de *tweets* ocorre no dia 18 de junho, data que coincide com a publicação de matérias jornalísticas, pelos jornais tradicionais, com conotação de apoio à mobilização que já havia começado nas ruas.

A alta popularidade das *hashtags* #verásqueumfilhoteunaofogaluta e #vemprarua apresenta forte relação com o conteúdo difundido pelos meios de

comunicação de massa. No mês de junho os grandes veículos de comunicação cobriam a Copa das Confederações de futebol, que acontecia no Brasil e cujo título foi conquistado pela seleção brasileira. Nesse momento, o hino nacional, que inclui a frase “verás que um filho teu não foge a luta”, foi diversas vezes tocado durante a competição. E a segunda *hashtag* mais popular foi estimulada pela transmissão do comercial da Fiat cujo *jingle* da campanha publicitária era “Vem pra rua!”. A frase ganhou destaque em junho de 2013 ao virar “hino” dos manifestantes nos Protestos no Brasil em 2013³.

Ao analisar os tipos de usuários mais influentes (com maior número de seguidores e/ou *retweets*) indicados pelo *software* Topsy através da extração de dados das oito principais *hashtags* utilizadas no Twitter sobre as manifestações, encontramos os perfis apresentados no Gráfico 5 a seguir. Os usuários foram classificados em: 1) celebridades *broadcast* (ou seja, da mídia de massa tradicional); 2) portal de mídia tradicional (*sites* de veículos de comunicação de massa); 3) celebridades da internet; 4) portais independentes; e 5) usuários comuns.

Gráfico 5: Tipologia dos usuários mais influentes no Twitter sobre as manifestações

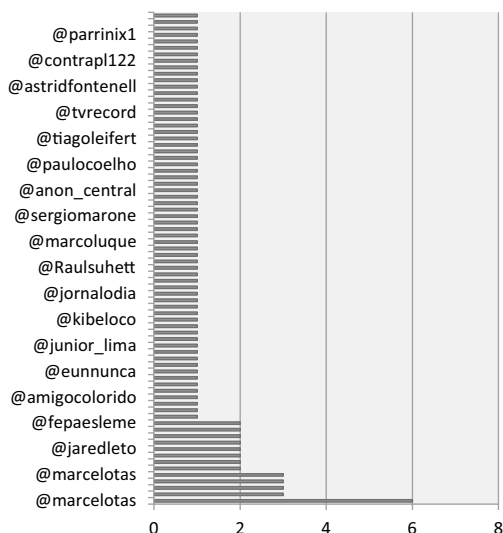


Fonte: dados da pesquisa.

3 Para assistir o comercial oficial da Fiat #vem pra rua, lançada em 2013, ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=iGai5q27pUg>>. Acesso em: 19 jan. 2016. Para análise da agência de publicidade que fez a campanha da Fiat e a relação com as Copa das Confederações e os Protestos de 2013, ver: <<https://www.youtube.com/watch?v=KrbTbgLJhwA>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

O Gráfico 6 mostra os perfis dos usuários mais influentes no Twitter que usaram as *hashtags* analisadas. O Gráfico está ordenado de acordo com o número de publicações por usuário.

Gráfico 6: Número de publicações por usuário mais influente



Fonte: Dados da pesquisa.

Esses últimos Gráficos 5 e 6, sobre os usuários mais influentes no Twitter nas manifestações de junho de 2013, corroboram com as teorias de rede, que destacam o papel dos *hubs* na formação de cascatas de informação. Os resultados encontrados também confirmam a pesquisa de González-Bailón; Borge-Holthoefer e Moreno (2013) sobre o papel dos *broadcasters* (mediadores de massa) como fator-chave no movimento 15-M espanhol, porém no caso das manifestações de junho de 2013 no Brasil.

Considerações finais

Desvendar as motivações sociais para a ação política há muito tem intrigado os cientistas sociais. Recentes discussões entre teóricos e especialistas que analisam a aurora de “uma nova política” em nosso tempo tendem a indicar a internet

como uma ferramenta de inovação social para a democracia representativa, principalmente por diminuir os custos individuais de participação política.

Os dados apresentados neste artigo e a revisão teórica realizada indicam que a simples “redução dos custos” pessoais e sociais é real, mas não é a única maneira pela qual a internet está mudando a lógica da ação coletiva. As redes *on-line* também reforçam a interdependência de variáveis na tomada de decisão. Significa dizer que o fato dos atores tomarem decisões no contexto de seus grupos de referência altera seu comportamento e influencia a sua decisão final.

As redes de comunicação difundem informações que permitem aos agentes inferir o modo como muitas outras pessoas, no nível macro e micro, estão se engajando ou participando de um determinado movimento social. Portanto, essas redes funcionam como um dispositivo de controle do entorno e de vigilância coletiva mais ampla. O monitoramento *on-line* do comportamento dos grupos de referência é um fato social importante não apenas por aumentar a sensação de eficácia política, mas também por introduzir um comportamento normativo frente aos outros atores potenciais. Por exemplo, os participantes são mais propensos a estar em conformidade com a contribuição média se sabem o quanto as outras pessoas estão contribuindo.

Esse argumento nos leva a refletir sobre a ação coletiva não tanto como um problema de incentivos que compensam ou não os custos de participação, mas sim como uma questão de comunicação: ter acesso a informações relevantes sobre o assunto modifica a avaliação da eficácia da participação.

No entanto, a observação da dinâmica das redes *on-line* levanta uma questão fundamental: quais são os elementos determinantes dessas redes que as tornam tão eficazes no processo de influência social em prol da participação política? Os resultados encontrados nesta pesquisa convergem com pesquisas anteriores (como, por exemplo, GERBAUDO, 2012; GONZÁLEZ-BAILÓN, BORGE-HOLTHOEFER; MORENO, 2013) e mostram que os pressupostos de alguns teóricos, de que as redes são constituídas por estruturas horizontais, são infundados. Se as redes sociais *on-line* são eficientes para desencadear cascatas de informação é justamente por possuírem uma estrutura extremamente centralizada, que permite atingir um elevado número de pessoas em pouco tempo através de cadeias curtas de difusão.

Nossas análises revelam que as cascatas de informação que maximizaram o número de pessoas expostas a informações sobre as manifestações de junho de 2013 no Brasil foram desencadeadas por usuários posicionados no centro da rede. Portanto, o alcance de um movimento social qualquer parece estar nas mãos de poucas pessoas influentes que possuem elevada exposição na mídia de massa. No

entanto, cabe mencionar que não podemos ignorar a existência de influentes ocultos, atores essenciais no processo de difusão em larga escala por introduzirem os chamados “memes” ou ideias a serem distribuídas. Também não podemos negar o papel da grande mídia na cobertura dos acontecimentos políticos, que tende a contribuir para a “agenda setting”.

Os resultados desta pesquisa também indicam que as redes *on-line* suplantam a grande mídia nos estágios iniciais do movimento: são elas que oferecem os principais canais para a difusão de informação, ou seja, constroem uma ambiência ou condições de possibilidade para que os protestos avancem. No entanto, uma vez que os protestos ocuparam as ruas, os meios de comunicação tradicionais começaram a cobrir os eventos. A partir de então, a comunicação *on-line* começa a interagir com a exposição de informação através dos meios de comunicação de massa. Desse modo, a interação entre as velhas e novas mídias diante das mobilizações sociais parece criar entre elas um efeito de retroalimentação. Tal fenômeno não foi possível de captar ou comprovar com os dados desta pesquisa, mas uma rápida análise através da superposição dos Gráficos 1, 2 e 4 tende a indicar que a interação entre as mídias digitais e as mídias de massa contribui para multiplicar o número de usuários ativados para participar do movimento.

Cabe mencionar que as mídias tradicionais parecem afetar esse processo não somente como fator exógeno, mas como um ator relevante dentro das próprias redes de comunicação *on-line*. Nossos dados demonstram que a maioria dos “formadores de opinião” na internet, indicados pelo *software* Topsy como os “usuários mais influentes” no Twitter pertencem à categoria de “celebridades broadcast” (ver Gráfico 5 e 6).

No entanto, não podemos desprezar a existência de usuários comuns capazes de competir com os meios de comunicação de massa em termos de centralidade e visibilidade, mesmo que sejam comparativamente poucos (ver Gráfico 5). Por mais que os meios de comunicação de massa tradicionais ainda monopolizem a maior parte do fluxo de informação difundido entre a população brasileira, as redes sociais *on-line* podem ajudar a romper com a lógica de conexão preferencial (tendência de reforçar a centralidade dos usuários já centrais). Destacamos que esses usuários são – mesmo enquanto exceção – cruciais para a gestação de mobilizações que ganham relevância social. No caso das manifestações de junho de 2013 no Brasil, a atividade destes usuários comuns permitiu que o movimento conseguisse chegar ao núcleo de uma rede de difusão de informação altamente centralizada em torno celebridades e *hubs* de portais da mídia tradicional.

Por fim, este estudo sugere que, na medida em que as redes expõem o comportamento e o grau de participação política de um amplo conjunto de usuários, sua dinâmica oferece a chave para compreender um dos mecanismos essenciais para o surgimento da ação coletiva. Segundo Granovetter (1978), o fator necessário para o desencadeamento de reações em escalas nacionais e/ou globais é a “ativação dos limiares individuais”. Embora as redes *on-line* não sejam os únicos meios para facilitar a ativação dos limiares, parecem ser mais eficientes neste processo se comparadas com os meios de comunicação tradicionais.

Entretanto, argumentamos que nem sempre as redes *on-line* poderão cumprir a função de facilitar a ação coletiva. Essas redes atuam em apenas uma, dentre as muitas camadas que compõem as estruturas sociais nas quais estamos inseridos. Significa dizer que, por um lado, não podemos prever a próxima onda de protestos através de uma análise das novas mídias. Por outro, os usos das redes *on-line* podem funcionar como gatilho para o crescimento de um movimento qualquer. Logo, novas pesquisas empíricas nesse campo fazem-se necessárias para fomentar a discussão sobre o papel das novas e velhas mídias na política contemporânea, para que possamos compreender as lógicas sociais emergentes em nosso tempo.

Referências

- BAKSHY, E. et al. Everyone’s an influencer: quantifying influence on twitter. In: KING, I. et al. *Proceedings of the fourth ACM international conference on Web search and data mining*. New York: ACM, 2011. p. 65-74.
- BANDURA, A. Self-efficacy. In: RAMACHAUDRAN, V. S. (Ed.). *Encyclopedia of human behavior*. New York: Academic Press, 1994. v. 4. p. 71-81.
- BENNETT, L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action. *Information, Communication & Society*, London, v. 15, n. 5, p. 739-768, apr. 2012.
- BIMBER, B.; FLANAGIN, A.; STHOL, C. Reconceptualizing collective action in the contemporary media environment. *Communication Theory*, Malden, Mass., v. 15, n. 4, p. 365-388, nov. 2005.
- BURT, R. S. Social contagion and innovation: cohesion versus structural equivalence. *American Journal of Sociology*, Chicago, Ill., v. 92, n. 6, p. 1287-1335, may 1987.
- CASTELLS, M. *Redes de indignación y esperanza*. Madrid: Alianza Editorial, 2015.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; IBOPE. Pesquisa CNI-IBOPE. ed. Especial. Brasília: CNI; IBOPE, jul. 2013. Disponível em: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/CNI_IBOPE_edicao%20especial_jul2013_web.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

- COLEMAN, J. S.; MENZEL, H.; KATZ, E. The diffusion of an innovation among physicians. *Sociometry*, Albany, NY, v. 20, n. 4, p. 253-270, dec. 1957.
- DIANI, M.; MCADAM, D. *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Lisboa: Presença, 1989.
- EARL, J.; KIMPORT, K. *Digitally enabled social change: activism in the internet age*. Cambridge, MA: MIT, 2011.
- EASLEY, D.; KLEINBERG, J. *Networks, crowds and markets*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- GERBAUDO, P. *Tweets and the streets: social media and contemporary activism*. London: Pluto Press, 2012.
- GONZÁLEZ-BAILO, S. et al. The dynamics of protest recruitment through an online network. *Scientific Reports*, London, v. 1, n. 197. 2011.
- GONZÁLEZ-BAILÓN, S.; BORGE-HOLTHOEFER, J.; MORENO, Y. Broadcasters and hidden influentials in online protest diffusion. *American Behavioral Scientist*, Princeton, NJ, v. 20, n. 10, p. 943-965, 2013.
- GOULD, R. Collective action and network structure. *American Sociological Review*, Menasha, Wis., v. 58, n. 2, p. 182-196, apr. 1993.
- GRANOVETTER, M. Threshold models of collective behavior. *American Journal of Sociology*, Chicago, Ill. v. 83, n. 6, p. 1420-1443, may 1978.
- IYENGAR, R.; VAN DEN BULTE, C.; VALENTE, T. W. Opinion leadership and social contagion in new product diffusion. *Marketing Science*, Providence, RI, v. 30, n. 2, p. 195-212, mar./apr. 2011.
- LACLAU, E. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel, 1996.
- LACLAU, E. *Razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LAER, J. V.; AELST, P. V. Internet and social movement action repertoires: opportunities and limitations. *Information, Communication & Society*, London, v. 13, n. 8, p. 1146-1171. dec. 2010.
- LUPIA, A.; SIN, G. Which public goods are endangered? how evolving communication technologies affect The logic of collective action. *Public Choice*, Blacksburg, Va., v. 117, n. 3-4, p. 315-331. dec. 2003.
- MACY, M. W. Chains of cooperation: threshold effects in collective action. *American Sociological Review*, Menasha, Wis., v. 56, n. 6, p. 730-747, dec. 1991.
- MALINI, F.; ANTOUN, H. *Internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MARWELL, G.; PRAHL, R. Social networks and collective action: a theory of critical mass III. *American Journal of Sociology*, Chicago, Ill., v. 94, n. 3, p. 502-534, nov. 1988.

- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva*. São Paulo: EDUSP, 2011.
- RECUERO, R. et al. Hashtags functions in the protests across Brazil. *SAGE Open*, v. 5, n. 2, p. 1-14, apr./jun. 2015.
- ROBLES, J. M.; MARCO, S.; ANTINO, M. Activating activists: the links between political participation and digital political participation. *Information, Communication & Society*, London, v. 16, n. 6, p. 856-877, jan. 2013.
- TARDE, G. *As leis da imitação*. Porto: Rés, 1976.
- TARDE, G. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- VALENTE, T. W. Social network thresholds in the diffusion of innovations. *Social Networks*, Amsterdam, v. 18, p. 69-89, 1996.
- VAN DEN BULTE, C.; LILIEN, G. L. Medical innovation revisited: social contagion versus marketing effort. *American Journal of Sociology*, Chicago, Ill., v. 106, n. 5, p. 1409–1435, mar. 2001.
- WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis: methods and applications*. New York: Cambridge University Press, 1994.
- WATTS, D. *Tudo é óbvio: desde que você saiba a resposta*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- WATTS, D. J.; DODDS, P. S. Threshold models of social influence. In: BEARMAN, P.; HEDSTRÖM, P. (Eds.). *Handbook of Analytical Sociology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- ZIZEK, S. *Bem-vindo ao deserto do real! Cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas*. São Paulo: Boitempo, 2003.

A Primavera Árabe e o enquadramento do outro: a captação da alteridade na narrativa jornalística

Mayra Rodrigues Gomes
José Augusto Mendes Lobato

Introdução

Não surpreende que, ao entrarmos em contato com algum tipo de acontecimento ou fenômeno, busquemos referenciais próximos para inseri-lo em nexos causais, para conhecê-lo e, assim, encontrar justificativas, elencar consequências, enfim, contextualizar aquilo que, à primeira vista, nos parece absolutamente estranho. Como parte do processo de assimilação do ambiente externo, o acesso a credenciais prévias figura como a chave para compreendermos os discursos de diferença e aquilo que, deles, pode ser traduzido. Na linguagem, e nos processos de representação em geral, realiza-se a conversão de determinadas experiências, por mais distantes que sejam, para que entrem em relação com o ambiente circundante, alimentando os modelos e imagens mentais que elaboramos sobre ele.

Como diz Serge Moscovici, antes mesmo do estabelecimento de uma consciência individual ou de uma subjetividade, mergulhamos em sistemas de classificação e denotação, a um só tempo consensuais – pois constroem o senso comum – e prescritivos – posto que antecedem e domesticam a experiência. A dinâmica das relações, diz o autor, é “uma dinâmica de familiarização”, na qual “os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios encontros e paradigmas”. (MOSCOVICI, 2003, p. 55) Nessas condições, as representações sociais surgem como lugar por excelência da familiarização: são as construções, produzidas e renovadas na linguagem, que se articulam como operadores de “classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes”. (MOSCOVICI, 2003, p. 62) Modos de dar nome às coisas e torná-las concretas, ainda que estejamos no registro de categorias abstratas.

Ao estendermos esse raciocínio do psiquismo individual ao coletivo, a mesma lógica é retomada. Contudo, se pensarmos esse coletivo em termos do ambiente das mídias contemporâneas, fica mais nítida a presença de uma especial articulação, absolutamente necessária aos processos de representação. Hoje em

dia, é muito mais explícito nos processos representacionais – ou o apelo é mais notório – o papel do reconhecimento por meio das diferenças.

Além disso, tal papel se exacerba, pois a tradução daquilo que é diferente – a alteridade, o outro, o exógeno – figura como promessa ontológica e como referencial das narrativas dispostas nos fluxos de comunicação. Para além do falar do que é semelhante, da ordem da identidade, somos constantemente confrontados com enunciados que convidam à contemplação de acontecimentos nem sempre acessíveis por uma experiência imediata; somos convocados a operar cognitivamente, outrossim, socialmente, pela via da alteridade.

Nos diferentes gêneros de discurso, o outro surge como categoria inevitável para a produção de sentido. Conhecer as estratégias a partir das quais ele é representado, acreditamos, é um caminho para examinar o potencial mobilizador e, em última análise, disciplinar da linguagem das mídias, domesticando o visível e fornecendo-nos um quadro ou mapa a partir do qual as próprias possibilidades de compreensão da alteridade são postas – e impostas –, ressoando socialmente nas imagens mentais e formações discursivas.

A fim de aprofundar tais reflexões e dar-lhes concretude com eventos do mundo, este trabalho busca acompanhar o tratamento dado à Primavera Árabe, denominação corrente da onda de protestos que, desde 2010, veio alterando os regimes políticos e sociais de aproximadamente 15 países do norte africano e do Oriente Médio. Na verdade, a própria denominação já figura, na narrativa jornalística, como modo de enquadramento dos fatos num panorama já reconhecido. Sob esse aspecto, a notícia passa a ocupar um quadrículo do quadriculamento do espaço cognitivo que toda palavra, toda representação, e a do jornalismo mais notoriamente, opera no sentido de orientar a compreensão do fenômeno e dos incidentes a ele atrelados.

Tendo os conceitos acima mencionados e os estudos sobre linguagem como chão em que nos locomovemos, serão analisadas matérias de quatro veículos de comunicação brasileiros (*UOL/Grupo Folha, BBC Brasil, Opera Mundi e Carta Capital*), visando mapear estratégias discursivas relacionadas à conversão do outro no mesmo. A alocação do próprio termo “Primavera Árabe” para as ocorrências mencionadas é considerada, aqui, um exemplo nítido da redução de não familiaridade ao plano do *déjà-vu* e da disciplinarização que as mídias, desse modo, protagonizam.

A perspectiva de associar as mídias ao quadriculamento do espaço vivenciado como recurso inerente à dimensão simbólica e, conseqüentemente, às experiências humanas de contato com a diferença, nos convida a uma breve reflexão

sobre as atribuições da linguagem. Autores que examinam essa questão, no âmbito dos Estudos Culturais e da Filosofia da Linguagem, permitem notar que, para além do falar de si, da enunciação da identidade que molda o indivíduo e a comunidade à qual pertence, a produção e a circulação de representações também servem como instrumentos de demarcação das fronteiras que separam o próprio do alheio. Constroem este último a partir de referenciais dados e jogos de oposição que nada têm de isenção, posto que “as linguagens são sistemas classificatórios e toda classificação automaticamente hierarquiza”. (GOMES, 2008, p. 93)

É necessário, portanto, compreender que no movimento das comunicações e das produções discursivas está em jogo não apenas a dinâmica das identificações, mas também “esse duplo movimento que é o da presença e da ausência, da identidade e da alteridade” (GOMES, 2008, p. 79) oferecidas dentro de complexas teias narrativas.

Em diferentes campos de conhecimento, entender o ato de narrar e ouvir histórias como um processo contínuo de construção da subjetividade e daquilo que é visível permite-nos alcançar uma ideia tratada, entre outros, por Kathryn Woodward. (2000, p. 17) Segundo ela, “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos”. Isso ocorre por meio daquilo que desde a filosofia clássica se convencionou denominar representação – ou abstração, como diria Vilém Flusser (2008) –, a saber, o processo de mergulho no campo das operações de substituição, perpetradas no simbólico para dar significado à torrente de fenômenos, objetos e elementos da vida concreta, inapreensível em sua plenitude.

Em ocasiões anteriores, tratamos do conceito de ordem simbólica como lugar em que as diferentes partes e estruturas do que convencionamos denominar realidade são construídas, posicionadas e articuladas. Essa ordem consiste não apenas em um determinado modo de confecção de saberes, mas em um trabalho de organização do mundo que constitui quadriculamentos, modelizando o olhar que lançamos sobre ele e as condutas esperadas a partir dos sentidos instalados em cada compartimento. “A ordem simbólica nos apresenta aquilo a ser visto, experimentado, vivido: tanto os modos quanto as existências. O resto é silêncio”. (GOMES, 2008, p. 26) Em suma, no trânsito do Real, inalcançável por definição na acepção estruturalista/laciana, ao Simbólico, toda experiência é filtrada, ou domesticada, pelo ambiente sociocultural em que estamos inseridos.

Essa ideia se conecta diretamente às proposições sobre a *mimese* de Aristóteles, que notava nos diferentes instrumentos de representação – que podemos associar, hoje, às operações da linguagem em geral – mais do que um modelo

de reprodução fidedigna daquilo que era vivenciado pelo homem. Por excelência, representar é um verbo análogo ao criar, ao reconstruir. A despeito das diversas tentativas de mascarar esse processo seletivo e intersubjetivo de criação em campos do saber os mais variados – incluindo a história e o próprio jornalismo –, autores contemporâneos, como Patrick Charaudeau (2006, p. 42), enxergam o discurso como muito mais do que mera representação do mundo; para este, um discurso descortina “uma relação, ou mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação”. De que relação falamos a não ser da relação já estabelecida de um cultura e seu mundo: representar é sempre reencenar tal relação.

Notemos que, ao produzir enunciados, tratamos de converter o ambiente narrado ao nosso horizonte de expectativas e apresentá-lo a outros – aos interlocutores do contrato de comunicação, como posto por Charaudeau –, incluindo nós mesmos, na forma de atestados, afirmações e textos autoconfirmativos. Narrar é deixar-se envolver e, por extensão, envolver todos os participantes da situação de comunicação nos consensos produzidos no seio da ordem simbólica.

Serge Moscovici (2003), com sua perspectiva das representações sociais, também faz menção a essa característica dos processos discursivos ao atribuir-lhes duas dimensões, dissociáveis apenas em termos formais: a consensual e a prescritiva. Por conectarem-se à montagem do senso comum, todas as representações nos ajudam no contato com a realidade e fornecem quadros prévios de compreensão dos fenômenos. Por outro lado, e também como consequência, as representações que circulam coletivamente indicam um dado a ver; lançam luz sobre alguns fenômenos, em detrimento de outros, formando, assim, compartimentos dentro dos quais uma massa amorfa de fenômenos pode ganhar sentido.

Nesse aspecto, as representações “se impõem sobre nós com uma força irresistível”, formam “uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado”. (MOSCOVICI, 2003, p. 36) Salvam-nos do que o autor chama uma “ameaça de perder os marcos referenciais”, a saber, o risco permanente “de perder contato com o que propicia um sentido de continuidade, de compreensão mútua”. (MOSCOVICI, 2003, p. 56)

A consequência direta desse procedimento é o que Moscovici indica como finalidade central de todas as representações: tornar familiar aquilo que, a princípio, é incompreensível, pois estranho. O uso de prévios paradigmas, citado por nós ao começo deste texto, o recurso da estereotipia, as intermináveis comparações entre o que houve anteriormente e o que está acontecendo – recurso muito comum no campo do jornalismo, como veremos mais adiante –, as oposições

erigidas a fim de delinear um traço diferencial e algo de similaridade, se valem da representação para construir roteiros, modos de ver e, em última análise, modos de viver. Moscovici (2003, p. 69) diz que esse efeito de domesticação pode ser denominado rotinização; a saber, um “processo que nos possibilita pronunciar, ler ou escrever uma palavra ou noção familiar no lugar de, ou preferencialmente, a uma palavra ou noção menos familiar”.

Outro autor a perceber o duplo prescrição/consenso e o processo de familiarização é Jerome Bruner (2014, p. 36), para quem a presença de “modelos narrativos” se estende não apenas aos discursos que produzimos, mas também à própria subjetividade. Para o autor, as experiências diárias alimentam, mas também são viabilizadas pelas histórias produzidas pelo indivíduo, em uma complexa via de duas mãos na qual “as histórias confirmam um certo senso comum a respeito daquilo que podemos esperar”. (BRUNER, 2014, p. 40) Nesse sentido, podemos aferir que a tarefa narrativa tem a função clara de produzir repertórios compartilhados e, extensivamente, gerar identificação entre aqueles que partilham seus sentidos: ao invés do estranhamento e do confronto com o ilegível, construímos uma ordem na qual o inesperado e o surpreendente se tornam, paradoxalmente, mais fáceis de antever.

Fabricar histórias é o meio para nos conciliarmos com as surpresas e estranhezas da condição humana, para nos conciliarmos com a nossa percepção imperfeita dessa condição. Histórias tornam o inesperado menos surpreendente, menos sinistro: elas domesticam a imprevisibilidade dando-lhe um verniz de banalidade. (BRUNER, 2014, p. 100)

Agregando as reflexões lançadas até o momento, entendemos que os procedimentos de representação, primariamente operações de linguagem e geração de discursos, supõem: a) um processo de organização espaço-temporal e modelização das experiências de mundo, transformadas em produção narrativa; b) um processo criativo, ou seja, de interpretação ativa e intersubjetiva da realidade, que vai além da *mimese* pura; c) a produção de consensos sobre o ambiente exterior, que naturalmente passam a prescrever-nos formas de observá-lo, rotinizando-o; d) a redução de não familiaridade, a fim de domesticar o olhar e reduzir o incômodo do confronto com a diferença, com o incompreensível; e e) um processo contínuo e permanente de identificação.

Esses dois últimos aspectos – a busca pela identificação e a domesticação do outro – se mostram relevantes para examinarmos os enunciados produzidos

no campo do jornalismo que tratam de ambientes distantes, aquilo que, em outras ocasiões, optamos por denominar “narrativas de alteridade”. (LOBATO, 2014) A produção de saber, a conformação ao corpo social e a construção de sentidos de pertencimento e identidade são efeitos naturais de enunciados que marcam presença desde as narrativas orais e a pintura rupestre até as manifestações das mídias digitais, atuando a um só tempo na “transmissão do *ethos* comunitário” (SODRÉ, 2009, p. 180) e na demarcação de campos de visibilidade a partir dos quais um mundo complexo, caótico e naturalmente desordenado se torna passível de compreensão, pela dotação de sentido.

No processo de inserção do indivíduo na malha simbólica, as identificações são formas por excelência de produzir o que outrora denominamos o “respaldo social, o sentimento de pertencimento” (GOMES, 2008, p. 77-78) – laços que nos acompanham desde o berço e que nos permitem mapear expectativas, normas de conduta, elementos familiares e traços de uma determinada cultura. Essas organizações supõem, naturalmente, trocas e situações de comunicação dadas nas quais se erigem formações discursivas e concepções/visadas ideológicas a partir das quais nos apegamos e vinculamos a uma autoimagem sólida e – ao menos aparentemente – estável. Isso envolve tanto a produção da identidade quanto a da alteridade, a saber, a demarcação daquilo que pertence ao ambiente externo, ao outro, ao diferente, àquilo que devemos nos opor cotidianamente, reafirmando nossa própria existência no *socius*.

Como diz Freitas (1992, p. 83), ancorada em reflexões da psicanálise, “o valor da linguagem reside na evocação e no reconhecimento”, pois estes fazem com que a linguagem ligue “os sujeitos ao pacto que os transforma”, e “é assim que os estabelece como sujeitos”, ontologicamente dependentes uns dos outros. Não à toa, Homi Bhabha (1998, p. 75) apontará que “existir é ser chamado à existência em relação a uma alteridade, seu olhar ou locus”. O outro é, enfim, uma necessidade implícita da linguagem e das dinâmicas sociais cotidianas.

Esse trabalho de diferenciação, porém, como notam diversos pesquisadores dos estudos culturais, como Hall (2001), Woodward (2000) e Bhabha (1998), não ocorre de maneira isenta. A teia da ordem simbólica só se pode tecer a partir de rigorosas operações de restrição – demarcações de campos, possibilidades e limites – que definem até onde vai aquilo que nos é familiar, próprio ou mesmo digno de compreensão. É por isso que Kathryn Woodward (2000, p. 18-19) atesta que “todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído”, e que a produção da diferença estabelece “distinções, frequentemente na

forma de oposições”, em que “as identidades são construídas por meio de uma clara oposição entre ‘nós’ e ‘eles’” (WOODWARD, 2000, p. 40), gerada a partir de desigualdades e julgamentos arbitrários, a partir dos quais uma parte é sempre tida como “desviante” ou “errante”.

Podemos vincular esses raciocínios às teorias do discurso, que pressupõem a existência tácita de relações de poder em todos os enunciados socialmente dirigidos – dentro e fora das mídias –, já que eles “representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está embutido o mundo a ser vivido”. (GOMES, 2003, p. 41)

Ancorados no pensamento de Michel Foucault (1996), em especial, trabalhamos com a ideia de que a narratividade – essa característica indissociável do sujeito – caminha lado a lado com a produção de disciplinas, ou seja, modos de ver e articular informações e sentidos. Como argumenta o autor, as disciplinas são um importante “princípio de controle da produção do discurso”, que envolve a fixação de limites “pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”. (FOUCAULT, 1996, p. 36) Fornecem as possibilidades próprias da produção de um enunciado, antecedendo-o e definindo as regras que permitem sua elaboração.

No âmbito da linguagem, notamos que diversos dispositivos disciplinares – palavras ou elementos proibidos, termos recorrentes, estereótipos, modos de diferenciação – atuam diretamente na domesticação do visível e na conformação de referenciais prévios, muitas vezes exteriores ao fenômeno ou ambiente que se busca enunciar. Por isso, o jornalismo foi eleito como nosso espaço discursivo de análise. Caracterizando-se pela produção do efeito de real, da verossimilhança e da credibilidade – gerada pelo próprio estatuto profissional, ético e deontológico do campo –, seus eixos articuladores (GOMES, 2000), as narrativas de informação apontam, da divisão por editoriais aos procedimentos de apuração e seleção de fontes, da natureza de captação à seletividade presentes nos modelos de edição e adaptação à linguagem de diferentes mídias (audiovisual, digital/multimídia, imprensa, sonora), para uma estrutura especialmente propensa à educação e normatização das experiências humanas. Enquanto categoria discursiva, o jornalismo, como alerta Liriam Sponholz (2009, p. 105), “obedece às mesmas regras dos processos de conhecimento em geral”, sendo incapaz de espelhar a realidade, já que “este processo é sempre perspectivo, eletivo e construtivo”.

Ao atuar na mediação de fenômenos, audiências e universos socioculturais os mais diversos, ao tentar ocultar seu caráter seletivo por meio dos pressupostos/valores de objetividade, imparcialidade e neutralidade, o discurso jornalístico expõe uma natureza disciplinar que guia não apenas a captação da realidade, mas o

estabelecimento de um pacto de comunicação próprio com o seu público, pautado, paradoxalmente, pelo apagamento dessa mesma natureza.

Partimos da hipótese, a ser testada na análise de material jornalístico sobre a Primavera Árabe, de que o jogo das disciplinas é preponderante e facilmente observável, em especial, quando tratamos de narrativas cujo ponto de confluência e intriga central é a questão da alteridade – ou seja, da tradução, apresentação e decodificação de universos que não pertencem à nossa experiência imediata. Quando nos deparamos com aquilo que é diferente no texto jornalístico, acompanhamos a sondagem dos traços de familiaridade que permitem sua tessitura e leitura, o contrato de comunicação erigido sobre uma série de escolhas discursivas que domesticam o visível e apresentam o outro segundo referenciais que lhe são absolutamente exteriores, evidência primeira da disciplinarização da alteridade nas mídias.

Dar nome ao(s) outro(s) – o percurso da Primavera ao Inverno Árabe nas mídias

Acreditamos que o trajeto conceitual aqui apresentado mostra com clareza um processo de ordem cognitiva, de apreensão do mundo, só realizável pela via de uma espécie de quadriculamento (um diagrama/metáfora) do espaço físico, cultural e social que permite o encaixe de cada elemento sob um selo que o define e às suas circunstâncias. Tal selo é simplesmente a rubrica operada pela palavra, pelo nome dado às coisas.

No entanto, ao longo dessa exposição, permanecemos no nível de articulações lógicas, embora oriundas, para os pensadores que as conceberam, das experiências com e no mundo vivido. Assim, para que a exposição teórica se feche coerentemente e nossa hipótese se mostre factível, é preciso que mostremos a atualidade do processo em eventos de nossa realidade.

Para tanto, escolhemos o exame de ocorrências recentes no que concerne ao nome das coisas e ao tratamento dado pelo jornalismo ao nome e à progressão das ocorrências. Trata-se do amplo espectro de um movimento consagrado com o nome de Primavera Árabe, visto a partir de oito matérias jornalísticas de quatro veículos de comunicação: *UOL/Grupo Folha*, *OperaMundi*, *Carta Capital* e *BBC Brasil*. A seleção desse *corpus*, após exploração nos arquivos dos quatro *sites*, se deu em função da atribuição de sentidos e da menção direta ao fenômeno da Primavera Árabe, enfatizando, questionando ou debatendo a natureza do termo e os incidentes políticos em diferentes países por ele agrupados.

A pertinência levou ao material escolhido que se divide entre reportagens produzidas na esteira dos protestos, ainda em 2011/2012, e outras com tom analítico e posterior às principais ocorrências, já no ano de 2013. Assim, pudemos examinar não só a recorrência/incidência, mas também o deslizamento de significados em torno do conceito da Primavera Árabe – pouco a pouco desconstruído por especialistas consultados e, extensivamente, pela própria cobertura jornalística internacional, chegando a transformar-se, oportunamente, em Inverno.

Iniciemos, nossa análise, pois, com algumas palavras da reportagem de Débora Melo, publicada em 2013 no *UOL*, que fornecem o contexto inicial do fenômeno:

Em dezembro de 2010, o tunisiano Mohamed Bouazizi ateou fogo ao próprio corpo, em um ato de protesto contra os abusos do governo e as condições de vida no país, o que foi o estopim dos levantes que se seguiram depois no Egito, na Líbia, na Síria e no Iêmen, e também em Bahrein, Marrocos, Argélia, Jordânia e Sudão. (MELO, 2013)

No mesmo texto, Mohamed Habib, professor da Universidade Estadual de Campinas conselheiro do Instituto de Cultura Árabe, afirma à repórter que a origem do termo “Primavera Árabe” está na busca por transformações efetivas no vasto mundo árabe; representa, segundo ele, “um desejo de que todo o Oriente Médio saísse de uma fase escura de povos oprimidos e explorados”.

Esse desejo do Ocidente estava encarnado, a julgar pela terminologia usada, em ocorrência do passado com a qual a comunidade internacional – em especial a do Ocidente – se solidarizou em ampla escala. Em 5 de janeiro de 1968, houve, na então Tchecoslováquia, um movimento político por reformas, sobretudo por autonomia em relação ao domínio exercido pela União Soviética, conhecido como Primavera de Praga. Alexander Dubcek implantou reformas em direção à descentralização da economia, em prol de direitos humanos, por democratização e por maior liberdade de imprensa e de expressão, almejando uma social-democracia.

Ora, denominando a onda de protestos iniciada ao fim de 2010 na Tunísia – e seus desdobramentos em 15 países norte-africanos e do Oriente Médio – uma Primavera Árabe, os movimentos árabes foram encaixados em definido núcleo de nosso panorama cultural. Tal núcleo implica a absorção e entendimento do evento dentro de nossas representações sociais consensualizadas, assim como a partir de expectativas implícitas, no caso, a de todas as reformas intentadas pelo movimento de Praga, mirando a liberdade de expressão, a democracia e o estabelecimento de um ideário moderno em países longamente afetados por regimes autoritários.

Junto com essa imediata compreensão, ou até mesmo por conta dela, instala-se instantânea familiaridade – a identificação de que falávamos anteriormente, como fenômeno condicionado à apreensão do sentido. No entanto, o movimento árabe se inscreve em contexto social completamente diferente. Se a relação de alteridade de Praga com a URSS se reduz a uma relação opositiva entre duas instâncias, a do movimento árabe congrega, como veremos nas reportagens pós-2011, em especial, inúmeras facções e conflitos de naturezas diversas, que nem sempre conduziram a soluções pacíficas ou de estabilização política e cultural das nações.

Está-se diante, e aqui recorremos novamente a Homi Bhabha (1998, p. 209), de um problema maior do que “a ‘individualidade’ da nação em oposição à alteridade de outras nações”; na realidade, trata-se de uma comunidade simbólica “dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população”, ou, mais precisamente, de vários outros que são tratados como um só. Como diz o autor, o jogo da diferença cultural não é livre das pluralidades que se tenta apagar a partir das operações de coalizão de sentido:

O sujeito do discurso da diferença [...] é constituído através do *locus* do Outro, o que sugere que o objeto de identificação é ambivalente e ainda, de maneira mais significativa, que a agência de identificação nunca é pura ou holística, mas sempre constituída em um processo de substituição, deslocamento ou projeção. (BHABHA, 1998, p. 228)

Por um lado, temos a alteridade Ocidente/Oriente árabe, que é diluída no enquadramento do termo “Primavera”, que por sua vez congrega a diversidade fazendo rasura das diferenças, elas próprias desdobradas nos diversos contornos do mundo árabe. A tentativa de congregar movimentos de diferentes naturezas cujos traços de semelhança evidentes são a contiguidade espaço-temporal e o estímulo mútuo à sua própria incidência é notável em textos como “Um ano de Primavera Árabe: o furacão que derrubou governos e contagiou o mundo”, do *Opera Mundi* – que faz uma retrospectiva, de 2010 a janeiro de 2012, dos principais acontecimentos em países como Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen, Síria e Bahrein, sem, entretanto, dar ênfase aos efeitos potencialmente negativos das manifestações e das deposições de regimes autoritários, tratando-os como eventos interconectados em sua essência, com motivações e desdobramentos idênticos.

Essa tentativa de articulação, mais frequente no primeiro ano após o ato suicida de Mohamed Bouazizi na Tunísia, rapidamente se prova insuficiente e é tratada como uma contradição por resolver nos textos da cobertura internacional.

Não é com surpresa que vemos, já em 2011, matérias como a da *Carta Capital*, com o título “Após seis meses, Primavera Árabe enfrenta incertezas” e o subtítulo/linha fina “Grupos sociais mais secularizados começam a temer a força cada vez maior dos partidos de ideologia mais islamista”. O texto indica que, a respeito das forças envolvidas nos protestos, havia resistência à implantação de reformas políticas nas nações afetadas:

Mais de seis meses após seu início, a Primavera Árabe – série de levantes populares que começou na Tunísia e se espalhou por vários países da região – enfrenta um impasse envolvendo violência, mortes, frustrações e dúvidas quanto a mudanças práticas. No começo do ano, os protestos eram vistos como uma onda pacífica de mudanças rumo a reformas, democracia e destituição de governos no poder havia décadas. [...]

Mas a Líbia passa por uma guerra civil, enquanto as manifestações na Síria e Iêmen são reprimidas com extrema violência e não há sinais de que os governantes renunciem. No Bahrein, as manifestações em favor da democracia foram reprimidas e extintas pelo governo. Ativistas e membros da oposição foram presos. (AGÊNCIA BRASIL, 2011)

É com a constatação da existência de diversas vertentes islamitas no cenário da democratização, cada qual em luta pelo poder, e da ascensão de outras lideranças autoritárias, em substituição às antigas ditaduras contra as quais a Primavera Árabe se batia, que o termo “Primavera”, tão amigável e facilitador, começa a perder seu efeito domesticador e rotinizador. A palavra “Inverno”, que evoca dificuldades e confrontos, passa a ocupar seu lugar, também no seio de uma operação de enquadramento, um modo de dizer com o qual sabemos algo das circunstâncias adversas. O quadrículo, assim, passa a ser repositório de divergentes sentidos, para um fenômeno igualmente complexo e multifacetado.

Não à toa, em 2013 – período no qual surge maior volume de questionamentos sobre o termo, em função do cenário de instabilidade no Egito, na Síria, na Líbia e no Iêmen – vemos conteúdos mais enfáticos na revisão da outrora denominada Primavera. É o que se nota na matéria “Duro inverno para a Primavera Árabe”, assinada pela correspondente internacional chefe da BBC, Lyse Doucet, que resume os desdobramentos em alguns dos países afetados pela onda de protestos.

A Líbia agora vê o enfrentamento de milícias rivais. O Egito luta para encontrar um caminho em direção à democracia. O Iêmen é sacudido

pela violência derivada da presença da Al-Qaeda no país. Na Síria, uma guerra que só fica pior aprofunda o desastre humanitário.

À medida que um duro inverno se anuncia, é difícil encontrar qualquer doçura na chamada Revolução do Jasmim na Tunísia, que levou à derrocada do regime de 23 anos do presidente Zine al-Abidine Ben Ali. [...]

Na Tunísia, o antigo estado policialesco de Ben Ali continua intacto. No Egito, o Exército continua a dar as cartas como nos velhos tempos. No Iêmen, Abdullah Saleh já não é mais o presidente, mas ele continua a ser uma figura influente. (DOUCET, 2013)

Linha semelhante é adotada em “O inverno árabe”, texto assinado por Gianni Carta na *Carta Capital*, em 2013. O viés crítico a respeito da Primavera é direcionado, em especial, à análise dos cenários da Tunísia – onde eleições democráticas poderiam ser agendadas em breve – e do Egito, país no qual a ascensão de um regime militar gerou mortes de centenas de opositores. Complementa-se tal raciocínio com uma crítica direta aos Estados Unidos e a outros supostos apoiadores ocidentais à deposição do presidente egípcio Mohamed Morsi, eleito democraticamente como efeito da Primavera Árabe e expulso do poder cerca de um ano depois, que não teriam agido à altura na administração dos conflitos subsequentes à queda do chefe de Estado. Para isso, recorre-se às próprias raízes islâmicas de Barack Obama, reforçando a contradição da imobilidade de um presidente que, por supostas afinidades culturais e étnicas, deveria envolver-se diretamente na solução dos problemas causados pela Primavera:

O Ocidente, com a conspícua participação de Washington no cenário internacional, e um presidente, Barack Obama, que prefere se manter em uma aparente retaguarda de movimentos no mundo árabe, é uma decepção. No seu segundo mandato, Obama, sem objetivos para reeleição, filho de africano e com raízes islâmicas, é um fiasco em termos de política internacional. E sem uma estratégia clara para o mundo árabe, como diz a Carta Capital o professor de ciências políticas Vali Nasr, reitor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Johns Hopkins, nos EUA, e ex-colaborador do falecido diplomata Richard Holbrooke, do Departamento de Estado, a respeito de Obama. [...]

A lição: não se deve esperar dos EUA, tampouco de um presidente negro com origens islâmicas. (CARTA, 2013)

O enquadramento de um jogo imprevisível em sua essência também é reforçado no supracitado texto de Débora Melo, para o *UOL*. “O Egito, visto

muitas vezes como o responsável por lançar tendências no mundo árabe, assiste à escalada da violência decorrente da polarização entre islamitas e militares”, sinaliza a autora. “Na Síria, a revolta popular que se transformou em guerra civil já deixou mais de 100 mil mortos desde março de 2011. [...] Com o país arrasado, o número de refugiados vivendo na miséria só cresce”. (MELO, 2013)

Melo finaliza, ainda, com uma declaração do pesquisador Mohamed Habib – fonte especializada priorizada no texto. Para ele, “a atual circunstância não permite mais que o movimento seja chamado de Primavera Árabe”. (MELO, 2013) Assim, em um texto assinado às vésperas do Natal de 2013, vê-se uma espécie de apagamento da atribuição de aspectos positivos da Primavera Árabe, agora tornada um pesadelo político de ordem coletiva, que teria trazido mais problemas que benefícios.

Como alerta Moscovici (2003, p. 39), o uso das palavras, mais que orientar a objetivação de conceitos, indica “[...] um meio de classificar indivíduos e ao mesmo tempo teorias implícitas com respeito à sua constituição, ou com respeito às razões de se comportarem de uma maneira ou de outra [...]”. Percebe-se que a construção representacional da Primavera Árabe, pouco a pouco, cede lugar à ideia de um longo e prolongado inverno em função da renovação dos sentidos nela comportados. Renovação essa que é diretamente orientada pelos discursos circulantes – e circundantes – a respeito dos protestos do mundo árabe. “As representações sociais se baseiam no dito: não existe fumaça sem fogo”, diz-nos Moscovici. (2003, p. 79)

Somos levados, assim, a concluir que o termo “Primavera” tinha uma referência central, com o conseqüente apagamento de todas as peculiaridades e particularidades de cada situação política, relacionada à oposição feita a estados despóticos, à bizarra situação de ditaduras de muitas décadas que se revelam, por isso mesmo, impregnadas com o sonho de poder das monarquias absolutas. Elementos componentes do ideário político-cultural do Ocidente, de certo, e automaticamente direcionados aos protestos protagonizados pela população ávida por transformações, mas pouco a pouco incorporados como estratégia de ascensão ao poder por grupos extremistas.

Nota-se que o termo tentou represar todas as manifestações de alteridade, fazendo com que outras culturas convirjam para cenários de nossa experiência, imputando a elas parâmetros nossos – e aí se incluem o ideário democrático, os sistemas políticos presidencialistas e parlamentaristas, com eleições periódicas, e o Estado laico, entre muitos outros aspectos. Será que podemos inferir que os manifestos contra longas situações de julgo levam a articulações democráticas? Aliás:

será que essas situações estão realmente contempladas como desejo que não seja simplesmente orientado pelos olhares do próximo a respeito daquilo que é distante?

Os eventos rotulados como Primavera Árabe constituem exemplo do olhar que lançamos sobre o outro, interpretando os fatos segundo nossos parâmetros e expectativas. Assim domesticamos os eventos que, como se evidencia nos seus desdobramentos,¹ nada tiveram e têm em comum com certa Primavera do passado. Já em 2015, período de produção desta pesquisa, nota-se o agravamento da crise em países como Egito, Iêmen, Líbia e Síria – este último, protagonizando a maior crise humanitária do século, com uma guerra civil que gerou mais de 4 milhões de refugiados buscando abrigo ao redor do mundo, sobretudo no bloco europeu e na Turquia (1,8 milhão) –, além da ascensão do Estado islâmico e de outros grupos extremistas.

Retomando as reflexões anteriormente lançadas, domesticamos o outro para facilitar nossa compreensão, tornando familiar e convertendo as coisas ao já dito, às palavras com seu peso consensual e prescritivo. Domesticamos para evitar um enfrentamento do Real, que sempre nos escapa e pode ser entrevisto nas brechas das diferenças que o outro evoca. Rotinizamos para reduzir o espanto inevitável com aquilo que é inesperado e surpreendente, traduzindo os fatos a partir de leituras previamente postas, tão reconfortantes quanto simplistas.

Certamente, domesticamos para arrolar diferenças num único bloco significativo. Certamente, o jornalismo corrobora esse processo, até mesmo quando aponta as rebarbas que indicam outra compreensão ou um fim inescrutável, disciplinando nossa compreensão. Por ser a um só tempo lugar do contraditório e exercer, nas sociedades modernas, “este papel estratégico de composição e de consequente cimento homogeneizador da vida coletiva” (BENEDETI, 2009, p. 59), o jornalismo é simultaneamente espaço discursivo de apresentação e apagamento das diferenças. Algumas vezes mais, outras vezes menos, promove a rotinização de que nos fala Serge Moscovici; habitua-nos a lançar olhares pautados por determinados pacotes interpretativos. Especialmente quando o outro não é um só; quando a diferença cultural, as sutilezas políticas e as nuances ultrapassam as extremas reduções de complexidade tão caras – e necessárias – ao contrato de comunicação.

Nesse sentido, as narrativas de alteridade na cobertura jornalística sobre a Primavera Árabe assumem, em seu enquadramento, uma estrutura significativa não só aberta, mas propensa ao deslizamento e à fixação de prévios sentidos,

1 Entre as análises sobre o assunto, destacamos a da reportagem “Primavera Árabe: dez consequências que ninguém conseguiu prever”, de Kevin Connolly, correspondente da BBC no Oriente Médio. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/12/131213_primavera_arabe_10consequencias_dg>. Acesso em: 25 ago. 2015.

paradigmas, autoconfirmações. Mais que da significação, o jornalismo que nos apresenta o(s) outro(s) do mundo árabe é lugar da mitificação – ou do mito, em sentido estrito –; nele, nosso horizonte cultural é tomado como operador de sentido para a tradução da alteridade que salta aos olhos em protestos, deposições, golpes de estado e guerras civis aparentemente indecifráveis. Vale lembrar uma precisa análise de Slavoj Žižek a respeito dos mitos políticos de hoje:

Quer dizer, um mito político não é tanto uma narrativa com um significado político determinado, mas sobretudo um recipiente vazio de uma multidão de significados inconsistentes e até mutuamente exclusivos; é errado perguntar: “Mas o que significa realmente esse mito político?”, pois seu “significado” é exatamente servir de recipiente para uma multidão de significados. (ŽIZEK, 2005)

Dentre os propósitos e efeitos apontados, há outros que escapam a nossa análise. Destacamos, no entanto, o fato de que as palavras utilizadas servem para que encontremos no outro o reflexo de nossos sonhos e ideais, ainda que a realidade nos mostre que eles tropeçam. Basta, para tanto, recuperar outro sentido que se apaga no termo Primavera; a – assim pode-se dizer – Primavera “original”, de Praga, entendeu-se até 21 de agosto de 1968, portanto, somente por oito meses, quando a União Soviética invadiu a Tchecoslováquia, sustando as reformas em curso. Tal fato não foi lembrado em nenhum momento dos confrontos árabes, no material jornalístico aqui examinado. Em suma, ficcionalizamos os eventos segundo anseios que nos movem e comovem, inserindo-os em uma lógica causal e consensual que se prova eminentemente disciplinar, mas que se altera e se rearticula de forma contínua, justamente pela tentativa de enquadrá-los – como buscamos evidenciar por meio deste estudo.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Após seis meses, Primavera Árabe enfrenta incertezas. *Carta Capital*, São Paulo, 4 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/depois-de-seis-meses-primavera-arabe-enfrenta-violencia-e-incertezas>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

- BORGES, T. Um ano de Primavera Árabe: o furacão que derrubou governos e contagiou o mundo. *Opera Mundi*, São Paulo, 4 jan. 2012. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18931/um+ano+de+primavera+arabe+o+furacao+que+derrubou+governos+e+contagiou+o+mundo.shtml>>. Acesso em 20 ago. 2015.
- BRUNER, J. *Fabricando histórias: direito, literatura, vida*. São Paulo: Letra e Voz, 2014.
- BENEDETI, C. A. *A qualidade da informação jornalística: do conceito à prática*. Florianópolis: Insular, 2009.
- CARTA, G. O inverno árabe. *Carta Capital*, São Paulo, 3 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/760/o-inverno-arabe-7175.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DOUCET, L. Duro inverno para a Primavera Árabe. *BBC Brasil*, S. l., 15 dez. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/12/131215_primavera_arabe_lyce_doucet_mm>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- FLUSSER, V. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 2001.
- FREITAS, J. M. M. *Comunicação e psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1992.
- GETTLEMAN, J. Protestos no Sudão ensaiam Primavera Árabe. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 jul. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1120253-protestos-no-sudao-ensaiam-primavera-arabe.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- GOMES, M. R. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: EDUSP; Hacker, 2000.
- GOMES, M. R. *Poder no jornalismo*. São Paulo: EDUSP; Hacker, 2003.
- GOMES, M. R. *Jornalismo e filosofia da comunicação*. São Paulo: Escrituras, 2004.
- GOMES, M. R. *Comunicação e identificação: ressonâncias no jornalismo*. Cotia: Ateliê, 2008.
- GREGOLIN, R. *Foucault e Pécheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Guaracira Lopes Louro, 2001.
- LOBATO, J. A. M. *O próximo e o distante na ficção: experiência, enunciação e (re) conhecimento do Outro na narrativa televisual brasileira*. Saarbrücken, ALE: OmniScriptum; GmbH & Co. KG, 2014.
- MELO, D. Primavera Árabe se transformou em ‘inverno prolongado’, diz especialista. *UOL Notícias*, São Paulo, 24 dez. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/>

internacional/ultimas-noticias/2013/12/24/primavera-arabe-se-transformou-em-inverno-prolongado-diz-especialista.htm>. Acesso em: 21 ago. 2015.

MIRHAN, L. Egito muda o rumo da “Primavera Árabe”. *Opera Mundi*, São Paulo, 5 jul. 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/29824/egito+muda+o+rumo+da+primavera+arabe.shtml>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SALEH, T. Após 6 meses, “Primavera Árabe” vive de violência e incertezas. *BBC Brasil*, Beirute, 4 ago. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/08/110803_primavera_arabe_impasses_tariq_rw.shtml>. Acesso em: 21 ago. 2015.

SODRÉ, M. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SPONHOLZ, L. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In: SILVA, T. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

ZIZEK, S. A terra contra-ataca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 maio 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0805200505.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

Vigilância, participação e resistência em imagens de manifestações de rua

Felipe Polydoro

Introdução

A profusão de câmeras é um dos aspectos que mais chamam a atenção de quem observa, *in loco*, um dos tantos protestos de rua convocados por movimentos sociais que se disseminaram no Brasil nos últimos anos – e que encontraram seu ápice nos acontecimentos de junho de 2013.¹ Públicos com diferentes graus de envolvimento e intenções fotografam e filmam obsessivamente o desenrolar do ato: ativistas, jornalistas tanto independentes quanto da mídia tradicional, curiosos a observar a certa distância (postados nas franjas do protesto, do alto de prédios, de dentro de carros e ônibus). Estão lá: câmeras profissionais do jornalismo hegemônico (que usa inclusive *drones*), equipamentos acoplados ao corpo, além de centenas de celulares. A polícia também filma os atos, embora essas imagens permaneçam fora do alcance do público. O resultado será uma infinidade de imagens com intensa circulação nas redes sociais e nos meios de comunicações tradicionais.

Dessa forma, esses atos trazem à tona algumas das questões centrais – inclusive as nuances e as contradições – que acompanham o regime contemporâneo das imagens: a imbricação indissolúvel, tanto espacial quanto temporal, entre fato e registro visual do fato (fenômeno que Barthes (1988) já observava nos eventos de maio de 1968, naquele momento, com prioridade para o sonoro radiofônico); uma disputa de discursos e narrativas entre os meios de comunicação hegemônicos e os ativistas e midiativistas (aptos não só a produzir suas narrativas mas providos de canais para distribuí-las diretamente); a possibilidade, portanto, de que outros

1 Este texto enfatiza protestos de rua convocados por movimentos sociais de orientação esquerdista cuja pauta de contestações mira distorções fundamentais do sistema econômico, caso do predomínio de interesses privados sobre os públicos. O enfoque dá-se sobre imagens produzidas no contexto dos acontecimentos de junho de 2013 que, embora em certo momento tenham contado com a adesão de uma classe média tradicional de viés conservador, tiveram como ponto de partida manifestações lideradas pelo Movimento pelo Passe Livre (MPL) e, como resultado concreto, a revogação do aumento das passagens de ônibus e metrô. Não foi incluída, neste trabalho, outra onda de protestos mais recente, aqueles contra o governo da presidente Dilma Rousseff. Expressão de uma virada conservadora e dominados por posições reacionárias, estes protestos exigem, em sua análise, outro repertório teórico e outra abordagem analítica, que não cabem no espaço deste artigo.

agentes, dotados de outra perspectiva político-ideológica, narrem os acontecimentos que protagonizam, incluindo aí a potência da transmissão ao vivo e o apelo estético-documental das imagens amadoras tomadas durante a própria duração de um acontecimento; a disponibilidade de um arquivo de imagens e narrativas (coleções de testemunhos em vídeo e foto da lavra de amadores e anônimos, notícias em portais noticiosos, comentários em redes sociais de sujeitos envolvidos nos atos) que, em tese, permitem ao espectador reconstituir sua própria narrativa dos fatos. A proliferação de câmeras e registros apontando a um só tempo para a espetacularização da vida e do social e o alastramento de um paradigma da vigilância e do controle (e a emergência de um sujeito vigilante e vigiado, que se constrói na superfície do visível, performaticamente e em diálogo com outras imagens – do jornalismo, do cinema, da história da arte etc.).

Ainda que contrapostas ao poder instituído, a maioria das imagens produzidas da perspectiva dos manifestantes – sejam as assinadas por midiativistas e jornalistas independentes, sejam aquelas sem autoria demarcada – compartilha métodos e formas próprios a um regime do visível associado à vigilância. Foucault (1987) descreveu como as instituições disciplinares da modernidade (hospitais, escolas, prisões) organizaram formas de observação permanente dos sujeitos em um modelo panóptico (situação de visibilidade total indissociável dos processos de subjetivação). No contemporâneo, essa vigilância foi gradativamente distribuída: o olhar outrora centralizado no poder dispersou-se pelos sujeitos, o Big Brother converteu-se em uma coleção de “little brothers” (LYON, 2010) armados com câmeras. Essa passagem está diagnosticada por Deleuze (2010, p. 225) em termos da substituição das sociedades disciplinares pela sociedade de controle, na qual as estruturas rígidas da disciplina dão lugar a estruturas flexíveis e moduláveis, que formam um “sistema de geometria variável”.

É característico deste regime: a propagação de ações “que implicam as dimensões de controle e de monitoramento” (LEMOS, 2010, p. 63), a “observação intencional das ações de alguém ou a coleta de informações pessoais com o intuito de observar ações passadas e futuras” (GOW apud LEMOS, 2010, p. 63); ações associadas ao “cuidado excessivo”, o “voltar toda a atenção para algo, alguém ou algum movimento e acompanhar sua duração sem momento de distração e cansaço” (ANTOUN, 2010, p. 147) e que servem, muitas vezes, a propósitos “pre-ditivos”, “preventivos” e “dissuasivos”. (BRUNO, 2004, p. 121)

No dia 16 de janeiro de 2015, por exemplo, antes do início do ato do Movimento Passe Livre (MPL) na avenida Paulista, enquanto policiais obrigavam ativistas a mostrar os conteúdos das mochilas, um enxame de câmeras de outros

manifestantes enquadrava a ação repressora: abusos ou tentativas de falsa incriminação seriam documentados. Portanto, essa filmagem literalmente vigilante – comum nos atos de movimentos sociais contemporâneos – servia tanto para registrar quanto para dissuadir os policiais de qualquer forma de violência (o modo de olhar vigilante reduz a importância da imagem produzida, tendo em vista que os propósitos residem na operação de filmar e na presença física da câmera, como fica notório no caso das câmeras de vigilância).

A astúcia aqui está na inversão promovida pelos ativistas: adotam-se métodos e dispositivos típicos do paradigma da vigilância não a favor do poder repressivo, mas no sentido de policiá-lo.² Em vídeos realizados por ativistas, grupos de midiativismo ou anônimos/amadores durante a ocorrência dos atos – seja nos acontecimentos de junho, seja em manifestações menores realizadas antes e depois –, percebe-se o enquadramento direcionado prioritariamente aos policiais (as imagens de circulação mais massiva e maior quantidade de audiência no YouTube serão aquelas nas quais a vigilância não impedirá a violência, originando cenas de confronto e agressão). No caso das filmagens operadas pela polícia, embora as imagens resultantes permaneçam inacessíveis ao público – são usadas, sobretudo, em processos contra ativistas –, pode-se notar, nas manifestações, o reverso: a atenção concentrada nos ativistas. Na 31ª Bienal de São Paulo, o artista e cineasta Gabriel Mascaro expôs a obra “Não é sobre sapatos”, uma vídeo-instalação de 14 minutos com registros das manifestações da perspectiva da polícia. A obra inclui um documento – supostamente da polícia militar – que orienta policiais infiltrados a filmar, além do rosto e do corpo, os sapatos dos manifestantes, de maneira a identificá-los mesmo que eles coloquem máscaras ou mudem de roupa (a premissa é de que os sapatos não serão trocados).

Apesar da estratégia do artista de não esclarecer sobre a autoria dos vídeos (isto é: se teve acesso às filmagens do poder público ou se apenas procurou emular o ponto de vista policial³), a obra dá indícios sobre possíveis diferenças entre as filmagens da perspectiva da polícia e dos ativistas. Nas imagens exibidas por Mascaro, tomadas a certa distância dos ativistas e cuja ênfase varia mecanicamente entre o rosto e o sapato, a operação parece mais neutra e fria, efeito potencializado

2 Não se quer, de modo algum, dar igual peso à capacidade de vigilância e controle dos ativistas e do estado. O poder do estado é, obviamente, incomparavelmente maior.

3 Nesta entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, Mascaro se esquivou de informar os autores das imagens. Alega que a dúvida quanto à autoria é um dos elementos da obra: <<http://goo.gl/MjDNbJ>>. Acesso em: 3 maio 2016. Nessa outra reportagem do portal Uol, também com entrevista com Mascaro, a impressão que fica é de que as imagens são de autoria da polícia (nesse caso, o artista evita informar como teve acesso a elas): <<http://goo.gl/SutYJr>>. Acesso em: 3 maio 2016.

pela ausência de som e pela montagem que salta com certa rapidez de um plano para outro. Dessa forma, não há propriamente uma narrativa a fisgar a atenção do espectador, mas uma coleção repetitiva e redundante de registros. Estamos mais próximos de um olhar maquínico, uma operação automatizada e mecânica que dissimula sua violência inerente. Os sapatos filmados não preenchem funções estéticas, são mera informação, um dado bruto que funciona apenas como um código para futura identificação.

As filmagens de midiativistas e amadores que abundam na *web* também frequentemente revelam, na forma e no conteúdo, os procedimentos de atenção continuada típicos da vigilância (neste caso, postos a serviço da resistência, da contravigilância e de um contradiscurso). No entanto, há uma série de outros efeitos de ordem estética associados aos registros amadores e/ou tomados no calor dos acontecimentos que não estão tão presentes na vídeo-instalação de Mascaro: supostas autenticidade e proximidade com o real, o arripio realista do flagrante dos registros factuais, a casualidade, a contingência, a urgência, a potência do testemunho, o efeito de identificação e subjetivação (um sujeito engajado, que se arrisca em nome da resistência). Os efeitos estéticos e discursivos mencionados aparecem, por exemplo, em uma filmagem⁴ realizada nas ruas do Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 2013, durante um protesto contra o então governador fluminense Sergio Cabral. A autoria não é informada: o vídeo está hospedado em um canal do YouTube chamado Prezz Libre. Não fica claro se o cinegrafista é um jornalista profissional, seu nome não aparece (nem na imagem, nem no canal do YouTube). Ele apenas diz, no vídeo, estar trabalhando. Há indícios de que se trata de alguém com experiência: além da câmera que registra a cena, que está fixada na cabeça do cinegrafista, há uma máquina fotográfica pendurada em seu pescoço que pode ser vista, em certos momentos, na parte de baixo da imagem.

O vídeo, um plano-sequência de um minuto e meio filmado com uma grande angular, em certo instante flagra um grupo de policiais a agredir uma manifestante, mulher, caída no chão. Apesar da instabilidade da câmera e das condições caóticas da captação – o cinegrafista e outros jornalistas correm em alta velocidade para acompanhar a ação – a imagem fixa com clareza os três golpes desferidos por um dos policiais na moça: duas pancadas com o cassetete e um chute aplicados com agressividade descontrolada. Em seguida, vem o segundo instante-chave do vídeo: o cinegrafista se aproxima dos policiais, avisa que estão

4 O vídeo está disponível neste *link*: <<https://www.YouTube.com/watch?v=eBam-HxI1Zuk>>. Acesso em: 3 maio. 2016.

batendo em uma mulher; é então xingado e empurrado no chão. A câmera acoplada ao corpo registra todo o movimento: como está um pouco acima da altura do olho, é como se nós, espectadores, estivéssemos caindo para trás.

Esses policiais agem durante alguns segundos como se não estivessem sendo filmados. A fúria com que agredem a moça parece anestesiada da presença massiva de câmeras, da contravigilância. Em contrapartida, em vários momentos tentarão agredir e afastar cinegrafistas. Isto é: parecem motivados a atacar qualquer sujeito portado de câmera (a moça agredida no chão é ela própria uma cineasta que filmava o ato contra o governador, fato que não está informado no vídeo, mas na página do YouTube que o hospeda). No final, os policiais, antes agrupados em torno da moça caída, começam a se dispersar novamente, tentam agredir outros manifestantes – o cinegrafista corre junto. De certa forma, o que estrutura o vídeo são esses movimentos da polícia; são suas ações brutais que chamam constantemente o enquadramento e se destacam no filme.

Esse objeto audiovisual é uma evidência precisa de um fato e cumpre a função de publicizar um procedimento inaceitável do poder repressivo. Neste prisma, é uma imagem com uma qualidade de evidência, um discurso referencial que aponta para um ato relevante e revoltante – que merece investigação –, propiciando a observação da agressão com clareza indiscutível em um regime que associa verdade e visibilidade (três golpes desferidos contra uma mulher deitada no chão). Os pormenores formais potencializam o envolvimento do espectador e, em certo sentido, contribuem para a dramatização da cena: a tomada subjetiva na altura do olho e os movimentos da câmera atrelados aos do corpo; o som da respiração ofegante; o engajamento permanente do cinegrafista na cena, interagindo com os objetos filmados (a ponto de um dos policiais empurrá-lo no chão); a urgência da tomada feita na própria duração da ocorrência – sob o risco do acaso e das contingências.

A qualidade referencial da tomada em tempo real convive com elementos de espetacularização e dramatização – inclusive o reforço da condição heroica do cinegrafista – se pensarmos em duas referências fundamentais para este plano subjetivo: as filmagens esportivas que se valem de câmeras acopladas ao corpo com câmera GoPro (geralmente envolvendo esportes extremos, de algo rendimento: paraquedas, surfe, ciclismo, esqui na neve etc.) e os videogames em primeira pessoa cuja forma de interação participativa se assemelha bastante com a evolução deste pequeno filme. A denúncia, dotada de prova e (ao menos em tese) de eficácia política, também é propiciada pela engenhosidade do dispositivo (que, colado ao corpo, permite ao cinegrafista perseguir os policiais e registrar o exato instante da agressão). O dispositivo propicia, ainda, ao registrar este fragmento do acontecimento

“protesto contra o Cabral”, a emergência de uma verdade sintomática: a agressividade policial que não poupa nem mulheres; o descontrole emocional do choque. Nesse caso, a alta tecnologia encontra-se inegavelmente a serviço da resistência e da contravigilância.

Participação e passividade

O vídeo “Vem pra rua”,⁵ de um usuário do YouTube chamado Bruno Hayne (pelo Facebook é possível saber que o rapaz, paulistano, é formado em Rádio e TV e trabalha com produção de vídeo), é uma montagem de dois minutos com imagens apropriadas de outros vídeos disponíveis na *web*. Não seria errado defini-lo como um (curto) documentário de arquivo, com uma linguagem que se aproxima do videoclipe e da propaganda. A audiência, em fevereiro de 2015, era de 839 mil visualizações – um dos vídeos mais acessados sobre a temática dos protestos de junho de 2013, como se percebe em uma busca no YouTube.

O filme traz dois enfoques: evidências de violência policial contra ativistas e cenas das próprias manifestações (seus desenrolares, os cartazes, *closes* em alguns manifestantes). A escolha da montagem prioriza imagens de violência, mesmo naquelas que enquadram só ativistas (em pelo menos duas delas, há fogo ao fundo). Acompanha as imagens a música *Vem pra rua*, da banda O Rappa, originalmente um *jingle* publicitário da marca Fiat. Há uma série de efeitos de edição: fotos que se colorem ou descolorem; aproximação e afastamento das imagens; frases de efeito que interrompem o fluxo das cenas. Esse vídeo ilustra o esvaziamento político ocorrido nas Jornadas de Junho de 2013, quando um movimento com demandas claras e precisas (o aumento da passagem de ônibus em diversas cidades brasileiras) cresceu e se dispersou em gritos vagos contra a corrupção e a favor da educação, saúde, hospitais – a narrativa deste esvaziamento é um dos motes dos documentários *Junho*, de João Wainer, e *A partir de agora: as Jornadas de Junho no Brasil*, de Carlos Pronzato.

Nos primeiros segundos, quando correm imagens de excessos repressivos da polícia, há certa coesão. Gradativamente, o vídeo agrega mensagens vagas, que vão trazendo novas significações para as imagens, tornando-as genéricas: “Vem pra rua”, “A revolução é agora”, “Imagina a festa”, “Acorda, Brasil”, “Chega de repressão”. A letra da música convoca: “vem pra rua que a festa é sua”; no refrão,

5 O vídeo encontra-se disponível neste *link*: <<https://www.youtube.com/watch?v=vvJt-Mpz8us>>. Acesso em: 3 maio. 2016.

afirma que “a rua é a maior arquibancada do Brasil”. Portanto, há uma associação discutível entre ativismo político, festa, espetáculo, futebol. Todavia, é a velocidade alucinante da montagem que não deixa dúvidas sobre o estatuto espetacular dessas imagens. Esse vídeo revela com mais nitidez outro lado da explosão das imagens políticas e contestatórias tantas vezes apontadas como centrais de junho: a dimensão de passividade e participação vazia de algumas delas, principalmente após a dispersão da pauta.

Os pequenos filmes que abundam no YouTube, ainda que em muitos casos o conteúdo, no nível explícito, confronte o poder repressivo (e em alguma medida desafie distorções do sistema econômico dominante) acabam, vistos em conjunto, aderindo ao mesmo fluxo acelerado de imagens da lógica do consumo no capitalismo tardio (o vídeo citado acima, com sua montagem ágil e fugaz, condensa, do ponto de vista formal, este fluxo acelerado). Toda organização dos *sites* de armazenamento e exibição de vídeos volta-se a um consumo contínuo de imagens, com uma oferta inesgotável de vídeos relacionados e botões que facilitam o salto de um filme para outro.⁶ “A cultura do espetáculo não está fundada na necessidade de fazer um sujeito ver, mas em estratégias pelas quais os indivíduos se isolam, se separam e *habitam o tempo* destituídos de poder”. (CRARY, 2013, p. 27)

A produção ininterrupta de imagens por meio de dispositivos móveis, marco do regime contemporâneo das imagens, também sinaliza para a configuração do trabalho flexível que impera na sociedade de controle – na qual, dito de forma simplificada, todos trabalham todo tempo, uma vez que as próprias subjetividades são fruto dos esforços produtivos individuais. Feldman (2013) e Brasil e Migliorin (2010) – para citar apenas dois exemplos – associam a explosão das filmagens amadoras às formas de produção do capitalismo contemporâneo, que convoca a energia criadora dos consumidores e cidadãos comuns (o amador trabalha – filma, fotografa, compartilha, curte – nos momentos de ócio e lazer).

Em resumo, diríamos que do lado da produção trata-se de capitalizar a força de criação, invenção e cooperação própria aos indivíduos e coletividades. Do lado do consumo, trata-se de estimular o consumidor a exteriorizar suas necessidades e desejos, de modo a alimentar

6 A funcionalidade “autoplay”, do YouTube, veicula os vídeos relacionados em fluxo contínuo, sem necessidade de o usuário acionar nenhum comando. A ordem dessa exibição automática obedece a padrões baseados no histórico de visualização do usuário. Isto é: a máquina define um perfil, suas preferências e, a partir de modelos preditivos, adivinha o que este usuário quer ver. Em outras palavras, o sistema emula o olhar do sujeito. O fato de muitas vezes a predição funcionar talvez diga menos sobre a acuracidade da tecnologia do que sobre a homogeneização do olhar. E o fato de tantas outras vezes não funcionar revela algo sobre os espaços de resistência e a persistência de uma autonomia nos usos cotidianos das novas tecnologias.

bancos de dados, perfis computacionais, *mailing lists*, redes sociais, *games* e programas televisivos de todo tipo. O consumidor – que se multiplica em identidades fluidas e mutáveis – torna-se uma espécie de coprodutor, convocado também a participar, ele mesmo, do aperfeiçoamento e da disseminação de mercadorias, marcas, serviços, mapas e informações. Por isso hoje, mais do que nunca, é preciso estimular sua participação, mantê-lo em atividade ou, para utilizar termos em voga, fazê-lo interator, hiperativo. (BRASIL; MIGLIORIN, 2010, p. 89)

Crary (2014) vincula o capitalismo no seu estágio atual a uma cultura 24/7, na qual tempo e espaço deverão estar integralmente dominados pela atividade e o consumo (inclusive parte do tempo anteriormente dedicado ao sono). Tudo o que diz respeito à visão torna-se funcional ou descartável, levando à:

Desintegração da capacidade humana de ver, em especial da habilidade de associar identificação visual a avaliações éticas e sociais. Com um menu infinito e perpetuamente disponível de solicitações e atrações, 24/7 incapacita a visão por meio de processos de homogeneização, redundância e aceleração. (CRARY, 2014, p. 43)

Nesse prisma, as especificidades materiais, estéticas e informativas das imagens são menos importantes ou ganham relevância, sobretudo quando incitam o manejo ininterrupto de equipamentos produtores de imagens, a colocação desses objetos visuais em fluxo; a produção e o consumo nos espaços virtuais (deixando rastros e informações úteis para as empresas moldarem perfis de consumo). Descrições como a de Crary (2014) mostram, portanto, o quanto o suposto alastramento dos espaços de criação e autorrepresentação no cenário das novas mídias e tecnologias de comunicação contém operações ocultas de sujeição votadas à passividade e à impotência política. Uma das interpretações frequentes sobre as Jornadas de Junho, por exemplo, diz respeito à potência dos contradiscursos e da contrainformação, que alcançaram a proeza de alterar a pauta da grande imprensa. Em nenhum outro acontecimento, falou-se tanto sobre a possibilidade de os ativistas e outros públicos narrarem seus atos políticos, autorrepresentarem-se (não apenas documentar, engendrar imagens, produzir textos, mas também fazê-los circular com certa liberdade, um canal direto e, por vezes, ao vivo). Isto é: sem a mediação de figuras como os jornalistas, artistas, políticos profissionais, partidos tradicionais.

No entanto, é tênue a linha que separa os usos dos novos meios e dos dispositivos de visibilidade para uma participação automatizada, repetitiva e anódina

politicamente e, no outro extremo, a defesa efetiva de uma democracia mais participativa e direta, a abertura a uma construção de subjetividades genuinamente inventiva e a resistência à homogeneização e à interatividade passiva. “A mobilidade por redes ubíquas implica maior liberdade informacional pelo espaço urbano mas, também, maior exposição a formas (sutis e invisíveis) de controle, monitoramento e vigilância”. (LEMOS, 2010, p. 62)

Para Crary (2013, p. 27),

A visão é apenas uma das camadas de um corpo que pode ser capturado, modelado ou controlado por uma série de técnicas externas. Ao mesmo tempo, a visão é apenas uma das partes de um corpo capaz de esquivar-se da captura institucional e de inventar novas formas, afetos e intensidades. (CRARY, 2013, p. 27)

Portanto, levando-se em conta a equivalência nos modos de produzir, narrar, fazer circular e consumir as imagens e narrativas contemporâneas – produzidas em dispositivos móveis, distribuídas e exibidas na internet – é preciso questionar se e em que circunstâncias imagens políticas como as que são objeto deste artigo tornam-se de fato ferramentas de resistência e quando encaminham à mera participação esvaziada e ao fluxo de signos típico de uma lógica do consumo. Essa distinção talvez só seja possível em uma análise caso a caso.

No vídeo em que um grupo de policiais agride uma mulher caída mencionado acima, o poder de resistência sustenta-se, em primeiro lugar, no estatuto documental: a evidência visível, claramente enquadrada, da agressão policial. Potencializando o valor de evidência está o conjunto de valores estéticos associados às filmagens amadoras na cultura visual contemporânea: maior autenticidade e conteúdo de verdade, além de um efeito de proximidade e de presença. Os efeitos estéticos e de sentido da imagem amadora devem, à tradição do filme doméstico, a alusão à intimidade e ao espaço privado – uma vez que há proximidade física e emocional entre os espectadores, a própria família, e as cenas filmadas no recolhimento doméstico. Já os registros factuais operados por cinegrafistas amadores, outra vertente dessa construção histórica de sentido, remetem à casualidade da captação acidental e à inabilidade do cinegrafista amador – em tese, tecnicamente incapaz de manipular o aparato fílmico de maneira a falsear o evento real apreendido. Esse realce na indicialidade remete ostensivamente à sensação não apenas de que isso foi, que Barthes (1989) vincula à fotografia, mas também de que aconteceu exatamente assim, tendo em vista a captura na duração do evento, possível

apenas nas imagens em movimento. Essas imagens que se apresentam como prova factual transmitem a ideia de uma denotação pura, um registro imagético que explica, autoriza e legitima a si. Mas é óbvio que ostentam códigos, são denotativas (BARTHES, 1990) e sofrem um processo de significação, ainda que tais processos estejam naturalizados ao olhar contemporâneo; e, enquanto documento, precisam passar por uma crítica.

Esses efeitos de evidência tornam-se mais potentes quando o vídeo em questão é um plano-sequência, uma vez que a montagem – que constrói o sentido e outro discurso – pode soar como uma operação falseadora nessa ética do relato contemporâneo. Em muitas imagens tomadas do ponto de vista dos manifestantes, o foco do enquadramento está nos abusos da polícia (como pano de fundo, o intuito é sustentar o discurso de que a iniciativa da violência parte das forças repressivas). Ao evidenciar os abusos policiais (e também aquilo que aparece como uma construção fictícia deliberada, uma farsa montada para incriminar alguns ativistas), essas imagens também acabam por contrapor a narrativa dos meios de comunicação hegemônicos, cujo lugar de observação fixa-se no ponto de vista das forças repressivas do Estado.

Aparentemente, o ímpeto crítico – dos meios hegemônicos e do senso comum – só se direciona para os policiais quando o excesso de violência está evidenciado em alguma evidência documental, e os vídeos tomados no interior do protesto (na duração do próprio evento) surgem como os mais eficazes. No fundo, parece haver uma rejeição absoluta da violência física, seja da parte dos policiais, seja dos ativistas, embora tal violência seja aceitável pelas forças repressoras desde que comprovadamente em resposta a uma violência anterior dos manifestantes.

A violência ocupa o lugar prioritário como critério de decodificação das imagens – o esquema *a priori* que determina o processo de significação. Essas são percebidas, mais exatamente vistas, em relação às ações violentas: é esse o elemento cultural que determina o processo perceptivo, deixando a dúvida sobre que outros detalhes ignoramos quando vemos essas imagens de violência (ou o que havia de significativo fora do campo no momento da captação). Conforme Gomes (2014),

Imagens [...] [são] disposições que implicam compartimentos para acolhê-las. Sem estes, ainda que se relacionem a materialidades concretas, as imagens podem até não serem vistas. [...] Percebemos não só porque algo do mundo nos estimula, não só porque poderíamos ser definidos, num outro registro, como seres de percepção, mas também

porque algo de nossas capacidades mentais, suscitadas pelo trabalho acumulativo do que chamamos de cultura, está pronto para perceber.

Em suma: as imagens em si mesmas, fragmentadas ou inseridas em uma narrativa audiovisual mais extensa (tele-reportagem, filmes documentários, coberturas de midiativistas ou mesmo montagens amadoras mais elaboradas que circulam no YouTube), contribuem menos para sua significação e interpretação do que os condicionamentos valorativos oriundos de uma posição político-ideológica anterior. Conforme Nichols (1994, p. 29), “o trabalho de significação no interior da gravação, e no interior do ato de interpretação, é apagado em favor da transparência”.⁷ Vide as opiniões postadas nas janelas de comentários que acompanham os vídeos no YouTube: uma mesma evidência, por mais transparente, provocará posturas antagônicas pró-policia ou pró-manifestantes.

Há uma força de “dicotomização”, de imposição de oposições binárias, que divide em blocos opostos policiais e manifestantes (a narrativa hegemônica produz um novo antagonismo dentro do bloco dos ativistas entre vândalos e pacifistas). Em resumo: a força de resistência da imagem não reside apenas no conteúdo e nas formas imanentes a esta, mas a determinações externas e anteriores e aos discursos associados.

A denotação, ou sua aparência, é uma força impotente para modificar as opiniões políticas: fotografia alguma jamais convenceu ou desmentiu quem quer que seja (mas pode ‘confirmar’), na medida em que a consciência política inexista fora do *logos*. (BARTHES, 1990, p. 23)

Imagens sedutoras de violência

Vejamos um vídeo captado por um manifestante em Belo Horizonte, em 22 de junho de 2013, próximo ao Mineirão (onde jogavam Japão e México pela Copa das Confederações).⁸ A estabilidade entre ativistas e a polícia – separados

7 Tradução do autor: “The work of signification within the tape, and within the act of interpretation, becomes erased in favor of transparency.” Nichols (1994) refere-se, aqui, à filmagem amadora do espancamento, pela polícia, do taxista negro norte-americano Rodney King, caso de grande repercussão em 1991. Embora as imagens mostrassem de forma evidente o espancamento, os advogados de defesa dos policiais conseguiram absolvê-los ao construir uma narrativa, a partir do mesmo flagrante visual, em que King ocupava a posição de agressor e os policiais, de vítimas que agiam em legítima defesa.

8 Vídeo disponível no *link*: <<https://www.youtube.com/watch?v=eZHonpbTADo&feature=youtu.be>>. Acesso em: 3 maio 2016.

por divisórias de metal – é quebrada quando um guarda despeja gás lacrimogêneo no rosto de um manifestante. É uma ação que parece gratuita: uma reação desproporcional à iniciativa do rapaz de enfiar a cabeça e os braços além da linha de choque e exortar os policiais a virarem de lado.

O policial que toma a iniciativa de atacar o manifestante parece dominado pelo descontrole; seu gesto é como um arroubo, a liberação de um impulso – ele não é visto discutindo a decisão com ninguém, toma a iniciativa sozinho. Mesmo assim, não se percebe nenhum tipo de divergência dentro da polícia, qualquer reparo ou crítica. É possível observar com atenção as ações do choque, pois o enquadramento obedece uma proporção de 75% para os policiais e 25% para a polícia, distribuição que permanecerá até o final do vídeo de um minuto e vinte e três segundos.

Bem observada, a reação do guarda não parece surpreendente: desde o início o rapaz gritava palavras de ordem na direção do choque. Enquanto isso, a câmera, fixada na polícia, parecia aguardar alguma reação. Essa filmagem, mais uma a manter uma atenção continuada nas forças repressoras, parece mais voltada ao registro do ato violento do que à dissuasão. Seja como for, dentro do sistema de valores que rejeita principalmente a violência física, a reação repressiva é um excesso. O que temos nesse filme, portanto, é a revelação de uma verdade: o ato violento parte do policial. É ele quem ataca o manifestante. E esse ataque detona uma série de outras reações que vão culminar no disparo de bombas e de gás para conter os ativistas.

A agressão policial está captada com clareza, mas não havia como deixar de ser percebida, pois logo que o vídeo se inicia, antes da exibição das imagens, surge uma cartela com o texto: “Policial ataca manifestante pacífico e confronto se inicia.” É esse também o título do vídeo no YouTube. Portanto, há um texto anterior a condicionar a observação e a significação das imagens. Nenhum espectador contemporâneo deixaria de ver a agressão situada em primeiro plano.

Na caixa de comentários, como costuma ocorrer nos flagrantes de abusos repressivos, estabelece-se o mesmo binarismo que estruturava o vídeo: oposição estanque, não nuançada, não problemática, entre manifestantes e policiais. Os comentários são especialmente agressivos. Um usuário, por exemplo, prega “morte ao PM que jogou o spray”. Outros defendem a atitude do policial, ainda que a verdade do descontrole esteja enquadrada com toda clareza. Isto é: opiniões *a priori* a favor e contra a polícia parecem determinar a interpretação da imagem. Este extremismo oco recorrente nos espaços de anonimato da *web* reforça o

estado de oposições binárias – que, ao fim e ao cabo, podem desviar do que há de essencial no debate político.

Boa parte das narrativas midiáticas sobre as manifestações de rua costuma centrar o foco no antagonismo entre militantes e a polícia. Os confrontos também estão entre os temas preferenciais das imagens feitas da perspectiva dos ativistas, ou ao menos daquelas mais vistas e compartilhadas na *web*. Fruto de uma contra-vigilância astuciosa, as evidências de abusos policiais estão entre os contradiscursos mais potentes dos eventos de rua: os relatos sobre as Jornadas de Junho de 2013 são unânimes em atribuir aos registros da violência policial contra ativistas na cidade de São Paulo, o catalisador deste acontecimento histórico. Ocorre que atos como os promovidos pelo Movimento Passe Livre são sustentados por demandas racionais e coerentes, baseadas em argumentos substanciais, fundamentados com evidências, estudos e números; e tais demandas tendem a ocupar o segundo plano tanto em reportagens do jornalismo hegemônico quanto nos discursos contra-hegemônicos, ambos a enfatizar as bombas, o gás, o quebra-quebra – e ambos a ilustrar seus relatos com imagens violentas altamente sedutoras ao olhar contemporâneo.

Ao abordar a nova onda de atos contra o aumento da tarifa do transporte promovidos pelo MPL no início de 2015,⁹ Brum (2015) defende que: “A banalização do roteiro, como se fosse apenas uma reencenação menor de 2013, mas sem a sua novidade, encobre aquilo que o move, a violência de fundo sofrida por milhões a cada dia num transporte caro e incompatível com a dignidade humana”.

Para Ortellado (2013) há, da parte de alguns movimentos sociais e dos meios de comunicação de massa (e podemos incluir também os cidadãos “comuns” hoje com canais de acesso ao espaço público de debates), uma atenção excessiva aos processos, em detrimento dos resultados.

A cobertura da grande imprensa (e mesmo a da alternativa – que em geral apenas inverte os sinais do discurso dominante) também só se concentra no processo: é na forma de luta, tanto a da ‘violência’ do vandalismo como a da criatividade da intervenção contracultural, que o olhar se detém. Sobre a reivindicação política à qual supostamente tudo está orientado, pouco se diz. (ORTELLADO, 2013, p. 229)

9 Em janeiro de 2015, um ano e meio após a revogação do aumento de 20 centavos na tarifa graças aos protestos de junho de 2013, a prefeitura de São Paulo e o governo do estado anunciaram um reajuste de 50 centavos nos preços do ônibus e do metrô, desencadeando uma nova rodada de atos de rua na cidade de São Paulo.

Ao mesmo tempo em que, no plano midiático, percebe-se a primazia das imagens na construção desses acontecimentos, identifica-se da parte de um movimento como o MPL práticas e procedimentos calçados frequentemente no discurso verbal. Para ficar no terreno do audiovisual, enfoque deste texto: o documentário *A partir de agora: as Jornadas de Junho no Brasil*, de Carlos Pronzato¹⁰ – cineasta ligado ao MPL – é construído principalmente sobre entrevistas de membros do movimento. O filme usa imagens tomadas durante os protestos de maneira ilustrativa, mas estas são claramente secundárias em relação às falas.

Visto no todo, é um discurso coerente e organizado sobre as manifestações de junho, que contradiz uma série de interpretações realizadas nos meios de comunicação sobre o acontecimento. Refuta-se, por exemplo, a ideia de que o fenômeno tenha irrompido abrupta e inesperadamente, como fica nas entrelinhas de máximas como “o gigante acordou”. Há pelo menos uma década disseminam-se protestos contra a mercantilização do transporte urbano, a privatização de espaços públicos e do planejamento urbano. Além disso, os entrevistados confrontam a premissa de que os protestos “não foram pelos 20 centavos”, alegando que a dispersão da pauta foi causada pela adesão da classe média tradicional aos atos (a defesa de que a pauta era muito maior do que os 20 centavos aparece, por exemplo, no vídeo com ares de videoclipe analisado anteriormente). Nota-se nas falas, ainda, a cautela em atribuir relevância às redes sociais e outros espaços da *web* e do uso de dispositivos móveis, como o celular. Essas tecnologias e espaços são tratados como ferramentas essenciais, capazes de catalisar o movimento, mas não são consideradas a causa maior da intensidade das manifestações, como certos discursos tecnófilos propugnam. Finalmente, as falas dos ativistas e intelectuais ligados ao movimento valorizam constantemente as ações de rua, que tomam os espaços da cidade – discurso que combate o diagnóstico de que a política se dá preferencialmente nos espaços midiáticos e tenha se tornado mero espetáculo.

10 O filme está disponível na íntegra no YouTube: <<https://www.YouTube.com/watch?v=3dlPZ3rarO0>>. Acesso em: 3 maio 2016.

Referências

- ANTOUN, H. Vigilância, comunicação e subjetividade na cibercultura. In: BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. (Orgs.). *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- BARTHES, R. A escrita do acontecimento. In: BARTHES, R. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BARTHES, R. *A câmera clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- BARTHES, R. A mensagem fotográfica. In: BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BRASIL, A.; MIGLIORIN, C. Biopolítica do amador: generalização de uma prática, limites de um conceito. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 20, p. 84-94, dez. 2010.
- BROWN, N.; SZEMAN, I. O que é a multidão? Questões para Michael Hardt e Antonio Negri. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 75, p. 75-108, jul. 2006.
- BRUM, E. Notas sobre os protestos. *El País Brasil*, São Paulo, 19 jan. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/19/opinion/1421672232_587457.html>. Acesso em: 3 maio 2016.
- BRUNO, F. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 24, v. 1, p. 110-124, jul. 2004.
- CRARY, J. *Suspensões da percepção: atenção, espetáculo e cultura moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CRARY, J. *O capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, G. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- FELDMAN, I. O trabalho do amador. In: BRASIL, A.; MORETTIN, E.; LISSOVSKY, M. *Visualidades hoje*. Salvador: EDUFBA; Brasília: COMPÓS, 2013.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- GOMES, M. R. Imagens mentais e materiais: a obesidade e sua representação. In: SIMPÓSIO LINGUAGEM E PRÁTICAS MUDIÁTICAS, 2., 2014, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP/ECA, 2014. Disponível em: <<https://mediato.files.wordpress.com/2014/11/critica-programacao-resumos-expandedos.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2016.
- GRAGNANI, J. Imagens supostamente captadas por PMs ilustram 'Não É Sobre Sapatos'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/11/1548170-imagens-supostamente-captadas-por-pms-ilustram-obra-de-artista.shtml>>. Acesso em: 3 maio 2014.

LEMOS, A. Mídias locativas e vigilância: sujeito inseguro, bolhas digitais, paredes virtuais e territórios informacionais. In: BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. (Orgs.). *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LYON, D. 11 de setembro, sinóptico e escopofilia: observando e sendo observado. In: BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. (Orgs.). *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

NICHOLS, B. The trials and tribulations of Rodney King. In: NICHOLS, B. *Blurred boundaries: questions of meaning in contemporary culture*. Bloomington, Ind.: Indiana University Press, 1994.

ORTELLADO, P. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, E.; LIMA, L.; POMAR, M. (Orgs.). *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

Reconfigurações políticas do religioso no ambiente digital: da crença particular à opinião pública

Luís Mauro Sá Martino
Angela Cristina Salgueiro Marques

Introdução

As configurações da política contemporânea colocam inúmeros desafios à pesquisadora ou ao estudioso interessado em compreender suas diversas nuances. Sobretudo, parecem existir reconfigurações, no âmbito das mídias digitais, que convidam a repensar autores e conceitos clássicos referentes à comunicação e democracia, a verificar de que maneira novas temáticas se incorporam à discussão ou, em alguns casos, como temas mais antigos se revestem de uma nova e crucial importância nesse cenário.

As relações entre política, mídia e religião se incluem neste último aspecto. Embora essa tripla intersecção não seja nova, merecendo há décadas a atenção de inúmeros autores, como Hoover (1997), Fonseca (1998) ou Gomes (2004), por outro lado, as articulações e reconfigurações da política, pensada como prática cotidiana vinculada a questões de identidade até sua dimensão institucional (envolvendo partidos e governos nos ambientes digitais), parecem renovar as demandas e perspectivas para que se situe melhor o fenômeno no sentido de compreender algumas de suas tramas.

Vale recordar, de saída, que a pluralidade de formas assumidas pela relação entre esses três âmbitos relacionais desafia qualquer possibilidade de uma compreensão global do fenômeno, sendo necessário, desde o início, indicar as pretensões e limites de uma pesquisa.

O recorte, neste texto, é pensar a religião e a política como práticas em um espaço público ambientado e configurado pelas mídias. Essas práticas, no recorte aqui proposto, estão em consonância, sobretudo com formações sociais objetivas em instituições privadas de ação no espaço público – as igrejas e denominações religiosas, de um lado, e as associações da sociedade civil, partidos políticos e mesmo o próprio governo, de outro. Embora a religião e a política sejam fenômenos multifatoriais, elege-se como objeto de reflexão aqui uma transversalidade

proporcionada, a nosso ver, pela intermediação dos espaços facilitada pela intersecção constante com o ambiente midiático.

No ambiente das redes sociais digitais, em especial, nota-se uma intersecção entre as modalidades das práticas, vivências e articulações tanto da política quanto da religião. Os aspectos institucionais, que conservam sua força e relevância, se ramificam na miríade de postagens, comentários, replicações e reelabora-ções online, desafiando a pensar de que maneira, nesse cenário, é possível uma aproximação inicial do assunto.

O objetivo deste texto é delinear alguns aspectos das relações entre as diversas modalidades da política e da religião no ambiente das mídias digitais, concentrando a análise no aparente paradoxo entre uma sociedade secular, amparada em um modelo laico de estado, e a constante presença pública da religião, potencializada por sua presença, sobretudo nos espaços virtuais. Em certa medida, a pergunta que orienta estas considerações poderia ser pensada em termos de “quais as condições de participação de instituições religiosas, nos debates públicos em uma sociedade secular?”.

Longe de qualquer pretensão de originalidade, essa pergunta retoma uma discussão formulada por vários autores nas Ciências Sociais – veja-se Miranda (1999), Lamine (2004), Martelli e Capello (2005) e Montero (2006) – e na Comunicação, como Martino (2012, 2013) e Stollow e Doutros (2015). O que se busca aqui é um delineamento da pergunta na perspectiva da inserção de denominações religiosas, enquanto interlocutoras em processos argumentativos, nos ambientes da mídia.

A noção de “ambiente midiático” é usada, aqui, a partir de Meyrowitz (1999). Para o autor, essa concepção permite observar a complexidade das relações humanas envolvidas – do latim “ambiens”, “aquilo que está em volta” – em um conjunto de linguagens, dispositivos, discursos e aparelhos midiáticos. A noção parece particularmente útil para a compreensão de uma sociedade na qual processos sociais estão interseccionados com esse ambiente, em um complexo tensionamento.¹

Aproveitando as possibilidades discursivas presentes em um capítulo de livro, distintas, a nosso ver, de um relato de pesquisa ou de um artigo científico, procura-se aqui uma reflexão analítica a respeito das articulações entre política e religião, em seus aspectos institucionais, no ambiente das mídias digitais. A partir de pesquisa bibliográfica, sustentada por pesquisas empíricas realizadas anteriormente, busca-se pensar a questão no sentido não de indicar respostas, mas de acrescentar algumas variáveis à pergunta.

1 Ver Martino (2014b) e Castells (1999; 2010).

O lugar do religioso na esfera pública burguesa

O nível de análise proposto para uma elaboração em torno da tripla intersecção entre o ambiente das mídias digitais, religião e política(s) refere-se a um debate já longamente elaborado acerca do tema,² mas que, por conta das contínuas metamorfoses em suas configurações, requer uma renovada reflexão a respeito. Trata-se da discussão das possibilidades e formas de introdução de questões vinculadas a denominações religiosas em uma esfera pública.

Em sua concepção mais conhecida, a noção de “esfera pública” é proposta por Habermas (1989), em *Mudança estrutural da esfera pública*. O livro, largamente discutido e revisto ao longo das décadas seguintes, trabalha as características de uma “esfera pública burguesa”, suas condições de emergência no século XVIII e articulações como o *locus* de constituição de uma “opinião pública” que seria, em boa medida, o elemento de sustentação dos regimes liberais-democráticos consagrados, ou em construção, em alguns Estados europeus.

De todas as características e possibilidades da esfera pública, tais como apontadas por Habermas (1989) em seu livro, interessa aqui o lugar – ou melhor, o “não lugar” – dedicado à religião nesse estudo. Em uma das definições de “esfera pública”, ela é entendida como o espaço de reunião de “pessoas privadas”, isto é, destituídas, a princípio, de qualquer tipo de vinculação com o Estado ou instituições próximas – no caso, igrejas seriam, junto com outras formas de associação, instâncias de pertencimento ou vinculação dos indivíduos que os excluiria da condição de “indivíduos privados”. O ponto em questão, nesse aspecto, parece ser uma valorização do vínculo associativo de caráter não religioso – e, em certa medida, não comunitário na medida em que o elemento valorizado é o “público”, não o “particular”.

Vale, nesse sentido, resgatar a divisão proposta por Bobbio (2005) para quem a noção de “público” designa, a um só tempo, o que é do “Estado” e, portanto, se opõe à “particular” em termos de regime de propriedade, e o que é “visível”, em oposição aos espaços de invisibilidade constitutivos da intimidade.

No primeiro caso, o “público” se refere ao regime econômico; no segundo, ao regime de visibilidade. A “esfera pública”, na concepção de Habermas, parece se dirigir, inicialmente, ao primeiro tipo de sentido de “público”: trata-se da esfera de debate coletivo dos indivíduos – “homens”, no sentido de gênero, uma vez que as mulheres continuariam excluídas da esfera pública até o século XX – desprovidos de qualquer ligação com o Estado.

2 Veja-se um recenseamento Martino (2014a).

Se os vínculos com o Estado não devem imperar para a constituição de uma esfera pública, tampouco as ligações de caráter religioso. Vale recordar que, no período analisado por Habermas, a noção de um “Estado laico” estava apenas começando a se delinear na Europa, nos primórdios do que seria entendido como o “processo de secularização” da sociedade – ver, a respeito, Dobellaere (1981); Martin (1991); Martin-Barbero (1995); Keane (2000) e Aston (2006).

Ao mesmo tempo, isso significaria uma ruptura, na esfera pública, de quaisquer laços religiosos “oficiais”, isto é, que vinculassem o indivíduo, a partir de seu nascimento, a uma determinada crença religiosa instituída no país – geralmente, a crença do governante. A noção de pluralismo religioso diante de um Estado laico parece ser uma das premissas fundantes da esfera pública: é no momento em que o vínculo de crença deixa de ser compulsório e “público” – no sentido de “Estatal” – para se tornar uma questão de escolha individual, no sentido de escolha “privada”, que emergem as condições para se pensar a ideia de “indivíduos privados” como unidades imediatas formadoras da esfera pública. O sentido do pluralismo parece ser uma condição *sine qua non* para a constituição do modelo liberal da Modernidade; a “retração da religião para a esfera privada”, como definem Casanova (2012) e, em outro aspecto, Binoche (2010), a “privatização da religião” – é uma passagem fundamental rumo à formação da esfera pública e do Estado democrático.

A prerrogativa de formação de uma esfera pública, sobretudo no pensamento inicial de Habermas (1989) a respeito, parece propor uma reflexão negativa a respeito da religião: é no momento em que as ligações de caráter religioso, manifestas sobretudo na existência de igrejas nacionais mais ou menos próximas do Estado se retraem para a esfera privada que emerge a noção de um “espaço público” formado a partir do debate entre os “indivíduos privados”. A religião não tem, ou não deve ter, lugar nessa “esfera pública”, uma vez que as interações entre indivíduos devem se pautar em uma igualdade presumida impossível nas condições de qualquer vínculo religioso.

Ao mesmo tempo, como apontam Baym (2010), Boase e Wellman (2004) e Papacharissi (2010), é possível ver uma reconfiguração do “público” e do “privado” nos ambientes digitais, colocando assim um desafio adicional para se pensar a religião nesses espaços: na medida em que, na Modernidade, a religião se retrai à esfera “privada”, o que acontece quando há uma expansão dessa esfera em termos de visibilidade – desafiando, exatamente, seu elemento constitutivo central, a “invisibilidade” do privado?

Na medida em que a ética da discussão, tal como elaborada por Habermas (2004), baseia-se na tentativa de apontar um modo reflexivo de comunicação

intersubjetiva para a solução de conflitos e impasses normativos de fundo moral, é preciso ver como uma pluralidade de sujeitos, modos de vida e perspectivas passam a construir negociações, acordos e interfaces conflituosas na esfera pública. O objetivo da ética do discurso é fazer com que os participantes dos debates que configuram esferas públicas encontrem um ponto de vista moral capaz de ser considerado justo pela maioria, unindo sujeitos e perspectivas sem apagar as diferenças.

Mas como conceber esferas públicas que, formadas por dissensos e discordâncias de cunho religioso, consigam preservar a pluralidade sem ferir crenças particulares? Como lidar com conflitos que exigem o deslocamento de posições egocentradas e crenças subjetivas para assumir a perspectiva dos outros a fim de entender o que é por eles considerado injusto?

Quando a crença religiosa move o debate, o dissenso costuma se instaurar, pois frequentemente os interlocutores não se dispõem a colocar em questão (reflexividade) os termos e premissas que sustentam seus pontos de vista. Uma das principais exigências da ética do discurso é a prática de assumir temporariamente o lugar do outro buscando entender suas demandas, interesses e sentimentos a partir de uma identificação baseada na empatia e na solidariedade. E é justamente por isso que esse é o ponto mais forte e, ao mesmo tempo, mais frágil da teoria habermasiana, pois esta não nos oferece muitas pistas para solucionar o que consideramos ser um dos maiores dilemas de sua proposição: como a busca de um ponto de vista moral generalizante pode ser concretizada quando se trata de aproximar posições dissensuais ancoradas em crenças as quais os sujeitos não colocam em questão?

Não seria talvez de todo errado propor, tendo em vista os trabalhos seguintes de Habermas (2000) – em particular a partir de *O discurso filosófico da Modernidade* – que existe a proposição de uma certa inexorabilidade no processo de privatização da religião em uma sociedade progressivamente secularizada na qual toma forma a esfera pública; mais do que isso, quando se leva em consideração o longo diálogo de Habermas (1992) com Weber em sua *Teoria da ação comunicativa*, pode-se observar nas frestas do pensamento habermasiano sobre religião e esfera pública uma certa tendência a considerar uma sequência linear no processo de secularização.

Nesse particular, embora a crença seja uma questão de foro íntimo, ela transborda facilmente a esfera do indivíduo. Em primeiro lugar, em termos da formação de uma “comunidade”. Como recordam diversos autores – veja-se Wilson (1982) ou Asahmoya-Gyadu (2008) –, a experiência religiosa, ao menos no caso das três principais religiões monoteístas é, sobretudo, “comunitária”.

Ainda assim, seria possível argumentar que não há uma equivalência necessária entre “comunitário” e “público”: a existência de laços de comunidade

não necessariamente implicam a presença “pública”, entendida como um âmbito maior, de nenhum tipo de religião. Certamente, e o problema não reside aí. O laço comunitário não seria, em si, condição de exercício político.

No entanto, algo que é visível em termos de presença de políticos explicitamente vinculados a grupos religiosos, que tem, dentre os elementos de suas plataformas, demandas e propostas originárias desses vínculos – é a sua participação enquanto comunidade; o laço comunitário, nesse caso, parece potencializar as dimensões institucionais capilarizadas na ação dos indivíduos vinculados. Aparece, nesse aspecto, a dimensão de um “nós”, um coletivo que, organizado, pode inserir demandas no espaço público na medida em que sua legitimidade é assegurada pelo tamanho (extensão) do vínculo.

No caso religioso, o número de adeptos de determinada denominação sugere a dimensão da quantidade de indivíduos que compartilham de um *ethos* específico. Discursos e práticas religiosas não estão confinados aos muros da instituição aonde ocorrem. Esse pode ser o espaço de circunscrição litúrgica do ritual; no entanto, as vivências, as práticas e os discursos, em suma, o *ethos* do ser religioso se manifesta como fundamento das ações levadas a efeito no espaço público. Lembramos aqui que o *ethos* não pode ser considerado mero meio de persuasão: ele é parte constitutiva de uma cena de enunciação e não algo ligado somente a um saber ou juízo prévio sobre o caráter do interlocutor. Assim, o *ethos* do ser religioso envolve, de um lado, o valor social de uma imagem pública delineada em termos de atributos, dimensão social e sua relação com posições institucionais existentes. De outro, a consideração de conteúdos emitidos por um orador que não se desvinula da cena de enunciação.

As doutrinas religiosas, nesse aspecto, ganham visibilidade pública (THOMPSON, 2005) também na medida em que se objetivam no modo de ser e nas ações de cada um de seus adeptos. Embora a crença esteja restrita politicamente à esfera privada, suas decorrências práticas e discursivas acontecem no espaço público.

Reinvenções do religioso e a concepção ampliada de esfera pública

É a partir, sobretudo dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, que Habermas parece se obrigar a repensar o espaço e a importância das religiões como um vetor não negligenciável nesse cenário. Em textos publicados a partir da primeira década do século XXI, o autor vai trazer de volta a discussão da religião na esfera pública levando em consideração dois pontos críticos existentes em suas formulações anteriores, sobretudo em *Mudança estrutural da esfera pública*.

Em primeiro lugar, trata-se de questionar a linearidade do processo de retração da religião para a esfera privada. Se, por um lado, há evidências importantes desse fato em alguns países da Europa ocidental, tal perspectiva não se concretizou, de maneira geral, como esperado em termos de uma “laicização” da esfera pública. Partidos “cristãos” existiam, no início do século XX, na França, Alemanha e Itália, ao passo que na Inglaterra o declínio do número de fiéis anglicanos não implicou, em termos institucionais, a separação entre Estado e igreja – a rainha ainda é a líder temporal da igreja Anglicana. O exemplo mais importante, no entanto, talvez sejam os Estados Unidos: há uma considerável bibliografia – ver, sobretudo, Marsden (2008) e Connolly (2008) – indicando que, embora seja uma sociedade laica, dificilmente se poderia imaginar uma democracia na qual as igrejas e denominações religiosas tivessem mais força do que na política norte-americana.

Em segundo lugar, a retração da religião dos negócios públicos para a esfera privada é um fenômeno localizado, geográfica e historicamente, na Europa ocidental entre os séculos XVIII e XX. A noção de “secularização” só é comportada dentro de um determinado grupo de vetores históricos, econômicos e sociais presentes na Europa ocidental, e mesmo o “sentido” desse fato, dentro de uma perspectiva associada por Weber (1991), só pode ser encontrado nessa estreita faixa de tempo e espaço.

Em outras sociedades, a noção de um estado “laico” simplesmente não faz sentido, seja por conta das características intrínsecas de suas práticas religiosas (veja-se, por exemplo, o xintoísmo e o budismo), o que não vem ao caso para discussão aqui, seja porque a própria concepção de sociedade e identidade estão assentadas sobre uma ética religiosa sem a qual os traços de vinculação comunitária certamente perderiam algumas de suas características, como no caso das sociedades muçulmanas e hinduístas.

Diante desse panorama, as reavaliações feitas pelo próprio Habermas (2006b; 2011) a respeito da presença religiosa na esfera pública levam em consideração a permanência desses discursos mesmo nos espaços públicos laicos.

É possível localizar, nesse cenário, um item aparentemente negligenciado por Habermas no que tange à presença, ou de “desaparecimento” e “retorno” da religião na esfera pública. Trata-se de pensar o que Stolow e Bourtros (2015) denominam “visibilidade pública da religião”, sobretudo em uma sociedade permeada pelas mídias, como um fator de atuação dentro da esfera pública.³

3 Ver Gomes (2003) e Gomes e Maia (2008).

Muito embora a constituição de uma esfera pública esteja vinculada, em sua formulação original, à presença dos jornais como elementos responsáveis pela inserção das ideias e pontos de vista para o debate, formulações posteriores de Habermas, sobretudo na *Téoria da ação comunicativa*, apontam para uma direção na qual a conversação civil sobre assuntos de interesse público prescindem de qualquer mediação, sobretudo dos “meios de comunicação” para serem formuladas.

Como recorda Dahlberg (2005), em um texto do início dos anos 2000, o otimismo exagerado em termos de uma expansão da participação política nos ambientes em rede não parece ter se confirmado. O espaço virtual não se tornou um sucedâneo da esfera pública; por outro lado, tornou-se o local de ação discursiva – não necessariamente dialógica – de inúmeros indivíduos que, nesse espaço, se sentem inclinados à exposição de ideias.

A ética discursiva habermasiana, nesse aspecto, se manifesta, sobretudo, na construção do diálogo entre indivíduos, mas há poucas especificações, na obra do autor, a respeito das possibilidades de um debate “mediado” pelas mídias. (HABERMAS, 1989; 2006a) Para uma discussão a respeito, ver Gomes (2001).

Em um texto de 2006, apesar das assimetrias de poder provocadas pela ação dos agentes midiáticos e pelo código interno de seleção e de enquadramento dos acontecimentos e da palavra pública, Habermas (2006) atribui aos meios de comunicação um lugar central no processo de organização, divulgação e espraio dos debates que ocorrem nas distintas esferas públicas que se configuram em âmbitos institucionais e informais. Para ele, as mídiase os atores sociais agem na organização e publicização de questões agrupando as opiniões em feixes tematicamente especificados.

O espaço de visibilidade midiática, segundo Habermas, pode ser compreendido como um âmbito de circulação de múltiplas perspectivas e de pontos de vista cuidadosamente selecionados de modo a privilegiar alguns segmentos sociais e a salientar certos aspectos dos acontecimentos em detrimento de outros. Contudo, ao mesmo tempo, ele destaca que os meios de comunicação podem evidenciar, amplificar e produzir assimetrias de poder, constituindo-se como obstáculos para a promoção de processos democráticos quando hierarquizam e priorizam discursos, de modo a privilegiar os interesses de grupos e indivíduos, sobretudo no campo da política institucional. Grande parte dessas assimetrias deriva do fato de que a mídia deve ser observada, em seus processos rotineiros de funcionamento, como um sistema que abrange, entre outros itens: instituições e seus profissionais; instituições dos demais sistemas e seus agentes; audiência; ambiente sociopolítico.

No entanto, embora o próprio autor retrabalhe o tema da religião procurando inseri-lo em suas discussões recentes (HABERMAS, 2006b; 2011), cabe a um conjunto de outros autores (BAPTISTA, 2009; CASANOVA, 2012; HOOVER, 1997; MARTINO, 2012, 2013; MONTERO, 2006; PLATT; MAJDIK, 2012) a construção de pontes entre religião, mídia e esfera pública. O elemento ressaltado aqui, no caso, é pensar a visibilidade midiática de igrejas e denominações como fator de importância em sua presença e atuação na esfera pública como um ator em pé de igualdade com os outros. Ou, mais ainda, na figura de atores, sujeitos políticos, ligados a uma dada vertente religiosa que levarão para o âmbito de uma esfera pública argumentos pautados em crenças religiosas não universalizáveis, mas que reivindicam sua pretensão de validade sem abdicar de sua condição de verdade revelada; antes, nota-se em alguns casos que a própria ideia de “revelação” é um elemento de ancoragem para a formulação de determinados pontos de vista sobre os debates.

Evidentemente a proposição de umnexo causal e/ou linear referente aos vínculos entre visibilidade midiática e atuação na esfera pública seria, no mínimo, temerária ao negligenciar todos os outros fatores sociais e históricos referentes às possibilidades de atuação deste ou daquele grupo religioso. Trata-se, no entanto, de verificar uma instigante correlação entre a atuação política de denominações religiosas, seu crescimento institucional e sua presença midiática. Talvez não seja coincidência que algumas das denominações religiosas mais representativas nos debates públicos sejam aquelas conhecidas por seu alto grau de vinculação midiática e de ação na esfera dos meios, em particular dos digitais.

Em pesquisa anterior (MARTINO, 2013), por exemplo, foi possível observar que, em um cenário eleitoral da disputa à prefeitura paulistana, lideranças religiosas com ampla visibilidade midiática – como o padre Marcelo Rossi e o pastor Silas Malafaia – foram objeto de convocações políticas importantes na configuração do panorama das eleições.

Vale indicar, na mesma pesquisa, que as religiões com mais profundos vínculos midiáticos estiveram entre as que apresentaram maior taxa de crescimento desde 1980. Dessa maneira, a conquista de milhares, em alguns casos milhões, de adeptos por denominações religiosas, se não pode evidentemente ser creditado apenas à mídia, o que implicaria um midiacentrismo de difícil comprovação empírica, por outro lado tem nos meios de comunicação um ambiente altamente propício à criação de vínculos. (BORELLI, 2009; GOUVEIA, 2005)

O ethos religioso e a visibilidade pública

O ponto, aqui, não é tanto posicionar esse debate ou entrar nele a partir da adoção de algum ponto de vista, mas observar algumas condições objetivas de presença de atores políticos vinculados a instituições religiosas no debate público articulada com sua visibilidade midiática, potencializada, sobretudo por sua articulação com os ambientes digitais. A participação em um debate pressupõe diversos fatores, dentre os quais, em termos que beiram o truísmo, se pode destacar a presença e a visibilidade. A perspectiva do reconhecimento, tal como vem sendo estudada por vários autores (HONNETH, 2003; MARQUES, 2008, 2011) parece ser caudatária de um momento teórica e cronologicamente posterior à presença e visibilidade em uma discussão.

Em outras palavras, a visibilidade pública de determinado grupo é um requisito fundamental para sua possível inclusão como participante de um debate. Isso não significa, como sabemos, que a visibilidade garante o debate, pois sua consecução e dinâmica depende de uma série de fatores, disposições, práticas interativas e arranjos estratégicos que não estão dados apenas pelo princípio da publicidade. Além disso, a retração em termos de visibilidade tende a diminuir os espaços de participação na vida pública.

Assim, vale evidenciar como os interlocutores, ao se nomearem como pertencentes a esta ou aquela denominação religiosa, entram em um delicado jogo de aproximação e afastamento, de consenso e dissenso, buscando também tematizar qual é o cenário discursivo polêmico que se cria entorno deles. (MARQUES, 2013) Nesse sentido, seria equivocado conceber a política unicamente como um processo de debate entre sujeitos que discordam e negociam acerca de questões específicas, pois a política configurada na construção da opinião pública via embates argumentativos travados nas esferas públicas, deve ser pensada no entrecruzamento de três dimensões: a) o contexto no qual se inserem os interlocutores e as formas de interação por ele possibilitadas; b) a pluralidade dos atores cívicos envolvidos e sua articulação como parceiros de debate; c) a problemática específica que os une, e os modos de comunicação utilizados para constituir quadros comuns de referência e entendimento acerca de tal problemática. Com relação a esse terceiro item, quando se tem um problema ancorado na religião é muito mais difícil estabelecer um quadro compartilhado e consensual de referências para a troca comunicativa. Nesse caso, é frequente o aparecimento de situações de dissenso que combinam gestos dramáticos e argumentativos.

No caso da religião, não é demais observar que às diferentes posturas em relação à visibilidade pública adotada por igrejas e denominações distintas parece corresponder, embora não de maneira direta, um coeficiente de participação nos assuntos públicos. Muito embora não possamos derivar a participação política e cívica apenas do grau de visibilidade obtido para instituições religiosas e seus agentes, é possível afirmar que a sua presença em canais de ampla circulação de informações possui influência nos modos como as conversações e debates dão origem a redes de esferas públicas.

Por isso não se está postulando uma relação de causa e efeito entre visibilidade midiática e participação política das religiões; no entanto, é preciso observar uma correlação importante, em várias denominações, entre sua postura diante dos recursos midiáticos de visibilidade pública e sua atuação no espaço público. Não há, a princípio, um nexu causal entre esses dois elementos: trata-se, ao que tudo indica, de perspectivas vinculadas às características próprias de cada denominação religiosa.

Denominações que, em seu *ethos* específico, contemplam uma maior aproximação com o ambiente midiático mostram-se, igualmente, predispostas a uma maior interferência nos espaços públicos. O laço, ao que tudo indica, não é aleatório: a disposição em investir em visibilidade pública parece estar diretamente ligada às perspectivas de ação política, seja em termos de buscar uma política de conversão bastante assertiva, seja no sentido de promover a inserção de seus valores específicos no debate a respeito de temas públicos. Pesquisas anteriores (MARTINO, 2012, 2013) sugerem que essa correlação é multifatorial e complexa, eliminando perspectivas lineares ou simplistas de apreensão do fenômeno. No entanto, é preciso observar que existem linhas de força condutoras no processo, tornando-se elementos dominantes dentro da trama de discursos e práticas do religioso no ambiente midiático.

Se, utilizando o discurso em trânsito nesses espaços, houve um momento, como ainda há em certas denominações, em que a fala comum referia-se à “política é coisa do diabo”, a perspectiva atual parece ressaltar o “irmão vota em irmão”, em uma forma de criação de laços de comunidade e mesmo, em alguns casos, supradenominação. (FIGUEIREDO FILHO, 2005)

No caso da Igreja Católica, se a vinculação política foi historicamente associada, de maneira direta, à teologia da libertação, observa-se igualmente uma ramificação das possibilidades e propostas de ação política também em outros movimentos e setores, marcados não apenas pela intervenção direta nos espaços de discussão política, como faz, em certas ocasiões, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, mas também na reivindicação de determinadas posturas e valores associados com as doutrinas católicas.

O endereçamento de discursos religiosos ao espaço público acontece, sobretudo, mas não exclusivamente, a partir da visibilidade midiática das igrejas e denominações, que encontram no ambiente digital um espaço especialmente apto a acolher essa trama de conceitos, ideias e práticas. Essa visibilidade permite tensionar a evidente presença e atuação política da religião na esfera pública política com as considerações que, como visto, indicavam uma retração da religião para a esfera privada.

É verdade que, nas sociedades seculares contemporâneas, a crença se tornou uma questão privada. Cada um tem sua fé, adquirida e/ou mantida a partir de inúmeras variáveis que ultrapassam os limites deste texto. Não existe uma imposição político-estatal de uma fé, cabendo, eventualmente, aos diversos constrangimentos e condições sociais o seu estabelecimento enquanto crença. Nesse aspecto, sem dúvida, a religião está ligada à esfera privada.

Na medida em que cada religião tem seu *ethos* específico, entendido como conjunto de pontos doutrinários objetivados em práticas e discursos, a defesa pública de seus valores diante de eventuais propostas concorrentes assume uma importância capital no âmbito de seus procedimentos institucionais. A percepção de que algo, no espaço público, se posiciona contra seus princípios, parece fazer eclodir movimentos imediatos de ação no sentido contrário, que, por sua vez, buscam balizar o espaço público a partir dos princípios ligados a perspectivas religiosas.

Na política brasileira recente, alguns episódios parecem ser particularmente ilustrativos da questão.

Em 2011, a tentativa de implementação de um conjunto de dispositivos anti-homofobia em escolas, por parte do Ministério da Educação no programa “Escola sem homofobia”, foi interpretada por algumas denominações religiosas como uma apologia da homossexualidade, sendo o conjunto alcunhado, também por alguns setores, de “kit gay”.⁴ Embora, da parte do Ministério da Educação, se tratasse de uma ação desvinculada de tintas religiosas, setores de algumas denominações religiosas entenderam que a distribuição pública dos dispositivos anti-homofobia estava indo contra seus princípios e organizaram-se em uma campanha contra, o que resultou na suspensão da proposta ministerial.

Nas eleições presidenciais de 2010, a questão do aborto, tematizada ao longo das campanhas, foi objeto de intensa discussão social, eivada de tintas religiosas, e

4 PROJETO de distribuir nas escolas kits contra a homofobia provoca debate. G1, S. 1., 12 maio 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/projeto-de-distribuir-nas-escolas-kits-contra-homofobia-provoca-debate.html>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

imediatamente incorporada pelos dois candidatos que passaram ao segundo turno a partir da veemente negação de qualquer possibilidade de algum debate a respeito.

Nos dois casos, embora a religião possa ser vista como uma prática privada, ela é vivenciada, pelos adeptos, no espaço público, um espaço de embate entre seus conceitos doutrinários e outras perspectivas. Tal vivência não se revela apenas na utilização da religião como fonte de insumos para a construção de justificativas ou explicitação das premissas as que embasam, mas aparece também no processo de construção dos atores religiosos (denominações e adeptos) como interlocutores aptos e legítimos para tomarem parte nas discussões sobre temas morais ligados à justiça. Tendo suas práticas vividas em público, as denominações religiosas também podem se entender como um ator autorizado a propor seus pontos de vista – e garantindo o respeito a eles – no âmbito da tomada de decisões políticas.

Considerações finais

Da forma como a justificação pública de argumentos e razões se configura e sustenta ações comunicativas, em especial no ambiente das mídias digitais, não basta estabelecer um diálogo ou debate entre sujeitos plurais e/ou radicalmente distintos. Seria preciso criar, por meio das interações e troca de razões, esferas públicas pautadas por princípios de condução dessas interações discursivas de modo a preservar interesses, crenças e histórias individuais e, ao mesmo tempo, estimular a elaboração de interesses coletivos.

A nosso ver, uma das chaves para se pesquisar a relação entre religião, política e mídia está na forma como sujeitos políticos plurais promovem a renovação do vínculo social e normativo que mantemos uns com os outros nas práticas comunicativas cotidianas não só para o fortalecimento dos mecanismos de validação e legitimação de regras, mas também para o estabelecimento da solidariedade e empatia entre indivíduos que buscam reconhecerem-se mutuamente como parceiros dialógicos capazes de justificar racionalmente suas ações, crenças, necessidades e desejos.

Instituições políticas, religiosas e midiáticas são responsáveis por modos de organização do convívio dos indivíduos e coletividades a partir de princípios unificadores, ou princípios regulativos, que criam as referências compartilhadas que dirigem as interações interpessoais e institucionalizadas de modo a conferir-lhes um grau de habituação ou de referências mais concretas e contínuas para a interação. É importante ter consciência da presença das instituições em nossos modos de nos relacionarmos com os outros desde as situações mais corriqueiras e cotidianas até

processos decisórios que exigem de nós uma compreensão da situação, dos posicionamentos dos atores, de seus argumentos e das opções de ação que possuímos. É certo dizer que as instituições influem e constroem o modo como nossas preferências e opiniões são formadas. Contudo, não é unicamente a performance das instituições que importa, e sim o fato de que as instituições dão forma não só às estratégias dos atores, mas também aos seus objetivos, mediando suas relações de cooperação e conflito e, assim, estruturam situações políticas deixando sua própria marca nos resultados políticos.

Segundo Habermas (2004, p. 9), o reconhecimento “deve garantir, com igualdade de direitos a coexistência de diferentes subculturas e formas de vida dentro de uma mesma comunidade”. Para tanto, a cena de visibilidade pública deve ser acionada, pois é nela que, segundo Habermas (2004, p. 247), “a escala de valores da sociedade como um todo entra em discussão; e as conseqüências dessa problematização chegam até as áreas centrais da vida privada e atingem também os limites estabelecidos entre as esferas pública e privada”.

Apesar da relevância dessas indagações, ressaltamos que o problema está menos relacionado ao modo como crenças viram argumentos ou pano de fundo para interações, e mais à forma como os sujeitos políticos plurais se percebem como seres de palavra e de discurso e o modo como inventam e criam esferas públicas (sempre perpassadas por assimetrias e desigualdades diversas) nas quais há uma interseção entre a busca por visibilidade, o conteúdo do argumento proferido e a singularidade dos sujeitos e de seus contextos de vida e ação.

Referências

- ASAMOAHA-GYADU, J. K. Community. In MORGAN, D. (Org.). *Keywords in Religion, Media and Culture*. Londres: Routledge, 2008.
- ASTON, N. Decline or Evolution? Religion in Modern Europe. *European History Quarterly*, London, v. 36, n. 1, p. 91-99, 2006.
- BAPTISTA, S. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira*. São Paulo: Annablume, 2009.
- BAYM, N. *Personal connections in the digital age*. Londres: Polity Press, 2010.
- BINOCHE, B. Religião privada, opinião pública. In: SANTOS, A. C. (Org.). *O outro como problema*. São Paulo: Alameda, 2010.
- BIRMAN, P.; LEHMANN, D. Religion and the Media in a battle for ideological hegemony: the Universal Church of the Kingdom of God and TV Globo in Brazil. *Bulletin of Latin American Research*, Oxford, v. 18, n. 2, p. 145-164, Apr. 1999.

- BOASE, J.; WELLMAN, B. Personal relationships: on and off the internet. In: PERLMAN, D.; VANGELISTI, A. L. (Eds.). *The handbook of personal relations*. Cambridge: University Press, 2004.
- BOBBIO, N. *Estado, governo e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- BORELLI, V. Dispositivos midiáticos e as novas formas do religioso. In: BORELLI, V. *Mídia e religião*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.
- CASANOVA, J. *Genealogías de la secularización*. Barcelona: Anthropos, 2012.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.
- CASTELLS, M. *Communication power*. Cambridge, Mass.: MIT, 2010.
- CONNOLY, T. *Why I am not a secularist*. Minnesota: MUP, 2008.
- DAHLBERG, L. The Internet as public sphere or culture industry? From pessimism to hope and back. *International Journal of Media and Cultural Politics*, Bristol, UK, v. 1, n. 1, p. 93-96, 2005.
- DOBELLAERE, K. Secularization: a multi-dimensional concept. *Current Sociology*, London, v. 29, n. 2, p. 1-108, 1981.
- ELDER, K. The Public Sphere. *Theory Culture Society*, Thousand Oaks, Calif., v. 23, p. 607, 2006.
- FIGUEIREDO FILHO, V. *Entre o púlpito e o palanque*. São Paulo: Annablume, 2005.
- FONSECA, A. Lideranças Evangélicas na Mídia: trajetórias na política e na sociedade civil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 59-84, 1998.
- GOMES, P. G. Comunicação eclesial católica: reflexões inconclusas. In: MELO, J. M.; GOBBI, M. C. (Org.). *Pensamento comunicacional latino-americano*. São Bernardo do Campo, SP: Metodista, 2004.
- GOMES, P. G. *Da igreja eletrônica à sociedade em midiaticização*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- GOMES, W. *A ética do discurso e a comunicação mediada e editada pelos mass media*. In: HERRERO, F. J.; NIQUET, M. *Ética do Discurso*. São Paulo: Herrero, 2001.
- GOMES, W. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2003.
- GOMES, W.; MAIA, R. *Comunicação e democracia*. São Paulo: Paulus, 2008.
- GOUVEIA, E. H. Entre templo e televisão: comunidades eletrônicas de consolo. *Revista Nures*, São Paulo, v. 1, n. 1, set./dez. 2005.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, J. *The theory of Communicative Action*. Nova York: Beacon, 1992.
- HABERMAS, J. *Direito e Democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 2.
- HABERMAS, J. *O discurso filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HABERMAS, J. *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2004.

- HABERMAS, J. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, Oxford, UK, v. 16, p. 411-426, 2006a.
- HABERMAS, J. Religion in the public sphere. *European Journal of Philosophy*, Oxford, UK, v. 14, n. 1, 2006b.
- HABERMAS, J. The political: the rational meaning of a questionable inheritance of political theology. In: MENDIETA, E.; VANANTWERPEN, J. *The power of religion in the public sphere*. Nova York: Columbia University Press, 2011.
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- HOOVER, S. Media and the construction of the Religious Public Sphere. In: HOOVER, S.; LUNDBY, K. *Rethinking Media, Religion, and Culture*. Londres: Sage, 1997.
- KEANE, J. Secularism? In: MARQUAND, D.; NETTLERS, R. *Religion and Democracy*. Londres: Blackwell, 2000.
- LAMINE, A. S. *La cohabitation des dieux*. Paris: PUF, 2004.
- MARQUES, A. C. S. Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 6, p. 19-40, 2011.
- MARQUES, A. C. S. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. *Libero (FACASPER)*, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 23-36, 2008.
- MARQUES, A. C. S. Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. *Contracampo*, Niterói, RJ, v. 26, p. 126-145, 2013.
- MARSDEN, L. *For God's Sake*. Nova York: Zed Books, 2008.
- MARTELLI, S.; CAPELLO, G. Religion in the television-mediated Public Sphere. *International Review of Sociology*, London, v. 15, n. 2, p. 243-257, 2005.
- MARTÍN-BARBERO, J. Secularización, desencanto y reencantamiento massmediático. *Diálogos de la Comunicación*, Lima, n. 41, 1995.
- MARTIN, D. The secularization issue: prospect and retrospect. *The British Journal of Sociology*, London, v. 42, n. 3, p. 465-474, sep. 1991.
- MARTINO, L. M. S. A pesquisa em mídia e religião no Brasil: articulações teóricas na formação de uma área de estudos. *Comunicação & Inovação*, São Caetano do Sul, SP, v. 15, p. 81, jul./dez. 2014a.
- MARTINO, L. M. S. A religião midiaticizada nas fronteiras entre público e privado: uma abordagem teórico-crítica. *Ciberlegenda*, Niterói, RJ, v. 26, p. 17-32, 2012.
- MARTINO, L. M. S. *The Mediatization of Religion*. Londres: Ashgate, 2013.
- MARTINO, L. M. S. *Teoria das Mídias Digitais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.

- MEYROWITZ, J. Understandings of media. *et Cetera*, v. 56, n. 1, Spring 1999.
- MIRANDA, J. *Carisma, Sociedade e Política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- MONTERO, P. Religião, Pluralismo e Esfera Pública no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 47-65, 2006.
- NAYAR, P. *An introduction to new media and cybercultures*. Londres: Wiley-Blackwell, 2010.
- PAPACHARISSI, Z. *A private sphere*. Londres: Polity Press, 2010.
- PLATT, C. A. E MAJDIK, Z. The place of religion in Habermas's transformed public sphere. *Argumentation and Advocacy*, River Falls, WI, v. 49, n. 2, p. 138-147, fall 2012.
- STOLOW, J.; BOUTROS, A. Visible/Invisible: Religion, Media, and the Public Sphere. *Canadian Journal of Communication*, Toronto, v. 40, p. 3-10, 2015.
- THOMPSON, J. B. The New Visibility. *Theory Culture & Society*, v. 22, n. 6, p. 31-51, dec. 2005.
- WEBER, M. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- WILSON, B. *Religion in Sociological Perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

Sobre os organizadores

Eduardo de Jesus

Graduado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestre em comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em Artes pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. É professor do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas. Atuou como curador na exposição “Dense Local”, no contexto do festival Transitio-MX (Cidade do México, 2009), “Esses espaços” (Belo Horizonte, 2010), Festival de Arte contemporânea SESC_Videobrasil (São Paulo, 2013) e no Festival Internacional de Fotografia (Belo Horizonte, 2013 e 2015). Tem pesquisado nos últimos anos as relações entre imagem em movimento e espaço.

Eneus Trindade

Professor associado da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Bolsista Produtividade Nível 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP. Docente do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, atuando no curso de publicidade e propaganda da ECA/USP.

Jeder Janotti Jr.

Pesquisador com Bolsa Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. É coordenador do Laboratório de Análise de Música e Audiovisual, financiado pelo CNPq. Autor e organizador dos livros *Aumenta que isso aí é rock and roll*, *Heavy metal com dendê*, *Comunicação e música popular massiva*, *Comunicação e Estudos Culturais*, *Cenas musicais e rock me like the devil: a assinatura das cenas musicais e das identidades metálicas*.

Marco Roxo

Doutor em comunicação pela Universidade Federal Fluminense (2007). Professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Editor da revista *Contracampo*. Organizou as seguintes coletâneas: *História da televisão no Brasil*, *Televisão, História e Gêneros* (junto com Ana Paula Goulart Ribeiro e Igor Sacramento) e *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Seus temas de pesquisa envolvem estudos históricos sobre as relações entre televisão, esportes e nacionalidade, além de temas que atravessam a formação da cultura profissional entre os jornalistas no Brasil com o foco na questão da identidade e da autoridade jornalística.

Sobre os autores

Alicianne G. de Oliveira

Graduada em Comunicação Social/Jornalismo e mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará. É jornalista licenciada da mesma instituição e doutoranda em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública da UFMG e do Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (UFC). Estágio sanduíche realizado na University of North Carolina em Chapel Hill (EUA, 2014/2015), sob a supervisão do co-orientador da tese, professor Jürg Steiner. Pesquisa temas da interface movimentos sociais, representação política, democracia deliberativa e relações étnico-raciais.

Angela Cristina Salgueiro Marques

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Fez o pós-doutorado em Comunicação e em Ciências Sociais em Grenoble (França), atuando em dois grupos de pesquisa: o Groupe de Recherche sur les Enjeux de la Communication (Institut de Communication et Medias – Université Stendhal) e o Groupe de Recherche en Sciences Sociales sur l'Amérique Latine (MSH-Alpes, Université Pierre Mendès France). Foi professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Coautora, entre outros, de *Mídia e deliberação* (FGV, 2010) e *Comunicação e política* (Summus, 2012), além de artigos publicados em periódicos.

Carolina Figueiredo

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutora em Comunicação Social pela UFPE. Mestre em sociologia pela UFPE e formada em Administração de Empresas pela Universidade de Pernambuco e em Jornalismo pela UFPE. Desde 2012, dedica-se a estudar os fenômenos do digital, a noção de mapas (cartografias), narrativas e seus desdobramentos. Orientou o projeto de extensão Rádio Universitária Web, realizado entre 2012 e 2013 no Departamento de Comunicação Social da UFPE.

Felipe Polydoro

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Meios e Processos Audiovisuais da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, na qual desenvolve pesquisa sobre o estatuto de vídeos factuais amadores no regime contemporâneo da imagem, investigação que conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Jacques A. Wainberg

Professor titular da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutor pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. O pós-doutorado foi realizado na Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos e na Universidade de Tel Aviv. Atualmente, é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico 1C. É autor de oito livros e de inúmeros estudos acadêmicos.

Jairo Ferreira

Professor titular I do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. Pós-doutor em comunicação pela Universidad Nacional de Rosario (Argentina). Formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1982, e Ciências Econômicas, em 1992. Mestre em Sociologia, em 1997, e doutor em Informática na Educação, em 2002, tudo pela mesma instituição, com sanduíche nos Arquivos Jean Piaget e na Unidade de Tecnologias Educacionais da School of Psychology and Education, University of Geneva (2000). Prêmio Capes-Paped 2001. Coordenou a criação e é editor de *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*.

José Augusto Mendes Lobato

Doutorando em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero (2011) e graduado em Jornalismo pela Universidade da Amazônia (2009). Professor de pós-graduação *lato sensu* do curso de Produção Executiva e Gestão em TV das Faculdades Metropolitanas

Unidas. Consultor de conteúdo na agência Report Sustentabilidade. Autor do livro *O próximo e o distante na ficção: experiência, enunciação e (re)conhecimento do Outro na narrativa televisual brasileira* (2014). No momento, desenvolve pesquisa sobre as representações de alteridade no telejornalismo e na ficção.

José Luiz Aidar Prado

Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Organizador das hipermídias A invenção do Mesmo e do Outro na mídia semanal* (2008) e *Regimes de visibilidade em revistas* (2011). Autor dos livros *Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais* e *Habermas com Lacan: introdução crítica à teoria da ação comunicativa*. É coordenador do Grupo de Pesquisas em Mídia Impressa – Um dia, sete dias (<www.pucsp.br/pos/cos/umdiasetedias) e editor da revista *Galaxia* e da coleção *Comunicação &* (pela Estação das Letras e Cores, no prelo).

Júlio César Lemes de Castro

Pesquisador de pós-doutorado em Comunicação e Cultura na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP), com mestrado e doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutorado em Psicologia Social na USP. Membro do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (USP). O presente trabalho, realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, foi apresentado numa versão inicial ao GT Comunicação e Sociabilidade do XXIV Encontro Anual da Compós, na Universidade de Brasília, de 9 a 12 de junho de 2015.

Luís Mauro Sá Martino

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Cásper Líbero. Autor, entre outros, dos livros *Teoria das mídias digitais* (Vozes, 2014), *The mediatization of religion* (Ashgate, 2013) e *Teoria da Comunicação* (Vozes, 2009).

Marcio Silveira Telles

Doutorando em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Comunicação e Informação pela mesma instituição com o trabalho “A recriação dos tempos mortos do futebol pela televisão: molduras, moldurações e figuras televisivas”, agraciado como Melhor Dissertação 2014 pelo Prêmio Compós. Atualmente, pesquisa as contribuições que uma virada geológica pode ofertar ao pensamento comunicacional, abrindo espaço para o não humano, as cadeias produtivas dos aparelhos tecnomidiáticos e as implicações geopolíticas da comunicação.

Mayra Rodrigues Gomes

Professora titular do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). Possui bacharelado e licenciatura em Filosofia e mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação pela mesma instituição. Autora, entre outros, dos livros *Poder no jornalismo e Comunicação e identificação: ressonâncias no jornalismo*. É líder do Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas e vice-coordenadora do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura, ambos da Escola de Comunicações e Artes da USP. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre censura, linguagem, liberdade de expressão e processos de supervisão e controle.

Patrícia G. C. Rossini

Jornalista, graduada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Comunicação pela mesma instituição e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais, na qual integra o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública. Realizou estágio-sanduíche na Syracuse University (EUA, 2014), sob orientação da professora Jennifer Stromer-Galley. Desenvolve pesquisa na área de Comunicação, Política e Tecnologias, com ênfase em conversação política, engajamento e consumo de informação política, campanhas eleitorais, participação política e deliberação *on-line*.

Rose Marie Santini

Professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias e Linguagens da Comunicação da Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/ECO-UFRJ. É autora dos livros *Admirável chip novo: a música na era da internet* (2006) e *Produção colaborativa na Sociedade da Informação* (2008). Pesquisa, atualmente, os usos sociais das tecnologias de informação e comunicação e suas consequências para a produção colaborativa e transformação social, a partir dos métodos de microssociologia aplicada e análise de redes sociais.

Rose de Melo Rocha

Professora titular do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo. Doutora em Ciências da Comunicação (USP), com pós-doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Lidera o grupo de pesquisa Juvenália (culturas juvenis: comunicação, imagem, política e consumo). Participa da rede de investigação sobre Juventudes y infâncias en América Latina (2014-2017) do Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO). Suas produções envolvem temas como teorias da imagem; culturas urbanas; juventude e ativismo; celebração e consumo midiático.

Rousiley C. M. Maia

Professora titular no Departamento de Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais. É autora de *Recognition and the media* (2014), *Deliberation, the media and political talk* (2012), *Media e deliberação* (2008), *Comunicação e democracia: problemas & perspectivas* (com Wilson Gomes, 2008). Coordena o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG). Tem artigos em vários periódicos, incluindo E-Compós, RBCS, Famecos, Journal of Communication, Press Politics, Journal of Community Informatics, Representation, Political studies, European Political Science Review, Journal of Political Power. Editora associada da International Encyclopedia of Political Communication (ICA/Wiley-Blackwell).

Tatiane Leal

Doutoranda e mestre em Comunicação pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), orientada pelo prof. João Freire Filho. Seu trabalho é vinculado à linha de pesquisa em mídia e mediações socio-culturais do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (UFRJ). Realiza pesquisas na área de gênero, feminismo, mídia, subjetividade, representação, performance, neoliberalismo e emoções. Foi bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro Nota 10 durante o mestrado e agora conta com auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em sua pesquisa de doutorado.

Thiago Ferreira

Doutorando e mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, integra o Grupo de Pesquisa em análise de telejornalismo e é professor substituto da mesma universidade.

Thiago Soares

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Coordenador do Laboratório de Análise de Música e Audiovisual na mesma instituição e autor dos livros *A estética do videoclipe* (2014) e *Videoclipe – o elogio da desarmonia* (2004). Tem experiência nas áreas de Comunicação e Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, música, entretenimento, cultura pop, videoclipe, fotografia, jornalismo, teorias da literatura, intersemiose, literatura contemporânea e linguagens midiáticas.

Vanessa V. de Oliveira

Jornalista e mestre em comunicação social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mesma instituição na qual realiza o doutorado em Comunicação Social. Atualmente, desenvolve estágio-sanduíche com bolsa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Fulbright na University of North Carolina at Chapel Hill (EUA, 2015/2016), sob supervisão do professor Jürg Steiner. Sua dissertação de mestrado recebeu menção honrosa no prêmio de melhor dissertação pela Compolítica (Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política), em 2013. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (UFMG) desde 2007.

	COLOFÃO
FORMATO	17 x 24 cm
TIPOGRAFIA	Baskerville
PAPEL	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
IMPRESSÃO	Edufba
CAPA E ACABAMENTO	Cian
TIRAGEM	700 exemplares

A finalidade desta coletânea é proporcionar ao leitor um quadro referencial de questões e interpretações que o permita refletir sobre as tensões que atravessam as relações entre comunicação e política na contemporaneidade. Apesar de diversos em suas perspectivas teóricas, o ímpeto comum dos artigos presentes no livro é propor novas leituras que procuram ir além de um referencial analítico clássico para entender os modos de configuração e encenação da reinvenção da política no século XXI.

ISBN 978-85-232-1483-8



9 788523 214838